



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Aline Silveira de Assis

**Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva: expressão
dos rumos da política social na contemporaneidade**

Rio de Janeiro
2007

Aline Silveira de Assis

**Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva: expressão
dos rumos da política social na contemporaneidade**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social .

Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire

Rio de Janeiro
2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ CCS/A

A848 Assis, Aline Silveira de.
Programa nacional de cultura, educação e cidadania - Cultura Viva:
expressão dos rumos da política social na contemporaneidade/ Aline
Silveira de Assis.- 2007.
316 f.

Orientadora: Silene de Moraes Freire.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Serviço Social.
Bibliografia.

1. Política social - Brasil - Teses. 2. Política cultural - Brasil - Teses.
3. Cultura - Brasil - Teses. I. Freire, Silene de Moraes. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 36(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Aline Silveira de Assis

**Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva: expressão
dos rumos da política social na contemporaneidade**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovado em: 07 de Dezembro de 2007

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social da UERJ

Profa. Dra. Rosângela Nair C. Barbosa
Faculdade de Serviço Social da UERJ

Profa. Dra. Maria Cristina Leal
Faculdade de Serviço Social da UERJ

Prof. Dr. Emir Simão Sader
Faculdade de Serviço Social da UERJ

Rio de Janeiro
2007

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Marielza Leite da Silveira e a Gildo Veiga Filho, pelo grande amor e força que me dão cotidianamente

AGRADECIMENTOS

É muito gratificante finalizarmos um trabalho e podermos reconhecer nele a presença de algumas pessoas que, direta, ou indiretamente, contribuíram para sua execução, ensinando-nos e auxiliando-nos a aprimorar nossas reflexões.

Agradeço à minha grande amiga e Professora Silene Freire, pela dedicação, paciência e por tudo que tenho aprendido nestes anos de convivência.

Agradeço ao Laboratório de Políticas Públicas, mais especialmente ao Professor Emir Sader, pela significativa experiência proporcionada nestes dois anos em que fiz parte da equipe do projeto de pesquisa de avaliação do Programa Cultura Viva. Não somente pelo enriquecimento profissional, mas pelas grandes amizades que ali pude construir.

Agradeço aos meus amigos da turma 2005 do PPG, apesar do pouco contato. Agradeço também aos meus amigos que estão sempre ao meu lado compartilhando das minhas alegrias e também das dificuldades.

Agradeço, finalmente, aos Professores e funcionários do PPG que já conhecia ou passei a conhecer no Mestrado.

A todos vocês, meu **MUITO OBRIGADA!**

A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.
Só a força os garante.
Tudo ficará como está.
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.
No mercado da exploração se diz em voz alta:
Agora acaba de começar:
E entre os oprimidos muitos dizem:
Não se realizará jamais o que queremos!
O que ainda vive não diga: jamais!
O seguro não é seguro. Como está não ficará.
Quando os dominadores falarem
falarão também os dominados.
Quem se atreve a dizer: jamais?
De quem depende a continuação desse domínio?
De quem depende a sua destruição?
Igualmente de nós.
Os caídos que se levantem!
Os que estão perdidos que lutem!
Quem reconhece a situação como pode calar-se?
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.
E o "hoje" nascerá do "jamais".

Bertolt Brecht

RESUMO

ASSIS, Aline Silveira de. **Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva**: expressão dos rumos da política social na contemporaneidade, 2007. f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

A presente dissertação pretende contribuir para o debate sobre o sentido das políticas sociais no Brasil contemporâneo. Este trabalho resulta das investigações realizadas em nossa experiência de participação no desenvolvimento do projeto de pesquisa de Avaliação e Monitoramento do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, no Laboratório de Políticas Públicas (LPP/UERJ), de maio de 2005 a março de 2007. As condições que cercaram a execução do trabalho de avaliação evidenciaram um conjunto de contradições a partir das quais constatamos que o Programa constitui-se como parte de uma estratégia hegemônica das agências multilaterais, no contexto de “refilantropização da questão social”. A cultura é percebida neste trabalho como um elemento central da luta de classes, que expressa antagonismos presentes nas relações entre as classes, sendo um campo de disputa pela hegemonia, bem como um campo de possibilidades contra-hegemônicas. Por isso, o estudo tem como principal ancoragem as reflexões do filósofo italiano Antonio Gramsci. Trabalhamos com a hipótese de que a cultura é um elemento decisivo por onde a política social do Governo Lula tem contribuído para construção do consenso e manutenção da hegemonia dominante, servindo também como forma de controle da pobreza, através do redimensionamento da sociedade civil. O Programa Cultura Viva faz parte de um complexo e contraditório universo onde as políticas sociais estão reconfiguradas, adquirindo contornos mais próximos do assistencialismo, criando obstáculos às possibilidades de mudança. Objetivamos desvelar as relações sociais que se configuram na história recente do Brasil e apreender as múltiplas expressões e as contradições da realidade brasileira atual, no que concerne à manutenção da hegemonia dominante. Também objetivamos realizar uma interpretação das novas configurações da questão social na contemporaneidade e das medidas estatais de enfrentamento da mesma no campo das políticas sociais voltadas para a cultura em nosso país. Tais reflexões também podem nos auxiliar a: destacar a cultura como expressão da luta de classes, em um contexto de fragilização e fragmentação da identidade de classe na chamada sociedade pós-moderna, sob a égide do capital financeiro; enfrentar as contradições de conceitos como os de sociedade civil, cidadania, democracia, e participação, na contemporaneidade; aprofundar a discussão sobre a importância de resgate do sentido do público no enfrentamento da questão social contemporânea; problematizar os avanços e limites do governo Lula no Brasil. Fizemos uso da literatura, participamos de grupos de estudo sobre os principais eixos do debate e realizamos um esforço teórico-interpretativo dos dados quantitativos e qualitativos resultantes da pesquisa realizada. O Primeiro Capítulo busca registrar as mais evidentes alterações ocorridas na dinâmica da questão social na sociedade contemporânea, e como isto tem rebatimento no campo da cultura. O Segundo Capítulo aborda os principais elementos do conceito de cultura no marxismo, enfatizando sua centralidade na teoria gramsciana. E o Terceiro Capítulo analisa os elementos constitutivos da política cultural brasileira, acompanhando seu percurso até os dias atuais, destacando-se o Programa Cultura Viva.

Palavras-chave: Política social. Cultura. Hegemonia. Estado. Sociedade Civil.

ABSTRACT

This present study intends to contribute for the discussion about the meaning of the social politics in the contemporary Brazil. This work results of the investigations that we made as participants in the development of the research project “Avaliação e Monitoramento do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva” in the Laboratório de Políticas Públicas - LPP/UERJ (Public Policies Laboratory), between may 2005 and march 2007. The conditions that involved the work execution of evaluation show a complex of contradictions that make us perceive that the program makes part in a hegemonic strategy of worldwide agencies, in the context of “social issue resurgence of the philanthropy”. The culture is realized as a center element in classes struggle that shows the presence of antagonism between classes, becoming a disputable field for hegemony as well as a construction possibilities field for a subordinate classes counter-hegemony. Because of this, this study has as main anchorage Antonio Gramsci’s thoughts. Our guide hypothesis is that culture is a decisive element where’by the social politics of Lula’s Government have contributed for a consensus construction and for the maintenance of dominant hegemony, being used also as a way to control poverty. And this is possible through the civil society’s resizing. The Programa Cultura Viva is part of a complex and contradictory universe where social politics is reconfigured and it’s acquiring outlines that are closer to welfarism, losing its changing possibility. Our goal is to clarify the social relations that circle Brazil’s present history and learn the multi expressions and the contradictions of brazillian’s reality, relating this to the maintenance of dominant hegemony. This way, make an interpretation of the social issue new configuration and of state’s measures to fight this in the social politics field is also our objective. We also understand that this thoughts may help us to: show up culture as an expression of the class struggle in a context of class identity’s fragility and fragmentation in the pos-modern society, under the financial capital command; face up to the contradictions of the concepts as civil society concept, citizenship, democracy and participation, in contemporary society; go deepen into the discussion about the importance of rescuing the public meaning in facing up the contemporary social issue; question the breakthroughs and the bounds of Lula’s government in Brazil. We used the literature, made part in study groups about the main debate’s axis and we did a teoríc and interpretative effort of quantitative and qualitative data that result of the evaluation research. The first chapter intends to register the most evident changes that happened on the estrutura and on the dynamics of the social issue in contemporary society, and how this affect the culture field. The second chapter accosts the main elements of Marxism’s culture concept, emphasising the center piece that this concept assumes in Gramsci’s teory. The third chapter analyses the elements that constitute the brazillian’s cultural politics, following its path until present days, showing up the Programa Cultura Viva.

Key Words: Social Politics. Culture. Hegemony. State. Civil Social.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	A RADICALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO CAPITAL FINANCEIRO	32
1.1	Os Ardis da Questão Social Hoje no Brasil	42
1.2	O Lugar da Cultura na Chamada Pós-modernidade.....	50
2	A IMPORTÂNCIA DO RESGATE DO CONCEITO DE CULTURA NO MARXISMO	64
2.1	Linhas Gerais da Abordagem da Cultura no Marxismo	64
2.2	A Centralidade da Cultura no Pensamento Gramsciano	69
3	APORTES PARA O DEBATE SOBRE OS RUMOS DA POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	79
3.1.	Política Cultural no Brasil: Breve Resgate Histórico	85
3.2.	A Questão da Cultura na Constituição Cidadã	88
3.3.	Governo Lula: considerações sobre os limites recentes	92
3.4.	O MinC e a Atual Política Cultural do Governo Federal	98
3.4.1	<u>Sistema Nacional de Cultura</u>	103
3.4.2	<u>O financiamento da cultura</u>	105
3.5	O Programa Cultura Viva	107
3.6	A Construção do Fetiche na Política Cultural do Minc: Aportes para o Debate	114
3.6.1	<u>A configuração atual da Política Social</u>	116
3.6.2	<u>O conceitos de Autonomia, Protagonismo Social e Empoderamento: o estímulo ao empreendedorismo</u>	118
3.6.3	<u>A ocupação do tempo das “classes perigosas”</u>	123
3.6.4	<u>A mercantilização da cultura</u>	125
3.6.5	<u>Os limites da concepção de rede</u>	127
3.6.6	<u>A resignificação da cultura como elemento de passivização das classes subalternas</u>	128
3.7	Dados da Avaliação do Programa Cultura Viva	129
3.7.1	<u>Indicadores obtidos na primeira etapa da pesquisa</u>	134

3.7.2 <u>Indicadores obtidos na segunda etapa da pesquisa</u>	155
3.7.3 <u>Quadro comparativo das duas etapas</u>	174
3.7.4 <u>Indicadores obtidos a partir das visitas técnicas</u>	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
REFERÊNCIAS	213
ANEXOS	222

Introdução

A presente dissertação resulta das investigações que realizamos a partir de nossa inserção na equipe de pesquisadores do Laboratório de Políticas Públicas (LPP/UERJ), no desenvolvimento do projeto de pesquisa de Avaliação e Monitoramento do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, de maio de 2005 a março de 2007.

É importante destacar que a experiência proporcionada através da participação neste projeto, e que tornou possível a produção deste trabalho, evidenciou a necessidade de uma maior compreensão dos nexos e das determinações presentes na implementação de uma política social de grande porte como o Programa Cultura Viva. Tal compreensão conferiu riquíssima contribuição à nossa formação profissional, revelando um rol de questões inerentes à realidade profissional do assistente social.

Preliminarmente, impõe-se considerar que a política social é uma intervenção relativa às formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, e está inserida no conflito entre Capital e Trabalho, constituindo-se como uma resposta às condições de existência da classe trabalhadora resultantes da exploração abusiva a que é submetida. A política social é, pois, expressão da luta de classes e um desdobramento das lutas dos trabalhadores e seu reconhecimento pelo Estado como classe, impondo-se como uma necessidade de controle da exploração, por parte do capital, da força de trabalho e sua reprodução¹. É fruto da oposição e contradição de interesses e, dependendo da correlação de forças presentes em cada momento histórico, define-se quais os rumos e as prioridades a política social elegerá.

A política social surge no hiato decorrente dos desequilíbrios na distribuição, os quais favorecem a acumulação em detrimento das necessidades sociais básicas e da igualdade. Entretanto, a ação do Estado reflete uma série de opções políticas em um quadro de conflito, sendo, portanto, um conflito negociado (ABRANCHES, 1985). Assim, as respostas às expressões da questão social envolvem diversas forças sociais, definindo as opções e direções da intervenção estatal.

Conforme sabemos, a política social surge, a partir dos anos 1930, com o incremento da intervenção do Estado na chamada questão social, tendo sido esta

reconhecida neste contexto como uma questão legal e de sua responsabilidade. Tal expansão do papel do Estado envolvia as tendências mundiais após a grande crise capitalista de 1929, estando, portanto, mediada pelas particularidades brasileiras, com vistas à consolidação de um padrão de acumulação capitalista, em um governo ditatorial como o de Getúlio Vargas (1930-1945).

A partir de 1964, o Brasil vivenciou um processo caracterizado pelos historiadores como um processo de "modernização conservadora"², sob o patrocínio de um Estado de base militar que incorpora os procedimentos mais técnicos do capitalismo industrial sem alterar sua base de poder. Este período foi marcado pela industrialização e urbanização aceleradas, bem pela modernização do Estado brasileiro, a partir do que podemos verificar uma expansão das políticas sociais centralizadas nacionalmente. Isto resultou no acirramento das contradições do país, em direção a uma radicalização das expressões da questão social.

Avançando um pouco mais na trajetória das políticas sociais em nosso país, veremos que a nova configuração do cenário político delineado a partir de fins dos anos 1970 foi uma inflexão na política social dentro de uma perspectiva de cidadania e de defesa de direitos, em sintonia com o processo de democratização que culmina na Constituição de 1988. Este cenário foi marcado pela complexificação da sociedade civil, quando se pôde verificar uma maior organização da classe trabalhadora impondo uma agenda de lutas democráticas. É importante destacar neste período o debate crítico travado no Serviço Social, o qual buscou romper com aquela perspectiva modernizadora anteriormente mencionada, situando a política social no processo histórico concreto da sociedade brasileira em direção à superação das desigualdades sociais³.

Desde suas origens, a política social vem se metamorfoseando e acompanhando os movimentos no campo da economia, política e cultura no mundo do capital⁴, e no contexto da luta de classes e sua repercussão para o Estado. Cabe aqui destacar que a contemporaneidade vem sendo marcada pelo aprofundamento do neoliberalismo, da

¹ IAMAMOTO e CARVALHO (1982), no livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, analisam bem esta questão, afirmando um vínculo entre a constituição das políticas sociais e o surgimento de nossa profissão da divisão sócio-técnica do trabalho.

² Processo aplicado aos países que chegaram mais tarde ainda ao capitalismo moderno, ocupando a posição de "subdesenvolvidos" e nunca chegando a disputar uma posição de liderança no mundo contemporâneo.

³ FALEIROS (1986).

⁴ Para CARVALHO (1997), nos anos 1980 e, mais acentuadamente, nos 1990, assistimos ao desmonte do propósito essencial da política social vigente nos "anos gloriosos", que era sua oferta universalista e redistributiva. Entretanto, é impossível compreender estas alterações na política social sem refletir os processos contemporâneos que desestabilizam antigos consensos e impõem novos desafios. Dentre estes processos, evidencia-se a supremacia da especulação financeira como a marca mais dramática da atual fase capitalista. A partir de então, o Estado acaba

reestruturação produtiva e pela mundialização do capital, e suas conseqüências para a realidade brasileira, através de uma contra-reforma do Estado nos anos 1990, que vem se constituindo como uma ofensiva conservadora contra as políticas sociais (BEHRING, 2003).

Neste sentido, perceber a correlação de forças que gera a implementação da política cultural no governo Lula é fundamental na direção de reconstruir o sentido da política social no mundo contemporâneo, a qual vem sendo marcada pelo fenômeno da “refilantropização”, que, por sua vez, tem centralidade na questão da pobreza e do trabalho. Na ausência de possibilidades de garantir do direito ao trabalho, e diante do desemprego e precarização do trabalho, as políticas sociais universais e de caráter coletivo tornam-se ineficazes para lidar com a questão social. Essa observação a coloca numa relação direta com as desigualdades sociais, fruto das contradições da própria sociedade contemporânea, mas não no sentido de superá-las. A instrumentalização da política social voltada para os pobres permite perceber a sua utilização como um mecanismo determinado pela esfera da produção material e robustecido no plano superestrutural como prática política (MOTA, 2006).

A necessidade de se resgatar a importância da cultura neste trabalho advém de sua percepção no contexto da luta de classes. A cultura, historicamente, foi considerada, pelas perspectivas teóricas críticas, sobretudo pelos marxistas, como um elemento central da luta de classes, permitindo afirmar que a mesma resulta não somente das estruturas econômicas, mas também das estruturas políticas e ideológicas, sendo, portanto, um campo de disputa pela hegemonia com grandes possibilidades de construção de uma contra-hegemonia pelas classes subalternas. Em tempos de hegemonia do capital financeiro, fragmentação ampliada da consciência de classe, metamorfoses do mundo do trabalho e fragilização da organização da classe trabalhadora, a cultura assume uma centralidade na construção da identidade das classes subalternas, na medida em que expressa a luta de classes e contribui para desvelar as contradições presentes nas relações entre as classes, e isto não pode ser ignorado.

Isto posto, deve-se destacar que o presente estudo tem como principal ancoragem as reflexões do filósofo italiano Antonio Gramsci, por entendermos que o pensador define a cultura como um *lócus* privilegiado de possibilidades para o

comportando-se, segundo a autora, como um “pronto-socorro” do mercado/economia e “pronto-socorro” do social, deixando à margem a concepção social universalista da política social.

fortalecimento de uma perspectiva emancipatória⁵ das classes subalternas em direção a um projeto contra-hegemônico.

Não se pode negar a imensa satisfação sentida ao ser convidada pela coordenação do LPP para fazer parte da equipe que participaria deste projeto de avaliação, em abril de 2005, logo após o início do curso de Mestrado. Achei fundamental aceitar este convite, dado o privilégio da experiência de acompanhar o processo de implementação de uma política social de abrangência nacional, que me parecia extremamente inovadora.

Sendo esta a minha primeira experiência como assistente social, acreditava nas grandes possibilidades de reflexão, a partir do que abriria mão de todo o conhecimento acumulado durante a minha formação acadêmica desde a graduação, na qual participei de projetos de pesquisa, fui bolsista de Iniciação Científica, tendo sido uma vez indicada para premiação, publiquei artigos e apresentei diversos trabalhos em Congressos Nacionais e Internacionais. Foi com base nesta rica formação, que visei o Mestrado para dar continuidade às reflexões iniciadas em meu Trabalho de Conclusão de Curso, o qual discuti os limites de enfrentamento da questão social, com destaque para o crescimento do fenômeno do Terceiro Setor, sobretudo no campo da assistência.

Até então, não tinha em mente as múltiplas determinações inerentes ao universo das políticas sociais. Porém, ter em mãos um momento significativo de uma política social no Brasil gerou um encantamento pela questão, o que foi acrescido pelo fato de ser eu a única assistente social do projeto de pesquisa. Foi então que pude perceber que o Programa Cultura Viva apontava a direção da política social do governo Lula, em um contexto mais amplo, como mais uma estratégia hegemônica das agências multilaterais, a partir do que a cultura configura-se como uma política compensatória, e a sociedade civil, teorizada por Gramsci como um campo de contradição, é reconfigurada e convertida em recurso gerencial, a fim de viabilizar este tipo de política pública direcionada ao enfrentamento da pobreza, ao invés de compor o conjunto de forças que lutaram pela ampliação dos direitos.

⁵ Nos Manuscritos Econômicos Filosóficos (MARX, 2005), encontramos o sentido da emancipação com o qual trabalharemos na dissertação. Marx parte da compreensão do trabalho como formador do homem e o que o distingue dos demais seres é o fato de ele pensar o que faz. Portanto, ele não é apenas um ser natural; tornar-se social por meio de suas relações e interações a partir do domínio da natureza e da organização do trabalho. Entretanto, a sociedade capitalista aliena o trabalhador e, assim sendo, o mesmo não se reconhece no processo do fazer e no produto do seu trabalho. No entanto, para Marx, se a sociedade capitalista é a sociedade da máxima alienação, é nela também que se pode construir a emancipação, ou seja, quando o sujeito pensa esse processo, desvenda-se a natureza social do trabalho e desvendam-se, igualmente, os caminhos para a compreensão da desigualdade socioeconômica e, conseqüentemente, sua superação. Acreditamos na cultura como um campo a partir do qual o trabalhador pode

Com relação à questão supracitada, podemos afirmar que, a fim de manter o rigor fiscal das economias da América Latina, as agências multilaterais requerem ajustamentos constantes na área social, com cortes nas políticas de caráter universal, como educação, previdência e saúde, privilegiando ações focalizadas compensatórias e emergenciais. Do ponto de vista do Banco Mundial, a redução da pobreza é um fator impulsionador do crescimento e as políticas sociais focalizadas são formas mais eficazes de empregar os gastos, pois são dirigidas às pessoas que realmente precisam. Entretanto, uma questão importante a enfrentar é como focar na pobreza se hoje ela atinge a maioria esmagadora da população. Além disso, é importante ter em mente que estas políticas detêm uma certa flexibilidade, de tal modo que podem ser modificadas de acordo com a disposição dos governantes, o que não se pode fazer com a política social universal. Sem contar que são um eficaz instrumento de apassivamento de resistências políticas à espoliação dos direitos, atraindo o apoio político dos estratos mais empobrecidos da população⁶.

As condições que cercaram a execução deste trabalho evidenciaram moldes concretos que limitavam aprofundar a reflexão e, neste sentido, aos poucos pude perceber que o que eu considerava avaliação do sentido da política pública⁷, havia se transformado na execução de uma técnica de pesquisa voltada para “fotografar” a realidade. Não que o trabalho empírico realizado não tivesse relevância, pelo contrário! Entretanto, acredito que a técnica não pode superar o campo das idéias e, assim sendo, fiquei desapontada ao ver que tudo o que vinha estudando parecia inoperante diante das exigências colocadas, e o que considerava como avaliação limitou-se a uma espécie de acompanhamento da execução do projeto.

É importante dizer que, no decorrer na avaliação, verificamos uma ênfase no aspecto técnico da avaliação, ou seja, da aplicação dos instrumentos de pesquisa e

fortalecer a consciência e identidade de classe, contribuindo para essa compreensão da sociedade capitalista e sua superação.

⁶ ALVES, Mariana Garcia Castro. “Heterogeneidade, Precarização e Segmentação da Ação no Setor Terciário”. Texto extraído do site do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT / Instituto de Economia da UNICAMP. Consultado em outubro de 2007.

⁷ O processo de Reforma do Estado posto em prática no Brasil nos últimos anos, que traz em seu bojo a racionalidade dos gastos públicos e as transformações das relações entre Estado e sociedade, dá impulso ao interesse pela avaliação de políticas e programas governamentais, no sentido de medir a eficácia, eficiência e efetividade social destas práticas, podendo subsidiar o planejamento, a execução, a reformulação e ajustes destas ações. Pode também ser um instrumento de divulgação de resultados do governo. Entretanto, além do caráter de mensuração objetiva dos resultados, a avaliação possui também aspectos qualitativos, constituindo-se em julgamento do valor das intervenções governamentais por parte dos avaliadores, bem como por parte dos usuários ou beneficiários. Em se tratando de uma avaliação desenvolvida por uma instituição externa àquela responsável pela implementação do programa, e inserida no âmbito acadêmico e dentro de uma universidade pública, acreditava-se na possibilidade de autonomia do pensamento para a realização de uma análise crítica, o que seria de fato uma contribuição para o aprimoramento do Programa Cultura Viva.

apresentação rápida dos resultados através dos dados quantitativos, como se a realidade pudesse ser apreendida em sua totalidade através da empiria pura e simples. WERNECK VIANNA (2007) analisa bem esta questão, ao abordar a reflexão dos cientistas sociais no campo da política social. A autora afirma que os trabalhos que versam sobre o tema caracterizam-se por uma sobrevalorização da descrição empírica em detrimento da elaboração teórica, tornando-se esta última a própria realidade, esta autoexplicando-se. Consideramos útil a investigação empírica e importante a precisão dos instrumentos de pesquisa, indicadores e estatísticas, porém buscamos ir além da mera descrição da realidade, visando fundamentar o debate em tela.

Assim sendo, longe de abdicar da importância dos dados empíricos mas buscando ultrapassar o caráter de “ciência-fotografia” da maioria das investigações, a partir da construção de eixos de indicadores de avaliação e de instrumentos de pesquisa qualitativos e quantitativos, e de uma primeira aproximação com os dados oriundos da pesquisa desenvolvida, bem como a partir das reflexões suscitadas nas orientações, objetivamos apropriar-nos dos múltiplos aspectos e dimensões da questão social⁸, tendo sido possível constatar algo mais que os elementos solicitados pelo MinC para avaliação, e que necessitam ser melhor aclarados.

Se tais constatações impunham limites ao trabalho realizado, foram inestimáveis as contribuições que incidiram sobre a análise aqui desenvolvida. Na realidade, a inserção no projeto proporcionou um contato direto com a Secretaria de Programa e Projetos Culturais (SPPC/MinC), responsável pela execução e gestão do Programa Cultura Viva, em um seminário realizado na sede do MinC, em Brasília, em julho de 2007, quando representamos o LPP na apresentação dos resultados da avaliação, momento em que percebemos um certo desinteresse da Secretaria na crítica suscitada em diversas questões da pesquisa.

Além disso, o LPP possibilitou o acesso irrestrito aos dados da pesquisa, os quais, ao lado do esforço teórico-interpretativo, bem como da apropriação de fontes bibliográficas, da produção de artigos⁹ e da participação em grupos de estudo, resultaram na dissertação que ora chega às mãos do leitor.

⁸ É importante dizer que entendemos questão social como “o conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado”, ou seja, constitui-se como expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais, no conflito em o Capital e o Trabalho (IAMAMOTO, 2001: 16). Com esta definição de questão social que trabalharemos ao abordar suas múltiplas expressões no contexto do capital financeiro, no Capítulo I.

⁹ Ver ASSIS, Aline Silveira de. “Cultura e Classe Social na Pós-Modernidade: Tensões e Perspectivas”. In: *Revista Textos & Contextos*, Ano 5, Vol. 6, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucri.br>

A riqueza do conteúdo do material disponibilizado revelava um universo que não poderia ser aclarado restritamente na avaliação realizada. Deste modo, a inquietude diante das contradições presentes neste processo gerou uma tensão que me conduziu a uma redefinição de meu projeto de dissertação, transformando esta agonia na minha dissertação. Ainda que o prazo limitado diante do grande desafio de enfrentar questões tão abrangentes gerasse mais um inquietude, não podia perder esta oportunidade de debruçar sobre um conjunto tão significativo de dados, buscando contemplar as múltiplas questões que envolvem esse debate.

Segundo definição do Ministério da Cultura (MinC)¹⁰, o Programa Cultura Viva é “é concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediados pelos Pontos de Cultura, sua principal ação”. Estes Pontos de Cultura são considerados como “referência de uma rede de articulação, recepção e disseminação de iniciativas”, “um ponto de apoio”, que “agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades e destas entre si”. Buscando deslocar o MinC da posição marginal em que ficou relegado em governos anteriores, o Governo Lula procurou reconhecer a centralidade da cultura, desenvolvendo uma política cultural que incluísse a diversidade cultural brasileira nas ações de fomento, em contraposição a uma visão elitista e concentradora que, historicamente, voltava tais ações para atividades de pequena parcela da população. Entendendo a pluridimensionalidade da cultura, o Programa possui três dimensões interdependentes, a saber: a dimensão simbólica, relacionada ao imaginário, às expressões artísticas e às práticas culturais; a dimensão de cidadania, direito assegurado na Constituição de 1988, nas Declarações Universais, condição indispensável do desenvolvimento humano; a dimensão econômica, que entende a cultura como economia, geradora de crescimento, emprego e renda.

Segundo o MinC, o governo busca com o Programa Cultura Viva fortalecer ações já existentes, “deixar a sociedade fazer”, buscando efetivar a cultura como política pública e responsabilidade do Estado, rompendo assim com o chamado “dirigismo cultural”, marca da cultura política autoritária que deu origem à política cultural no Brasil. A intenção seria estabelecer “novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e sociedade”, segundo os quais “esta, em lugar de ser chamada apenas para dizer o que quer, começaria a dizer como quer”. Tal modo de pactuar com a

¹⁰ As referências acima, bem como todas as que se seguem e tratam da definição dos conceitos que o governo confere ao Programa e seus componentes, foram extraídas da Cartilha do Programa Cultura Viva, que pode ser encontrado no site do Ministério da Cultura www.cultura.gov.br.

sociedade foi definido como “Gestão Compartilhada e Transformadora” e envolve, segundo eles, os conceitos de “empoderamento, autonomia e protagonismo social”.

Assim sendo, o Programa Cultura Viva, da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) do MinC, lança editais visando apoiar e estimular ações culturais já existentes¹¹. Para participar do processo de seleção, é necessário enviar um projeto ao Ministério da Cultura, a ser analisado por autoridades governamentais e personalidades culturais. Os escolhidos celebram convênio com o MinC, tornando-se integrantes do Programa Cultura Viva, participando das suas cinco ações: Agente Cultura Viva, Cultura Digital, Escola Viva, Griô e Pontos de Cultura, a ação prioritária do Programa.

Como público-alvo prioritário do Programa, destaca-se “populações de baixa renda, adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social¹²; estudantes da rede básica de ensino público; habitantes de regiões com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro; comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos; agentes culturais, artistas e produtores, professores, coordenadores pedagógicos da educação básica e militantes que desenvolvem ações de combate à exclusão social¹³ e cultural”.

O LPP foi contratado pelo MinC para construir indicadores que possibilitassem avaliar a gestão da política cultural bem como os efeitos que vinham gerando a implementação dos primeiros Pontos de Cultura nas comunidades brasileiras. Além disso, a avaliação objetivava medir o grau de constituição destes Pontos de Cultura em

¹¹ Até o momento em que finalizamos a pesquisa, o governo tinha conveniados aproximadamente 500 projetos, o que vem a dificultar ainda mais o controle das ações implementadas, embora o governo se proponha a tornar a avaliação um atividade permanente desta política. Além da avaliação realizada pelo LPP, há outras entidades que continuarão a realizar acompanhamentos aos Pontos de Cultura, portanto, dependendo de que visão compartilham, tal avaliação pode perder seu conteúdo crítico. Hoje o MinC conta com profissionais, chamados oficiais de projetos, cuja função é exatamente realizar este acompanhamento, estando sempre em contato com os Pontos, verificando o cumprimento do plano de trabalho proposto do Minc, bem como fazem pareceres técnicos sobre: alteração de plano de trabalho e prestação de contas parcial, final e complementar dos Pontos de Cultura. Além disso, são responsáveis pelos ofícios, memorandos e despachos relacionados ao acompanhamento dos convênios. Entretanto, este acompanhamento tem caráter meramente burocrático, como na realidade tem se caracterizado a relação do Estado com as entidades que implementam projetos culturais, e carece de um aprofundamento de um conteúdo crítico dos rumos da atual política cultural.

¹² Na ausência de referência ao antagonismo entre as classes sociais, ganham notoriedade termos como “vulnerabilidade social” e “risco social”, os quais, tendo significado vago e impreciso, buscam designar pessoas em situações as mais diversas: moradores de favelas, mulheres, negros, idosos, moradores de rua, desempregados. O que está por trás destas terminologias é a idéia de que a pobreza leva a esta vulnerabilidade, tornando-se necessário ocupar esta população em projetos sociais. Isto tem a ver com as mudanças na configuração da pobreza urbana fruto das metamorfoses da sociedade centrada no trabalho, e com representações que as elites constroem para estereotipar as classes subalternas. O termo vem ganhando força na mídia, nos discursos das agências internacionais e inclusive nos discursos governamentais, fortalecendo o chamado “mito das classes perigosas” (COIMBRA, 2001).

¹³ Nos termos assim colocados, verifica-se um tratamento reducionista conferido à questão social pelo governo Lula. De acordo com MARTINS (2007), tem sido feito um uso abusivo de um termo que “tudo ou nada explica”, adotado para designar aqueles que estão “fora” da sociedade, que supostamente não possuem nenhuma “utilidade social”. Na verdade, não existe exclusão mas uma inclusão precária, excludente e instável e esse é o grande dilema da contemporaneidade. Ou seja, todos estão inseridos, de algum modo, no circuito reprodutivo das atividades econômicas.

rede e, ainda, em que medida estavam instrumentalizados para a gestão de projetos culturais. Para atingir os objetivos da pesquisa, foi proposto um plano de trabalho que contemplasse as dimensões simbólica, de setor econômico produtivo e de cidadania, articuladas no conceito de cultura como “modos de ser, fazer e viver”, tais como expressos nos objetivos da política em questão.

Além de fornecer dados e indicadores que permitiriam apreciar a dinâmica de desenvolvimento e implementação dos primeiros Pontos de Cultura promovidos pelo Programa, o projeto de avaliação constituiria um espaço de reflexão e debate acerca dos sentidos que assume a política cultural do governo federal, estabelecendo assim uma necessária interlocução com outros espaços de formulação de políticas públicas e órgãos de controle e auditoria estatais, nem sempre sintonizados com uma proposta não mercantil de cultura¹⁴. Para tanto, aplicou-se uma avaliação processual mediante o desenvolvimento de duas técnicas de pesquisa complementares: aplicação de um questionário aos Pontos de Cultura e a realização de visitas técnicas pelos pesquisadores do LPP aos Pontos, com realização de entrevistas à coordenação dos projetos, a membros da comunidade local de alguma forma vinculadas ao projeto, e ao público-alvo dos mesmos, mediante aplicação de roteiros semi-estruturados.

Se ampliarmos os horizontes de nossa investigação, veremos que o aprofundamento do neoliberalismo tem trazido profundas conseqüências para as sociedades latino-americanas, particularmente o Brasil. Esta constatação não constitui mais uma novidade no que se refere à reestruturação do Estado e da economia, entretanto, há que se destacar que as transformações recentes conduzem a um redimensionamento ainda maior das políticas sociais.

É sabido que, nos marcos da reestruturação da acumulação do capital mundializado, ocorre uma reversão política caracterizada, entre outras coisas, pela destituição de direitos trabalhistas e sociais legais, pela erosão das políticas de proteção social e por mudanças no ideário político que conferia caráter público à demanda por direitos. Neste sentido, a pobreza e a desigualdade social vêm sendo crescentemente abordadas como questão de filantropia e solidariedade social, num cenário baseado no setor “privado e não mercantil” de provisão social, o qual concilia iniciativas do Estado e do denominado Terceiro Setor, configurando a chamada “refilantropização da questão social” (YASBECK, 1995). Assim, as propostas em relação ao papel do Estado nesta

¹⁴ Tais objetivos estão expressos na “Proposta de Monitoramento e Avaliação (Piloto) do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva”, formulado pelo Laboratório de Políticas Públicas.

esfera são reducionistas e marcadas pela seletividade e focalização, estando direcionadas aos mais pobres, reduzindo assim a noção de público e de cidadania como aquisição de bens através do empreendimento privado mercantil (OLIVEIRA & PAOLI, 1999).

Isto porque, conforme constatamos em DAGNINO (2004), o ideário neoliberal promoveu um deslocamento de sentido em algumas noções que, historicamente, estiveram relacionadas a um projeto democratizante de sociedade. No âmbito desta disputa política pela hegemonia na sociedade, ocorre uma “confluência perversa” entre os projetos neoliberal e democrático, no que se refere a noções como Sociedade Civil, Participação e Cidadania. Deste modo, sociedade civil é identificada com ONG, quando não aparece como mero sinônimo de Terceiro Setor; a participação, que outrora continha um grande significado político, aparece despolitizada e resumida à idéia de gestão; e a cidadania, considerada pela autora como o caso mais dramático desse processo de deslocamento de significado, aparece, na contemporaneidade, relacionada ao mercado, uma vez que ser cidadão passa a significar a integração individual no mercado, seja como consumidor, seja como produtor. Este é o princípio subjacente a um grande número de programas destinados a tornar o “cidadão” um “empreendedor”, e sabemos que esta é uma tendência que acompanha as mudanças no mundo do trabalho.

O entendimento da cidadania restrito à responsabilidade moral, ao trabalho voluntário e filantrópico, o qual destitui a sua dimensão política e desmonta as referências à responsabilidade pública, penosamente construídas e consubstanciadas na Constituição de 1988, dominam as ações das fundações empresariais e do Terceiro Setor baseadas na chamada “responsabilidade social”.

A política cultural hoje implementada pelo Governo Lula, mais especificamente o Programa Cultura Viva, está inserida no rol de programas financiados pelo Estado e implementados pelo Terceiro Setor, reafirmando os elementos até aqui levantados. Não é casual afirmar que tais modalidades de enfrentamento da pobreza são incentivados pelas agências multilaterais, dentre as quais Bird, BID, PNUD, as quais vêm no deslocamento dos serviços públicos para o setor privado a saída para enfrentar a crise fiscal, buscar maior racionalidade de recursos e benefícios, repassando para a sociedade civil e o mercado a responsabilidade pelo enfrentamento da questão social, e conferindo ao Estado o papel de coordenador, articulador e impulsionador do desenvolvimento, em conjunto com a sociedade civil e o mercado.

Um breve retrospecto histórico de como se desenvolveu a política social e, mais particularmente, a política cultural, permite-nos entender que o primeiro Governo a enfrentar a questão da cultura no Brasil foi o de Getúlio Vargas (1930-1945), que fez da cultura um meio de construir o domínio de um líder. Entretanto, cabe sinalizar que isto ocorria em um contexto ditatorial, em que a conformidade dos dominados legitimava-se mais pela coerção do que pela direção, ou seja, pelo consenso. Não podemos esquecer que ditadura é tudo menos hegemonia, no entanto, a mesma precisa construir uma margem de aceitação, precisa reduzir tensões que abalem o ordenamento ditatorial. Já a hegemonia se dá mais pela direção que pela coerção, o que não significa que o Estado não abra mão da coerção quando se fizer necessário, para legitimar seu domínio e manter a ordem vigente.

A partir de 1930, o Estado brasileiro passa a reconhecer a chamada questão social como uma questão política de sua responsabilidade¹⁵ e, então, a política social começa a configurar-se, quer como uma esfera de ação governamental, quer como um mecanismo de amortecimento de tensões sociais, não perdendo, porém, sua característica de concessão ou benevolência, desta vez da parte do Estado.

Neste quadro também se insere a política cultural. A partir de 1930 foram lançadas as bases para uma moderna ação do Estado na cultura, tendo em vista a necessidade de legitimar a modernização em curso neste período, caracterizado pela substituição do regime oligárquico pelo urbano e industrial. Não foi somente através da coerção que o Estado pode operar tais mudanças, mas também e sobretudo através da institucionalização de uma política cultural, ou seja, ideologicamente (FREIRE, 1991), que o Governo Vargas pôde operar uma política “pelo alto” sem grande resistência da sociedade¹⁶, para o que utilizou-se dos meios de comunicação e inclusive operou como fiscalizador dos veículos de expressão cultural.

Como se pode observar nas Constituições de 1934 e de 1937, o Estado toma a posição de institucionalizador da vida cultural: deve ser defensor de monumentos naturais, artísticos e históricos; deve também estimular o “desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral” e “prestar assistência ao trabalhador

¹⁵ Se o avanço dos direitos políticos após 1930 foi limitado, o mesmo não ocorreu com os direitos sociais, que tiveram grande atenção de Vargas. O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social, com destaque para a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943.

¹⁶ Segundo FREIRE (op. cit.), para se legitimar, o Estado, neste contexto, abriu mão da construção de uma imagem carismática e paternalista do presidente (que permitiu que tal figura se confundisse com o próprio Estado), o que ficou conhecido como “ideologia do trabalhismo” e que impregnou grande parte das manifestações culturais e políticas do país.

intelectual”; e, ainda, favorecer ou fundar “instituições artísticas, científicas e de ensino” (DÓRIA, 2005).

Vale dizer que, a partir de 1930, fica evidente o conflito entre Capital e Trabalho, devido à aceleração da industrialização e, portanto, começa a ocorrer uma complexificação da sociedade civil. Neste sentido, pode-se afirmar que a cultura como preocupação estatal a partir deste período e sua decorrente institucionalização pelo governo Vargas foi uma forma de despolitizar o viés de classe da cultura e impossibilitar a construção de uma consciência de classe por parte da classe trabalhadora que começava a se organizar.

Vale ainda destacar que, segundo análise de FREIRE (op. cit.: 392), “a ideologia estado-novista valeu-se do nacionalismo para defender a necessidade prática de um conjunto de políticas econômicas cujo resultado histórico desembocou no estreitamento dos laços da economia brasileira com a economia internacional”.

Pode-se dizer que a concomitância do autoritarismo com a expansão da política cultural criou obstáculos à construção da cultura pelas classes subalternas, uma vez que o Estado define para a sociedade o que é cultura, ou seja, a cultura oficial. Conforme sinaliza Carlos Nelson Coutinho (2005), a História do Brasil sofreu transformações significativas a partir de arranjos entre os setores das classes dominantes, com o objetivo de excluir a participação popular nesse processo de transformações. O autor salienta que essas mudanças “pelo alto” são sempre respostas a demandas das classes subalternas, embora não apareçam ainda de uma forma organizada e capaz de tornar essas mesmas classes efetivos protagonistas do processo.

Como parte da construção da “cultura ornamental” de que fala o autor, operou-se um bloqueio da reconstrução do passado nacional independente dos interesses do Estado e, neste sentido, “o ‘nacional’ designava o atraso brasileiro, os elementos anacrônicos de nossa estrutura social, ao mesmo tempo em que se lutava contra o ‘idealismo’ e a ‘falta de realismo’ da cultura progressista mundial quando comparada à nossa vida social concreta” (COUTINHO *apud* FREIRE, 1991: 393). Esta não é, segundo COUTINHO (op. cit.), a correta noção de nacional-popular que, segundo ele, significa o movimento que se coloque no ângulo das classes subalternas, para responder às questões nacionais, estas articuladas com o plano internacional.

Além disso, para a intelectualidade brasileira, a consequência de tal problema é o fenômeno intitulado pelo autor como “intimismo à sombra do poder”, a partir do que os intelectuais, não podendo ligar-se às camadas populares, uma vez que estas não

tinham uma expressão política adequada, foram cooptados pelos mecanismos de poder, adotando, naquele momento, posições culturais e ideológicas “neutras”: não contestavam o poder e nem questionavam as relações de poder e a própria estrutura da sociedade.

Diante de tais constatações, é importante destacar que, naquele período, a política cultural do governo Vargas tinha o objetivo de consolidar o capitalismo industrial incipiente, e em um governo autoritário. Atualmente, vivemos em uma sociedade cuja dominação do capital se dá, sobretudo, ideologicamente e não somente pela coerção, devido à complexidade da sociedade civil e ao inchaço dos aparelhos privados de hegemonia. Pode-se compreender tal fato através da difusão, no âmbito tanto do Estado como da sociedade civil, de uma percepção da cultura como espetáculo em consonância com os padrões da indústria cultural, ao invés de sua percepção como um processo que trabalha valores simbólicos, organiza o imaginário, confere identidade e, portanto, fator constitutivo de um projeto nacional.

Além disso, pode-se afirmar que vivemos em uma conjuntura em que a acumulação de riquezas se dá de forma massiva fora do processo produtivo (hegemonia do capital financeiro), o que significa o máximo do fetiche da mercadoria¹⁷. Neste sentido, pode-se dizer também que o nível de alienação decorrente deste processo aprofundou-se de forma brutal, conferindo contornos ainda mais complexos à questão social.

O aprofundamento das expressões da questão social ocorre no momento em que tal padrão de acumulação passa a funcionar sem garantir inclusão no mercado de trabalho e acesso à política social. Se no Brasil a cidadania era atrelada ao mundo do trabalho, a gravidade é ainda maior, pois o aumento do desemprego gera, conseqüentemente, maior exclusão da população com relação à política social e maior precarização de suas condições de vida. Aliás, conforme sinaliza SOARES (2000), os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil foram muito mais graves que nos países capitalistas centrais e, ainda, colaboraram para aprofundar elementos perversos da formação social brasileira. A adaptabilidade do Brasil ao receituário neoliberal bem como as graves conseqüências desta adaptabilidade é resultado de sua inserção tardia e periférica neste sistema.

¹⁷ Resgatando de forma bem geral a brilhante análise de Marx em O Capital acerca da mercadoria e os processos de fetiche e alienação, os quais atingem o ápice no momento atual.

Em função da crise fiscal do Estado em um contexto recessivo, são reduzidas as possibilidades de financiamento das políticas sociais, sendo precarizada a prestação de serviços públicos, já que houve o enxugamento dos gastos governamentais com tais políticas, segundo parâmetros neoliberais. Por outro lado, a “satanização” do Estado¹⁸ e a exaltação do mercado abrem espaço para a iniciativa privada. Isto ao lado do crescimento exorbitante das políticas compensatórias, nos últimos anos, e inclusive no governo Lula, em detrimento do investimento do Estado na ampliação das políticas públicas.

O aprofundamento do caráter privatista do Estado tornou necessário um forte apelo às chamadas “organizações da sociedade civil” para atender às necessidades da população, o que se inscreveu na proposta de “reforma do Estado brasileiro”, iniciada em 1995, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, e entendida como inserida no processo de reestruturação do capital (MONTAÑO, 2002). Tal proposta estava pautada no chamado programa de publicização, o qual destacava que as atividades não-exclusivas do Estado operacionalizar-se-iam com melhores e mais amplos resultados se fossem executadas pelo “terceiro setor”, tendo em vista a possibilidade de maior controle social por parte do cidadão, a eficiência da gestão e a qualidade dos serviços ofertados. A partir desta constatação, o governo passou a priorizar as parcerias com a sociedade civil, limitando a definição deste conceito, configurando assim a noção de público não-estatal.

Se o autoritarismo gerou uma presença excessiva do Estado, inclusive na cultura, impedindo a construção da cultura popular, a democracia brasileira é constantemente tensionada pela significativa redução da esfera pública, onde o Estado não se constitui mais como referência identificatória, a partir da qual se tentou construir, ainda que de forma incompleta, um Estado de Bem-Estar. Isto, ao lado do crescente desemprego, pobreza e desigualdade social, configura-se um quadro do que se pode chamar de “autoritarismo social”¹⁹. Se a política social da ditadura era voltada para aqueles inseridos no mercado formal de trabalho, ainda que oriundos daquelas categorias reconhecidas pelo Estado, a atual está voltada para os extremamente pobres, inseridos na informalidade, sendo, portanto, implementada de forma precária pelo Estado ou pelo Terceiro Setor.

¹⁸ Conforme analisa Atilio Borón (1995). “A sociedade civil após o dilúvio neoliberal”. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. RJ: Paz e Terra, 1995.

¹⁹ DAGNINO, Evelina; ALVAREZ, Sonia (orgs.). “Os movimentos sociais, a sociedade civil e o ‘terceiro setor’ na América Latina: reflexões e novas perspectivas”. Primeira Versão, Campinas, IFCH, UNICAMP, nº 98, 2001.

Neste cenário, vem se fortalecendo uma cultura pós-moderna²⁰ que, ao lado da generalização de um modelo de acumulação flexível²¹, coopera para legitimar o capitalismo em nossa sociedade, trazendo o agravamento da questão social, diluindo a perspectiva de classe, impedindo a visualização das desigualdades sociais e dos atores sociais na cena política, destituindo o cenário do conflito e, conseqüentemente, afastando cada vez mais a perspectiva de transformação social.

As metamorfoses do mundo do trabalho – que geram análises que indicam a perda da centralidade do trabalho²² – dificultam que se perceba a centralidade da classe e da luta de classes na sociedade contemporânea. Conseqüentemente, ocorre a fragilização da identidade, uma vez dissociada da classe, escondendo, assim, o conflito entre as classes antagônicas e gerando a particularização da identidade. A idéia de emancipação, por sua vez, diante da fragilização da identidade e da consciência de classe, dilui-se no interior da sociedade.

Neste quadro de enorme complexidade, o estudo do tema proposto como objeto da dissertação visa evidenciar a relevância da cultura como instrumento de resistência, apesar dos obstáculos da pós-modernidade e da sociedade fetichista que vivemos, que torna senso-comum a idéia da cultura como mercadoria, folclore e entretenimento, e obscurece seu caráter de classe²³. Neste sentido, torna-se necessário aprofundar este conceito a fim de que se evite cair nas armadilhas conceituais da pós-modernidade, que segundo HARVEY (2005), constitui-se como a ideologia da acumulação flexível. É importante ter em mente que não estamos considerando o senso-comum em um sentido

²⁰ Utilizamos também como referência para a discussão sobre a pós-modernidade o trabalho de Perry Anderson “As origens da Pós-Modernidade”.

²¹ HARVEY (2005) enfrenta a questão da pós-modernidade como a vertente cultural da acumulação flexível. Vale lembrar que, no caso do Brasil, onde se vivenciou um fordismo inacabado, os efeitos deste modelo de acumulação flexível, bem como da pós-modernidade, são mais perversos e facilmente aprofundados, uma vez que aqui configuraram-se como modelos vivenciados de forma tardia e periférica.

²² Na década de 1980, OFFE (1989) já havia questionado a centralidade do trabalho na sociedade, afirmando que este questionamento tinha fundamento no fato de que a tônica temática nos trabalhos das Ciências Sociais na época mostrava indícios para a constatação de que o trabalho e a posição do trabalhador no processo produtivo não era tratado como o principal organizador das estruturas sociais. O mundo do trabalho vem sendo tema central nos últimos anos de discussão sociológica de outros teóricos como: Habermas, Antunes, Kurz, Mészáros, Woff, Gorz, dentre outros. Os autores supracitados cada qual a seu modo referem-se às transformações no mundo do trabalho, ilustrando as diversas manifestações sobre o debate da centralidade do mundo do trabalho em nossa sociedade, como, por exemplo, o processo de trabalho, o mercado de trabalho e a ação coletiva, todas essas transformações afetam diretamente a dinâmica da vida social, com conseqüências muitas das vezes imperceptíveis aos olhos da grande maioria da sociedade.

²³ Para enfrentar as contradições contemporâneas que têm reduzido a cultura como mercadoria, não poderíamos deixar de remeter-nos ao conceito de mercadoria em Marx, o qual traz em seu bojo os conceitos de fetiche e alienação. Neste debate, destacamos as reflexões suscitadas no âmbito da Escola de Frankfurt (ADORNO e HORKHEIMER, 1985; MARCUSE, 1964; BENJAMIN, 1935) as quais, resguardadas suas particularidades, contribuíram muito para entendermos como o capitalismo veicula a lógica da mercadoria para a esfera da cultura. Além disso, trabalhamos com autores que, mais recentemente, têm abordado a

pejorativo. Entendemos a relevância que este conceito tem na teoria gramsciana, segundo a qual há que se respeitar o saber popular, mesmo que em sua fragmentariedade, sendo, entretanto, necessário fazer uma avaliação crítica das opiniões e das “crenças” disseminadas no “senso comum”, de modo a estabelecer uma relação dialética com o “bom senso”, presente em tantos conhecimentos.

Nossa investigação parte da hipótese de que o campo da cultura é um elemento decisivo por onde a política social do Governo Lula tem contribuído para construção do consenso e manutenção da hegemonia burguesa, inclusive no sentido de difundir no plano superestrutural uma dada prática política, apoiada pelas agências multilaterais, como solução de combate à pobreza, nela imprimindo o selo de enfrentamento moral das desigualdades, em consonância com os interesses do capital financeiro. E isto é possível através do redimensionamento da sociedade civil. O Programa Cultura Viva faz parte de um complexo e contraditório universo onde as políticas sociais estão reconfiguradas e portanto adquirindo contornos mais próximos do assistencialismo, perdendo seu sentido e possibilidade de mudança. Constitui-se como um grande exemplo dos rumos da política social na contemporaneidade, e por isso necessita ser investigado.

Conforme sabemos, o Estado capitalista é um estado de classe, o qual tende a organizar a sociedade conforme a concepção de mundo da classe dominante e dirigente, e isto se dá primordialmente através dos aparelhos de hegemonia política e cultural das classes dominantes na sociedade civil. Assim sendo, o Estado neoliberal abre mão de medidas regressivas de enfrentamento da questão social, com vistas à legitimação social da hegemonia burguesa na sociedade contemporânea, constituindo-se a cultura como um terreno fértil para a construção do consenso no contexto democrático.

O projeto de sociabilidade neoliberal, posto em prática no Brasil nas duas últimas décadas do século XX e avançando no século XXI, vem se caracterizando pela negação do conflito e até mesmo a existência da divisão da sociedade em classes; pela “conciliação” de interesses entre grupos considerados “plurais”; pela auto-organização; pelo desenvolvimento local; pelo trabalho voluntário; e pela ideologia da responsabilidade social das empresas (NEVES, 2004). Neste quadro, permanecem intocadas as relações de exploração e dominação, parecendo estar longe de serem abolidas na contemporaneidade. Neste sentido, o Estado brasileiro – na tentativa de

mercantilização da cultura na sociedade contemporânea, dominada pela mercantilização da cultura, pelo consumo e pela imagem.

conduzir amplos setores da população a uma reforma intelectual e moral adequada ao projeto dominante de sociedade - vem redefinindo suas práticas, instaurando uma nova relação com a sociedade civil, em direção à estabilização deste projeto neoliberal.

Ao lado das transformações do mundo do trabalho e da redefinição do papel do Estado e da fragilização da esfera pública, percebemos uma difusão crescente de uma cultura do consumo e da imagem, onde a própria cultura é reduzida à sua condição de mercadoria, havendo também o acirramento do caráter fetichista das relações sociais, espraiado para todas as esferas da vida social. Como resultado destes fenômenos, ocorre o obscurecimento das relações de classe, suas contradições e conflitos, tendo impacto direto na desmobilização das lutas das classes subalternas.

Por sua vez, constatamos que as metamorfoses verificadas na trajetória do Partido dos Trabalhadores, marcada pela oscilação, nos últimos anos, que vai da negação (característica do movimento político organizado pelo setor combativo do operariado em torno de um projeto assumidamente socialista) ao consentimento e adesão ao capitalismo (IASI, 2006), abrem espaço para a adoção e implementação de uma política social, a qual tem na cultura um instrumento para construir o consenso e legitimar o domínio sobre as classes subalternas.

A análise crítica proposta a respeito de como o capitalismo opera mudanças na realidade, moldando valores e práticas na sociedade sob sua direção, tem como fundamento as reflexões do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci.

Tomando como referência a análise de Gramsci sobre as sociedades orientais e as ocidentais, podemos verificar como o capitalismo reproduz-se e reafirma sua hegemonia em diferentes momentos históricos. Para ele (2000), nas sociedades orientais não havia grandes aprendizados com relação à ação política e, portanto, a sociedade civil era considerada “primitiva” e “gelatinosa”, pouco organizada politicamente. Segundo o pensador, a partir de 1870, devido às mudanças relativas ao rápido desenvolvimento da indústria à organização do trabalho com a difusão do fordismo e do americanismo, e à socialização da política, a sociedade politiza-se e o Estado (ou sociedade política) amplia-se, redefinindo suas funções de comando, governo e domínio para as funções de direção cultural e política das classes dominadas (hegemonia), por meio do consenso e através dos chamados aparelhos privados de hegemonia. Assim sendo, do mesmo modo que estrutura e superestrutura constituem, numa relação dialética, uma totalidade histórica, Estado e sociedade civil consubstanciam-se em um

bloco histórico, resultando que “sociedade política + sociedade civil” significa “hegemonia couraçada de coerção”.

O campo da cultura, ao estar localizado no centro desta disputa pela hegemonia na sociedade, torna-se importante aparelho de difusão da ideologia dominante, servindo, ao mesmo tempo, para limitar a veiculação de uma perspectiva contra-hegemônica. Isto não significa, porém, que os aparelhos privados de hegemonia sejam, na visão gramsciana, meros reprodutores do *status quo*. Pelo contrário, numa perspectiva radicalmente distinta, conforme a correlação de forças existente em cada conjuntura histórica, tais aparelhos guardam em si mesmos as possibilidades de construção de uma contra-hegemonia. Entretanto, verificamos que a correlação de forças existentes atualmente reforça a hegemonia do capital através da ação do Estado, restringindo cada vez mais as possibilidades de uma contra-hegemonia.

Sob os ditames do neoliberalismo, assistimos ao desmonte do precariamente construído Estado de Bem-Estar Social no Brasil, tornando o Estado como coordenador das iniciativas privadas da sociedade civil.

Para NEVES (op. cit.), o novo bloco histórico instaurado com o neoliberalismo impôs uma “nova pedagogia da hegemonia”, cuja finalidade foi redefinir o padrão de politização fordista. Tal redefinição vem se dando por meio de um movimento de “repolitização da política”, cujos traços definidores são, em linhas gerais: incentivo a um tipo de participação restrita a movimentos caracterizados por soluções individuais; desmobilização dos sujeitos políticos coletivos comprometidos com a contra-hegemonia, o que teve como pressupostos objetivos a precarização das relações de trabalho e a desregulamentação dos direitos trabalhistas, atuando no sentido de restringir o nível de consciência política coletiva dos organismos da classe trabalhadora; estímulo estatal à expansão dos grupos de interesse não diretamente ligados às relações de trabalho, como os movimentos de mulheres, crianças, jovens, terceira idade, raça e etnia, entre outros, cujos legados culturais podem promover a hegemonia da ideologia do capitalismo, podendo inclusive ser funcionais à estabilização da hegemonia burguesa.

Um desdobramento deste último aspecto apontado pela autora tem a ver com a ação dos organismos internacionais em direção à expansão acelerada dos aparelhos privados de hegemonia voltados para a organização política no nível mais elementar da consciência política coletiva, expansão esta que se processa por meio da privatização,

fragmentação e focalização das políticas sociais nas quais se materializam as ações do Terceiro Setor.

A atuação destas organizações – consideradas pela autora como sendo os “novos intelectuais orgânicos” – promove a desvalorização da igualdade como princípio fundamental da convivência social, substituindo-a pela liberdade individual como valor moral radical, uma vez que o bem-estar social, que era tarefa do Estado, passa a constituir-se em tarefa dos indivíduos e grupos. Estes sujeitos políticos que contribuíram para a consolidação da hegemonia burguesa nos anos de fordismo – como empresários, a mídia, entre outros – redefinem suas funções, atuando nos chamados programas de responsabilidade social, muitas vezes com financiamento estatal.

Não é exagero afirmar que tal atuação resulta na obtenção do consenso passivo dos segmentos subalternos ao projeto de sociabilidade burguesa, conformando-os às idéias e práticas de expropriação e dominação burguesas.

Por sua vez, o apoio e a adesão de setores de esquerda ao projeto neoliberal, não somente no plano nacional mas também internacionalmente, acaba por impor sérias dificuldades à difusão de um projeto verdadeiramente contra-hegemônico, comprometido com os interesses e com a emancipação das classes subalternas.

É neste complexo e contraditório cenário sócio-político, econômico e cultural que se vivencia a “parceria” entre Estado e sociedade civil na gerência das políticas sociais, com destaque para o Programa Cultura Viva.

Com base nas reflexões desenvolvidas acima, objetivamos desvelar as relações sociais que se configuram na história recente do Brasil e apreender as múltiplas expressões e as contradições da realidade brasileira atual, no que concerne à manutenção da hegemonia dominante. Desse modo, realizar uma interpretação das novas configurações da questão social na contemporaneidade e das medidas estatais de enfrentamento da mesma no campo das políticas sociais voltadas para a cultura em nosso país também é nosso objetivo.

Entendemos que tais reflexões também podem nos auxiliar a: destacar a cultura como expressão da luta de classes, em um contexto de fragilização e fragmentação da identidade de classe na chamada sociedade pós-moderna, sob a égide do capital financeiro; enfrentar as contradições do conceito de sociedade civil, bem como os de cidadania, democracia, e participação, na contemporaneidade; aprofundar a discussão sobre a importância de resgate do sentido do público no enfrentamento da questão social contemporânea; problematizar os avanços e limites do governo Lula no Brasil,

evidenciando em que medida o mesmo superou, em sua política cultural, a ótica conservadora da cultura.

Diante do exposto, podemos afirmar que são essas as razões que nos levaram à escolha da análise do Programa de Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva, no período de 2005 (ano em que se iniciou a pesquisa de avaliação) a 2007 (até onde pudemos acompanhar a implementação desta política), como objeto de reflexão, capaz de guiar nossas análises.

Tendo o marxismo como referência teórico-metodológica, há que se dizer que a metodologia será construída na própria relação entre sujeito e objeto, entretanto, entendendo que esta não pode ser construída aprioristicamente, mas no seu próprio desenvolvimento. Entendemos que os processos sociais devem ser entendidos em suas determinações, complexidades, ideologias e transformações dadas pelos sujeitos. Parece conveniente salientar que a visão gramsciana de construção de conhecimento não separa a ciência da posição social e dos pressupostos teóricos que orientam os atores e os próprios cientistas. Esta relação dialética, defendida pela “filosofia da práxis”, e contrária aos defensores da neutralidade científica, pode contribuir para ampliar ainda mais os horizontes da ciência e da compreensão histórica²⁴. Para ele, é o próprio homem, os interesses de classe, as relações sociais, a concepção de mundo predominante em um dado momento histórico, que estabelecem a objetividade do real. O ponto de partida é sempre a realidade concreta, porém, acompanhada de um ponto de vista. Uma vez que são históricas e construídas a partir de um ponto de vista, as afirmações científicas são consideradas por ele superáveis, pois nenhuma ciência é definitiva. Com base nisso, afirmamos que o estudo não pretende esgotar a temática, mas antes contribuir para seu aprofundamento, necessitando, assim, de um contínuo desenvolvimento.

Deste modo, esta dissertação faz uso de muitos dados empíricos sem perder a característica teórico-interpretativa de sua motivação, resultado de um levantamento de fontes bibliográficas, artigos, relatórios, sites de pesquisa acerca do tema, pesquisa em fontes documentais, articulada à apropriação de dados qualitativos e quantitativos oriundos do desenvolvimento do projeto de pesquisa de Avaliação e Monitoramento do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva. Ao lado disso, contribuíram para o aprofundamento de nossa investigação a participação em

²⁴ SEMERARO, Giovanni. “Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci”. Revista Brasileira de Educação. ANPED, SP: 2001.

congressos nacionais e internacionais, seminários, produção de artigos e participação em reuniões de equipe do LPP e em eventos promovidos pelo Ministério da Cultura.

Visando a melhor compreensão possível, a dissertação foi subdividida em três capítulos, interligados dialeticamente. O Primeiro Capítulo busca registrar as mais evidentes alterações ocorridas na estrutura e na dinâmica da questão social na sociedade contemporânea, e como isto tem rebatimento no campo da cultura. O Segundo Capítulo aborda os principais elementos do conceito de cultura no marxismo, com ênfase na centralidade deste conceito na teoria gramsciana. E, finalmente, o Terceiro Capítulo analisa os elementos constitutivos da política cultural brasileira, acompanhando seu percurso até os dias atuais, com destaque para o Programa Cultura Viva, em que pese a apresentação da orientação do trabalho empírico realizado e de seus resultados.

Capítulo 1

A RADICALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO CAPITAL FINANCEIRO

É conhecido que, historicamente, a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos relativos ao trabalho, exigindo seu reconhecimento como classe. Por questão social entendemos “o conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001: 16). Para NETTO (2001), a origem da questão social está também situada no contexto da emergência do capitalismo urbano-industrial na Europa ocidental no século XIX, evidenciando uma nova dinâmica da pobreza, a qual, apesar de não se constituir como um fenômeno recente, ampliava-se e generalizava-se entre a grande massa da população.

Assim sendo, ela é expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais historicamente situadas, no conflito entre o Capital e o Trabalho. Em todo seu percurso histórico, chegando aos dias atuais, a questão social foi assumindo diferentes configurações e manifestações relacionadas à cada momento histórico, sendo que no momento atual ela constitui-se a partir das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado no contexto do estágio mundializado do capitalismo contemporâneo.

As análises recentes apontam que os processos de mundialização e financeirização da economia provocam a generalização das relações mercantis para todas as esferas da vida social, produzindo redefinições profundas nas manifestações da questão social, nas formas de sociabilidade, nas relações entre economia, política e mercado, determinando novas e complexas configurações nos âmbitos do Estado e da sociedade civil. Assim sendo, o seu agravamento é resultado deste amplo processo e está intimamente ligado à responsabilidade pública dos governos de garantir trânsito livre para o capital especulativo, transferindo lucros e salários do âmbito da produção para a esfera da valorização financeira (IAMAMOTO, 2005).

Diante da globalização do sistema de produção e dos mercados, bem como do vertiginoso desenvolvimento tecnológico e informacional, ocorrem profundas mudanças nos processos de trabalho, impulsionadas pela intensificação da competição

intercapitalista, gerando terceirização ou subcontratação, trabalho temporário, parcial, e as diferentes formas de precarização do trabalho, conforme poderemos constatar nas discussões que se seguem. Não é casual afirmar que tais mudanças acabam por reproduzir o ciclo de pobreza e desigualdade social, sendo estas últimas encaradas contemporaneamente como questões de filantropia e solidariedade social, sendo enfrentadas através de ações de caráter focalizado e emergencial, que dificilmente ultrapassam o plano do assistencialismo e, conseqüentemente, não se afirmam como direito.

Assistimos hoje a profundas transformações na configuração da classe trabalhadora e da luta de classes, de tal forma que alguns analistas chegam a afirmar a fragilidade de tais conceitos como referência²⁵. Tal perda de referência está associada àquelas análises que afirmam a perda da centralidade do trabalho, mas na verdade é fruto da tentativa de se dar respostas às transformações pelas quais vem passando a economia capitalista. Vale lembrar que tais transformações demandaram estratégias econômico-políticas de superação da crise estrutural do capital instaurada no período pós-1970, através do ideário neoliberal como projeto hegemônico de reestruturação e que se referenciam nos processos de “reestruturação produtiva” e “reforma do Estado”.

As metamorfoses do mundo do trabalho – que, ao lado da redefinição do papel do Estado, geram uma complexificação da questão social – impedem que se perceba a centralidade da classe e da luta de classes na sociedade contemporânea. Segundo Francisco de Oliveira (1999), a classe social não desaparece do cenário, ela se “virtualiza”, e isso tem a ver com o atual estágio do capitalismo, o capital financeiro, o capital fetiche, o qual cria uma ilusão de não-exploração do trabalho, uma vez que não existe mais a classe social, e portanto, a identidade associada à classe também desaparece. Isto porque

“(...) trata-se, hoje, de uma espécie de extração virtual do valor: o capital já não necessita dos antigos constrangimentos que foram a forma técnica do processo de trabalho e que ao mesmo tempo, apropriados pelos trabalhadores, se constituíram em suas identidades e, pois, em suas armas para reivindicar, nos termos de Rancière, a parte dos que não têm – ou que não tinham – parte”. (op. cit.: 12).

Em outro trabalho, OLIVEIRA (2004) afirma que a chamada flexibilização do contrato de trabalho significa muito concretamente uma informalização que penetra todas as ocupações e redefine por inteiro as relações de classe. Para o autor, a informalização é o trabalho "sem forma" que se expande e, com isso, as relações entre classe, representação e política sofrem um intenso processo de erosão.

Em uma rica análise sobre o caráter fetichista da sociedade burguesa, que atinge seu auge no capital financeiro, IAMAMOTO (op. cit.) afirma que, em tal sociedade, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais alienam-se dos próprios homens, de forma que o caráter mistificador que envolve o trabalho e a sociabilidade conduz a uma invisibilidade do trabalho e a uma radicalização das expressões da questão social. Entretanto, tais relações aparecem como dadas, sem que se coloque em questão suas reais determinações, pois nesta transição de século, o capital se faz totalidade, subordinando a sociedade aos fins da valorização. Ou seja, a racionalização do capital passa a estruturar toda a vida social, não somente o mundo da produção, mas a produção da consciência social. Deste modo, lembrando Marx, ela afirma ser esta a chamada pós-modernidade a realização mais adequada do capital, onde a riqueza torna-se abstrata, meramente quantitativa, e cuja única finalidade é aumentar sua quantidade de modo ilimitado, indiferentemente à satisfação das necessidades humanas.

O capital internacionalizado expande sua face financeira e especulativa, operando sem regulamentações e, ao mesmo tempo, reduz a capacidade contratual da força de trabalho, aumentando as contradições entre as classes. Entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho faz crescer a riqueza acumulada produzida e reproduzida pelo trabalho, no mesmo movimento que desenvolve sua pobreza e sujeição ao capital.

Como na sociedade capitalista a mercadoria é o caráter predominante, todas as relações sociais aparecem com atributo de coisas, inclusive o próprio trabalhador, que aparece como um mero vendedor de mercadorias, sua força de trabalho, a qual constitui-se apenas em meio para conservar o valor e aumentá-lo, produzindo o trabalho excedente absorvido pelo capital, ficando o trabalho destituído, assim, de sua capacidade criadora. A este privilegiamento dos atributos das coisas materiais em detrimento das relações sociais que as qualificam Marx chamou de reificação. E a grande armadilha desta reificação está no fato de que todos os meios de produção e as formas de trabalho socialmente desenvolvidas manifestam-se como formas de desenvolvimento do capital, de modo que o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho apresenta-se invertido como força produtiva do capital diante do

²⁵ Uma excelente síntese dessas questões encontra-se em ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O Debate sobre a Centralidade do Trabalho*. SP: Expressão Popular, 2006.

trabalhador (porque só aparecem assim desenvolvidas no modo de produção capitalista), como coisas que lhes são alheias e o dominam.

Assim, as condições de trabalho erguem-se como forças produtivas do capital como pré-existentes e independentes do trabalhador, a ciência e seu emprego na produção apresenta-se subjugada ao capital, bem como todo o desenvolvimento da sociedade aparece como desenvolvimento do capital.

A mistificação do regime capitalista de produção estabelece-se, conforme analisa a autora, com base na teoria marxiana, inclusive nas fontes de rendimento: capital, terra e trabalho aparecem como fontes, respectivamente, de juros, renda fundiária e salário, tidos como seus produtos. Estas fontes de rendimento são apresentadas como se fossem correspondentes a esferas distintas, não relacionadas entre si, quando na verdade são parte do mesmo valor produzido, ou seja, do trabalho social materializado produzido pelo trabalhador.

O caráter fetichista da relação capitalista alcança seu grau máximo no capital que rende juros, pois o capital dinheiro aparece numa relação consigo mesmo, como fonte independente de criação de valor, à margem do processo de produção, destituindo o seu caráter antagônico frente ao trabalho. Considerado qualitativamente, o juro é mais-valia (trabalho não retribuído), embora apareça separado do processo real de produção, conforme se pode verificar na citação abaixo:

“O juro, em si, expressa a mera existência das condições de trabalho enquanto capital, em sua oposição social e sua metamorfose em poderes pessoais frente ao trabalho e sobre ele. Resume o caráter alienado das condições de trabalho em relação à atividade do sujeito. Apresenta a propriedade pertencente ao capital ou a simples propriedade do capital como meio de apropriar-se dos produtos do trabalho alheio, como domínio sobre o trabalho dos outros. Mas apresenta esse caráter de capital na qualidade de algo que lhe cabe fora do próprio processo de produção e que de nenhum modo resulta da determinação específica deste próprio processo de produção. Mas em vez de apresentá-lo em oposição ao trabalho, o faz sem qualquer relação com ele, mero vínculo de um capitalista com outro” (MARX apud IAMAMOTO, 2005: 71).

Ao analisar o fetichismo inerente ao mundo dominado pelas finanças, CHESNAIS (2001) afirma que se tem “dinheiro produzindo dinheiro, um valor valorizando-se por si mesmo, sem que nenhum processo (de produção) sirva de mediação aos dois extremos”. Para ele, o triunfo do fetichismo financeiro provocou um salto do fetichismo inerente à mercadoria. A extensão e a liberdade quase completa adquirida pelo capital dentro do quadro da globalização também contribuíram muito para isso, pois, enquanto o fetichismo inerente à mercadoria e ao dinheiro parece ter sido contido durante algumas décadas, com a ajuda das instituições sociais e políticas que comprimiram o capital em um quadro nacional, a mundialização do capital

apresenta-se como sendo o quadro onde “a relação social dos produtores no conjunto do processo do trabalho” aparece mais uma vez e com uma força renovada “como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos”.

As considerações acima expostas, embora necessitem ser melhor aprofundadas, sendo apresentadas aqui apenas em linhas gerais, servem para demonstrar como a reificação do capital, ao tornar invisível as relações sociais que a produzem, dificultam a apreensão das condições reais dos processos sociais, tornando um obstáculo à plena organização da classe trabalhadora, uma vez que o capital subordina toda a organização da vida em sociedade: econômica, política e culturalmente.

O aprofundamento das expressões da questão social na contemporaneidade ocorre no momento em que tal padrão de acumulação passa a funcionar sem garantir inclusão no mercado de trabalho e acesso à política social. Se no Brasil a cidadania era atrelada ao mundo do trabalho (SANTOS, 1987), a gravidade é ainda maior, pois o aumento do desemprego gera, conseqüentemente, maior exclusão da população com relação à política social e maior precarização de suas condições de vida. Aliás, conforme sinaliza SOARES (2000), os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil foram muito mais graves que nos países capitalistas centrais e, ainda, colaboraram para aprofundar elementos perversos da formação social brasileira. A adaptabilidade do Brasil ao receituário neoliberal bem como as graves conseqüências de tal adaptabilidade é resultado de sua inserção tardia e periférica neste sistema.

Desde a década de 1970, vêm se afirmando mudanças no contexto da crise global contemporânea, que se abre a partir de então. Dentre as estratégias econômico-políticas de superação da crise estrutural do capital instaurada no período pós-1970, através do ideário neoliberal como projeto hegemônico de reestruturação, pode-se destacar o processo de reestruturação produtiva que, como nova forma de acumulação de capital, trouxe determinações com graves conseqüências para o mundo do trabalho. A revolução tecnológica, a automação, a robótica, ocorridas na década de 1980, inseriram-se nas relações de produção, emergindo, assim, novos processos de trabalho.

Para HARVEY (2005), ocorre a passagem de um padrão de acumulação marcado pela produção em série e de massa e pelo cronômetro (fordismo e taylorismo) para um novo padrão, a acumulação flexível, estando em confronto direto com a rigidez do fordismo. Tendo como elementos constitutivos básicos produção conduzida pela demanda (“just in time” e “kan ban”) e sustentada na existência do estoque mínimo; processo de trabalho intensificado, destacando-se a existência de trabalhadores

multifuncionais, polivalentes e em equipe; flexibilização da organização do trabalho; terceirização; subcontratação; Círculo de Controle de Qualidade (CCQ) e Controle de Qualidade Total. Esse padrão de acumulação tem no toyotismo ou modelo japonês a sua forma mais acabada, cujo ponto mais marcante é a subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital de forma mais consensual, mais envolvente, mais participativa e mais manipulatória, promovendo o que ANTUNES (1995) chama de “sindicalismo de participação” no lugar do sindicalismo classista dos anos 1960/1970, o que permite uma aproximação do sindicalismo com o universo do ideário neoliberal e, conseqüentemente, sua desarticulação.

Apesar de utilizar a referência acima para mapear as novas configurações do mundo do trabalho, é importante dizer que não se pretende aqui realizar uma abordagem linear sobre tais transformações, as quais acabam desconsiderando as particularidades do desenvolvimento capitalista em cada país, adotando um modelo único de explicação de uma realidade tão complexa. Deste modo, cabe ressaltar que tais mudanças operaram de diferentes formas, no sentido de gerar a heterogeneidade do trabalho, porém, tendo como interesse comum a extração do trabalho excedente - a mais-valia que, em tempos de hegemonia do capital financeiro, é possível de ser extraída fora do processo produtivo, ou seja, o capital financeiro circula e reproduz-se autonomamente em relação ao capital produtivo e, portanto, sem investimento e prestação de serviço.

Assim sendo, pode-se afirmar que não há um esgotamento completo do fordismo em favor do toyotismo, e sim uma morfologia heterogênea que varia de acordo com as particularidades de seu desenvolvimento em cada país, mas que acabam resultando na penalização do trabalho. Tal heterogeneidade, tanto no que toca à forma de desenvolvimento quanto às conseqüências, é uma característica constitutiva da globalização capitalista que CHESNAIS (1996) mais adequadamente chama de mundialização do capital.

O emprego do termo mundialização pelo autor, ao invés de globalização, deve-se ao fato de que este último termo designa uma internacionalização econômica “livre”, supostamente não submetida a intervenções institucionais ou nacionais, dando ao mesmo um sentido de neutralidade, como se houvesse uma maior liberdade de atuação dos indivíduos no mercado. Porém, esta conotação ideológica parece esconder que não há um mundo comandado livremente pelo mercado, mas um mundo organizado de

forma bastante rígida e hierárquica, tendo os Estados Unidos posição privilegiada, ao lado de outras potências que dominam o restante do mundo. Este quadro configura a forma mais acabada do imperialismo, onde tais potências dominam não somente a produção industrial e a tecnologia avançada, mas decidem o que deve ou não ser globalizado. Como exemplo disso, o autor cita a questão da circulação do capital financeiro, o qual não deve ter fronteiras, ao passo que as relações de trabalho devem permanecer compartimentadas, a fim de que as multinacionais possam “deslocalizar-se”, explorando as diferenças.

Para o autor, em termos mundiais, a homogeneização - da qual a mundialização do capital é portadora no plano de certos objetos de consumo e de modos de dominação ideológicos por meio das tecnologias e da mídia - permite a completa heterogeneidade e a desigualdade das economias. O fato de que se tenha integração para uns e marginalização para outros, resulta do processo contraditório do capital na busca de rentabilidade, ao mesmo tempo em que ele determina os limites. Deixando-o por sua conta, operando sem nenhuma rédea, o capitalismo produz a polarização da riqueza em um pólo social (que é também espacial), e no outro pólo, a polarização da pobreza e da miséria mais “desumana”. A mundialização do capital não apaga a existência dos Estados nacionais, nem as relações políticas de dominação e de dependência entre estes; acentua, ao contrário, os fatores de hierarquização entre os países. A mundialização do capital foi também inigualável com as modificações nas relações políticas, compreendidas desta vez como relações internas às classes dirigentes dos países capitalistas avançados. Vê-se que os fundamentos da mundialização atual são tanto políticos como econômicos, de tal modo que o triunfo atual do “mercado” não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos.

São as finanças que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado. Como mola deste processo de mundialização, destaca-se uma nova forma de organização do trabalho, qual seja, desregulamentada e flexibilizada, numa ofensiva contra as conquistas trabalhistas do pós-guerra. A desregulamentação e a flexibilização do trabalho geram, por sua vez, uma ampliação das formas de trabalho hoje presentes, entre elas a informalidade e a precarização, esta última caracterizada, entre outras, pela degradação das relações de

trabalho, terceirização e trabalho temporário. Além disso, têm sérias conseqüências para o processo de formação da identidade de classe pelos trabalhadores. A marginalização resultante de tal processo faz também reaparecer, nos países pobres, as piores calamidades de desnutrição, fome, doenças, assim como as guerras civis em inúmeras partes do mundo.

Diante deste quadro, têm predominado análises que apontam para a perda da centralidade do trabalho. Segundo BRAGA (1996), o traço que perpassa quase a totalidade dos debates a respeito da crise da sociedade do trabalho estrutura-se sobre bases essencialmente economicistas (GORZ, 1988; OFFE, 1989; KURZ, 1992; HABERMAS, 1980). Nisto reside o abandono de perspectivas de transformação das relações de produção dominantes, uma vez que parte da dissociação entre a problemática do trabalho e a questão da correlação de forças entre as classes. A seguir, apresentamos os principais elementos deste debate, não pretendendo portanto realizar uma análise exaustiva do mesmo.

Na década de 1980, OFFE (1989) já havia questionado a centralidade do trabalho na sociedade, centralidade presente nas pesquisas de Marx, Durkheim e Weber, apesar das divergências teóricas e metodológicas. Para OFFE (op. cit.), a razão que levaria o pensamento social clássico a considerar o trabalho como “fator social fundamental” de suas teorias, deveria ser buscado no contexto histórico vivido pela sociedade industrial da época, de tal modo que, com o desenvolvimento da atividade industrial no século XIX, o trabalho e o trabalhador apareceriam como o mais importante princípio organizador da sociedade. Entretanto, as mutações ocorridas a partir da década de 1980, com destaque para a aplicação da automatização de base microeletrônica e de caráter informacional, bem como para o desemprego estrutural daí decorrente, questionavam a centralidade do trabalho como “fator de integração social”.

Neste sentido, a tônica temática dos trabalhos nas Ciências Sociais mostrava indícios para a constatação de que o trabalho e a posição do trabalhador no processo produtivo não era tratado como o principal princípio organizador das estruturas sociais. Ele dizia que adotava-se uma abordagem oposta, de que as experiências feitas no trabalho e o potencial de conflitos daí resultantes eram constituídos, fragmentados e diferenciados por interpretações próprias ou alheias, elaboradas fora do ambiente do trabalho. Neste sentido, o autor coloca a necessidade de referências teóricas que dêem conta desta realidade, apresentando como exemplo a “teoria da ação comunicativa” de Habermas, que constrói a estrutura e a dinâmica das sociedades modernas não como

um antagonismo auto-enraizado na esfera da produção, ou seja, uma substituição do mundo da produção pelo “mundo da vida” (do cotidiano, da linguagem, etc.).

Nos marcos de tal problematização economicista, vale destacar as análises dos sociólogos André Gorz e Robert Kurz sobre a crise da sociedade do trabalho, as quais tiveram como fundamento último o reducionismo economicista encerrado na dominância da problemática do desenvolvimento autônomo das forças produtivas como fator determinante do movimento histórico alheio à luta de classes. Tais teses tiveram grande repercussão sobre o chamado “campo crítico” ou “progressista”, inclusive no Brasil.

Desde seu ensaio “Adeus ao proletariado”, GORZ (1982) assume a temática da abolição do trabalho. Para ele, esta se daria com a abolição do regime de assalariamento, tendo como conseqüência a abolição do capitalismo. Isto seria possível não a partir da organização das classes subalternas mas pela técnica, ou seja, o advento da “revolução autônoma das forças produtivas”, que geraria o incremento do progresso técnico, realizaria a subversão da lógica do capital ao superar a lei do valor, a centralidade do trabalho, a luta de classes. A automatização das forças produtivas liberaria o indivíduo frente ao trabalho, abrindo caminho para a construção da chamada “sociedade do tempo livre”. Esta liberação do tempo superaria o capitalismo sem a necessidade de uma revolução política.

BRAGA (op. cit.) destaca que o fatalismo de GORZ (op. cit.) com relação ao incremento do progresso técnico esvazia o poder na esfera do trabalho, não podendo ser este compreendido como atividade própria do trabalhador. Sob esta perspectiva, a divisão capitalista supera a classe trabalhadora. E, uma vez que esvazia o poder do trabalho, esvazia também a dimensão política da tecnologia, de sua produção e execução. Isto representa a reificação da divisão capitalista do trabalho e a aceitação da ideologia do progresso técnico como critério de determinação histórico.

Para BRAGA (op. cit.), o debate sobre a crise do trabalho, em KURZ (1992), assume dimensões ainda mais fatalistas. Partindo da discussão sobre o colapso do Leste Europeu (pós-1989), KURZ (op. cit.) tenta demonstrar que o fundamento da crise do sistema mundial produtor de mercadorias está relacionado à dissolução da sociedade do trabalho. A idéia central de sua análise é a de que, com o advento da automação, o capital torna obsoleta a força de trabalho e perde sua capacidade de explorar. A crise contemporânea consiste, portanto, na eliminação tendencial do trabalho produtivo, não existindo razão para que tal crise seja criticada no ponto de vista da luta de classes. A

possibilidade de saída da crise estaria centrada no universo dos “novos movimentos sociais” ou, ainda, do chamado Terceiro Setor, por serem estes considerados capazes de estabelecer os critérios constitutivos do novo paradigma de reprodução social não mais centrado no considerado obsoleto paradigma produtivo.

Um elemento central presente em tais análises é a categoria trabalho, entretanto, ao não considerarem o progresso técnico como elemento político do projeto hegemônico das classes dominantes, estas resultam num reducionismo economicista que contribui para reificar e naturalizar tal projeto, colocando-se longe de uma perspectiva revolucionária. Como sinaliza BRAGA (op. cit.), considerar o incremento das forças produtivas como motor autônomo do desenvolvimento histórico, neutraliza a determinação de caráter classista, como se o capital operasse a supressão das classes em luta. O efeito político imediato desta tendência é a passivização da ação organizada das classes subalternas em direção à revolução nas relações dominantes de produção.

A tese sobre a perda da centralidade do trabalho apóia-se exatamente nesta mudança na composição da classe trabalhadora, que gera o declínio do protagonismo do setor operário da classe trabalhadora e a ascensão de movimentos cujo centro não é o local da produção²⁶. O que se deve ter em mente é que as metamorfoses do mundo do trabalho indicam uma mudança no perfil da classe e não o seu fim, uma vez que o conflito Capital X Trabalho continua a ser central em nossa sociedade pois, apesar de sofrer as diferentes formas de precarização, o trabalho coopera para a acumulação, entretanto, sem as garantias legais de estabilidade e proteção.

Assim sendo, podemos afirmar que, sem perder sua centralidade na sociedade contemporânea, o que se pode verificar é uma “desproletarização do trabalho industrial”, conforme assinala ANTUNES (op. cit.), ao mesmo tempo em que se efetiva uma expansão do trabalho assalariado em função da ampliação do assalariamento no setor de serviços. Paralelamente, verifica-se uma heterogeneização do trabalho, expressa na incorporação do contingente feminino no mundo operário, bem como uma “subproletarização” presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado. Ocorreu uma mudança na composição da classe trabalhadora, processo contraditório que significou, em alguns casos, um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e, em outros, um retorno às

²⁶ Como exemplo desta tendência, podemos citar os movimentos contra a globalização e anti-imperialistas, cuja expressão mais visível é a realização dos Fóruns Mundiais Sociais.

formas mais selvagens de exploração da mão-de-obra, como o trabalho análogo à escravidão.

1.1. Os Ardis da Questão Social hoje no Brasil

Se ampliarmos os horizontes de nossa investigação, veremos que a desigualdade social, estrutural em nossa sociedade, adquiriu contornos mais complexos, demonstrando como a acumulação de capital não gera a igualdade social, ao contrário, a reitera e amplia²⁷. Assim sendo, vale apresentar alguns dados que ilustram o quadro social do país.

Segundo a pesquisa “Radar Social 2006”²⁸, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), baseada em dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), coletados em 2004, neste ano verificou-se que o mercado de trabalho brasileiro recebeu influência positiva do ambiente macroeconômico de crescimento, com aumento da ocupação e queda da taxa de desemprego, entretanto, esta continua elevada, em torno de 9%. A informalidade que, de 1995 a 2002, havia passado de 44,7% para 47,2%, entre 2003 e 2004, apesar de pequenas quedas, está ainda em patamar elevado, de forma que em 2004, voltou a subir o número de trabalhadores sem carteira assinada, atingindo 24,7% do total de ocupados no país; já os trabalhadores por conta própria tiveram queda neste mesmo ano, atingindo 20,7%. Quanto à pobreza e à desigualdade, houve uma diminuição, entre 2001 e 2004, mas continua a ser traço marcante da população das regiões Norte/Nordeste, negra e rural; o número de pobres baixou de 58,4 milhões em 2003 para 52,5 milhões em 2004, enquanto o número de indigentes passou de 24,6 milhões em 2003 para 19,8 milhões em 2004.

Como motivos dessa sensível melhora nos indicadores, pode-se enumerar a melhora das condições da economia brasileira (PIB cresceu 4,9%; com impacto sobre o mercado de trabalho, com aumento da ocupação e da massa de rendimentos do trabalho; aumento real do salário mínimo; aumento da massa de rendimentos vinculados a transferências estatais (fundamentalmente benefícios da previdência e assistência social) e transferências associadas ao Programa Bolsa Família (que atinge

²⁷ Segundo Relatório de Desenvolvimento Humano de 2006, o Brasil conseguiu descer para a 10ª posição entre 126 países, como o mais desigual pelo Índice de Gini (quanto mais perto de 100, pior a distribuição de renda), em contraposição ao 8º lugar que ocupava em 2004 e 2005, e ao 4º lugar que ocupava em 2002. Em 2006, o índice estava em 58 (O Globo, 10/11/2006).

²⁸ Ver site www.ipea.gov.br.

atualmente mais ou menos 11 milhões de pessoas)²⁹. Entretanto, cabe ressaltar que esses fenômenos tiveram maior impacto sobre a indigência do que sobre a pobreza, sendo que a primeira reduziu-se 3 vezes mais que a segunda.

No contexto da globalização mundial, sob a égide do capital financeiro, assistiu-se ao desenvolvimento das forças produtivas, da ciência e da tecnologia e da produção, paralelamente ao processo de crescente concentração de renda, de capital e de poder, gerando, assim, o agravamento das múltiplas expressões da questão social – produção crescente da miséria e da pauperização que atinge a maioria da população³⁰. Ao lado das transformações no mundo do trabalho, destacam-se as profundas mudanças na esfera do Estado, consubstanciados no que ficou conhecido como Reforma do Estado. Em função da crise fiscal do Estado e do contexto recessivo, foram reduzidas as possibilidades de financiamento das políticas sociais e precarizada a prestação de serviços públicos, já que houve o enxugamento dos gastos governamentais com tais políticas, segundo parâmetros neoliberais. Por outro lado, a satanização do Estado, conforme analisa BORÓN (1995) e a exaltação do mercado abrindo espaço, ideológica e economicamente, para a iniciativa privada.

Assim sendo, redesenha-se uma “nova pobreza” sem precedentes históricos, que se apresenta de múltiplas formas, com novas dimensões, e com novos reflexos nos diversos âmbitos da vida social (SOARES, 2003). Contudo, é importante saber que a expressão “nova” não está, necessariamente, referindo-se a uma pobreza que não tenha nenhuma característica inerente ao processo social que atravessava aquela “antiga pobreza”. Trata-se de uma pobreza com novas dimensões, mas que ainda mantém os traços característicos da “antiga pobreza”. Uma pobreza com novas determinações que se inscrevem no atual processo de reestruturação do capital. Neste sentido, o novo não é a pobreza em si, que sempre esteve presente em diversas sociedades expressando as

²⁹ Em artigo publicado em O Globo (09/10/2006), a economista Lena Lavinias (UFRJ) afirma que os programas de transferência de renda são considerados um importante mecanismo de combate à pobreza. Entretanto, o Bolsa Família é insuficiente para cumprir tal objetivo, pois contribui mais para reduzir o grau de destituição dos pobres do que a pobreza propriamente dita, enquanto que o Benefício de Prestação Continuada (BPC), cujo valor equivale a 1 (um) salário mínimo, consegue tirar muito mais pessoas da condição de pobreza; ela defende, em primeiro lugar, que desvincular qualquer benefício do piso do salário mínimo tende a elevar o número de pobres e, em segundo lugar, que o valor do Bolsa Família é baixo e deveria ser aumentado para ser mais efetivo na diminuição da pobreza monetária. Outro elemento destacado pela autora é que o referido Programa não é um direito e por isso dificilmente atenderá a demanda real, além de não garantir o direito à segurança econômica, senão uma renda.

³⁰ No debate sobre a globalização, merece destaque a obra do geógrafo brasileiro Milton Santos (2000). Ele abordou seus aspectos econômicos, analisando o papel das empresas na internacionalização do capital, mas também os fluxos financeiros e suas implicações na cultura local. Teorizando e criticando sobre estes aspectos do mundo contemporâneo, ainda que reconhecesse o quanto a globalização afetou a cultura atual, ele chegou a propor uma outra globalização baseada na solidariedade. Neste contexto, o desenvolvimento, ao invés de gerar mais postos de trabalho, reduz a demanda por trabalho e amplia a população sobrando, ao instaurar novos padrões de produzir e gerir o

desigualdades sociais de cada período histórico, mas as suas múltiplas formas de se expressar na sociedade contemporânea, como, por exemplo, a restrição cada vez maior ao acesso da população aos serviços sociais públicos³¹.

Como discute CASTEL (1998), há um “novo tipo” de pauperismo, que não apresenta somente aquele estereótipo de pessoas sujas, esfarrapadas. Ou seja, a pobreza não se apresenta apenas na falta de necessidades materiais, mas em todos os âmbitos da vida social (intelectual, cultural, educacional, etc.). A pobreza aprofunda-se, inclusive, com a transformação dos direitos sociais, conquistados em um processo de luta de classes, metamorfoseados em ajuda, ao mesmo tempo em que se evidencia uma ascensão dos pobres através do consumo, no sentido de que, através do acesso a bens materiais, vislumbra-se atingir uma igualdade social perante as classes dominantes.

É importante ter em mente que a questão social não é um fenômeno recente, mas expressão das desigualdades inerentes ao processo de acumulação capitalista e dos efeitos que este processo produz sobre o conjunto da classe trabalhadora, e que na contemporaneidade se reproduz sob novas mediações históricas, assumindo perfis historicamente particulares na cena contemporânea latino-americana (IAMAMOTO, 2005). Esta mesma autora salienta que a diferença no perfil atual assumido pela questão social na América Latina está nas políticas governamentais de favorecimento da esfera financeira e do grande capital produtivo (instituições dos mercados financeiros e empresas multinacionais) – passando o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos sociais a assumir o ônus dos mercados -, as quais conferem liberdade irrestrita aos movimentos do capital para atuar no país, transferindo lucros e salários oriundos da produção para valorizar-se na esfera financeira e especulativa, que reconfiguram a questão social na cena contemporânea.

Neste quadro de enorme complexidade, a discussão sobre a pobreza vem sendo substituída pelo uso de termos como “exclusão social”, o mesmo ocorrendo com termos como “risco social” e “vulnerabilidade social”. A noção de exclusão social, embora

trabalho. Vale salientar que esse movimento atinge não somente os países subdesenvolvidos, mas também aqueles considerados de Primeiro Mundo.

³¹ Isso é possível notar se analisarmos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como um indicador que leva em conta não apenas dados econômicos (renda média), mas também questões como a educação, a saúde e a expectativa de vida. No mais recente levantamento da ONU, referente a 2004, o Brasil caiu uma posição (da 68ª para a 69ª), sobretudo porque a seqüência da melhora das condições de vida da população brasileira perdeu impulso a partir de 2000, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostrou que após subir o IDH a 0,94% ao ano entre 1995-2000, o Brasil teve um acréscimo de apenas 0,22% de 2000 a 2004. Na educação, por exemplo, o PNUD alterou sua metodologia de avaliação do IDH, o que resultou numa piora do IDH brasileiro. Na saúde, continuamos deixando a desejar nos dados sobre o saneamento básico. Do total de famílias com rendimento de até 3 salários mínimos, apenas 36% têm acesso à rede coletora de

cada vez mais presente nas discussões suscitadas no âmbito das Ciências Sociais, não se constitui como um conceito teórico. Na verdade, as situações de exclusão social não se apresentam como um fenômeno recente, uma vez que sempre estiveram presentes em nossa história, antes vinculadas às situações de pobreza e marginalidade ao longo da existência de nossa sociedade. Nos últimos anos, este paradigma tornou-se predominante nas Ciências Sociais, demonstrando que tal noção atualmente faz parte do cotidiano de diferentes sociedades, seja pelas formas antigas de exclusão de parcelas da população, ou pelas novas demandas advindas das transformações do mundo do trabalho, apresentando-se como uma nova manifestação da questão social, expressa não somente pela exclusão do emprego, mas também pela precarização das relações contratuais, das formas de sociabilidade perversas e de um panorama que passa pelo desmonte do Estado de Bem-Estar Social, conforme discute CASTEL (op. cit.), e conforme anteriormente aludido. No entanto, tal discussão continua difusa, uma vez que há constatações de que não há uma real exclusão, já que suas vítimas estão, na realidade, incluídas em um sistema excludente. OLIVEIRA (1998), por exemplo, coloca que tanto os excluídos como os incluídos são “produzidos” por um mesmo processo econômico que, de um lado, produz riqueza e, de outro, miséria.

Análise semelhante faz MARTINS: “A sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos” (op. cit., 2002: 11).

Ao analisarmos os efeitos perversos do neoliberalismo em nossa sociedade e, conseqüentemente, as atuais configurações da questão social, devemos levar em consideração os elementos que conferiram particularidade à formação social brasileira.

Inicialmente, não se pode esquecer o traço autoritário que perpassa a sociedade brasileira em todas as formas de poder político. Conforme assinala FREIRE (2001), este traço esteve presente no processo de institucionalização da política social a partir de 1930, no contexto do governo ditatorial de Getúlio Vargas, não contendo o significado de direito de cidadania, mas de concessão do Estado³². Neste contexto, os direitos sociais tornaram-se mais importantes que os políticos e, ainda, os direitos de cidadania restringiam-se àqueles referentes ao lugar que o indivíduo ocupava no

esgotos. E somente 35% do esgoto coletado sofre algum tipo de tratamento. Jornal O Globo. Caderno de Economia, 10/11/2006.

³² Vale mencionar que, antes mesmo de 1930, podia-se observar como o autoritarismo estava presente nas ações do Estado, sobretudo quando lembramos que nesse período a questão social era considerada como “caso de polícia”, sendo enfrentada através de uma política dúbia que combinava a repressão brutal com algumas concessões. A questão

processo de trabalho, ou seja, a “cidadania regulada” de que falava Wanderley Guilherme dos Santos (1987)³³.

Não é novidade afirmar que este traço autoritário, certamente ajustado às determinações sócio-históricas da sociedade brasileira, teve implicações para a consolidação da cidadania no nosso país. Assim, faz-se necessário resgatar aquela que se constitui como a grande referência teórica a partir da qual podemos entender tais determinações.

A análise das políticas sociais traz embutida, nos seus desdobramentos históricos concretos, o processo de constituição sócio-política do estatuto da cidadania, o qual tem em T.H. Marshall (1967) um paradigma de análise na discussão do caso inglês, quando este acrescenta aos direitos civis e aos direitos políticos, enquanto elemento decisivo da cidadania moderna, os direitos sociais. É com base na conquista e implementação desses últimos que MARSHALL (op. cit.) tenta explicar a emergência e a ampliação das políticas sociais públicas, as quais seriam um momento privilegiado da constituição da cidadania³⁴.

Essa teorização marshalliana dos direitos do cidadão revela algumas fragilidades que não podem ser ignoradas, mesmo reconhecendo o mérito do autor na sua tentativa de historicizar e especificar o conceito de cidadania. Contudo, ao definir os direitos, MARSHALL (op. cit.) baseia-se, como linha de raciocínio, num certo evolucionismo que, embora implícito, parece supor o desenvolvimento linear dos diferentes níveis de cidadania, o que de fato ocorreu no caso da Inglaterra, país que ele toma como base empírica de sua investigação. Uma das principais conseqüências problemáticas dessa caracterização consiste em subestimar a articulação e a determinação dos processos históricos subjacentes à configuração dos direitos.

social era dirigida para a rede de organismos de solidariedade social da sociedade civil, em especial os atrelados à Igreja.

³³ Com o advento da chamada “Constituição Cidadã”, a introdução de conceitos como o de universalidade coloca em questão a teorização da “cidadania regulada” realizada pelo autor. Segundo BOSCHETTI (2003), o princípio da universalidade da cobertura significa que: a saúde é direito de todos; a assistência é devida a quem necessitar e, nos casos do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a necessidade deve estar associada à incapacidade para trabalhar; e a previdência é um direito derivado de uma contribuição anterior, ou seja, mantém a lógica do seguro, mas a desvincula de um emprego com carteira de trabalho. Neste sentido, a autora afirma que a partir da Constituição de 1988, qualquer pessoa, mesmo que não esteja exercendo uma atividade remunerada pode contribuir para a previdência como autônomo, o que rompe com o conceito de cidadania regulada.

³⁴ Para ele, a cidadania desdobra-se em três elementos inter-relacionados: 1) os direitos civis, que dizem respeito às condições necessárias à liberdade individual (opinião, ir e vir, trabalho, propriedade); eles têm como instituição própria os tribunais de justiça e se corporificam quando da consolidação da sociedade burguesa no século XVIII; 2) os direitos políticos, como, por exemplo, o direito de votar e ser votado, ou seja, de participar do poder político; têm como instituição própria os parlamentos e sua constituição se dá no século XIX e é fruto da luta política travada entre proletários e burgueses; 3) os direitos sociais, entendidos como a garantia de condições mínimas de participação na herança social de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade; as instituições correspondentes aos direitos sociais são o sistema educacional e os serviços sociais.

Se alterarmos o modelo marshalliano, constataremos qual caminho foi percorrido pela constituição dos direitos de cidadania no Brasil, conforme analisa José Murilo de Carvalho (2001). Para ele, houve pelo menos duas diferenças com relação à forma como a cidadania estabeleceu-se no país, o que determinou um significado diferente da cidadania daquele presente no modelo inglês, ou seja, por um lado, a maior ênfase aos direitos sociais em relação aos outros e, por outro lado, a alteração da seqüência em que os direitos foram adquiridos, o social precedendo os outros.

A fragilidade da construção da cidadania no Brasil³⁵, e seu atrelamento ao mundo do trabalho, fizeram com que, diante do desmonte promovido pelo neoliberalismo e seus impactos sobre o mundo do trabalho, o regime democrático não resultasse na afirmação dos direitos de cidadania e na melhoria das condições de vida da população, uma vez que em tal conjuntura evidenciou-se o desmonte da proteção social e os índices cada vez mais alarmantes de desigualdade social e pobreza – e aí reside exatamente um indício deste traço autoritário, qual seja, a convivência da democracia com a pobreza, o desemprego, a desigualdade social e a destituição dos direitos, configurando uma espécie de “autoritarismo social”. Diante disso, pode-se dizer que a cidadania ainda reduz-se ao pleito eleitoral, havendo grande distância entre representação e participação política, o que significa afirmar que, o fato de termos acesso aos direitos políticos que se traduzem no direito de votar e ser votado, não resultou em melhoria nas condições de vida da população.

Um outro elemento de grande relevância para a discussão em tela é a forma particular com que se tem estabelecido a relação entre o público e o privado no Brasil, ou seja, a prevalência de interesses privados sobre os públicos, que vem antes mesmo do desenvolvimento pleno do capitalismo no país – este, na verdade, deu-se sob a influência da organização social brasileira da colonização, qual seja, a mentalidade privada representada no poder familiar patriarcal, a qual configurou-se como um obstáculo à construção do poder estatal. Desse modo, pode-se dizer que, historicamente, o público confunde-se com o privado, predominando a “política do favor”, e isso se reflete nas ações estatais que privilegiam os interesses privados, dominantes, em detrimento das reivindicações da população. Isso explica o atual quadro da política social brasileira, qual seja, a rápida deterioração das políticas públicas, sua subordinação ao campo econômico e sua mercantilização, o que abre

espaço para intervenções precárias e assistencialistas, dentro das quais predomina uma lógica clientelista e de não-reconhecimento de direitos.

É importante ter em mente que a investida neoliberal na sociedade brasileira não encontrou fortes resistências para agredir as instituições públicas voltadas para a prestação de serviços públicos e políticas sociais que configurariam, mesmo que de forma superficial, um Estado de Bem-Estar Social (MENEZES, 2000). Pode-se dizer que o processo de desmonte do Estado não é uma fatalidade histórica; ele foi, na verdade, induzido durante anos. Fez-se uma opção ideológica para que o privado se sobrepusesse ao público.

Esse caráter privatista do Estado deslanchou, sobretudo, na década de 1990, quando as políticas de ajuste estrutural passaram a aprofundar-se no país, como em toda a América Latina. Na verdade, o que se quer salientar é que tal ajuste significou o deslocamento do fundo público para investir no desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 1998), deixando o Estado, desta forma, de cumprir com o seu papel de implementador de políticas públicas.

Em sua análise – que não está diretamente relacionada ao caso brasileiro, uma vez que o Welfare State não se efetivou aqui, mas antes um “Estado de Mal-Estar Social”, mesmo assim, o deslocamento do fundo público para utilização privada não deixou de ocorrer – o fundo público é, na verdade, terreno de disputa política, uma vez que passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, destinando os gastos sociais para a implementação de políticas públicas. Entretanto, a estratégia neoliberal tende a utilizar ao máximo o fundo público para financiar a acumulação em detrimento de seu uso para financiar a reprodução da força de trabalho. Em se tratando do Brasil, essa relação é muito mais grave, dado o caráter privatista anteriormente mencionado (que foi fundamental para a disseminação do “Estado mínimo” e, conseqüentemente, para a responsabilização da sociedade civil pelo bem-estar) e a fragilidade da organização das classes subalternas para pressionar o Estado em favor do direcionamento deste fundo público para a esfera social.

Por isso, TELLES (2001: 91) fala em “(...) perda de parâmetros públicos, sem que outros tenham sido construídos, para problematizar e figurar o drama social como questão pertinente às regras da vida em sociedade”. Na verdade, tais parâmetros sempre foram frágeis em nosso país. A autora também diz que:

“(...) o desmanche, ora em curso, para usar os termos de Schwarz, não diz respeito à demolição de direitos que, aqui em terras brasileiras, nunca chegaram a se consolidar como referência de uma ‘norma civilizada’ nas relações sociais. Mas é o desmanche de um horizonte e de um conjunto de referências a partir dos quais a cidadania era (e ainda é) formulada como uma aposta política possível (op. cit.: 140).

A tradição excludente, assim como a desigualdade e a pobreza, amplia a perversidade social quando do aprofundamento do neoliberalismo. A desigualdade é uma característica que acompanha o Brasil historicamente: ela vem de um padrão derivado do passado colonial e escravista, com grande concentração da propriedade fundiária; o processo de integração do Brasil no projeto das democracias modernas, no entanto, não significou uma mudança desse padrão concentrador – em que uma parcela da população (a elite dominante) possui a maior parte da riqueza produzida enquanto a maioria da população permanece absolutamente despossuída – muito pelo contrário, a concentração de renda e a exclusão social ampliam-se a cada dia, confirmando o autoritarismo a que se fazia referência anteriormente neste trabalho, por incompatibilizar democracia e desenvolvimento.

Finalmente, há um outro elemento, também de muita importância, que ajuda a compreender como o neoliberalismo superou os obstáculos impostos pela sociedade para se desenvolver sendo, ao contrário, facilmente assimilado pela sociedade, inclusive por aqueles que sofreram as conseqüências mais perversas do ajuste (BORÓN, 1996). Trata-se da fragilidade e do recuo nos últimos anos do protagonismo da classe trabalhadora. O agravamento das condições sociais, ao lado de todos os custos do ajuste estrutural como esta perda de parâmetros públicos, gerou uma desmobilização dos sujeitos políticos, abrindo espaço para novas entidades associativas, chegando até mesmo a ser confundida com aqueles movimentos sociais.

“Na verdade, foi no contexto de falta de alternativas que envolvessem uma ação pública eficaz que o ativismo político pela cidadania e pela justiça social foi se transformando em ativismo civil voltado para a solidariedade social. A demanda por responsabilidade social passou, aos poucos, a se deslocar do governo para o assim batizado terceiro setor. As políticas de desregulamentação levaram a um empobrecimento do espaço de discussão pública e participação política. Com o aumento do desemprego, da miséria e da violência, a noção de cidadania buscou uma alternativa às políticas tradicionais autoritárias e gerou uma demanda por responsabilidades sociais apenas secundariamente dirigidas aos Estados nacionais” (DUPAS, 2003: 18).

Quando defrontamo-nos com alguns dos dilemas brasileiros contemporâneos, como a cidadania incompleta, a precariedade das instituições políticas, o assustador processo de marginalização em todos os seus sentidos, a constatação da existência de uma democracia restrita, as múltiplas e perversas manifestações de dominação e violência, podemos identificar neles a sobrevivência de elementos do passado que contribuem para a compreensão do presente. É importante salientar o modo como esse

tecido de valores e significados dos processos de colonização são resgatados em diferentes momentos da história, no sentido de barrar o desenvolvimento da sociedade e o avanço das instituições democráticas.

Conforme mencionou Alfredo Bosi, “o passado ajuda a compor as aparências do presente, mas é o presente que escolhe as roupas velhas ou novas” (BOSI, 1972: 35). Esse elemento está presente na explicação do modo como o Brasil passou da situação colonial para a atual configuração histórico-social, através de uma tendência de reprodução de velhas estruturas, “o que se expressa no plano político pela recorrente conciliação entre as elites, freqüentemente utilizando o Estado para bloquear a participação política popular, impedindo qualquer tentativa de transformação de baixo para cima” (NOGUEIRA apud MOREIRA, 1994: 186).

Desse modo, a questão democrática no Brasil permanece como um dilema, na medida em que cada vez mais assistimos a um aprofundamento dos elementos perversos da cultura política do país, entendendo cultura política como “o conjunto de valores políticos que configuram tanto a base do discurso e das ideologias políticas como da prática política a partir de valores formados historicamente” (FREIRE, 1991: 6). Para ALVAREZ, DAGNINO E ESCOBAR (2000), as culturas políticas latino-americanas combinaram, de forma contraditória, os princípios que prevaleceram na Europa e América do Norte, como, por exemplo, “racionalismo”, “universalismo” e “individualismo”. Para os autores, isso resultou em análises sobre adoção peculiar do liberalismo como “idéias fora do lugar” (SCHWARZ, 1988), liberalismo o qual serviu às elites latino-americanas do século XIX como resposta às pressões internacionais e como meio de manter um poder político excludente. Como conseqüência de tal cultura política, fica cada vez mais árdua a possibilidade de se colocar em prática o exercício e a noção de cidadania, representada pela esfera dos direitos universais elementares – educação pública, moradia, transporte, saúde pública, emprego, lazer e cultura.

1.2. O Lugar da Cultura na Chamada Pós-modernidade

A idéia de “pós-modernismo” surgiu pela primeira vez no mundo hispânico, na década de 1930, uma geração antes de seu aparecimento na Inglaterra ou nos EUA. Perry Anderson, conhecido por seus estudos culturais e políticos contemporâneos, em “As Origens da Pós-Modernidade” (1999), conta que foi um amigo de Unamuyo e

Ortega, Frederico de Onís, que imprimiu o termo pela primeira vez, descrevendo-o como um reflexo conservador dentro do próprio modernismo. Mas coube ao filósofo francês Jean-François Lyotard, com a publicação “A Condição Pós-Moderna” (1979), a expansão do uso do conceito.

Em sua origem, pós-modernismo significava a perda da historicidade e o fim da “grande narrativa” – o que no campo estético significou o fim de uma tradição de mudança e ruptura, o apagamento da fronteira entre alta cultura e cultura de massa e a prática da apropriação e da citação de obras do passado.

Vale observar que Perry Anderson, ao ser convidado a fazer a apresentação do livro de Friedric Jameson³⁶, terminou escrevendo o seu próprio “As Origens da Pós-Modernidade”, constituindo assim uma espécie de introdução ao conceito. Nele diz que o modernismo era tomado por imagens de máquinas – as indústrias – enquanto que o pós-modernismo é usualmente tomado por “máquinas de imagens” da televisão, do computador, da internet e dos shopping centers. A modernidade era marcada pela excessiva confiança na razão, nas grandes narrativas utópicas de transformação social, e o desejo de aplicação mecânica de teorias abstratas à realidade.

Nos últimos anos, não são poucos os que atribuem ao campo da pós-modernidade um conjunto de reflexões que se destinam, sobretudo, ao campo da cultura. Certamente após os citados trabalhos de Lyotard e Jameson, a noção de pós-modernidade passou a ser mais amplamente difundida. Lyotard constrói sua reflexão de modo que as questões relacionadas à política, economia e estética se interrelacionam, entretanto pode-se observar nele uma ênfase nas questões mais especificamente estético-culturais.

Para o autor, pós-moderno é “o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (op. cit.: 15). Neste trabalho, o referido autor busca relacionar tais transformações às conseqüências da crise das grandes narrativas e dos discursos, bem como da produção do conhecimento científico. Jameson enfrenta a discussão sobre a

³⁶ Em “Pós-Modernismo”, JAMESON (1991) enumera como ícones desse movimento: na arte, Andy Warhol e a pop art, o fotorrealismo e o neoexpressionismo; na música, John Cage, mas também a síntese dos estilos clássico e “popular” que se vê em compositores com Philip Glass e Terry Riley e, também, o punk rock e a new wave; no cinema, Godard; na literatura, William Burroughs, Thomas Pynchon e Ismael Reed, de um lado, “e o nouveau roman francês e sua sucessão”, do outro. Na arquitetura, entretanto, seus problemas teóricos são mais consistentemente articulados e as modificações da produção estética são mais visíveis. JAMESON aponta, ainda, a imbricação entre as teorias do pós-modernismo e as “generalizações sociológicas” que anunciam um tipo novo de sociedade, mais conhecido pela alcunha “sociedade pós-industrial”. Ele argumenta que “qualquer ponto de vista a respeito do pós-modernismo na cultura é ao mesmo tempo, necessariamente, uma posição política, implícita ou explícita, com

pós-modernidade buscando situá-la nas importantes transformações culturais bem como explicá-la através das modificações no conjunto dos processos sociais e no âmbito de uma nova ordem econômica. Para o marxista norte-americano proveniente da crítica literária nas universidades de Yale e Duke, pós-modernismo e "capitalismo da mídia" são sinônimos. A transformação de objetos de todo tipo em mercadorias (sejam estrelas de cinema, automóveis, sentimentos ou experiência política) enseja vidas dedicadas ao consumo e desejos suscitados e inculcados pelos meios de comunicação de massa. A sociedade da imagem e a indispensável onipresença da mídia é o ambiente em que se processa uma nova expansão do capitalismo.

Em sua opinião, o que se vê é a "estetização da realidade" (expressão emprestada de Walter Benjamin) em que a arte se mistura indissolivelmente à compra e venda de produtos através da criação de narrativas que favorecem investimentos imaginários e libidinais dos consumidores em torno das mercadorias. Esta estetização da realidade promove a colonização do inconsciente e da natureza pelo mercado, processo indissociado do pós-modernismo considerado por Jameson (op. cit.) "a lógica cultural do capitalismo tardio".

Há que se dizer que Jameson altera os termos do debate sobre as relações entre base e superestrutura, quando afirma que as transformações no sistema, que se estendem à cultura e ao cotidiano, são mudanças no âmbito do próprio modo de produção. Ou seja, a dilatação da esfera da mercadoria, na qual a mídia é imprescindível, evidencia uma "desdiferenciação" – termo utilizado pelo próprio autor - entre a economia e a cultura que acompanha o pós-modernismo enquanto atmosfera cultural do capitalismo tardio.

A proposição de Jameson para o entendimento da pós-modernidade sugere então que "tudo em nossa vida social tornou-se cultural" (op. cit.: 74), ou, ainda, uma "revolução cultural" no próprio modo de produção.

A discussão sobre a pós-modernidade é uma questão aberta e que requer desdobramentos posteriores para além do brevemente exposto neste Capítulo, uma vez que o debate é polêmico e atravessado por formulações inclusive de natureza oposta. O próprio Jameson - ao concluir que o "povo novo" da pós-modernidade é aquele que se ambienta no mundo das imagens, do simulacro, do falso absoluto e do ilusório, devidamente colonizado em seus hábitos, fantasias e aspirações - sofreu algumas

objeções a respeito de uma possível aproximação com a vertente estruturalista althusseriana da década de 1960 segundo a qual o indivíduo encontra-se atado perante as estruturas institucionais³⁷.

Entretanto, é de suma importância para entendermos a sociedade contemporânea não como uma “outra sociedade” ou “outro mundo”, mas uma realidade atravessada por múltiplas determinações, em que o campo da cultura ocupa lugar central. Uma análise mais aprofundada do tema em discussão neste trabalho permite verificar que, ao lado das transformações oriundas das estratégias do capital para legitimar-se na sociedade, os quais agravaram as expressões da questão social, surge e se fortalece uma cultura que permite a pouca visibilidade da configuração da classe, abrindo espaço para novas identidades.

Conseqüentemente, ocorre a fragilização da identidade cultural e, uma vez dissociada da classe, esconde o conflito e o antagonismo entre as classes. A idéia de emancipação, por sua vez, diante dessa fragilização da identidade e da consciência de classe, dilui-se no interior da sociedade.

Por isso também que se observa que muitos dos movimentos sociais contemporâneos perdem o caráter de movimento da classe trabalhadora, passando a identificar-se a problemas sociais que abrangem cor, etnias, raça, sexo, gerações, religião, meio ambiente, direitos humanos, o que não significa dizer que a classe social desapareceu, mas torna-se obscurecida diante da fragmentação da identidade. O próprio conceito de sociedade civil metamorfoseia-se em Terceiro Setor e até mesmo os movimentos sociais passam a ser confundidos com Organizações Não-Governamentais (ONGs)³⁸.

A ascensão de formas culturais pós-modernas acompanha a emergência de um modelo de acumulação flexível, vigente, em escala mundial, desde a década de 1970. No caso do Brasil, onde se vivenciou um fordismo inacabado, os efeitos deste modelo de acumulação flexível, são mais perversos e facilmente aprofundados, uma vez que aqui se configuraram como modelos vivenciados de forma tardia e periférica.

Neste sentido, pode-se afirmar, tendo como base a análise de HARVEY (op. cit.), que o predomínio do fordismo estabelece uma relação necessária com a vertente

³⁷ FRIDMAN (1999).

³⁸ Com base nas reflexões de Antonio Gramsci, podemos afirmar que a sociedade civil é arena privilegiada da luta de classes, onde se dá uma intensa luta pela hegemonia – e não campo da filantropia e ação despolitizada – e, por isso, não é oposta ao Estado, mas articulada a ele. A respeito da teoria “restrita” do Estado e a ampliação da teoria do

pós-moderna, ou seja, esta vertente pode ser entendida como instrumento de legitimação da nova forma de acumulação do capital. Embora talvez não possa ser considerada hegemônica, esta vertente tem se difundido com facilidade, através da generalização do abstracionismo, da efemeridade e do imediatismo das relações sociais, da fragmentariedade dos conceitos e das identidades, do predomínio da estética.

Compreendendo o campo da cultura como um processo de produção de significados que molda a experiência social e configura as relações sociais, muito além da idéia restrita de produção e consumo de bens culturais, pode-se afirmar que este é um campo de disputa do neoliberalismo a fim de criar um “senso comum” na sociedade que garanta a sua legitimação.

Por isso mesmo é que se pode dizer que o grande sucesso do neoliberalismo foi, sobretudo, ideológico (BORÓN, op. cit.). A importância da ideologia não só como instrumento de dominação, mas também como de revolução está presente nas análises de Antonio Gramsci, que acreditava que as propostas transformadoras deveriam vir da apropriação da cultura pelas classes subalternas, travando uma batalha pela hegemonia na sociedade civil (SEMERARO, 1999). Isso supõe que os discursos e práticas oposicionistas podem desestabilizar e, ainda que parcialmente, transformar os discursos dominantes e as práticas excludentes, podendo assim, promover culturas políticas alternativas e, conseqüentemente, ampliar e aprofundar a democracia. Na medida em que a revolução é vista como processo de construção de uma nova hegemonia, o que explica uma nova concepção de mundo, o papel da cultura assume papel positivo e crucial (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, op. cit.).

Vemos como é grande a articulação entre cultura e política, tendo clareza de que a primeira não se resume à segunda, mas que a primeira é um momento fundamental da segunda, bem como de que toda política mobiliza valores culturais.

Devido a esse potencial que a cultura contém, é que o neoliberalismo promove uma batalha ideológica que contribui para desmobilizar a população, destituindo o cenário do conflito e o potencial criativo desta população, e disseminando a ideologia dominante no seio das classes subalternas. Isso quer dizer que o desenvolvimento autônomo e alternativo da cultura popular bem como sua produção e consumo, estrutura social e linguagem, são reorganizados a fim de torná-los receptíveis à lógica capitalista.

Pode-se compreender tal fato através da difusão, no âmbito tanto do Estado como da sociedade civil, de uma percepção da cultura como espetáculo em consonância com os padrões da indústria cultural, ao invés de sua percepção como um processo que trabalha valores simbólicos, organiza o imaginário, confere identidade e, portanto, fator constitutivo de um projeto nacional.

O fenômeno da mercantilização da cultura, inerente ao capitalismo, é fortalecido na chamada pós-modernidade, e isto pode ser explicado, entre outras coisas, pelo enfraquecimento do Estado como regulador da vida social – o que historicamente, conferia ao indivíduo o estatuto de cidadão – restringindo, assim, a cidadania e a identidade social ao âmbito do consumo. Por sua vez, o enfraquecimento dos Estados nacionais – assim como das fronteiras entre as diversas culturas – é resultado do fenômeno da globalização. A apropriação da cultura pela esfera do consumo foi analisada por muitos autores, como o francês BAUDRILLARD (1991), para quem a lógica do consumo está baseada no uso planejado de signos que destituem o objeto de finalidade, tornando-o simplesmente algo a ser comprado. Esse processo ocorre baseado na subjetividade, interiorização de valores externos aos consumidores, que acabam reduzidos por apelos da propaganda, definidora mesmo de uma nova subjetividade estimuladora da compra do bem por ela divulgada. JAMESON (op. cit.) é também um autor relevante na análise da cultura contemporânea. Ele afirma que estamos diante de uma completa “estetização” da realidade, resultado de um mosaico pós-moderno lançado nas últimas décadas. Sua preocupação está na tendência da cultura a ser homogênea.

Um dos grandes analistas deste fenômeno, o geógrafo brasileiro Milton Santos, considera que a globalização não é uma imposição tecnológica nem tampouco apenas um fenômeno puramente econômico, mas um imperativo político que envolve novas formas de dominação social e política que resultaram de conflitos, estratégias e imposição vitoriosa de determinados interesses, tanto no plano internacional quanto no espaço interno dos Estados nacionais. Por isso, ele utilizou um neologismo para se referir à globalização da economia, ou seja, “globalitarismo”, que agrega ao termo o sentido de totalitarismo.

Compartilhando de tal argumentação, FIORI (2002) destaca que o capitalismo vive uma “grande transformação”³⁹, que começou nos anos 1970 e alcançou plena

³⁹ Fazendo referência à obra do economista e historiador húngaro Karl Polanyi, “A Grande Transformação”, de 1944, na qual ele abordava as mudanças que permitiram, no século XIX, o pleno desenvolvimento da economia de mercado

maturidade nos anos 1990, quando ficaram mais nítidas as mudanças fundamentais, agrupadas, segundo ele, em sete campos, a saber: * geopolítico mundial, caracterizada por uma monopolização do poder político-militar que vinha redesenhando os espaços e hierarquias mundiais sob a égide do “império anglo-saxão”; * político-ideológico, responsável por provocar uma convergência no campo das idéias e das políticas econômicas, e que consagrou a nova hegemonia mundial, chamada de “pensamento único neoliberal”; * econômico, mais especificamente na área monetário-financeira, em que se concentra o núcleo duro da globalização; * “revolução tecnológica” cujos resultados, sobretudo no campo da microeletrônica, dos computadores e da telecomunicação, afetaram diretamente a extensão, o custo e a velocidade da circulação das informações, facilitando a integração em tempo real de todos os mercados financeiros e provocando alterações produtivas e gerenciais, as quais têm permitido aumentos de produtividade e lucratividade, sobretudo depois de 1990, à custa, em grande medida, de uma redução gigantesca de postos de trabalho; * transformações no mundo do trabalho, decorrentes da desaceleração do crescimento e da “reestruturação produtiva”, e caracterizados por desemprego, remuneração precária, declínio na organização sindical e perda dos direitos sociais e trabalhistas, bem como pela precarização, subcontratação e terceirização do trabalho; * mudança ocorrida no espaço da periferia capitalista, seguida desde a Segunda Guerra Mundial por seus principais Estados, com o objetivo de promover seu desenvolvimento econômico, que se traduziu na submissão à política de ajuste de corte neoliberal imposta pelos credores, organismos internacionais e governos centrais, em troca de renegociação de suas dívidas e do retorno ao sistema financeiro e internacional; * e, finalmente, fragilização generalizada dos Estados nacionais, ocorrendo um aumento da distância entre o poder e a riqueza dos Estados do “núcleo central” do sistema e os de sua periferia.

É importante frisar, segundo o autor supracitado, que tais transformações, que se aceleraram a partir da década de 1970, não suprimiram as leis de movimento e tendência do sistema capitalista. Desde a constituição do capitalismo como sistema econômico global e nacional, e durante toda sua expansão, ele tem demonstrado a mesma vocação compulsiva e competitiva ao império e à globalidade. E, além disso, contrariamente às previsões de que a própria globalização econômica e as forças do

e a época de ouro da “civilização liberal”. Polanyi percebeu os sinais inequívocos de uma mudança radical do capitalismo em curso e que apontava para o nascimento, depois da Segunda Guerra Mundial, do que se convencionou

mercado promoveriam homogeneização da riqueza e do desenvolvimento, o resultado foi sim a generalização do baixo crescimento econômico e do aprofundamento das desigualdades, dentro de cada país particularmente, e entre a América Latina como um todo e o mundo desenvolvido. Para SANTOS (2000), essa estratégia de incorporação ao processo de globalização tem muito a ver com as dificuldades que os países latino-americanos vêm enfrentando para consolidar suas instituições democráticas, uma vez que tem sido cada vez mais difícil consolidar a democracia em uma sociedade em que se multiplica geometricamente a riqueza financeira ao mesmo tempo em que expandem o desemprego e a exclusão social, e enquanto aumenta o imobilismo do Estado diante dos novos desafios sociais criados pelo aumento da miséria.

Como mostra SANTOS (op. cit.), tal utopia liberal da globalização vem sendo insistentemente negada pelos fatos, já que as conseqüências sociais e econômicas do processo real da globalização dependem do território e do poder dos Estados. O território é um importante elemento para entender o fenômeno da globalização e seu caráter imperialista, na medida em que ultrapassa as fronteiras nacionais, ignorando suas particularidades. E este elemento é também importante para o estudo da cultura, na medida em que podemos constatar uma constante substituição da pluralidade das idéias pelo “pensamento único”, o qual resulta de uma generalização de um modo de ser, pensar e agir, ou seja, uma cultura homogeneizada. Segundo ORTIZ (1994), existe uma cultura mundializada que se expressa na emersão de uma identidade cultural popular, cujos signos estariam dispersos pelo mundo. Como exemplos, cita redes de alimentos e marcas de produtos de consumo que seriam facilmente identificáveis de um estilo de vida global.

Isso já havia sido abordado pelos pensadores integrantes da Escola de Frankfurt, particularmente ADORNO e HORKHEIMER (1985), quando destacaram o conceito de indústria cultural, evidenciando o modo como o princípio da mercadoria é levado a seu extremo na dimensão da cultura. Trata-se do fetichismo da mercadoria – doutrina formulada por MARX (1978) para demonstrar como “uma relação social entre os homens assume no capital a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, op. cit.). Adorno preferia utilizar o termo indústria cultural, ao invés de cultura de massa, embora evidenciasse aí a massificação da cultura, por entender que este não era um fenômeno espontâneo das massas, mas todas as mensagens eram

chamar de “Welfare State”. Ou seja, um resultado de uma reação de sobrevivência e autoproteção da sociedade contra os efeitos dos mercados autoregulados, que o autor chamou de “moinho satânico”.

produzidas pelos meios de comunicação e direcionadas para o consumo, fornecendo o encantamento das mercadorias e, conseqüentemente, sua maior disseminação no mercado.

DEBORD (1997) caracterizou a sociedade moderna como a *sociedade do espetáculo* e, portanto, “o reino do fetichismo e do consumo, um mundo fragmentado, separado”. O autor elabora uma interessante discussão sobre o fenômeno da ideologia na sociedade contemporânea e a denomina “sociedade do espetáculo”. Essa sociedade, segundo DEBORD (op. cit.: 75), sustenta-se numa grande acumulação de espetáculos, de representações. Gradualmente, o indivíduo como ser pensante e ator de sua realidade, passa a ser diluído por um mundo de representações e “pela generalização do fetichismo da mercadoria que invade a vida cotidiana”.

Para MARX (1983), a mercadoria é qualquer coisa de necessário, útil ou agradável à vida, objeto de necessidades humanas, um meio de subsistência no sentido mais amplo do termo. E ainda demonstra que qualquer mercadoria se apresenta sob o duplo aspecto de valor de uso e valor de troca. O tempo de trabalho materializado nos valores de uso das mercadorias é ao mesmo tempo a substância que faz delas valores de troca, logo mercadorias, e também é o padrão para medir a grandeza precisa do seu valor. Nesse sentido, MARX (op.cit.) afirma que a relação entre as mercadorias com valores de troca é antes uma relação entre as pessoas e a atividade produtiva recíproca. E, afirma, ainda, que todas as ilusões do sistema monetário resultam de não se ver que o dinheiro, sob a forma de um objeto natural de propriedades determinadas, representa uma relação social de produção. Assim, para Marx, os valores de troca das mercadorias tornam-se pois valores de uso ao permutarem-se de forma universal, ao passarem das mãos em que são meios de troca para as mãos em que são objetos de uso. Só em função desta alienação universal das mercadorias, o trabalho que elas encerram se torna trabalho útil.

A mercadoria ou “coisa” que satisfaz as necessidades humanas, é misteriosa simplesmente por encobrir as características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos de seu próprio trabalho. Sendo assim, a forma da mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho nada têm a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes, mas sim com o tempo de trabalho humano dispensado na produção da mercadoria. Desse

modo, uma relação social definida e estabelecida entre os homens assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. A isto ele chama de fetichismo, o qual decorre, para ele, do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias. Esse processo de coisificação das relações sociais gera um estranhamento do trabalhador que não se reconhece no processo produtivo nem no produto de seu trabalho, uma vez que esse mesmo produto aparece como dotado de vida própria. A esse estranhamento ele chamou alienação. A partir desta abordagem, Marx reconhece a sociedade capitalista como a sociedade do máximo da alienação, do estranhamento dos homens perante as relações sociais. Contraditoriamente, ele também vê que nesta mesma sociedade eram gestadas as condições para construir a emancipação humana.

Estas colocações da teoria elaborada por Marx acerca da mercadoria se fazem necessárias quando se constata que a chamada sociedade pós-moderna – emergente entre finais do século XX, é também a sociedade que viu a potencialização da instrumentalização da cultura e da dominação da mercadoria expressa no que conhecemos como a sociedade do consumo, caracterizada pelo máximo de fetiche e alienação. Tal ênfase social tem impactos decisivos sobre a identidade cultural dos povos e classes sociais. Pode-se dizer que a mercantilização da cultura opera uma substituição da autonomia e da consciência pelo conformismo, e os interesses reais dos homens são subsumidos na ordem que daí surge, uma vez que ele não se reconhece nesse processo.

MARCUSE (1964) viu nesse processo a transformação da “cultura superior” em “cultura material”, onde a primeira perde seu potencial crítico, de modo que o homem contemporâneo torna-se unidimensional. Embora a teoria de MARCUSE não seja central neste trabalho, é importante determo-nos um pouco mais no pensamento deste membro da Escola de Frankfurt, o qual, desde o início de sua carreira filosófica, teve uma preocupação central: construir uma filosofia política voltada para a emancipação humana. MARCUSE de fato foi o único filósofo da Escola de Frankfurt que, mesmo sem ter militância política em sentido estrito, sempre permaneceu um teórico da revolução. Desde o início, sua obra gira em torno de um problema: a necessidade da transformação radical da sociedade capitalista.

Sua busca incessante pela emancipação, pela ética coletiva, pela luta contra qualquer forma de totalitarismo e pela autonomia do indivíduo, faz dele um dos importantes teóricos do pensamento crítico da sociedade. Sua vinculação com a Escola de Frankfurt e com a Teoria Crítica permite localizar suas reflexões no âmbito de uma

retomada do pensamento marxista original em plena Segunda Guerra, no momento em que se tornava explícita a luta contra a dominação do homem pelo homem. Seu engajamento político permitiu aliar a reflexão à ação, legitimando-o como um dos grandes expoentes da práxis de seu tempo.

Em sua perspectiva, o homem, na sociedade contemporânea, é um ser unidimensional, ou seja, perdeu uma de suas dimensões: a dos valores idealistas e românticos, isto é, a dimensão da autonomia, da personalidade e do humanismo. Ao analisar os diversos aspectos do capitalismo, descobre uma sociedade repressiva, que aprisiona a existência individual em nome de um pretenso “interesse geral”. Confronta-se, portanto, com a intensificação dos interesses particulares frente aos interesses gerais e vê que os políticos dominam uma sociedade sem oposição, graças, principalmente, a um discurso liberal, o qual não passa, contudo, de um discurso hermético. A sociedade contemporânea tenderia para o totalitarismo, que se manifesta na uniformização política e técnico-econômica. A sociedade tornou-se, portanto, unidimensional, uma sociedade que paralisou a crítica através da criação de controle total. Sem perceber, os indivíduos trocam sua autonomia por práticas de consumo; há uma superposição de um novo valor compartilhado socialmente: o consumismo. A busca desenfreada pelo consumo permite que as relações que se estabelecem nas trocas materiais sejam transpostas para as relações humanas, fazendo com que os indivíduos integrem-se ao processo de reificação. Esta nova configuração social que se estabelece a partir do advento da sociedade industrial é legitimada pelos seus governos. Contudo, mesmo a unidimensionalidade do homem tende à ruptura, podendo, assim, vir a encontrar sua bidimensionalidade: sua “liberdade”.

Outro igualmente importante pensador vinculado à Escola de Frankfurt e que traz grandes contribuições para o estudo crítico da cultura é WALTER BENJAMIN (1935). No ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, publicado na Revista de Pesquisa Social, veículo considerado porta-voz dos estudos realizados no Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, também conhecido como Escola de Frankfurt, coloca em discussão o conceito de aura na relação com o processo de reprodutibilidade técnica. As reflexões realizadas pelos intelectuais pertencentes a esta escola, entre eles Adorno, Horkheimer – já discutidos anteriormente - e o próprio Benjamin, tinham como objeto a nova sociedade pós-industrial e de consumo que se formava com o desenvolvimento capitalista do século XIX e sua respectiva cultura. Os

estudos críticos da Escola de Frankfurt em relação à indústria cultural traziam como marca seu caráter pessimista.

Dessa maneira, discute que a obra de arte tem caráter aurático advindo de sua origem ligada à religião. A arte sempre foi reproduzível, entretanto, na época da reprodutibilidade técnica, a obra de arte é atingida em sua aura, e esse processo como sintoma ultrapassa o domínio da arte. Sendo assim, a reprodutibilidade, com a retomada do sempre idêntico, contribui diretamente para a destruição do caráter único da autenticidade e da tradição. No sistema capitalista, a existência única é substituída por uma existência serial. Benjamin aponta o cinema como agente eficaz dessas contradições. À medida que se emancipam, as obras de arte tornam-se mais acessíveis a serem expostas. Isto porque, além de um valor de culto, a arte possui também um valor de exposição. Assim sendo, afeta também a qualidade da própria natureza da arte, pois seu valor expositivo lhe empresta funções novas de maneira que a função artística apareça como acessória. Nota-se, em alguns momentos, o otimismo de Benjamin diante dos meios de comunicação de massa, principalmente um entusiasmo pelo cinema de massas e pela reprodutibilidade técnica, uma vez que esses podem cair no controle popular, demonstrando que aquilo que se produz coletivamente deve ser apropriado pela comunidade. Neste momento, não se observa o pessimismo dos frankfurtianos. No entanto, como o autor trabalha com imagens dialéticas, ao mesmo tempo em que olha para o cinema como uma experiência coletiva, com suas conseqüências sociais e políticas, também o entende diante da modernidade capitalista em que essa experiência dá lugar à massificação.

Com relação a esta discussão sobre o consumo, para CANCLÍNI (1995), operam-se mudanças no plano dos direitos inerentes à cidadania exaltando-se esta esfera. Desta forma, o poder de compra de cada um define, nos dias atuais, até que ponto é possível ser respeitado e receber o tratamento que deveria ser dispensado a todos os cidadãos. O cartão de crédito se converte em “carteira de identidade”. Quanto maior for o limite de compras de uma pessoa, maior será a sua “cidadania”.

Isso toma repercussões acentuadas se levarmos em conta a significativa redução do Estado no campo da responsabilização com serviços públicos essenciais de reprodução social. Neste contexto, as privatizações fazem de serviços outrora públicos ou a preços acessíveis, tornarem-se proibitivos à populações de baixa renda. Em sociedades em que a cidadania e a participação popular nunca foram efetivas, como no

Brasil, este fenômeno é mais grave, pois acaba sendo a única forma de participação experimentada, a participação no mercado do consumo.

Neste contexto, cabe perguntar qual o lugar da cultura popular, entendida com cultura do povo, em contraposição aos esquemas oficiais? A este respeito, BOSI (2000) fornece uma rica discussão. Ela diz que, quando a cultura popular entra em crise, o papel criador e renovador do homem na cultura reduz-se ao de consumidor e, em seu lugar, surge uma cultura pseudopopular ou popularesca, outorgada às massas segundo a concepção que a elite tem de “massa”. Desta forma, a indústria cultural dá a seus produtos o caráter de “midcult” e de “kitsch”⁴⁰.

Para ADORNO (op. cit.), o caráter essencialmente alienado da cultura de massas, impossibilita pensar mudanças, de modo que a cultura gerada pelos meios de comunicação conduziria, assim, a um certo imobilismo social, adestrando as mentalidades para o conformismo social. COUTINHO (2005), todavia, adverte para a possibilidade de que a consciência alienada se manifeste também no interior da alta cultura, ao passo que é possível também que obras de cultura de massa – como algumas telenovelas, por exemplo – expressem elementos de uma consciência crítica e não alienada. O autor chama atenção para a importância de não se ignorar as possibilidades dos meios de comunicação de massa, uma vez “submetidos à pressão e ao controle de uma sociedade civil forte e democrática” (op. cit.: 98). Estes são, enquanto aparelhos de hegemonia, terreno de disputa entre projetos conflitantes de sociedade.

Diante dos elementos aqui brevemente expostos, pensar a cultura como política pública requer abordá-la não como espetáculo, somente em sua dimensão artística, mas sob a compreensão das potencialidades da produção e difusão da cultura no enfrentamento dos desafios contemporâneos do país, bem como da possibilidade de articulação com outras políticas – educacionais, por exemplo, para lidar com os graves dilemas políticos, econômicos, sociais e culturais. Além disso, há que se privilegiar as expressões de natureza popular distintas, portanto, da lógica da indústria cultural, e que sempre existiram sem alcançar visibilidade na sociedade.

À favor dessa abertura teórico-conceitual da cultura, é importante resgatar a história das iniciativas dos movimentos sociais em diferentes formações sociais, as quais mostraram como ocorre na prática a articulação entre a política e a cultura e a

⁴⁰ Segundo a autora, o “kitsch” apóia-se na visão que a classe dominante tem da realidade que o consumidor está vivendo e, portanto, identifica-se com as formas mais vistosas de uma cultura de massa, de uma cultura média e, em geral, de uma cultura de consumo. Desta forma, “kistch” não é nunca uma invenção ou renovação, mas é a partir dela produzida, parasitando, segundo a autora, a arte.

conseqüente redefinição da política, promovendo uma “política cultural”. Em suas lutas contínuas contra os projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, por exemplo, os segmentos subalternos mobilizaram-se coletivamente através de significados e objetivos os mais diversos, de tal forma que as identidades e estratégias desses movimentos sociais estão inevitavelmente vinculadas à cultura. Conforme afirma Gramsci, a sociedade civil é a arena privilegiada da política, onde se trava uma intensa disputa pela hegemonia. Desse modo, pode-se perceber uma estreita conexão entre tais iniciativas de luta pela ampliação da democracia e da cidadania e sua política cultural.

Esse esforço reflexivo requer o reconhecimento da multiplicidade das raízes étnico-culturais, dos valores éticos, geográficos e históricos do nosso país, no âmbito de um projeto nacional coordenado pelo Estado, diante da ameaça da globalização e das conseqüentes mudanças na percepção da idéia de nação, num contexto em que o capital financeiro ignora as fronteiras nacionais e o imperialismo constitui-se através de um bombardeio de valores, referências e símbolos que produzem, em larga escala, a dissolução das identidades culturais, uma vez que ocorre um esfacelamento das culturas históricas e suas respectivas sociedades e, ainda, um contexto em que a diversidade cultural choca-se frontalmente com as políticas liberais predominantes no mundo, promovendo, entre outras coisas, a homogeneização cultural, fenômeno hegemônico no mundo contemporâneo. Requer, portanto, o fortalecimento do projeto nacional-popular, ou seja, do movimento que se coloque no ângulo das classes subalternas, para responder às questões nacionais, estas articuladas com o plano internacional, conferindo outro plano ao processo de globalização.

Os desafios impostos pelas armadilhas da sociedade contemporânea, que tem grandes impactos sobre a questão social, como vimos no decorrer deste Capítulo, e que são fruto do aprofundamento do conflito entre Capital e Trabalho, assim como todas as conseqüências sobre a cultura e a identidade de classe, num mundo globalizado, trazem a importância e a necessidade de afirmação do marxismo como a arma teórica capaz de superação das contradições recentes. Neste sentido, o capítulo seguinte, aborda a centralidade do conceito de cultura na teoria gramsciana.

Capítulo 2

A IMPORTÂNCIA DO RESGATE DO CONCEITO DE CULTURA NO MARXISMO

Este capítulo objetiva apresentar alguns elementos teóricos a respeito do conceito de cultura no marxismo⁴¹, que se constitui como principal ancoragem teórica de nosso trabalho⁴². A abordagem sobre cultura pressupõe um ponto de vista e, para fins deste estudo, cabe iniciar a nossa discussão delimitando o conceito de cultura que servirá como ponto de partida de nossa análise, qual seja, aquele que entende a cultura associada ao ponto de vista das classes subalternas e, portanto, a um projeto de transformação social.

Neste sentido, o capítulo inicia-se com uma breve discussão a respeito dos principais elementos teóricos da abordagem marxista de cultura, destacando posteriormente os autores que mais destacam no marxismo ao tratar da cultura, quais sejam, Georg Luckács e Antonio Gramsci. Em seguida, o capítulo trata mais particularmente a abordagem gramsciana e as ampliações realizadas pelo filósofo italiano no que diz respeito ao conceito em tela.

2.1. Linhas Gerais da Abordagem da Cultura no Marxismo

O conceito de cultura na teoria marxiana não teve centralidade como, por exemplo, o conceito de ideologia. Em Marx, este último conceito era determinado na infra-estrutura, pelo modo de produção da vida material, aparecendo como significado de falsa consciência, ou seja, consciência deformada da realidade, fruto da cristalização da ideologia dominante⁴³. Isto ocorre para ocultar a dominação real de uma classe sobre a outra e as possibilidades de luta. Este raciocínio se devia ao fato de que Marx

⁴¹ Cabe destacar que, ao mencionarmos a expressão marxismo, não estamos com isso dizendo que exista um arcabouço teórico sem distinções que possa ser definido dessa forma. A esses respeito consultar: NETTO, José Paulo. *O que é marxismo?* SP: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos (nº148), 1987.

⁴² Cabe aqui sinalizar que estamos considerando o marxismo como uma ferramenta indispensável para entender o capitalismo e fazer suas críticas necessárias, resguardando as particularidades e as múltiplas determinações do momento histórico em que vivemos, e não como um dogma. Aliás, o dogmatismo era um aspecto extremamente criticado por Marx, e em nome do que se levantaram várias vertentes que acabaram por se distanciar e até mesmo degradar sua teoria, por diferir tanto da original. Ver BUEY, Francisco Fernández. *Marx (sem ismos)*. RJ: Editor UFRJ, 2004.

identificava sociedade civil com base material; a partir das formulações do filósofo italiano Antonio Gramsci é que haverá a ligação entre infra-estrutura e superestrutura, sendo a sociedade civil entendida como um momento da superestrutura.

Não são poucas as vezes que o debate em defesa do pensamento gramsciano e sua relevância parece gerar uma falsa tensão com a obra de Marx. Conforme observou IAMAMOTO (2007)⁴⁴, há uma certa leitura de Marx que afirma o conceito marxiano de ideologia como visão deformada da realidade, o qual fora inovado com a teoria gramsciana, a partir da qual ideologia não aparece somente no sentido negativo mas articulado à visão das classes subalternas, a uma visão propositiva da consciência. Neste sentido, Marx é associado à estrutura enquanto Gramsci, à superestrutura e, por isso, o pensamento do primeiro é reduzido a uma visão economicista, enquanto o segundo a uma visão politicista.

“É certo que Gramsci aprofundou a discussão da política, entretanto o conceito de sociedade civil em Gramsci é também relacionado à base material, ou seja, inserção dos indivíduos na divisão sócio-técnica do trabalho, senão anula-se a luta de classes. Tanto em Gramsci quanto em Marx trabalha-se com a idéia de que a classe em si, devido ao processo de conscientização, torna-se classe para si. Economia é produção material e produção de relações sociais, de consciência e de luta, e não somente produção de coisas. Tal consideração é importante para diminuir as diferenciações que estabelecem Marx como teórico da economia e Gramsci como teórico da política e da cultura, sem o que anula-se a processualidade histórica presente na teoria marxista” (op. cit.).

Marx acreditava na tomada de consciência da classe trabalhadora, o que seria possível através da passagem da classe em si para a classe para si, ou seja, quando no interior da luta de classes, a mera existência material é substituída por uma tomada de consciência pelo proletariado de seu lugar social, a partir do que os interesses que defende se tornam interesses de classe.

Vê-se como é impossível compreender a origem e a função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois aquela é um dos instrumentos da dominação e também uma das formas de luta. Segundo CHAUI (1994), as classes sociais são relações sociais determinadas pelo modo como os homens, na produção de suas condições materiais de existência, se dividem no trabalho, instauram formas determinadas de propriedade, reproduzem e legitimam aquela divisão e aquelas formas por meio das instituições sociais e políticas, representam para si mesmos o significado dessas instituições por meios dos sistemas determinados de idéias que exprimem e escondem o significado real de suas relações. Sob esta perspectiva, pode-se dizer que a

⁴³ Para Marx e Engels (1998), em *A Ideologia Alemã*, as idéias nascem da atividade material, de forma que uma classe é hegemônica não só porque detém a propriedade dos meios de produção mas, sobretudo, porque suas idéias e valores são dominantes.

⁴⁴ Comentários realizados por ocasião da defesa do projeto de qualificação.

ideologia é a concepção de mundo da classe dominante, assumida como verdadeira, como universal por todas as classes. Os canais de dominação fazem com que as classes sociais dominadas participem de uma concepção de mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes. E um dos canais de dominação é o terreno da cultura; é também através da reprodução cultural que a reprodução mais ampla da sociedade fica garantida. O fenômeno de manutenção das idéias dominantes é, segundo CHAUI (op. cit.), o aspecto fundamental do que Antonio Gramsci chama de hegemonia. É também no campo da cultura que a classe trabalhadora pode reverter o quadro de dominação no campo das idéias, fenômeno conhecido com contra-hegemonia.

É importante destacar, entretanto, que a ideologia dominante não é aceita passivamente pelos dominados. Conforme vimos acima, a ideologia também é instrumento de emancipação. Com base nos escritos de Gramsci, o conceito de ideologia não significa “falsa consciência”, “visão invertida” e ilusão deformadora da realidade⁴⁵. Ele acreditava que, ainda que na condição de dominados, a classe trabalhadora pode pensar criticamente e se organizar e lutar por alternativas; para ele, a consciência das classes subalternas contém um amálgama contraditório de valores, em parte absorvidos da visão de seus governantes e, em parte, derivados do próprio saber popular, este último bastante valorizado pelo filósofo italiano. O que acontece hoje é que apesar das resistências, a correlação de forças tem sido favorável à ideologia dominante, colocando-nos em “meio à neblina” conforme analisou Francisco de Oliveira (2000). Isto acaba por dificultar as possibilidades de construção da cultura popular, crítica e autônoma em relação à cultura dominante, e de organização das classes subalternas em direção de seus interesses.

O marxismo, no entanto, admite uma dimensão cultural crucial para todo o projeto de transformação social⁴⁶, de modo que as questões de cultura e ideologia têm sido muito importantes para o marxismo ocidental.

É importante mencionar, segundo BOTTOMORE (1988), que o termo cultura possui dois usos que podem ser vistos como pólos extremos de seu emprego. Desta forma, de um lado, há o significado que denota o domínio estético, o domínio da arte e da literatura e as relações entre ambas; de outro, o uso antropológico do termo para

⁴⁵ IAMAMOTO (2007) adverte que a leitura equivocada de Marx associa a ele o entendimento do conceito de ideologia como visão invertida da realidade. Na verdade, a consciência como ilusão deformada da realidade é possível devido ao fato de vivermos em uma sociedade fetichizada que inverte o sentido das coisas. É importante ter isto em mente para que não se caia nas armadilhas que dissociam Gramsci e Marx.

⁴⁶ Numa concepção rudimentar do marxismo, poder-se-ia falar em um duplo sentido de cultura, qual seja, com reflexo da base econômica e como instrumento de propaganda na luta de classes.

denotar “todo o modo de vida” de uma sociedade, construído, em geral, de um modo idealista, fundamentando-se em significados e valores. Vale mencionar, ainda, que de acordo com o pensamento idealista alemão, a cultura é encarada como o domínio do espírito e sua materialização nas instituições humanas. Neste sentido, o termo conserva o seu sentido original de cultivo e desenvolvimento (*Bildung*), às vezes identificado com civilização e, às vezes, relacionado à construção do indivíduo numa totalidade social.

Entretanto, o uso marxista do conceito de cultura tenta romper com tais distinções, bem como desenvolver uma explicação materialista das relações entre as idéias e outros aspectos e condições da práxis humana. Ou seja, tal conceito tem lugar na concepção de consciência como existência consciente, consciência diretamente ligada a um sentido de coisas existentes e, também, condição para a possível transformação deste estado de coisas. Vale lembrar que, nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, MARX (2005) expõe a idéia do trabalho como uma atividade formadora do homem (ontologia do ser), e é exatamente isso que o distingue dos demais seres⁴⁷, uma vez que ele pensa o que faz. Neste sentido, apesar de essa atividade ser estranha a ele, fazendo com que o mesmo não se reconheça no processo do fazer e ao final dele; apesar de a sociedade capitalista ser a do máximo da alienação, ela é também a sociedade onde se pode construir a emancipação quando ele se apropria do entendimento desse processo e supera-o.

No marxismo ocidental, os pensadores que marcaram o início de uma tradição voltada a pensar as questões culturais certamente foram Georg Lukács e Antonio Gramsci.

Segundo BOTTOMORE (op. cit.), Lukács formou-se no neokantismo alemão e em ensaio de 1920, definiu cultura em oposição à civilização como “o conjunto de capacidades de valor que são dispensáveis em relação à manutenção imediata da vida”. Por exemplo, a beleza interna e externa de uma casa (...) em contraste com as formas de pensamento com sua durabilidade e segurança. Neste sentido, ele afirma que a cultura é destruída pela produção capitalista para o mercado, sendo possível a nova cultura somente com o advento do socialismo.

Em *História e Consciência de Classe*, cuja primeira edição é de 1923, ele trata do desenvolvimento de uma cultura e de uma visão de mundo proletárias, em contraste

com as formas de pensamento reificado da Europa burguesa. Mais tarde, em um prefácio escrito em 1967, Luckács criticou suas próprias idéias, avaliando como idealista a noção de consciência de classe que delineou naquela obra.

Os últimos trabalhos de Luckács foram, em grande parte, dedicados à Estética, nos quais ele mostra a sua inspiração ontológica ao tratar do tema da arte. Vale, portanto, descrever, em linhas gerais, suas idéias desenvolvidas em tais trabalhos.

Pode-se afirmar que Luckács via a arte como uma atividade que parte da vida cotidiana para a ela retornar, produzindo nesse movimento uma elevação da consciência sensível dos homens.

“A vida cotidiana é o ponto de partida e ponto de chegada: é dela que provém a necessidade de o homem objetivar-se, ir além de seus limites habituais; e é para a vida cotidiana que retornam os produtos de suas objetivações. Com isso, a vida social dos homens é permanentemente enriquecida com as aquisições advindas da arte e da ciência” (FREDERICO)⁴⁸.

Assim sendo, o homem, no cotidiano, se relaciona com um mundo heterogêneo e descontínuo. Na fruição estética, o indivíduo depara-se com a figuração homogeneizada. A arte, portanto, educa o homem, fazendo-o transcender a fragmentação produzida pelo fetichismo da sociedade mercantil e refletir sobre o cotidiano, produzindo, assim, a “elevação” desse cotidiano, para fazer a operação de retorno. Neste momento, segundo Luckács, o homem supera a sua singularidade e é posto em contato com o gênero humano, o momento da catarse, produzindo uma síntese entre o plano singular e o universal. Uma vez enriquecido pela experiência, o homem passa a ver o mundo com outros olhos.

Entretanto, ele chama a atenção para o fato de que nem toda atividade artística produz o efeito desejado, a que ele denomina “ciclo problemático do agradável”. Os produtos que cumprem apenas a função de entretenimento, as quais se dirigem à esfera privada dos indivíduos e não os colocam em contato com o gênero humano, contribuem para a permanência da sua singularidade, impedem a “elevação”, o contato enriquecedor com o gênero e, por isso, o caráter social da personalidade humana não se desenvolve.

Resgatando aquela afirmação presente no ensaio citado acima, somente em uma sociedade socialista, onde as expressões culturais não seriam produtos voltados para o mero entretenimento e para o mercado, é que seria possível verificar a dimensão ontológica da arte.

⁴⁷ Recordemo-nos a brilhante oposição que Marx estabelece entre “o pior dos arquitetos” – que ao menos planeja suas próprias construções – e a “melhor das abelhas”, presente em O Capital (Livro I Cap. V), considerada sua obra mais importante.

⁴⁸ Texto extraído do site www.googleacademico.com.br, “Cotidiano e arte em Luckács”. Acesso em fevereiro de 2007.

Vale, ainda, dizer que os primeiros livros de Luckács proporcionaram os fundamentos para a obra de autores como Lucien Goldmann⁴⁹ no campo da sociologia da literatura e da história das idéias, tendo exercido igualmente marcante influência sobre a teoria crítica da Escola de Frankfurt.

Uma vez explicitados os elementos principais da abordagem luckacsiana sobre cultura, bem como sua influência para o pensamento crítico, cabe situar a relevância da teoria gramsciana para o estudo da cultura, talvez a mais completa, uma vez que enfatiza a dimensão cultural e política socialista em sociedades onde a burguesia governa mais pela hegemonia do que pela força. A reflexão de Gramsci destaca-se, no interior da tradição marxista, por valorizar a cultura dentro da luta de classes, em direção a uma emancipação das classes subalternas, o que é reforçado por sua militância política e jornalística. Por isso, ele nos fornece a melhor opção teórica em direção à transformação social, dada a complexidade do momento presente.

2.2. A Centralidade da Cultura no Pensamento Gramsciano

A importância de se pensar o conceito de cultura numa perspectiva gramsciana está no fato de que a preocupação do filósofo italiano é desenvolver o conceito de cultura associada à ação política, uma vez que ele entende cultura como lugar de síntese das lutas entre os diversos projetos em disputa na sociedade. Daí decorre outro conceito indissociável ao de cultura, qual seja, o de hegemonia, pois este designa a luta no interior da sociedade política a fim de transformar idéias e valores, no comportamento e nas práticas por meio de ações visando à emancipação dos explorados e dominados⁵⁰.

Embora o conceito de hegemonia tenha suma importância na obra gramsciana, ele sofreu algumas modificações e ampliações conceituais no pensamento do filósofo italiano, as quais são fruto da própria maturidade alcançada por ele no âmbito da tradição marxista.

Nas reflexões por ele suscitadas, no período em que atuava em o L'Ordine Nuovo, Gramsci procurava entender os rumos tomados pelo movimento operário italiano, tendo como preocupação central a constituição das chamadas Comissões

⁴⁹ *Dialética e Cultura*. RJ: Paz e Terra, 1979. Lucien Goldmann trabalha a cultura com ênfase em sua dimensão estética.

⁵⁰ Entretanto, como mostra CHAUI (1994), o conceito gramsciano de hegemonia ultrapassa o de cultura e o de ideologia; hegemonia é uma direção geral – política e cultural da sociedade. Desta perspectiva, hegemonia pode ser considerada sinônimo de cultura, em sentido amplo e, sobretudo, de cultura em sociedades de classe.

Internas⁵¹ como órgão representativo de todos os trabalhadores da fábrica e seu desenvolvimento como dinamizador de uma cultura operária. Tendo em vista que ele não procurava apenas estabelecer elos de ligação do movimento operário italiano e a realidade italiana e sem realizar uma simples transposição daquele processo revolucionário para tal realidade, Gramsci via na transformação das Comissões Internas em órgãos da democracia operária um instrumento que favorecia ao operariado a compreensão de sua própria função política e histórica a partir de suas experiências de luta na fábrica, ou seja, a consciência de classe.

Tal explanação serve para demonstrar a importância para Gramsci do L'Ordine Nuovo como um órgão dos conselhos de fábrica capaz de articulação teórica e cultural dessas experiências. Isto porque ele acreditava que, além do papel decisivo do partido, havia outras instituições importantes na vida social da classe operária que poderiam contribuir no sentido de forjar a consciência da classe trabalhadora.

A importância do L'Ordine Nuovo, entretanto, não subestimava o papel do partido político. Na verdade, o contato direto de Gramsci com a experiência russa e o Congresso da III Internacional Comunista em 1921 (a qual havia sido marcadamente influenciado por Stalin, difundindo um marxismo marcado por um determinismo econômico mecanicista que assegura que a revolução seria uma consequência inevitável das crises do sistema capitalista) fizeram com que ele visse o partido como decisivo no processo de luta pela hegemonia.

Em artigo deste jornal, ele assinala a importância do partido político na construção da “ditadura do proletariado”, afirmando que:

“(...) Para obter tal finalidade (a ditadura proletária), o partido comunista educa o proletariado a organizar seu poder de classe e a servir-se desse poder armado para dominar a classe burguesa e para determinar as condições nas quais a classe explorada seja suprimida e não possa renascer” (GRAMSCI apud ALMEIDA, 1997: 51).

O conceito de hegemonia é assim ampliado, designando tanto um processo de direção interna do proletariado como um processo de direção política, de ação de classe sobre outra, através da instauração da ditadura do proletariado.

Não foi somente este conceito que Gramsci ampliou ao debruçar-se sobre a realidade particular da Itália, mas amplia também outros importantes conceitos marxistas. É assim que conceitos como os de infra-estrutura e superestrutura passam a ser entendidos fora dos enfoques deterministas de algumas apropriações da teoria

⁵¹ As Comissões Internas surgiram em 1906 na Itália e tinham como objetivo principal a garantia e a defesa dos direitos dos trabalhadores, assim definido a partir de um pacto entre trabalhadores e empresários, após anos de tensão entre ambos.

marxiana, de forma que a superestrutura passa a ter uma relativa autonomia na leitura gramsciana. Tal perspectiva ganhou destaque em seu pensamento, sobretudo em 1924, quando o autor desenvolve a análise das diferenças entre as sociedades ocidentais e orientais.

A conformação do Estado ampliado, tal como exposto na teoria gramsciana, é característica das sociedades ocidentais, ou seja, a sociedade civil constitui a nova esfera do Estado que se ampliou nas sociedades ocidentais, as quais adquiriram maior grau de modernização, ao contrário das sociedades orientais, onde a sociedade civil não tinha grandes aprendizados com relação à ação política. Cabe salientar que as sociedades orientais apresentavam uma forma restrita de Estado, tal como a visão de Estado em Marx, mas que, na realidade, era extremamente compatível com a época, podendo ser entendida de tal forma.

Assim sendo, enquanto nas sociedades orientais o Estado compreende a sociedade política, tendo como funções ditadura, coerção e dominação e, como base material, aparelhos coercitivos e repressivos, nas sociedades ocidentais, o Estado compreende sociedade política e sociedade civil, estas últimas tendo como funções consenso e direção e, como base material, os aparelhos “privados” de hegemonia⁵². Se nas formações orientais, a conquista imediata do Estado era um imperativo da estratégia revolucionária da classe trabalhadora (o que era decorrência da própria fragilidade da sociedade civil), nas sociedades ocidentais, onde a sociedade civil encontra-se mais consolidada e com maior grau de complexidade, e o Estado dispendo de mecanismos mais amplos de legitimação que não apenas o coercitivo, a revolução não decorria apenas da tomada de assalto do Estado, mas de uma série de rupturas.

Para Gramsci, há duas confusões em torno da relação entre essas duas esferas, quais sejam, uma de caráter economicista, derivada de uma ideologia liberal, que identifica o Estado com o governo, separando aquele da sociedade civil, considerada como setor autônomo, regulado pelas regras “naturais” da liberdade econômica – da qual estamos tratando no parágrafo acima e que é cunhado por Gramsci de “economicismo”; e outra que deriva de sistemas totalitários que tendem a unificar, ditatorialmente, os elementos da sociedade civil no Estado, na busca de manter sob a força toda a vida nacional. Essa última concepção é chamada por Gramsci de “estatolatria”.

⁵² Anotações de aula do Curso de Extensão em Teoria Social: O Pensamento de Antonio Gramsci, ministrado pela Prof. Dra. Silene de Moraes Freire, no 1º semestre de 2004.

Na verdade, para ele, o Estado (ou sociedade política) compreende instituições mais públicas, como o governo, a burocracia, as forças armadas, o sistema judiciário, o tesouro público, etc., e se caracteriza pelo conjunto dos aparelhos que, através da coerção, visam a “dominação” (SEMERARO, 1999:74). Já a sociedade civil, compreendendo organismos “privados” e voluntários, como os partidos, as diversas organizações sociais, os meios de comunicação, as escolas, as igrejas, as empresas, se caracteriza pela elaboração e difusão de ideologias e dos valores simbólicos que visam a “direção” (op. cit.: 74). Essas duas esferas, embora distintas e relativamente autônomas, são inseparáveis na prática. Assim sendo, Gramsci ultrapassa a ‘visão restrita’ de Estado presente no marxismo⁵³ e amplia tal concepção. Para o filósofo italiano: “Estado = sociedade política + sociedade civil”, ou seja, hegemonia encorajada de coerção" (op. cit.: 75).

Além disso, com base em suas reflexões, podemos afirmar que a sociedade civil é uma arena privilegiada da luta de classes, onde se dá uma intensa luta pela hegemonia e, por isso, ela não é oposta ao Estado, mas articulada a ele.

No processo de desenvolvimento de uma contra-hegemonia por parte das classes subalternas, várias instituições da sociedade civil tornam-se espaços de disputa pela hegemonia no plano cultural, de forma que os aparelhos privados de hegemonia são tensionados por esta disputa. Com base nisso, Gramsci destaca elementos como a escola, a igreja, a imprensa, etc., em suas análises sobre a cultura, como elementos de construção de hegemonia.

Com base nestas elaborações, o conceito de hegemonia passa a ser entendido como direção política e cultural da classe trabalhadora, a qual pode ser exercida por uma classe antes mesmo que esta detenha o controle da base econômica, ou mesmo do Estado, mais do que isso para que uma classe seja dominante, é pré-condição que ela se torne dirigente antes de conquistar o poder.

Isto significa, na teoria gramsciana, que este processo implica a superação de uma dada formação social e uma profunda alteração de toda a vida social, que vá além da esfera econômica e política, e que constitua uma nova cultura, assentada em novas práticas e novos valores e determinada pela construção de uma consciência coletiva crítica acerca dos problemas da classe e do mundo. Ou seja, uma autêntica reformulação cultural e moral.

⁵³ A respeito da teoria “restrita” do Estado e a ampliação da teoria do Estado no âmbito do marxismo, ver o excelente livro de Carlos Nelson Coutinho: *A dualidade de Poderes. Introdução à teoria marxista de Estado e Revolução*. São

O processo de construção da hegemonia é, pois, também um processo de formação política e ideológica. Como bem assinala ALMEIDA (op. cit.),

“Tornar-se classe hegemônica, para as classes subalternas significa desvelar sua própria condição de classe, inscrever-se como protagonista da sua própria história. A realização da hegemonia, nestas condições, significa modificar o próprio estar no mundo, o próprio modo de ver o mundo, alterar o próprio mundo. A realização da hegemonia passa, portanto, fundamentalmente por um processo cultural, de elaboração de uma cultura própria das classes subalternas” (op. cit.: 53).

Neste processo de construção da hegemonia, merece destaque no pensamento gramsciano o papel dos intelectuais, os quais, para Gramsci, seriam responsáveis por importantes e decisivos processos políticos e culturais⁵⁴. Entretanto, há dois tipos principais de intelectuais, oriundos de cada formação social e de cada período histórico. São eles: os intelectuais orgânicos, ligados às classes subalternas, pela superação de uma visão de mundo fragmentada e pela construção de uma consciência crítica; a eles caberia empreender uma reforma intelectual e moral que expressasse uma vontade coletiva nacional-popular. E os intelectuais tradicionais mantêm vínculo orgânico com os novos grupos sociais, pois expressam-se como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida. Segundo Gramsci, as classes subalternas deveriam produzir seus próprios quadros de intelectuais orgânicos e buscar a adesão dos intelectuais tradicionais. A constituição destes quadros de intelectuais se daria através do partido político, ao qual caberia a função de organizador do processo de hegemonia das classes subalternas, a que ele chamava de “O Moderno Príncipe”.

A preocupação de Gramsci foi apontar a direção para a instauração de um novo bloco histórico a partir de uma contra-hegemonia, de um movimento político e cultural que reinterpretasse a história nacional italiana numa perspectiva popular, reelaborasse a memória das classes subalternas numa direção oposta à da classe dominante. Isto dependeria de uma articulação entre os intelectuais e as massas, tendo o partido político um papel importante como organizador deste processo.

Deste modo, com base no exposto, pode-se afirmar o papel primordial da cultura na elaboração de uma contra-hegemonia – uma outra visão de mundo por parte daqueles que resistem à interiorização da cultura dominante. Conforme sinaliza FINELLI (2006), a luta de classes não é apenas econômica; é, sobretudo, luta no plano das concepções de mundo. Entretanto, como bem lembra CHAUI (2006), não se trata de ver a cultura como um mero instrumento para a luta política – como muitas vezes esta é vista pela esquerda – mas de, dentro da luta pela hegemonia, propor mudanças na cultura em

direção ao processo histórico de instituição de uma cultura política pela classe trabalhadora. Daí decorre a associação de cultura à cultura popular⁵⁵.

Entender a cultura popular requer percebê-la em sua articulação à existência e à própria sobrevivência das classes subalternas. E, neste sentido, cultura popular significa a expressão destas mesmas classes; é, pois, sinônimo de resistência⁵⁶.

Quando Antonio Gramsci formula suas teorias, ele procura afirmar as possibilidades do homem como sujeito de sua história, visando, assim, a autonomia da classe operária perante a hegemonia burguesa e, conseqüentemente, contribuir para a renovação da cultura socialista na Itália. Tal intenção materializa-se nos seus escritos e nas suas intervenções produzidas em 2 períodos: 1916 a 1918, no qual Gramsci afirmase como articulista nos periódicos socialistas; 1919 a 1922, período marcado pelas lutas operárias em prol da organização dos Conselhos de Fábrica na cidade de Turim e pela fundação do Partido Comunista da Itália.

Segundo BADARÓ (2005), para Marx e Engels, a classe como fenômeno social, só se constituía em oposição aos interesses de outras classes e, portanto, tomando consciência de seu lugar social, o que seria o ponto de partida para um projeto político de transformação. Seguindo esta lógica, Gramsci acreditava que as classes subalternas só seriam capazes de uma ação histórica ao escapar de uma colocação passiva no interior das relações econômicas e adquirir uma representação de si e do mundo autônoma e independente das idéias dominantes. A existência de uma “subjetividade capaz de ação histórica” seria resultado da passagem de um grupo ou classe de uma condição desagregada e subalterna a uma condição de iniciativa primeiramente apenas econômico-corporativa, em seguida cultural-política, até o estabelecimento intelectual e moral de uma hegemonia. Vale dizer que é exatamente na esfera da sociedade civil⁵⁷ e da superestrutura na qual este grupo ou classe luta contra a classe dominante e pela hegemonia, através, sobretudo, de uma luta cultural e moral. Citando Gramsci,

⁵⁴ No Serviço Social, há autores que se destacam na abordagem sobre a reflexão gramsciana, dentre eles ABREU (2002).

⁵⁵ Segundo CHAUI (2006), a preocupação de Gramsci com a cultura nacional-popular data da década de 1930; nos textos produzidos entre 1910-1920, há 2 traços distintos que contrapõem-se a esta defesa do nacional-popular: crítica do nacionalismo, que ele chamava de confucionismo diletante e reacionário e crítica ao popularesco (Vitor Hugo, Alexandre Dumas e Gabrielle D’Annunzio). Outra importante obra de Marilena Chauí para entendermos a questão da cultura nacional-popular é: *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. SP: Brasiliense, 1989.

⁵⁶ Esta forma de ver a cultura pressupõe a divisão entre cultura erudita e cultura popular, operando uma distinção entre “culto” e “inculto”, que é próprio do pensamento dominante, e que data do final do século XVII. Entretanto, não se pode esquecer que ambos - cultura popular e erudita - são expressão e conseqüência da divisão social das classes.

⁵⁷ Conceito tão extraordinariamente inovado e ampliado por Gramsci e que passa por várias metamorfoses na contemporaneidade, chegando até mesmo a ser confundido com o Terceiro Setor, numa alusão às ações das chamadas ONGs em substituição à ação estatal.

BADARÓ (op. cit.) destaca, a respeito da centralidade da consciência de classe no terreno da luta política em seu sentido mais amplo:

“O momento seguinte e a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestam na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existente. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados” (GRAMSCI apud BADARÓ, op. cit: 15).

A questão da consciência de classe formou-se, assim, no âmbito da tradição marxista, um ponto central à visão da cultura dentro de uma perspectiva de classe, tendo a classe trabalhadora como objetivo máximo do processo de construção de uma cultura própria e superadora da ordem social vigente, a consciência de sua condição histórica na sociedade capitalista.

Vê-se, assim, que Gramsci não concebe a consciência de classe como algo natural e espontâneo, mas construído socialmente e dependendo da correlação de forças presentes nesta mesma sociedade. Tal concepção guiou as reflexões presentes em Americanismo e Fordismo⁵⁸, acerca da relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral sob a hegemonia de uma classe, e as implicações sobre a constituição de uma nova cultura pelas classes subalternas.

A partir da experiência do americanismo e do fordismo, Gramsci delineia um significado do termo cultura como modo de vida, de sentir, de pensar e de agir, ou seja, um modo de vida construído sob a hegemonia da burguesia individual americana. Na base da moderna configuração social do capitalismo americano – através da reorganização dos processos produtivos segundo cadeias de montagem (fordismo) e à definição científica dos tempos, dos movimentos e das funções (taylorismo) – Gramsci vê a transformação técnica do processo de produção, sua racionalização, com o enorme aumento da intensidade do trabalho. A produção e a reprodução de uma força de trabalho que participe cada vez menos, com sua consciência e sua personalidade

⁵⁸ Ensaio presente na obra *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. RJ: Civilização Brasileira, 1991.

autônomas, no processo de trabalho e seja, pelo contrário, um componente apenas mecânico e passivo deste processo.

“Taylor [...] expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal” (GRAMSCI apud FINELLI, op. cit: 3).

Segundo FINELLI (op. cit.), a nova totalidade social é no americanismo: 1) produção material de mercadorias; 2) produção do nexos social de salário e lucro, ou seja, da relação de classe central da sociedade contemporânea; e, por fim, 3) produção de uma visão de mundo. Gramsci compreende que o americanismo significa produção de toda uma organização social, em seu nexos articulado de plano material, plano relacional-social e político-ideológico-simbólico, a partir da centralidade da fábrica. Disto decorre aquela afirmação de que “a hegemonia nasce na fábrica”.

É interessante destacar a centralidade que assumem a cultura, a sua organização e o seu processo de difusão, compreendidos como parte do processo de afirmação política da classe operária em toda a obra gramsciana, de modo que tais questões o acompanham em todo o seu percurso intelectual.

Para Gramsci, ao movimento socialista cabia a função de gerar organizações, rigidamente disciplinadas, que lutassem pelo objetivo de difundir a cultura entre os operários e os camponeses pobres. Tais organizações, que não se restringiam ao partido, deveriam ocupar-se não somente da ação política, mas também da atividade cultural, pois ele entendia que

“(...) cada revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeabilização de idéias através de agregados de homens, primeiro refratários e somente virados para resolver dia a dia, hora a hora, o seu problema econômico e político, sem laços de solidariedade com os outros que se encontram nas mesmas condições” (GRAMSCI, 1976: 83).

A organização e a disciplina permitiriam ao movimento socialista apropriar-se da cultura e, assim, criar as bases de uma cultura autônoma, de modo a livrar as massas do despotismo dos intelectuais de carreira. Vale dizer que Gramsci absorveu crítica veemente ao academicismo que permeava a vida universitária italiana. Vale reproduzir, ainda que longa, uma passagem em que ele trata da questão:

“É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto sob a forma de recipiente para encher e amontoar com dados empíricos, com fatos ao acaso e desconexos, que ele depois deverá arrumar no cérebro como nas colunas de um dicionário para poder então, em qualquer altura, responder aos vários estímulos do mundo externo. Esta forma de cultura é deveras prejudicial, especialmente para o proletariado. Serve apenas para criar desajustados, gente que crê ser superior ao resto da humanidade porque armazenou na memória uma certa quantidade de dados e de datas, que aproveita todas as ocasiões para estabelecer quase

uma barreira entre si e os outros. (...). A estudantada que sabe um pouco de latim e de história, o advogado que conseguiu arrancar um canudo à indolência e ao deixa-correr dos professores, acreditarão ser diferentes e superiores mesmo em relação ao melhor operário especializado que preenche na vida um papel bem preciso e indispensável e que, na sua atividade, vale cem vezes mais do que valem os outros na sua. Mas esta não é cultura, é pedanteria, não é inteligência mas bagagem intelectual, e contra ela se reage com razão” (GRAMSCI, op. cit: 82, 83).

Tal passagem serve para demonstrar o quanto Gramsci valorizava o conhecimento e a engenhosidade dos homens, mesmo daqueles que não se educaram no sentido tradicional do termo.

Nos escritos posteriores, como os artigos do jornal *L'Ordine Nuovo* e os *Cadernos do Cárcere*, Gramsci reelabora e amplia sua concepção de cultura, onde se destacam análises sobre o Renascimento, o humanismo (movimento surgido na Itália entre os anos 1300 e 1600 e que teve no Renascimento seu apogeu) e o futurismo (movimento cultural que estabelecia a necessidade de se valorizar as novas tendências sociais e culturais abertas diante das novas condições de desenvolvimento social) e seu papel político na história italiana e européia.

Como Maquiavel⁵⁹, Gramsci critica o Renascimento, afirmando que, apesar dos esforços de homens como aquele, esse movimento de renovação cultural não gerou, na Itália, uma renovação no plano político e ideológico. O movimento que havia se mostrado progressista na Europa, culminando na formação dos Estados nacionais, na Itália significou o florescimento de uma intelectualidade cosmopolita que jamais se vinculou às massas italianas, as quais estavam nacionalizando-se neste período. Para ele, esse é o caráter reacionário do humanismo italiano que permitiu a reabsorção do movimento nos marcos da política vaticana medieval e imperial. O Renascimento continha aspectos absolutamente inovadores, mas, na Itália, foi incapaz de se dirigir ao povo, ficando restrito a um movimento artístico destacado do povo e da nação.

Para Gramsci, as bases para esta separação não deviam ser entendidas como uma simples questão de ordem estética e/ou artística, mas se encontravam no próprio processo de revolução burguesa empreendida no processo de unificação do Estado italiano, qual seja, uma revolução “pelo alto”, da qual as grandes massas populares não atuaram como protagonistas. Ocorreu o que ele chamou de revolução passiva, uma alteração no domínio do poder político sem a incorporação das classes populares,

⁵⁹ Nicolau Maquiavel foi o pensador italiano que se moveu na contra-ofensiva da situação política gerada no Renascimento, propondo uma política de aproximação com o povo, assim como as monarquias da França e da Espanha estavam promovendo. Em *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Gramsci (1980) faz uma interpretação da obra de Maquiavel contra a tradição das leituras burguesa e fascista numa perspectiva comunista.

diferentemente do modelo clássico de revolução, aquele experimentado pela França, o qual havia contado com a participação destas classes.

Remetendo-nos às particularidades da construção da cultura brasileira, não buscando simplesmente encaixar a realidade italiana à brasileira, mas entendendo que há semelhanças entre ambas, como, por exemplo, a construção da revolução pelo alto, sem a participação das classes subalternas nas transformações operadas e, conseqüentemente, a fragilização da construção de uma cultura popular, observamos que a contemporaneidade impõe grandes desafios a tal construção.

A globalização, e suas implicações no que toca ao processo de desterritorialização tanto econômica quanto cultural, resultam na conformação de uma sociedade global de consumo, na qual a cultura também acaba por constituir-se como uma mercadoria e mais do que nunca atravessada pela luta de classes, uma vez que a ideologia dos grupos dominantes e detentores dos meios de comunicação se expressa com mais facilidade apesar das resistências da cultura popular. Por outro lado, o processo de reestruturação econômica e político-cultural da sociedade capitalista, que se traduz em novos padrões de acumulação e de sociabilidade (HARVEY, 2005), atinge a materialidade e a subjetividade da classe trabalhadora, apontando tanto para a intensificação das formas de exploração do trabalho (ANTUNES, 1995) quanto para a disseminação de uma cultura pós-moderna que não reconhece a luta de classes e, portanto, tenta fragilizar a identidade de classe e construí-la em outras bases.

Isto evidencia cada vez mais o componente classista da cultura, bem como traz graves conseqüências para a elaboração de uma cultura própria e hegemônica das classes subalternas que, como enfatiza Gramsci, teria que ser uma cultura crítica superadora em relação à cultura dominante. A hegemonia do capital, que inclusive atinge o seio das camadas populares, dificulta e, muitas vezes, impede aquele distanciamento necessário à formulação autônoma da cultura destas mesmas classes.

Como dissemos anteriormente, a cultura é um espaço de conflitividade e pode ser um elemento de contra-hegemonia ou de reforço do *status quo*. É importante destacar que buscamos com este trabalho defender uma abordagem contra-hegemônica da mesma. Entretanto, a cultura no Brasil, historicamente, foi encarada dentro do conservadorismo e, no próximo capítulo, buscamos evidenciar até que ponto o Governo Lula rompeu com este conservadorismo através de sua política cultural.

Capítulo 3

APORTES PARA O DEBATE SOBRE OS RUMOS DA POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Para entendermos a trajetória da política cultural no Brasil, não podemos esquecer que sua emergência esbarra na discussão sobre a gênese da Política Social como um mecanismo de enfrentamento do Estado sobre a questão social. Conforme sabemos, no caso brasileiro, até 1930, a questão social era enquadrada pelo Estado como “caso de polícia” e, portanto, tratada no interior de seus aparelhos repressivos. Como sinaliza IAMAMOTO, em nossa sociedade, “historicamente, (a questão social) foi tratada sob o ângulo do poder, vista como ameaça que a luta de classes – em especial, o protagonismo da classe operária – representava à ordem instituída” (2001: 11).

Apesar de ser possível observar, ainda na República Velha, a existência de algumas iniciativas em direção a seu enfrentamento, o nível de institucionalização ocorrido no período permite-nos afirmar que, a partir de 1930, esta mesma questão social passa a ser caso de política, tornando-se uma questão legal da alçada do Estado. Entretanto, esta dimensão significativa deu-se sob o imperativo da industrialização e, portanto, não aparece como direito de cidadania, mas de concessão do Estado.

A ampliação da intervenção do Estado através da política social deu-se numa conjuntura em que se expandia o capitalismo no país e dava-se início ao processo de modernização impulsionado pelo governo autoritário de Getúlio Vargas. Neste sentido, os valores que tomaram impulso neste momento histórico constituíram a base de nossa cultura política⁶⁰. Deste modo, pode-se afirmar que os valores construídos historicamente não foram eliminados e persistem, em alguns aspectos, até os dias atuais, perpassando todas as formas de poder político (FREIRE, 2001).

Conforme a análise de José Murilo de Carvalho (2001) a respeito dos limites da constituição da cidadania, pode-se perceber que o regime democrático não resultou na afirmação dos direitos de cidadania e na melhoria das condições de vida da população. A democracia e a cidadania restritas permitiram que o Brasil se tornasse, nos tempos recentes, um terreno fértil para o aprofundamento do neoliberalismo de tal forma que, num contexto democrático, se vivenciou o desmonte das políticas públicas e os índices

⁶⁰ A definição do conceito mais adequada aos objetivos deste trabalho está em FREIRE (1991: 6), citada no Capítulo 1 desta dissertação.

mais alarmantes de desigualdade social e pobreza, estruturais em nossa sociedade. De acordo com o referido autor, o acesso aos direitos políticos, que se traduzem na possibilidade de votar e ser votado, não resultou em melhoria das condições de vida da população, de tal forma que:

“problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução, ou se agravam, ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento. Em consequência, os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como as eleições, os partidos, o Congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança dos cidadãos” (op.cit.: 8).

Vemos, pois, que a política social passa a ter sentido com a expansão do capitalismo dentro de um ideário que afirmava a necessidade de intervenção estatal para dar impulso ao processo de modernização incipiente implementado por Getúlio Vargas. É importante dizer que a modernização não se deu através de ruptura, ou seja, não houve transição revolucionária, mas caracterizou-se como conciliatória e reformista. Pode-se dizer que o país seguiu uma “via prussiana” ou “uma revolução passiva”⁶¹, o que significa dizer que todas as questões relacionadas à transição para o capitalismo encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular: o industrialismo não implicou rupturas revolucionárias e sim ajustamento entre empresários industriais e oligarquias agrárias, sob a égide de um Estado empenhado numa revolução-conservação. Foi esta “conciliação pelo alto” a responsável pela tradição política e cultural contrária à democracia representativa e favorável ao fortalecimento das ações do Estado, este considerado como espaço privilegiado por onde deveria passar a questão social, a economia, a política e a cultura.

A importância da cultura para o entendimento do processo em curso no período em discussão está no fato de que a batalha cultural é um elemento decisivo na luta travada na sociedade pela direção. Este foi o sentido que teve a cultura no contexto do governo ditatorial de Vargas, governo este marcado pela coerção, mas também pela tentativa de atingir o consenso necessário ao estabelecimento da modernização capitalista. Como será discutido adiante, o governo vai intervir e manipular todas as manifestações culturais do período e abrirá mão de um aparato no campo da cultura a fim de atingir tal objetivo.

⁶¹ Os conceitos de “via prussiana” e “revolução passiva” são conceitos análogos e complementares se se quer compreender como se deu a “revolução burguesa” no Brasil. O primeiro foi formulado por Lênin para designar as vias de transição para o capitalismo na Alemanha quando falou da questão agrária, destacando que este processo deu-se através da adequação das estruturas agrárias às necessidades do capital. O segundo conceito foi elaborado por Gramsci a fim de sintetizar a ausência de participação popular e o tipo de modernização conservadora próprios do

Desta forma, o aumento da repressão após 1930, através do combate ao movimento sindical independente, ao Partido Comunista e à esquerda em geral, fez com que Vargas pusesse em prática uma coerente e sistemática linha ideológica de conquista e disciplinamento da classe operária. A nova correlação de forças que se instalou no poder a partir de 1930, preocupada com a modernização do país e com a expansão das atividades ligadas ao mercado interno, objetivava substituir rapidamente as idéias do liberalismo econômico por idéias do corporativismo que propunham a intervenção do Estado na economia. Havia também a necessidade do governo consolidar uma “visão de mundo” que rompesse com a forma na qual assentava-se o poder oligárquico e, portanto, ampliar a esfera de influência na economia e na política através da ideologia.

No período em discussão, a cultura do autoritarismo destaca-se como um dos principais expoentes da produção intelectual, em perfeita conexão com a perspectiva de construir um projeto político comprometido com a hegemonia. Através do Estado e do estabelecimento de uma ideologia nacionalista, o pensamento autoritário reproduz o “imaginário” da burguesia industrial, articulando teoricamente sua dominação e fortalecendo a noção de Estado forte e intervencionista para promover a modernização, para o que colaboraram todos os pensadores autoritários do período⁶².

A crescente participação do Estado na cultura a partir de 1930 está também no fato de que o mesmo não desconhecia a possibilidade de resistência da massa submetida a uma cultura política organizada “pelo alto”. Deste modo, o Estado tenta legitimar-se junto aos trabalhadores através da difusão de uma mistificação da figura de Vargas, considerado como “doador” de toda legislação do trabalhador, o que ficou conhecido como Ideologia do Trabalhismo, cuja construção baseia-se na figura de um povo frágil e desamparado, o chefe generoso e representantes políticos traidores do interesse popular. Essa concepção política, claramente autoritária, foi difundida e propagada nos meios de comunicação como o rádio e a imprensa.

Antes mesmo de 1930, a ideologia que fortaleceu o ideal de modernização já se mostrava através do movimento modernista. Segundo ORTIZ (1989), o modernismo ocorreu no Brasil sem modernização. A década de 1920 “antecipa” mudanças

caminho italiano para o capitalismo. Embora se tratem de casos específicos e bem diferentes da realidade brasileira, estes conceitos servem para entender o nosso caso (COUTINHO, 2005).

⁶² Não é objetivo deste trabalho uma análise exaustiva do governo Vargas; uma análise mais aprofundada sobre esta questão pode ser encontrada em FREIRE (1991). Entretanto, esta é importante para entendermos a raiz de nossa cultura política e o impacto que teve para a construção da cultura brasileira e que vai torná-la receptiva à indústria

concretizadas somente nos anos posteriores (que é o diferencial do modernismo periférico em relação aos outros). Esta antecipação traduziu-se num desejo de modernização da periferia através da construção de uma ideologia nacional mais tarde fortalecida. O Modernismo foi uma relação entre a cultura e a modernização, e tiveram o objetivo de favorecer as mudanças necessárias à consolidação da ordem burguesa.

O grande elemento paradoxal da ampliação do Estado na cultura é a relação estreita entre tal ampliação e a existência de um “Estado forte” e autoritário, ou seja, numa época em que se expandia a burocracia pública, aumentando as atribuições e o tamanho do Estado, bem como eram duramente reprimidos e destituídos da liberdade de expressão muitos artistas e intelectuais, foi aquela considerada “época de ouro” da cultura, a partir de quando pôde-se verificar a criação de várias instituições culturais, como veremos na próxima seção, estando estas, pois, submetidas ao rigoroso controle estatal.

O processo de modernização e expansão do capitalismo no Brasil passou também pela questão dos intelectuais. Neste período, a relação entre o Estado e os intelectuais foi crucial na tentativa de substituição de um modelo coercitivo por um modelo ancorado na hegemonia. Neste sentido, o governo operou um processo de cooptação dos intelectuais, a partir do que os mesmos tinham acesso aos postos e carreiras burocráticas em particularmente toda a área do serviço público.

Para COUTINHO (2005), a cooptação não significou somente o intelectual colocar-se diretamente a serviço das classes dominantes enquanto ideólogo, mas indução ao optar por formulações neutras, não questionadoras da ordem. Aqueles que porventura recusavam tal relação com o Estado estavam relegadas à marginalidade cultural. Isto gerou, conforme afirma o autor, um “intimismo à sombra do poder”, a partir do que os intelectuais, não podendo ligar-se à camadas populares, foram cooptados pelos mecanismos de poder, adotando, assim, posições culturais e ideológicas “neutras”, não contestando as relações de poder e a própria estrutura da sociedade, o que acabou por favorecer o projeto de hegemonia da burguesia industrial e, em consequência, criou-se aquilo que o autor chamou de “cultura ornamental”.

Esse processo gerou profunda separação entre intelectuais e povo, repercutindo negativamente sobre a cultura brasileira. Conforme vimos anteriormente, a História do

cultural mais adiante. O “caldo de cultura” oriundo da tradição autoritária não foi totalmente eliminado de tal forma que torna o Brasil um terreno fértil para o estabelecimento do neoliberalismo em nossa sociedade.

Brasil sofreu transformações significativas a partir de arranjos entre os setores das classes dominantes, com o objetivo de excluir a participação popular nesse processo de transformação. O autor salienta que essas mudanças “pelo alto” são sempre respostas a demandas das classes subalternas, embora não apareçam ainda de uma forma organizada e capaz de tornar essas mesmas classes efetivos protagonistas do processo.

A sociedade civil é o campo privilegiado da cultura, onde se trava uma intensa luta pela hegemonia, e o campo onde se articulam os intelectuais nos países onde não houve um “processo de transformação pelo alto”, ou “revolução passiva”. Assim sendo,

“o problema central da cultura brasileira – ou seja, em termos gramscianos, a escassa densidade nacional-popular de seus produtos – tem sua gênese na ausência de um ‘grande mundo’ democrático em nossa sociedade (...), ausência que resulta dos processos de transformação pelo alto (‘via prussiana’, ‘revolução passiva’) que marcaram a história brasileira, dificultando a participação popular criadora nas várias esferas do nosso ser social. A principal conseqüência dessa constelação sócio-histórica no plano da vida cultural brasileira foi a preponderância de uma cultura ‘ornamental’, elitista, que muito dificultou a construção de uma efetiva consciência crítica nacional-popular entre nós” (COUTINHO, op. cit.: 10).

Não é casual dizer que o autoritarismo, uma vez que impediu a livre iniciativa, organização e manifestação política e, conseqüentemente, a construção de uma consciência democrático-popular, interferiu na emergência e consolidação de uma cultura nacional-popular⁶³ entre nós, produzida pelo povo e que colaborasse na formação de uma contra-hegemonia em direção a um projeto histórico de instituição de uma cultura política pela classe trabalhadora.

Não se pode esquecer, entretanto, que houve movimentos e manifestações culturais significativos que avançaram em direção à construção da cultura nacional-popular. É o caso dos movimentos organizado em torno das propostas dos Centros Populares de Cultura (CPCs), nos anos 1960, no Brasil⁶⁴.

⁶³ Gramsci desenvolve o conceito de nacional-popular com base no caso italiano – o país passava pelo processo de unificação e construção da nação italiana. Ele via nesse processo uma função cosmopolita cumprida pelos intelectuais e percebia uma distância entre elite e povo nação. Os intelectuais estavam pois afastados do povo mas ligados a uma tradição de casta nunca quebrada por um forte movimento nacional ou popular a partir de baixo. Por isso propunha uma “reforma intelectual e moral” na Itália. Ele via o nacional-popular como alternativa à cultura elitista, esta última fruto da predominância da “revolução passiva” como forma de transformação social, que culminava no transformismo e na cooptação dos intelectuais. Ele ainda via o popular como diferente do popularesco. Embora o caso italiano seja diferente do brasileiro sob muitos aspectos, a descrição gramsciana contribui muito para entendermos o caso brasileiro.

⁶⁴ O Centro Popular de Cultura (CPC) foi constituído em 1962 no Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara, por um grupo de intelectuais de esquerda em associação com a União Nacional dos Estudantes (UNE), com o objetivo de criar e divulgar uma “arte popular revolucionária”. O núcleo formador do CPC foi formado por Oduvaldo Viana Filho, pelo cineasta Leon Hirszman e pelo sociólogo Carlos Estevam Martins. Os fundamentos e os objetivos da entidade foram definidos num anteprojeto de manifesto, datado de março de 1962, e reafirmado num manifesto definitivo divulgado em agosto do mesmo ano.

Recusando-se a considerar a arte como “uma ilha incomunicável e independente dos processos materiais”, os artistas e intelectuais do CPC acreditavam que toda manifestação cultural deveria ser compreendida exatamente “sob a luz de suas relações com a base material”. Afirmavam também que “fora da arte política não há arte popular”, acrescentando que era dever do homem brasileiro “entender urgentemente o mundo em que vive” para “romper os

Segundo COUTINHO (2006), este movimento teve repercussões em vários campos da arte, sobretudo no teatro, no cinema e na música popular. Ele afirma que o movimento que está na origem do CPC criou um solo cultural do qual brotaram, num movimento de superação dialética, algumas das mais expressivas criações artísticas das décadas de 1960-1970. Não foi por acaso que, entre as primeiras medidas do regime ditatorial implementado em 1964, estava o fechamento dos CPCs e outros institutos democráticos de organização cultural da época, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e a dissolução do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI). Desta forma, a classe dominante mais uma vez impôs uma solução “prussiana” para os problemas decorrentes da necessidade de levar o país a um novo patamar de acumulação capitalista, destroçando, assim, o embrião de uma sociedade civil autônoma, tal e qual se esboçava naquele período.

Dos anos 1990 em diante, ocorreu um refluxo daquele processo de forte ativação da sociedade civil que se verificou entre o final dos anos 1970 e a eleição presidencial de 1989. Esse refluxo foi resultado da crescente hegemonia política e ideológico-cultural do neoliberalismo, a qual promoveu uma despolitização geral da sociedade e, conseqüentemente, também cultural. Assim sendo, dificultou a floração de uma cultura nacional-popular como aquela anunciada nos anos 1960, a qual se manteve latente durante a ditadura de 1964 e, apesar da repressão, reapareceu em fins dos anos 1970 e parte dos anos 1980.

limites da presente situação material opressora". Combatendo o hermetismo da arte alienada em nome de uma arte popular revolucionária, os fundadores do CPC declaravam finalmente: "nossa arte só irá onde o povo consiga acompanhá-la, entendê-la e servir-se dela."

A proposta veiculada pelo CPC logo recebeu a adesão de vários outros artistas e intelectuais, entre os quais Ferreira Gullar, Francisco de Assis, Paulo Pontes, Armando Costa, Carlos Lyra e João das Neves. Ao mesmo tempo, incluindo representantes cepecistas em suas viagens, a UNE Volante passou a divulgar o movimento, impulsionando a formação de centros populares de cultura junto às uniões estaduais de estudantes. Pretendendo funcionar como uma entidade de massas, o CPC tinha todo o interesse em se instalar junto às associações universitárias, camponesas e operárias. A despeito dos contatos mantidos nos departamentos de cultura dos sindicatos, entretanto, somente no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro foi organizado um CPC, mesmo assim, de vida efêmera. Os recursos para a manutenção do CPC, além de empréstimos da UNE, eram arrecadados com a venda de sua própria produção, que incluía *shows* de teatro e música, livros, revistas etc. Entre as principais peças teatrais montadas incluíram-se o *Auto dos 99%*, o *Auto dos cassetetes* e o *Auto do tutu está no fim*. Na área de cinema, foi realizado o longa-metragem *Cinco vezes favela*, e na de música, foi gravado o disco *O povo canta*. Na área editorial, foram lançados os *Cadernos do povo brasileiro*, e, a partir de 1963, a coleção de livros de poemas intitulada *Violão de rua*. Foram ainda ministrados cursos de teatro, cinema, artes visuais e filosofia.

O teatro da UNE, apresentando a peça *Os Azeredos mais os Benevides*, de Oduvaldo Viana Filho, foi inaugurado às vésperas da derrubada do presidente João Goulart pelos militares, em 31 de março de 1964. Nos primeiros dias de abril, a sede da UNE foi incendiada e todos os CPCs foram fechados. Fonte: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/Centro_Popular_de_Cultura.asp.

Com base nas afirmações de COUTINHO (op. cit.), há ainda hoje a predominância de uma cultura ornamental e intimista, desligada dos problemas e aflições do povo brasileiro.

3.1. Política Cultural no Brasil: Breve Resgate Histórico

Conforme sinaliza DÓRIA (2003), até 1930, a relação do Estado com a cultura restringia-se às garantias dos direitos do autor e a uma ênfase de conteúdo dentro do processo educacional. O autor chama atenção para o fato de que a estreita associação entre educação e cultura não exigia um aparato estatal diferenciado para administrar a cultura. Quando, sob o Estado Novo, e mesmo depois de seu fim, o Estado brasileiro passa a ter suas obrigações relativas à preservação do patrimônio cultural definidas em lei, estas estiveram ligadas aos processos educacionais, delegando à administração da cultura um caráter formador e pedagógico, até o advento da Constituição de 1988, quando as instituições culturais que abarcam tais obrigações passam a ser consideradas especializações administrativas.

Como se pode observar, nas Constituições de 1934 e de 1937⁶⁵, o Estado toma a posição de institucionalizador da vida cultural: deve ser defensor de monumentos naturais, artísticos e históricos; deve também estimular o “desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral” e “prestar assistência ao trabalhador intelectual”; e, ainda, favorecer ou fundar “instituições artísticas, científicas e de ensino” (DÓRIA, op. cit.).

Quanto à institucionalização das formas de administração da cultura, o governo Vargas promoveu grande inovação, através da ação de Gustavo Capanema como Ministro de Educação e Saúde (1934-1945), ao instituir o princípio de tombamento de bens históricos integrantes do patrimônio cultural nacional, colocando sob proteção do

⁶⁵ Embora o Estado se amplie no campo da cultura neste período, isto se dá sob o braço repressivo do governo Vargas. A própria Constituição de 1937, embora institucionalize a vida cultural, cria dispositivos como o de nº 25, art. 22, que prevê a subordinação da imprensa ao poder público. De 1937-1945, com base em tal dispositivo, foi grande o número de jornais e revistas fechados por determinação do Executivo, assim como jornalistas foram presos acusados de delitos de imprensa. Mais tarde, em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a partir do que se consolida a produção e divulgação do projeto político-ideológico do governo. O DIP supervisionou os mais variados instrumentos de comunicação de massa e, além de encarregar-se do noticiário oficial, ainda detinha o controle de tudo que se relacionava com a música popular, concursos, espetáculos, carnaval, etc.

poder público, constitucionalmente, o patrimônio histórico, artístico e, mais tarde, também o natural e o arqueológico⁶⁶.

É também desse período a formação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – foi Mário de Andrade⁶⁷ o autor do projeto que criou a Secretaria, a qual foi oficializada em 1937 -, que mais tarde seria elevada ao nível de Instituto (IPHAN). Neste mesmo ano, foram criados o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Serviço Nacional do Teatro (SNT) e lançado, no Rio de Janeiro, o que seria o edifício que abrigaria, a partir de 1945, o Ministério da Educação e Saúde e, mais tarde, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), criado em 1953, sendo chamado de Palácio da Cultura, em 1960, por Juscelino Kubitschek, e de Palácio Gustavo Capanema desde 1985.

É importante destacar a tensão existente entre a perspectiva modernista e aquela corrente conservadora de preservação do passado cultural, de tal forma que os modernistas foram cooptados pelo Estado⁶⁸, sobrepondo-se, assim àquela conservadora política patrimonial-histórica, colocando o Estado numa perspectiva modernista, bem como conferindo ao SPHAN um caráter que estava de acordo com o perfil do governo em tela:

“O SPHAN teve, assim, uma missão ideológica e política muito clara, e a forma autárquica, autocrática e “independente” que assumiu correspondia à mobilização dos recursos necessários para poder ser impositivo na definição do que, daí em diante, viria a ser o ‘patrimônio nacional’. A ultracentralização do órgão assemelhava-se ao perfil de toda a administração estado-novista, independente de sua finalidade. Esse aspecto autoritário, que então foi condição do seu sucesso, é hoje criticado como inibidor da mobilização da sociedade civil em prol da defesa do patrimônio histórico brasileiro” (DÓRIA, s/d)⁶⁹.

Como resultados da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, podemos citar a evolução dos tombamentos de obras isoladas para o de conjuntos – arquitetônicos, paisagísticos –, o lançamento do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (1973), o surgimento do Centro Nacional de Referência Cultural (1975) e a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (1980).

⁶⁶ Isto está corroborado nas Cartas Magnas de 1937 (Art. 134), de 1946 (Art. 175), de 1967 (Art. 180) e 1988 (Artigos 5º, LXXIII; 20, X; 23, III e IV; 24, VII e VIII; 30, IX; 215, 216 e 225). Esta última Constituição abrange o patrimônio de valor paleontológico, ecológico e científico (POERNER, 1997).

⁶⁷ Segundo afirma POERNER (op. Cit.), a concepção de Mário de Andrade de bem cultural era bem mais ampla que aquela presente no texto final do decreto-lei que criou o SPHAN, ou seja, ele não a restringia a bens móveis e imóveis, mas a ampliava à idéia de bem imaterial, do modo de fazer brasileiro, noção esta abarcada pela Constituição de 1988, no artigo 216.

⁶⁸ É importante ter em mente que, embora a perspectiva modernista tenha se confirmado como progressista, em algum momento, ela estava restrita ao marco do projeto político do governo Vargas, de forma que não havia espaço para qualquer expressão que questionasse a ordem vigente.

⁶⁹ “Cultura, Brasil e Estado Novo. A política cultural de Getúlio Vargas, que se matou em 1945, ainda incomoda os intelectuais”. Texto extraído do site www.uol.com.br/tropico. Acesso em junho de 2006.

Já em 1967, foi criado o Conselho Federal de Cultura, a partir do que se visava a multiplicação de conselhos estaduais de cultura, em que os deveres do Estado para com o setor seriam discutidos e redefinidos. De acordo com a análise de POERNER (op. cit.), mesmo diante do clima de repressão cultural presente neste período, aos poucos se fortalecia a noção de que os deveres do Estado não poderiam limitar-se à preservação do patrimônio histórico e artístico, mas deveriam visar o alargamento dos canais de acesso aos processos de produção, circulação e consumo de bens culturais. Além disso, impunha-se a idéia de que caberia também ao Estado propiciar a identificação cultural da Nação, ampliando-se o conceito de memória nacional, incluindo nesta a memória dos dominados, a cultura popular, conforme conclusão feita em seminário realizado em São Paulo na década de 1980⁷⁰. Este discurso esbarra, portanto, na grande contradição da política autoritária da ditadura militar, onde cultura é a cultura oficial, ou seja, a cultura na ótica do governo, o que impõe limites à expressão da cultura popular.

Em 1969, surgem a Empresa Brasileira de Filmes S. A (Embrafilme), o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDIA), o Departamento de Assuntos Culturais e o Programa de Ação Cultural (PAC) – o qual substituiu as “Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura”, plano “divulgado e rapidamente retirado de circulação” (COHN, 1984) -, bem como a elevação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a Instituto (IPHAN). Em 1976, realizou-se o I Encontro de Secretários Estaduais de Cultura, a partir de que se aprovou o documento intitulado “Política Nacional de Cultura”. Em 1978, foi criada a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC), no âmbito do MEC. Neste mesmo período, surgiram o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e da Fundação Nacional de Arte (Funarte), este último para congregar o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço Nacional do Teatro, a Comissão Nacional de Belas Artes e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro⁷¹.

Assim sendo, na década de 1980, embora uma política nacional integrada de cultura não fosse ainda uma realidade, fortalecia-se a convicção de que este setor merecia uma política própria, com administração e planejamento próprios, e que fosse

⁷⁰ Seminário “Estado e cultura no Brasil: Anos 1970”, promovido em São Paulo em 1982, que contou com a participação de Mário Brockmann Machado, subsecretário da Cultura do MEC durante a gestão do ministro Rubem Ludwig, o qual fez estas sinalizações acima no evento. A respeito ver MACHADO, Mário Brockmann. “Notas sobre política cultural no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.

⁷¹ O folclore passou a ser agregado ao conjunto de conhecimentos celebrados como “nossos”, ao lado de outros conteúdos simbólicos já reconhecidos como as culturas indígenas, por exemplo, em fins do Império. Durante o período do Império, pode-se destacar como o passo mais importante do envolvimento do poder com a cultura a formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja função era definir e permitir o reconhecimento de conteúdos simbólicos da Nação. Entretanto, dentre estes conteúdos, a cultura negra foi silenciada (DÓRIA, op. cit.)

articulada à globalidade das metas de desenvolvimento educacional, social, econômico e político. Segundo MICELI (1984), esta não era preocupação recente, uma vez que a idéia de uma política nacional estava presente nos tempos do Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo retomada no âmbito do Conselho Federal de Cultura (CFC), no governo Castello Branco.

Embora uma estrutura oficial estivesse sendo montada e fortalecida a idéia de uma política nacional de cultura, conforme relatado acima, esta esbarrou não somente na descoordenação entre a SEAC e os institutos e fundações setoriais, mas também na desconfiança de intelectuais e artistas que temiam uma política cultural sob a égide do autoritarismo (tanto o do Governo Vargas quanto o da ditadura militar), que poderia gerar maior restrição à já restrita liberdade de expressão e criação. Deste modo, o avanço em direção da tão almejada política para o setor da cultura de dependia da abertura democrática.

Finalmente, em 1982, surgiu a idéia de organizar um Fórum Nacional de Secretários da Cultura, a fim de mobilizar recursos e vontades para um programa nacional, cujo produto seria, em 1985, a criação do Ministério da Cultura. Conforme Decreto nº 92.489, de 24 de março de 1986, o qual dispõe sobre a estrutura básica do Ministério da Cultura, afirma, no artigo 1º, que este Ministério, cuja área de competência já havia sido definida pelo Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, tem por objetivo “a preservação e o desenvolvimento do patrimônio cultural brasileiro, o estímulo à criatividade artística e a defesa da identidade cultural do País”. Além disso, este mesmo decreto define como patrimônio cultural “um todo orgânico, cuja unidade expressa a identidade do País e cuja significação é tanto maior quanto mais incorporado se encontra ao viver corrente da cidadania”.

É importante destacar que, em 1990, por meio da Lei 8.028 de 12 de abril daquele ano, o Ministério da Cultura foi transformado em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República, situação que foi revertida pouco mais de dois anos depois, pela Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992. Em 1999, ocorreram transformações no Ministério da Cultura, com ampliação de seus recursos e reorganização de sua estrutura, promovida pela Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, transformada na Lei 9.649, de 27 de maio de 1998. Em 2003, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou a reestruturação do Ministério da Cultura, por meio do Decreto 4.805, de 12 de agosto deste ano.

3.2. A Questão da Cultura na Constituição Cidadã

No interior deste debate, faz-se necessário reconhecer a Constituição Federal de 1988 como um marco histórico, onde a palavra cidadania tornou-se corrente em todos os setores da sociedade, e que representou a única tentativa consistente no plano nacional de romper com o corte assistencialista que marcava as políticas sociais, sobretudo a de assistência, conferindo-lhe um caráter de direito, de uma política cuja responsabilidade primaz é do Estado. Por isso, ela ficou conhecida como *Constituição Cidadã*.

Segundo RAICHELIS, a promulgação da Constituição de 1988 representou,

“pelo menos no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais em nosso país, em consonância com as transformações sócio-políticas que se processavam e exigiam respostas públicas à grave crise e às demandas de enfrentamento dos enormes índices de desigualdade social” (1998: 19, 20).

A Constituição de 1988 traz uma definição muito ampla de cultura, ou seja, ali a cultura aparece como o conjunto dos modos de fazer, interagir e simbolizar adotados e desenvolvidos pelos brasileiros ao longo de sua história como solução para os problemas da vida em sociedade. Além da ampla definição, a Constituição estabelece obrigações práticas do Estado diante do patrimônio material e imaterial⁷², a produção e difusão cultural, assegurando a todos os brasileiros “direitos culturais” de acesso e fruição. Destaca, ainda, a especial proteção de que devem gozar os legados culturais dos “povos formadores da nacionalidade”, como os ibéricos, os negros e os indígenas. Desta forma, pode-se dizer que a Constituição define o que é a “cultura do povo” como algo que deve ser preservado e fruído pelas gerações presentes e futuras.

Para os fins deste trabalho, vale fazer uma pequena enumeração dos elementos destacados pela Constituição em tela, no que diz respeito à cultura.

Os artigos 215 e 216 são dedicados exclusivamente à cultura, aparecendo no primeiro as funções do Estado nesta área, quais sejam: a garantia do pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais; a fixação de datas comemorativas de alta

⁷² Diante da difusão de novos conceitos como de patrimônio imaterial, o entendimento da cultura de um povo não só pelos aspectos físicos, mas pelas tradições, pelo folclore, pelos saberes, pelas línguas, pelas festas e por outras manifestações, transmitidas oral ou gestualmente, há que se considerar que a territorialidade é fundamental para proteger a memória e a identidade dos grupos formadores da sociedade. Se a globalização gera crescente interdependência econômica e intensificação dos intercâmbios, pode também gerar o desaparecimento das numerosas expressões culturais que formam a identidade cultural dos povos. Daí a necessidade de proteção dos bens culturais, materiais e/ou imateriais, levando em consideração o traço marcante do Brasil, as suas densidade e diversidade cultural, mas sem perder a dimensão dessa diversidade sendo contemplada pelo Estado nacional. É importante lembrar mais uma vez da grande contribuição do geógrafo brasileiro Milton Santos, inclusive a respeito do impacto da globalização sobre o território. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais; o estabelecimento do Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

“I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II – produção, promoção e difusão de bens culturais;

III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV – democratização do acesso aos bens culturais;

V – valorização da diversidade étnica e regional”.

O artigo 216 traz a definição de patrimônio cultural e as funções do Estado para sua preservação, para punição aos danos e ameaças e para fomento à cultura. Segundo tal definição, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Outros artigos da Constituição também tratam da cultura, inserindo-a no rol de responsabilidades do Estado. O artigo 4º, inserido no Título I que trata dos “Princípios Fundamentais” do Estado, traz com uma de suas funções a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina”. No artigo 5º, a “livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura e licença” é lembrada no capítulo que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. O artigo 20 traz como “bens da União”, entre outros, “as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos”. O artigo 23 traz como “competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”.

No artigo 24, temos como competência da União, dos Estados e do Distrito Federal:

“VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”;

“IX – educação, cultura, ensino e desporto”.

Há também os artigos 210 (que trata da Educação), 219 (no capítulo sobre Ciência e Tecnologia) e 221 (sobre Comunicação Social), que tratam, respectivamente, do respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, assegurados no ensino fundamental; do patrimônio nacional como instrumento de desenvolvimento cultural e sócio-econômico, e de elevação do bem-estar da população e, ainda, de autonomia tecnológica do País; da produção com finalidade educativa, artística e cultural, de promoção da cultura nacional e regional, visando a regionalização da produção cultural e artística.

Conforme pode-se observar na análise de DÓRIA (op. cit.), foi a partir da Constituição de 1988 que a administração da cultura assumiu caráter autônomo, pois até então o conjunto de obrigações do Estado para com esse setor esteve vinculado aos processos educacionais, delegando à cultura um caráter formador e pedagógico.

Analisando criticamente a Constituição de 1988, o autor supra-citado afirma primeiramente que:

“Além da inovação imprecisa dos ‘direitos culturais’, a Constituição se refere à ‘cultura nacional’ como algo plasmado e de sentido inequívoco. Colocou-se assim, o Estado, na contramão do processo de internacionalização dos conteúdos simbólicos, que, graças às modernas tecnologias, desconhecem fronteiras. Este caráter eminentemente *conservador* que a ação pública sublinha fica ainda mais claro quando a Constituição diz que ‘*constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*’” (DÓRIA, op. cit.: 40).

Além disso, o autor chama atenção para o fato de que a obrigação específica do Estado para com a preservação das identidades dos diversos grupos fica restrita à proteção do patrimônio por meio de “inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação”, entre outras coisas, ficando nas mãos da sociedade, ou seja, dependente da associação à comunidade, a garantia da difusão, do acesso, da produção,

etc. Ele afirma também que o programa enunciado para a cultura significou uma inovação à época de Mário de Andrade, em que os modernistas buscavam fortalecer sua corrente em detrimento das correntes conservadoras, mas que não atende à realidade atual, constituindo-se como um programa bastante simples para o setor.

Um outro elemento de grande relevância na análise do autor é a definição de “direitos culturais” trazida pela Constituição. Ele considera abstrata tal definição e, portanto, suscetível à definição dos governos, a qual pode variar no tempo conforme suas prioridades. Ele destaca que atualmente a definição atribuída ao conceito está relacionada à idéia de direito à memória.

3.3. Governo Lula: considerações sobre os limites recentes

Antes de entrarmos propriamente na discussão sobre a política cultural do governo Lula, há que se fazer algumas considerações sobre os rumos do governo, - cujo segundo mandato iniciou-se no ano de 2007, e que, apesar de ter origem no movimento operário e popular, detendo ainda o apoio por parte dos setores populares, os quais garantiram a maioria dos votos que favoreceu a sua reeleição - caracterizado pelo continuísmo com o modelo capitalista neoliberal, cujos grandes beneficiários são a grande burguesia brasileira, principalmente o seu setor bancário e o capital financeiro internacional – haja vista os recordes de acumulação obtidos por este setor no ano de 2006.

Em brilhante análise crítica sobre o projeto do governo Lula em artigo na Revista Crítica Marxista, Armando Boito Jr. (2003) afirma que apesar de governar para a burguesia, não é apenas nela que o governo encontra apoio, mas dispõe de bases também na classe média e, inclusive, no campo operário e popular, desenhando uma prática política que poderia ser denominada social-liberalismo, ou seja, a manutenção do modelo capitalista neoliberal combinado com um pouco mais de crescimento econômico e de políticas sociais compensatórias.

A ampliação do programa de políticas sociais compensatórias e focalizadas constitui-se como uma medida insuficiente que o neoliberalismo oferece aos trabalhadores pauperizados em substituição aos direitos que configurariam, mesmo que de forma inacabada, o Estado de Bem-Estar Social. Tal ampliação sugere, segundo o autor, a configuração de um “novo populismo”, de caráter regressivo, o qual aumenta as

desigualdades sociais e reforça a dependência econômica do país. Conforme sinaliza BOITO JR. (op. cit.),

“o populismo regressivo dos governos neoliberais, sugere que pretende eliminar a corrupção, as vantagens e os altos rendimentos da cúpula da burocracia do Estado para, na realidade, designar como inimigo um setor das próprias classes trabalhadoras, o funcionalismo público, e isso, com o único objetivo de fazer caixa para remunerar o capital financeiro nacional e internacional. É um populismo que não incomoda o imperialismo; ao contrário, é orientado e tutelado pelas agências do capital financeiro internacional” (op. cit.: 16)⁷³.

Para o autor, a primeira base de apoio encontra-se na fração superior da classe média brasileira – aliada importante da grande burguesia e do imperialismo -, a qual não tem interesse no Estado de Bem-estar Social (muito embora este não tenha sido implementado rigorosamente no Brasil) e, por isso, não existe de sua parte movimentos ou ações contra a privatização das políticas sociais, caracterizada, no Brasil e na América Latina, pela dualidade no acesso aos serviços, criando um setor público para pobres, sem recursos e cada vez mais desfinanciado; e um setor privado para quem pode pagar, cada vez mais subsidiado com recursos públicos, definindo, assim, a figura do “cidadão-consumidor” ou “cidadão-cliente” (MOTA, 1995), proporcionado pelo desmonte da seguridade social brasileira.

Por outro lado, fortalecido pelo fenômeno chamado “publicização”, que teve origem no governo Fernando Henrique Cardoso a partir da proposta de Reforma Gerencial do Estado, surge outro fenômeno intitulado Terceiro Setor, uma vez que, em decorrência da constatação de falência ou crise por que passavam os estados nacionais e, particularmente o Estado brasileiro, inviabilizando sua intervenção na área da prestação de serviços sociais públicos, as organizações sociais foram apontadas como instituições centrais para o desempenho de atividades sociais, sendo consideradas entidades públicas não-estatais. O crescimento destas entidades, mais o aumento das formas corporativas de associação, levaria ao fortalecimento do “capital social”⁷⁴ – considerado como alternativo ao “capital econômico”. Disto decorreu o conceito de Terceiro Setor, criando-se leis⁷⁵ e incentivos para organizações sociais, para a filantropia empresarial, para o serviço voluntário e outras atividades, desenvolvendo-se uma relação de parcerias entre elas e o Estado. Isto significa, segundo MONTAÑO

⁷³ Não é nosso objetivo, ao destacar este fragmento do texto citado, difundir a política do governo Vargas que trouxe conseqüências gravíssimas para nossa cultura política, mas chamar atenção para a urgência de uma direção por parte do governo Lula, exatamente devido a esse “caldo de cultura” herdado do passado autoritário.

⁷⁴ A respeito deste conceito, sua gênese e suas novas tendências no debate, ver FREIRE (2006).

⁷⁵ Como a Lei 9790, de 23 de março de 1998, que “dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICPs), institui e disciplina o Termo de Parceria”, ver GOMES (1999).

(2002), nada mais que privatização de serviços sociais e de parte de fundos públicos, uma vez que tais entidades têm no Estado um de seus grandes financiadores.

O Terceiro Setor é um tema bastante complexo e requer maiores aprofundamentos, entretanto, uma primeira aproximação com o tema permite entender este fenômeno como funcional ao neoliberalismo, uma vez que acompanha a tendência ao “Estado mínimo” de tal forma que, independente da natureza das organizações, seu crescimento vem se dando na medida em que se verifica a retirada paulatina do Estado de sua responsabilidade na provisão do bem-estar. E esta tendência não se minimizou no governo Lula, mas continuado a crescer. BOITO JR. (op. cit.: 11) lembra ainda que parte dos sindicalistas ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) acreditam, entre outras coisas, na

“organização e prestação de serviços públicos nas áreas da educação e da saúde – à maneira de uma ONG – como o início de um processo de socialização da economia e do Estado (...). Esse ‘novo socialismo utópico’ encontra, por vias transversas, uma confluência com a política social do capitalismo neoliberal que visa, justamente, implementar as políticas sociais compensatórias em ‘parceria com entidades da sociedade civil’”⁷⁶.

A outra base de apoio para o continuísmo do governo Lula, em seu primeiro mandato, segundo o referido autor, são os setores pauperizados e desorganizados e, que assim se encontram, por consequência do próprio modelo econômico neoliberal. Estes setores, incluindo setores operários, estão “neutralizados ou atraídos pelo discurso neoliberal”, entretanto, sem que seus interesses sejam atendidos pela política neoliberal. O autor afirma que faz parte da hegemonia neoliberal proporcionar esta adesão das classes subalternas como ilusão ideológica ou como neutralização política sem que haja ganhos efetivos por parte dessas classes.

Segundo WERNERCK VIANNA (2007), a partir do mandato de Lula, o capitalismo brasileiro encontrou um caminho de expansão e intensificação de sua experiência. Entretanto, além de implementar uma política econômica que vem beneficiando sobretudo a grande burguesia brasileira, o projeto do governo, em seu segundo mandato, vem sendo conduzido a partir de uma composição pluriclassista, com a intenção de favorecer uma reconciliação política com a história do país. Tal composição pluriclassista significa a aglutinação de forças sociais contraditórias entre si – muitas delas opostas ou independentes dos partidos políticos -, portadoras de

⁷⁶ A mudança de um perfil mais combativo das ONGs que eram ligadas a movimentos sociais da década de 1970/1980 para um perfil mais assistencialista na década de 1990, assim como a passagem de um caráter combativo do movimento sindical para o que se convencionou chamar “sindicalismo propositivo”, com fomento às cooperativas, à economia solidária e à requalificação profissional, são ambos movimentos congruentes às reformas e políticas promovidas pelos governos de inspiração neoliberal. Ver ZARPELON (2002).

concepções e interesses opostos em disputa aberta na sociedade civil, que encontram no Estado a representação de seus interesses.

Assim sendo, é possível verificar, ocupando altos cargos no governo, lideranças das múltiplas frações da burguesia brasileira – industrial, comercial, financeira e agrária, ao lado do sindicalismo das grandes centrais sindicais e da representação do Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Para o autor, esta afirmação da representação funcional como forma de articulação de interesses, sob a arbitragem do Estado, é mais um indicador da intenção de despolitizar a resolução dos conflitos em favor da negociação entre grupos de interesses. Na verdade, a figura carismática do presidente o coloca acima das classes, harmonizando os antagonismos entre elas.

Esta despolitização está presente, por exemplo, nas relações entre o capitalismo agrário e os trabalhadores do campo, incluindo o próprio MST: os conflitos que envolvem estes segmentos – que vão desde questões relativas à propriedade da terra a questões como o uso de transgênicos na agricultura – não impedem que ambos estejam ocupando posições fortes na administração petista. Além disso, a política do governo procura conciliar as contradições, legitimando, ao menos no plano simbólico, no caso do MST, as suas reivindicações. A mesma relação reitera-se no caso das lideranças empresariais e sindicais com iguais conseqüências em termos de desarticulação dos movimentos e não atendimento de suas demandas.

Desta forma, o governo incorpora movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais (ONGs) – as quais têm tido cada vez mais no Estado sua fonte de apoio financeiro – e também os segmentos subalternos, através de programas assistencialistas, como o Bolsa Família, tornando-os objetos passivos das políticas públicas.

As ONGs continuam a crescer no governo Lula, ainda dentro de um discurso de responsabilização da sociedade pautado naquela concepção de que a sociedade civil é a única capaz de resolver os problemas que o Estado não é mais capaz, criando aquela dicotomia entre ela e o Estado, e dentro de uma noção de participação baseada nas parcerias entre ambos. Entretanto, é importante ter em mente que, se, por um lado, as ONGs se referenciam cada vez mais no interior da sociedade civil, gerando espaços de aprofundada discussão sobre temas relativos às etnias, gêneros, crianças e adolescentes, ao meio ambiente, às questões urbanas e rurais, à comunicação, à educação, aos direitos humanos, por outro lado, elas não reivindicam para si um espaço de militância, na medida em que não se comprometem com a direção política dos movimentos sociais.

Na verdade, as ONGs não buscam o comprometimento com a organização das estratégias de atuação dos movimentos, mas a autonomia⁷⁷ com compromisso para com a “sociedade civil organizada”. Sua participação política se dá a partir da aprovação de projetos e do envolvimento que têm neles a partir de um salário. São tidas como agentes de cooperação e não como companheiros de luta defendendo uma causa comum. Colocando-se como intermediárias entre a comunidade e a agência financiadora, cumprem o papel que deveria surgir da mobilização da comunidade. Democracia, na verdade, é “sinônimo de soberania popular”: “presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa (...) no controle da vida social”. (COUTINHO, 1997: 145).

É exatamente quando a democracia é efetiva, é que se pode falar de cidadania, esta última entendida como a capacidade conquistada pelos indivíduos de se aproximarem dos bens socialmente criados, historicamente determinada. Se a cidadania é fruto da luta dos trabalhadores, ela não pode ser entendida somente como instrumento da burguesia para legitimar a ordem, bem como não pode ser tida como dada, mas como resultado de uma luta permanente. COUTINHO (op. cit.: 158) afirma que uma das heranças da modernidade - a qual não pode ser vista apenas como integrada à lógica da atual globalização capitalista - foi a promessa de plena emancipação do homem de todas as opressões de que tem sido vítima, ou seja, de ampliação e universalização da cidadania.

Isso leva-nos a deduzir que, uma vez organizados, os trabalhadores podem conquistar a efetiva materialização de seus direitos⁷⁸, uma vez que, "como todos os âmbitos da vida social, também a esfera das políticas sociais é determinada pela luta de classes" (COUTINHO, op. cit.: 157). Não são as ações das ONGs ou da "sociedade civil organizada" que vão garantir tal materialização mas a intensificação das lutas pela realização da cidadania, o estabelecimento de correlações de força favoráveis aos segmentos sociais efetivamente empenhados nessa realização.

"A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração" (COUTINHO, op. cit.: 146).

⁷⁷ A autonomia atribuída às ONGs e o diálogo com o Estado e o mercado, a ausência de origem partidária pelas quais se referenciam, o financiamento às pesquisas e projetos que desenvolvem, etc., tornam as ONGs interlocutoras de governos e empresas na medida em que não representam uma ameaça a estes, ao contrário dos movimentos sociais.

⁷⁸ A presença de tais direitos na Constituição não garante automaticamente sua plena materialização, entretanto, seu reconhecimento legal facilita a luta para torná-los efetivamente um dever do Estado. O entendimento de que o processo de consolidação de direitos se dá no âmbito do Estado explica porque o neoliberalismo se empenha por eliminá-los das normas legais e transportá-los para o âmbito da filantropia ou do Terceiro Setor, já que esses direitos foram e continuam a ser negados por seus expoentes.

WERNECK VIANNA (op.cit.) vê nesta conformação do governo uma continuidade com a política da tradição brasileira, conforme o trecho a seguir:

“Sob esta formatação, em que elites dirigentes de corporações integram o comando da política econômica, em que as centrais sindicais tomam assento no governo, em que se valoriza a representação funcional (...), em que se faz uso instrumental das instituições da democracia representativa, em que se reforçam os meios de centralização administrativa, e, sobretudo, em que se quer apresentar o Estado como agência não só mais moderna que sua sociedade, como também mais justa que ela, o que se tem é uma grossa linha de continuidade com a política da tradição brasileira. Aí os ecos da Era Vargas e do Estado Novo, decerto ajustados à nova circunstância da democracia brasileira”⁷⁹.

Além disso, ele verifica que houve apenas uma inversão dos termos da “revolução passiva”, quando:

“é o elemento de extração jacobina quem, no governo, aciona os freios a fim de deter o movimento das forças da revolução, decapita o seu antagonista comprometendo-se a realizar, sob seu controle, o programa dele, e coopta muitos dos seus quadros, aos quais destina a direção dos rumos sistêmicos em matéria econômico-financeira. Mas será dele o controle da máquina governamental e o comando sobre as transformações moleculares constitutivas à fórmula do conservar-mudando, direcionadas, fundamentalmente, para a área das políticas públicas aplicadas ao social”.

Entendemos a “passivização” como uma estratégia do capital para incorporar o trabalhador à sua lógica e desestabilizar a luta de classes subalternas, mantendo assim as suas estruturas de domínio (BRAGA, 1996).

Segundo DIAS (1996), a crise geral do capitalismo, após os “30 anos gloriosos”, nas décadas de 1970 e 1980, rompeu o compromisso do “Welfare State”. Isto teve forte impacto sobre as condições de vida e participação política dos trabalhadores. Diante da crise estrutural, o capitalismo põe em prática duas estratégias de superação desta crise, quais sejam, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, dentro de um “regime mundializado sob égide financeira, cujos traços característicos podem ser definidos pelo contraste com o modelo de acumulação “fordista”, que prevaleceu durante os “anos gloriosos”, e com o modelo imperialista clássico dominante até a crise de 1929 (CHESNAIS, 1997).

Não cabe aqui tecer comentários acerca do neoliberalismo e da reestruturação produtiva⁸⁰, entretanto, o que se quer salientar é que, ademais os traços particulares de sua implementação em cada país, não se pode negar suas graves conseqüências para a grande maioria da população. Neste sentido, as respostas das classes dominantes às demandas das classes subalternas têm sido no sentido de frear iniciativas

⁷⁹ Texto extraído do site La Insignia: www.acesa.com/gramsci. Temas Brasil. Consultado em julho de 2007.

⁸⁰ Aos leitores interessados em aprofundar esse debate, recomendamos a leitura de: ANDERSON (1996); ANTUNES (1998, 1999); ARAÚJO (1998); CAMARGO (1996); CANO (1995); HARVEY (2005) IAMAMOTO (1998; 2000); MATTOSO (1984; 1995; 1996); SOARES (2000 a; 2000b); TEIXEIRA & OLIVEIRA (1998).

revolucionárias que ponham em xeque o domínio capitalista. E, além disso, têm se fortalecido às custas da desestabilização dos movimentos sociais, sobretudo o sindical.

É sob este prisma que buscaremos analisar o Programa Cultura Viva, através dos dados da pesquisa de Avaliação e Monitoramento. Assim, buscaremos questionar se, dentro do projeto do governo Lula, diante da intenção de anular o conflito e se colocar acima das classes sociais, contribuindo para desmobilizar as classes subalternas e torná-las objetos passivos de suas políticas públicas, conforme analisou WERNECK VIANNA (op.cit.), a política cultural também não seria este instrumento de passivização. Apoiando projetos que desenvolvem atividades culturais que, em sua essência, têm uma perspectiva da cultura bem distante daquela na qual nos referenciamos neste trabalho, e que não trazem nenhuma perspectiva emancipatória em relação à situação de pobreza do público-alvo, em sua maioria jovens, mas têm como objetivos, por exemplo, elevação da auto-estima e preenchimento de tempo dos jovens ociosos para evitar sua inserção na criminalidade, pode significar que o Estado está contribuindo para desestabilizar as já frágeis possibilidades de resistência da população. Além disso, dentre outros elementos dignos de atenção, a ênfase na dimensão econômica da cultura (um dos objetivos do Programa, conforme veremos adiante) pode ser um elemento facilitador de sua mercantilização e, conseqüentemente, desestabilizador de uma perspectiva emancipatória e contra-hegemônica da cultura.

3.4. O MinC e a Atual Política Cultural do Governo Federal

A política cultural do governo federal - em vigor no primeiro mandato do presidente Lula (2002-2006), bem como no segundo (iniciado no ano de 2007, até o presente momento (novembro de 2007) - tem como base as diretrizes do Programa do PT para as Políticas Públicas de Cultura⁸¹, as quais reconhecem a cultura como: * direito básico e permanente do cidadão e, como tal, deve ser efetivada como política de Estado instituída, a longo prazo, para além das contingências do governo, voltada para as novas gerações frente a um novo Projeto Nacional e que coopere para a afirmação das identidades regionais e étnico-culturais; * fator de desenvolvimento humano, geração de emprego e renda, fator de inclusão social. Desta forma, com relação ao

⁸¹ O documento está disponível no site www.pt.org.br.

financiamento da política, prevê a ampliação das linhas de crédito das agências financeiras públicas à produção e difusão cultural.

Assim sendo, propõe uma estrutura que possibilite a descentralização político-administrativa, a regionalização das políticas públicas de cultura, mecanismos de participação popular, conselhos, implantação de um “Sistema Nacional de Política Cultural”, ampliação do orçamento do MinC compatível com suas tarefas constitucionais. Reconhecendo o “Direito à Memória”, propõe a redefinição dos instrumentos e políticas de preservação do patrimônio material e imaterial, inclusive a memória das lutas sociais dos vários segmentos formadores da sociedade brasileira. No campo da comunicação, o programa prevê a instituição de novos critérios de relação com as grandes cadeias de entretenimento, com estímulo à produção e difusão cultural regional, afirmação da identidade nacional por meio das identidades culturais regionais, respeito à diversidade étnico-cultural, e, ainda, a constituição do Conselho Nacional de Comunicação Social. E, ainda tem como meta a “Transversalidade das Políticas Públicas”, ou seja, a articulação da política de cultura com as demais políticas sociais: educação, ciência e tecnologia, comunicação, esporte, políticas ambientais e turismo.

Atualmente, o MinC está estruturado conforme o quadro abaixo. Tem como instituições a ele vinculadas: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); a Agência Nacional do Cinema (ANCINE)⁸²; a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); a Fundação Cultural Palmares (FCP); a Fundação Nacional de Artes (FNA); e a Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Quadro 1

Estrutura do MinC (Gestão: 2002 – 2006)

Ministro da Cultura	Gilberto Gil
Secretaria Executiva	Juca Ferreira
Secretarias	Secretário de Incentivo e Fomento à Cultura; Secretaria de Políticas Culturais; Secretaria de Programas e Projetos Culturais; Secretaria do Audiovisual; Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural; Secretaria de Articulação Institucional.
Representações Regionais	São pessoas responsáveis por atender as demandas dos Pontos de Cultura em

⁸² De junho de 2003 a agosto de 2004, o MinC trabalhou na elaboração de um ante-projeto que visava a transformação da ANCINE em Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINAV). Entretanto, este projeto foi implodido e deixado de lado diante das questões polêmicas suscitadas em relação à atual gestão do MinC.

	determinadas regiões e intermediar a relação destes com o MinC. Há atualmente 6 Regionais, a saber: Rio de Janeiro (RJ e ES); São Paulo (SP); Minas Gerais (MG); Sul (RS, SC e PR); Nordeste (AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN, SE) e Norte (AC, AM, AP, PA, RO, RR, TO).
Órgãos Colegiados	Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e Conselho Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)
Instituições Vinculadas	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Agência Nacional do Cinema - ANCINE; Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB; Fundação Cultural Palmares - FCP; Fundação Nacional de Artes - FUNARTE; Fundação Biblioteca Nacional - BN.

Fonte: site do Ministério da Cultura – www.cultura.gov.br

O MinC desenvolve uma série de ações na área da cultura (ver quadro 2) , entretanto, para fins deste estudo, deteremo-nos na análise do Programa Cultura Viva, o qual foi objeto do Projeto Piloto de Avaliação e Monitoramento realizado pelo LPP, sobre o qual também tivemos maior acesso.

Quadro 2

A Política Cultural do Governo Federal

Ação / Programa / Projeto	Descrição
Revelando os Brasis	Projeto para promover a produção audiovisual por meio do estímulo à produção de vídeos digitais que registrem a memória e a diversidade cultural do País, sendo dirigido a moradores de municípios brasileiros com até 20 mil habitantes.
Sistema Brasileiro de Museus	Criado pelo Decreto n° 5.264, de 5 de novembro de 2004, e assinado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil. Seu estabelecimento cumpre uma das premissas na Política Nacional de Museus, ou seja, a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus.
Projeto Capoeira Viva	Programa de valorização e promoção da capoeira como bem cultural brasileiro, a partir da parceria entre o MinC, o Museu da República, a Associação de Apoio ao Museu da República e a Petrobrás.
Programa Monumenta	Programa de recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com objetivo de promover obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas do projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. Conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e o apoio da Unesco.

Programa Cultura Viva	É concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação.
Cultura e Pensamento	Programa nacional de incentivo ao debate. Tem como ações realização de seleções públicas nacionais, em três modalidades, contemplando 15 projetos em todo o Brasil; apoio a dois projetos vinculados; transmissão dos debates via internet para todas as instituições interessadas que se cadastrarem na rede cultura e pensamento; publicação da revista cultura e pensamento; publicação trimestral gratuita com linha editorial pertinente às ações do programa; e ampliação contínua do conteúdo do portal cultura e pensamento. Conta com o patrocínio da Petrobras e é coordenado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX). É co-realizado pelo Ministério da Educação (MEC), pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), pelo Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC-SP) e pela TVE-Bahia.
Prêmio Culturas Indígenas	Criado em abril de 2006, o prêmio tem como objetivo apoiar as iniciativas culturais dos povos indígenas que sejam relevantes para fortalecer as expressões culturais da população dos Primeiros Povos. Financiado pela Petrobras, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), o prêmio é aberto a todas as comunidades indígenas do país.
TV Digital	Instituído no Decreto n° 4.901, o Sistema Brasileiro de TV Digital tem objetivo implantar a Televisão Digital no Brasil.
Plano Nacional do Livro e Leitura	É um conjunto de políticas, programas, projetos, ações continuadas e eventos empreendidos para promover o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas no Brasil.
DOC TV	Programa de Fomento à Produção e

	Teledifusão do Documentário Brasileiro. Lançado em agosto de 2003, o programa é uma iniciativa realizada por meio de convênio entre a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, TV Cultura e a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC).
Observatório da Cultura	Projeto idealizado com o propósito de reunir, sistematizar e difundir informações e conhecimentos do universo cultural, já disponibilizados na Internet (links culturais), em o objetivo de facilitar o acesso a informações que possam servir de subsídios para os diversos públicos interessados na cultura.

Fonte: site do Ministério da Cultura – www.cultura.gov.br

3.4.1. Sistema Nacional de Cultura

Um das principais metas da atual gestão do governo federal no que diz respeito ao campo da cultura é o Sistema Nacional de Cultura (SNC), que consiste na articulação de entes federados com a sociedade civil para a construção da política pública de cultura. Durante reuniões com segmentos da sociedade civil, municípios e o Fórum Nacional de Secretários de Estado da Cultura, em 2004, estabeleceu-se que o SNC seria um “sistema de articulação, gestão, informação e promoção de políticas públicas de cultura, pactuado entre os entes federados, com participação social”.

Além da articulação dos sistemas dos entes federados, o SNC resultaria da estruturação de (sub) sistemas ou políticas setoriais (nas áreas de bibliotecas, museus, fomento às artes, em suas variadas linguagens ou agrupamentos de linguagens, e promoção do patrimônio cultural – material e imaterial). Tais subsistemas contariam, em princípio, com colegiados ou fóruns próprios na União, nos estados e municípios (ou respectivas microrregiões), propiciando a formulação das políticas setoriais em âmbito local, regional e nacional. As formulações dos entes federados e dos diferentes setores da cultura conduzirão à consolidação do Plano Nacional de Cultura⁸³, a ser debatido

⁸³ A institucionalização do Plano Nacional de Cultura implicará em amplo processo de consulta à sociedade, por meio dos conselhos de políticas culturais, dos colegiados setoriais da cultura (nas áreas de produção artística e de preservação) e das conferências de cultura dos entes federados: União, Estados e Municípios. O Conselho Nacional

com a sociedade, nas conferências de cultura nacional, estaduais e municipais, e com a devida contribuição e sistematização pelos conselhos de políticas culturais e os colegiados setoriais.

Em 2005, o governo federal, representado pelo Ministério da Cultura, iniciou a celebração de protocolos com estados e municípios, visando à implantação do SNC. Em 24 de agosto deste mesmo ano, foi aprovado o Decreto nº 5.520, que institui o Sistema Federal de Cultura (SFC) e reestrutura o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

Assim sendo, o SFC consiste em um sistema de articulação, gestão, informação e promoção de políticas públicas de cultura em âmbito federal, coordenado pelo MinC, com a participação de órgãos federais, do CNPC e da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC).

Os objetivos do Sistema Federal de Cultura serão, entre outros, integrar os órgãos, programas e ações culturais do governo federal; coordenar a implantação do Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC); e estimular a implantação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura, para promover o desenvolvimento cultural do País em toda a sua amplitude. A participação social na definição das políticas públicas e a promoção do desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais são premissas indissociáveis da estruturação sistêmica almejada.

O CNPC, objeto do mesmo Decreto que institui o SFC, será composto por representantes do governo federal (MinC e outros ministérios), dos Estados e Municípios, representantes das diversas áreas artísticas e da área de preservação do patrimônio cultural. Ao CNPC será atribuído propor e formular políticas públicas, a fim de promover a articulação e o debate dos diferentes órgãos de governo e da sociedade civil organizada, fomentando o desenvolvimento da gestão cultural no território brasileiro. Os colegiados de políticas setoriais (conselhos de museus, arquivos, as câmaras setoriais, entre outros) são considerados instâncias fundamentais do CNPC e, sobretudo, irradiadores de informações e experiências de gestão e promoção cultural para as instituições e comunidades específicas nos Estados e Municípios.

de Política Cultural e as Câmaras Setoriais, em processo de instalação pelo Ministério da Cultura, terão papel fundamental na elaboração de Plano a ser remetido pelo Governo Federal para apreciação do Congresso Nacional. A Emenda aprovada pelo Congresso Nacional, em 01/06/2005, incorpora à Constituição da República o parágrafo terceiro do artigo 215. Estas informações, bem como toda a estruturação, diretrizes e ações do MinC, foram extraídas da página do MinC na Internet: www.cultura.gov.br.

3.4.2. O financiamento da cultura

A questão do financiamento da cultura é uma questão bastante polêmica que também merece algumas considerações, pois traz embutida, em seus desdobramentos, os reais objetivos da política cultural implementada pelo Governo Lula.

As leis de incentivo à cultura compreendem a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual. Concebida em 1991 para incentivar investimentos culturais, a Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), ou Lei Rouanet, como também é conhecida, poder ser usada por empresas e pessoas físicas que desejam financiar projetos culturais. Ela institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que é formado por três mecanismos: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), o Mecenato, e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart). A Lei do Audiovisual, de 1993, consiste no investimento na produção e co-produção de obras cinematográficas / audiovisuais e infra-estrutura de produção e exibição.

Um dos grandes problemas das leis de incentivo está no fato de elas permitirem a empresas privadas usar dinheiro público para fazer seu marketing cultural, conforme podemos verificar em matéria da revista *Época*⁸⁴. Na verdade, historicamente, a cultura é financiada por quatro grandes fontes: mecenato (patrocínio corporativo); mercado em torno da aquisição de serviços e produtos culturais; patrocínio (dinheiro da comunicação empresarial, que permite que uma marca atue no campo de interesse de seu público); atividades de interesse público (atuação do Estado através de políticas públicas).

O que acontece no Brasil, segundo esta matéria, é que, sendo frágil a atuação do Estado através destas políticas, o que há é um mecanismo de distribuição do dinheiro público por empresas, ficando o meio cultural “peregrinando” pelas mesmas em busca de dinheiro público, o que faz com que um projeto receba verba não a partir de critério público, mas de critério privado. Neste sentido, pode-se dizer que estas empresas não colocam seu dinheiro nas produções, colocam na verdade dinheiro público⁸⁵, mas é seu nome que aparece como financiador ou incentivador de uma determinada produção cultural.

⁸⁴ “Patrocínio de quem?”, *Época*, 30/05/2005.

⁸⁵ De acordo com a Lei Rouanet, o incentivo fiscal consiste em dedução integral no Imposto de Renda, o que já era diretriz da primeira lei de incentivo fiscal, a chamada Lei Sarney, de 1986. Em 1993, a Lei do Audiovisual passou a garantir isenção de 124%, ou seja, além de assegurar a dedução de 100% do Imposto de Renda, as empresas ainda ganham uma espécie de comissão de 24%.

A distribuição de verbas é um problema que aflige o setor de cinema, de tal forma que se pode destacar uma tendência de se concentrar tais verbas na região Sudeste e nas mãos de grandes produtores, que se revezam ao longo do tempo na obtenção de dinheiro público para financiar suas produções, conformando o que se chama de “política de balcão”. Entretanto, a tentativa do MinC de reverter tal tendência, foi duramente criticada por aqueles que foram durante este tempo beneficiados por este tipo de relação política⁸⁶, e acabou não sendo levada adiante.

Na verdade, o que o MinC tem tentado fortalecer em sua política é a distribuição de verba via editais, por meio de concursos públicos, visando democratizar o acesso à cultura e, conseqüentemente, reverter a tendência de concentração de recursos em determinadas regiões do país. Segundo dados da revista Carta Capital, de 2002 a 2005, o orçamento realizado por região tem sofrido alterações em direção a uma maior distribuição entre as regiões conforme o quadro abaixo:

Quadro 3

Distribuição de Recursos Federais para a Cultura*

Região	Ano	Ano
	2002	2005
Norte	2,4	14,7
Nordeste	11,0	43,5
Sudeste	87,3	124,5
Sul	8,7	17,0
Centro-Oeste	51,9	31,3
Total nacional	108,7	265,3
Exterior	8,7	46,5

* Em R\$ milhões

Fonte: Revista Carta Capital (12/01/2006)

O quadro acima demonstra uma maior distribuição de recursos para as demais regiões, principalmente a Nordeste, embora na região Centro-Oeste tenha havido uma diminuição dos recursos no período. Entretanto, a região Sudeste continua

⁸⁶ A respeito ver as matérias da revista “Carta Capital”, de 18/01/2006: “Tudo pelos Prêmios” e de 25/01/2006: “Novos convidados dividem o bolo”.

concentradora dos recursos públicos, tendo aumentado no referido período. Em 2002, quando Lula foi eleito, a participação do Sudeste era de 78,04%; em 2006, segundo dados do relatório anual do Tribunal de Contas da União de 2006, a região concentrou 79,6% dos R\$ 824 milhões obtidos com a Lei Rouanet⁸⁷, demonstrando que as mudanças nesta lei, anunciadas pelo governo neste mesmo ano, não têm surtido efeito.

Estes fatores esbarram em uma outra questão de suma importância, que é a natureza dos financiadores, podendo ser esta o elemento desencadeador de tal concentração. Atualmente, grande parte dos financiadores do setor é oriunda da iniciativa privada que, conforme sabemos, seguem a lógica do mercado, a partir da qual se investe naquilo que gera maior retorno financeiro.

Segundo o próprio MinC, o setor da cultura no Brasil congrega 290 mil empresas e movimenta cerca de R\$ 17,8 bilhões por ano, porém o próprio governo continua a reforçar a necessidade de maior investimento da iniciativa privada na cultura⁸⁸. Ao lado disto, os investimentos federais, apesar de terem crescido recentemente (aproximadamente R\$ 1,5 bilhão previstos em todo o ano de 2007), há programas que são realizados a partir de acordos com as agências multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como no caso do Programa Monumenta.

Dentre as 10 maiores instituições que financiam a cultura em todo o país (Bradesco, Petrobrás, Banco do Brasil, Banco do Estado do Paraná, Eletrobrás, Banco Itaú, Unibanco, Vale do Rio Doce, Gerdau, Usiminas), metade delas pertence ao setor financeiro. Uma vez subordinada aos fins da valorização, a cultura passa a ser reduzida a espetáculo e, portanto, tratada dentro dos padrões da indústria cultural, onde sabemos não há espaço para a expressão da cultura popular.

3.5. O Programa Cultura Viva

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva - é concebido como “uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação”. É importante mencionar que através deste Programa, o MinC busca fortalecer atividades já existentes nas entidades ou atividades novas, bem

⁸⁷ Fonte: Jornal O Globo, 22/07/2007. Segundo Caderno: “Os 2 Brasis da lei Rouanet”.

⁸⁸ Fonte: O Estado de São Paulo, 25/04/2007. “Fórum traça mapa dos investimentos privados em cultura”.

como articular estes Pontos de Cultura em rede. De modo geral, são três as dimensões interdependentes do Programa: A dimensão simbólica, relacionada ao imaginário, às expressões artísticas e às práticas culturais; a cultura como cidadania, direito assegurado na Constituição, nas Declarações universais, condição indispensável do desenvolvimento humano; finalmente a cultura como economia, geradora de crescimento, emprego e renda⁸⁹. As ações e os componentes do Programa estão sintetizados no quadro que se segue:

Quadro 4

Programa Cultura Viva

⁸⁹ Todas as definições acerca do Programa Cultura Viva, seus conceitos e ações estão na cartilha do Ministério da Cultura, a qual está disponível no site www.cultura.gov.br.

Conceitos	“Gestão Compartilhada e Transformadora”, que envolve os conceitos de “empoderamento”, “autonomia” e “protagonismo social”.
Objetivos do Programa	Ampliar e garantir o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; identificar parceiros e promover pactos com diversos atores sociais governamentais, nacionais e estrangeiros, visando desenvolvimento humano sustentável; incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania; dar vazão à dinâmica própria das comunidades, articulando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora; estimular a exploração, uso e apropriação de expressões artísticas e lúdicas nos processos educacionais, bem como a utilização de diferentes espaços públicos para desenvolver reflexão crítica sobre a realidade atual; promover a cultura como expressão simbólica, direitos e economia.
Público-alvo	Populações de baixa renda; adolescentes e adultos em “situação de vulnerabilidade social”; estudantes da rede pública; habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro; comunidades indígenas, rurais e remanescentes e remanescentes de quilombos; agentes culturais, artistas e produtores, professores e coordenadores pedagógicos da educação básica.
Principal ação	Ponto de Cultura – espaço de sedimentação da macro rede Cultura Viva, de organização da cultura em nível local e de mediação na relação entre Estado e sociedade e entre outros Pontos, constituindo redes por afinidades.
Outras ações	Agente Cultura Viva – capacitação de jovens para iniciá-los em uma profissão relacionada à cultura, onde a coordenação do Ponto de Cultura contribui com o acompanhamento em

	<p>educação popular, empreendedorismo cultural e microcrédito; Cultura Digital – instrumento de aproximação entre os Pontos a fim de constituir uma rede digital, adotando a concepção do software livre, com cada Ponto recebendo um equipamento digital para desenvolver seus trabalhos; Escola Viva – ação que integra o Ponto de Cultura à escola; Griôs – auxílio financeiro aos chamados “Mestres dos Saberes”, para formar jovens aprendizes nos Pontos de Cultura; Pontões – grupos de Pontos constituídos em uma localidade onde houver grande densidade de Pontos de Cultura.</p>
--	---

Fonte: Cartilha do Programa Nacional de Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva.

A tentativa do MinC de articular o Programa Cultura Viva com outras políticas pode ser também verificado no quadro a seguir, lembrando que a transversalidade é uma das metas da política cultural do governo Lula, desde a sua primeira gestão.

Quadro 5

Transversalidade do Programa Cultura Viva

Órgão	Principais ações/programas em interface com o MinC
Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	<p>Agente Cultura Viva – parceria com o Programa Primeiro Emprego, a partir da qual jovens, de 16 a 24 anos, recebem um auxílio financeiro de R\$ 150,00, durante seis meses, para desenvolver ações previstas no projeto do Ponto de Cultura, além de participarem de cursos profissionalizantes, com o objetivo de fomentar a geração de renda nas próprias comunidades.</p> <p>Griô – parceria para dar apoio financeiro e material aos “Mestres dos Saberes”, pessoas que acumulam conhecimentos que pertencem às suas comunidades e que podem ser entendidas como patrimônio cultural imaterial. Parcerias também com Ministério da Educação e da Previdência Social para viabilizar esta ação.</p>
Ministério das Comunicações / Empresa Brasileira	Ligação por internet em Banda Larga pelo

de Correios e Telégrafos	Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (G-Sac); distribuição de produtos culturais produzidos pelas comunidades
Ministério do Meio Ambiente	Salas Verdes
Ministério da Educação	Escola Viva – atuação em duas frentes: transformando as experiências das escolas em Pontos de Cultura ou transformando o Ponto em escola de cultura, lançando editais conjuntos entre os Ministérios da Educação e da Cultura para incentivar escolas a apresentarem seus projetos nos quais a cultura seja elemento estruturante.
Ministério do Desenvolvimento Social	Erradicação do trabalho infantil e Fome Zero
Ministério da Ciência e Tecnologia	Casa Brasil e Telecentros (Cultura Digital)

Fonte: Cartilha do Programa Nacional de Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva.

O grande mérito do Programa Cultura Viva é a tentativa de que expressões de natureza popular integrem as políticas públicas do setor. Anteriormente, as políticas para o setor cultural atendiam a um viés patrimonialista⁹⁰, dando-se ênfase muito mais ao tombamento de monumentos e prédios históricos, do que à garantia ao acesso livre dos bens culturais por parte da grande maioria da população, e nem sequer havia o estímulo à produção cultural. Embora pertencente ao expediente do Ministério da Educação, a cultura estava muito mais como um apêndice da instituição do que como parte inserida em seu núcleo duro. Um outro elemento diferenciador do Programa Cultura Viva é a garantia do acesso ao fundo público para a cultura por parte da sociedade civil em um contexto mais amplo, para além do clientelismo e das práticas de balcão nas quais apenas os setores legitimados e de produção cultural de alto rendimento conseguem obter incentivo aos seus projetos – sem contar com as leis de incentivos fiscais, como a Lei Rouanet, que privatizam o financiamento cultural por dentro do Estado mediante a renúncia no recolhimento de impostos⁹¹.

Diante do exposto, é importante de dizer que, ao defrontarmos-nos com a realidade da implementação e gestão do Programa Cultura Viva, podemos observar alguns limites que nos fazem indagar se através desta política o governo busca realmente fortalecer uma perspectiva popular na cultura. Tais indagações farão parte da análise dos dados da pesquisa que através desta dissertação toma corpo.

⁹⁰ Sobretudo a partir de 1930 durante a era Vargas e a partir das concepções idealizadas por Mário de Andrade.

⁹¹ A respeito ver DÓRIA (op. cit).

Conforme sabemos, as políticas sociais hoje têm sido marcadas pela crescente retração do Estado, atuando em seu lugar as chamadas “organizações da sociedade civil” ou ONGs, como são conhecidas, cujos limites de ação serão abordados a seguir. Nesta relação, o Estado repassa a verba para que estas organizações implementem seus projetos sem ter algum tipo de controle da natureza das ações implementadas, muitas destas apoiadas por instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD).

Em artigo recente, onde discute a recente notoriedade da sociedade civil, FREIRE (2006) demonstra como os organismos econômicos internacionais tornaram-se porta-vozes da “participação da sociedade civil”, sendo grande a presença de agentes não estatais na implementação de projetos sociais e afirma que as relações entre tais organismos e as organizações da sociedade civil aprofundaram-se a partir de 1990, caracterizadas pela colaboração conjunta na identificação de necessidades sociais e grupos vulneráveis para o desenho de programas e projetos sociais.

Buscando discutir os contextos nos quais tal “notoriedade” se evidencia, a autora afirma também que os enfoques centrais dos discursos são: a questão da participação, a partir do que o conceito de sociedade civil reduz-se a ONGs, sem que esta participação signifique a organização da sociedade com relação às questões macropolíticas ou ao desenho de projetos que ultrapasse abordagens focalistas; o apelo ao capital social, com ênfase nas relações e associações de esfera local e as ONGs, e relacionando capital social com o processo de integração social, resgate e valorização dos valores comunitários; o tema do bom governo, selecionado à construção de mecanismo e instituições de negociação e acordo entre atores coletivos para fortalecer mecanismos de vigilância e controle públicos.

Assim sendo,

“(…) promove-se uma reconceituação da sociedade civil de maneira ambígua, com base em novos desenhos organizativos que anulam os espaços de conflito por meio de uma contenção social que acaba servindo de base de legitimação de governos neoliberais. É para reforçar a ação direta dessa dita sociedade civil que se mobiliza um antiestatismo, mistificador das relações sociais. O horizonte em torno do qual se organiza esse debate é um horizonte que não prevê ou não desenha nenhuma utopia, nem um projeto de mudança social” (FREIRE, 2006: 82).

Boa parte dos projetos implementados pelas chamadas organizações da sociedade civil caracterizam-se por ações voltadas, majoritariamente, para jovens de “comunidades carentes” do Brasil no campo da cultura, como teatro, dança, artes

plásticas, artes gráficas, músicas, etc...⁹² – outro campo que abarca muitas ações de projetos sociais é o esporte (que, aliás, é também uma forma de cultura presente na sociedade). São jovens sujeitos ao desemprego, à pobreza, ao envolvimento com o tráfico de drogas, à falta de acesso a direitos como educação, saúde, lazer e, inclusive, cultura. Além disso, sujeitos a todo apelo exercido pela indústria do entretenimento em direção ao consumo, sabendo-se que este hoje é um elemento central na formação da identidade.

Ao tratar da repercussão da centralidade do consumo na produção da subjetividade de jovens pobres, CASSAB (2001) afirma que o consumo constitui-se como mecanismo compensatório das perdas de outras referências identificatórias, como o Estado e o mundo do trabalho. Para a autora, em outros momentos do capitalismo, o consumo apresentava-se em uma posição acessória na vida dos sujeitos, estava vinculado muito mais à esfera da necessidade e, portanto, menos carregado de significados simbólicos. Hoje, o consumo deslocou-se do atendimento das necessidades para a satisfação de desejos que são incessantemente sugeridos aos indivíduos. O consumo se dá não só pela aquisição de bens materiais, mas também de bens simbólicos, o que se dá através do apelo feitos pelos meios de comunicação de massa, de forma que o espaço da reprodução social (das atividades que estão fora da esfera da produção) é também um domínio da produção, o que propicia a ampliação das condições de acumulação do capital. Esses elementos produzem graves conseqüências para esses jovens – e para a sociedade em geral -, como a valorização das dimensões do individual (já que o consumo é uma experiência solitária), que, conseqüentemente, torna fluida a subjetividade coletiva, enfraquece a dimensão da cidadania e solidariedade social. Além do que despertam o interesse dos jovens pelo crime, uma vez que estes vêm em tal inserção uma alternativa que permite a melhora de suas condições de vida e de consumo.

⁹² Não só o Brasil, mas a América Latina, caracteriza-se por estas ações (o que pode ser entendido pelo fato de ser a região o laboratório privilegiado das experiências neoliberais e, portanto, região de maior implementação de ações apoiadas pelas agências multilaterais). Na Colômbia, Bogotá, por exemplo, há o Programa Segurança e Convivência, em que assistentes sociais e educadores trabalham em atividades diversas – desde alfabetizar até ensinar conceitos básicos de higiene, além de profissionalizar jovens. Tendo como objetivo impedir o envolvimento desses jovens com a criminalidade, o projeto também os envolve em aulas de música e artes, visitas a museus e participação em eventos culturais. Tal iniciativa foi lançada em 1996 com um empréstimo do BID e hoje é mantida com recursos municipais e doações. Fonte: O Globo, O Mundo, 27/05/2006.

3. 6. A Construção do Fetiche na Política Cultural do Minc: Aportes para o Debate

O Minc promove uma redefinição do sentido da cultura, associando ao novo conceito proposto noções presentes em políticas sociais não contributivas, voltadas para aqueles cujas necessidades materiais, sociais e culturais não podem ser asseguradas pelas rendas de trabalho. Desse modo, promove uma dupla institucionalização da cultura como política pública e como identidade simbólica através de distintas abordagens. Assim sendo, as dimensões da proposta do MinC abordam simbolismos presentes nas identidades culturais, no plano da cidadania e no plano econômico.

Isto considerando a metamorfose recente da cidadania, que promove a associação da mesma à idéia de consumo, evidenciando a própria erosão do solo das possibilidades burguesas que historicamente ampliaram a noção de cidadania para o campo dos direitos políticos, sociais e culturais, conforme a tipologia delineada por MARSHALL (1967), a qual, apesar de suas fragilidades, acrescenta aos direitos civis e políticos, os direitos sociais, enquanto elemento decisivo da cidadania moderna.

Segundo PEREIRA (2006), o conceito de justiça social tem estreita relação com os ideais de cidadania e democracia modernas e, assim como os conceitos de igualdade, equidade, liberdade e necessidades sociais, foi gestado no final do século XIX e consolidado no século XX, sobretudo, devido: à expansão do movimento sindical; ao declínio da concorrência capitalista; e à crescente intervenção do Estado no processo distributivo. Estes fatores contribuíram para o fortalecimento da noção de justiça social e têm a ver com a consolidação do Estado de Bem-Estar Social (EBES). Aconteceu que a crise do EBES e a ascensão do ideário neoliberal a partir de 1970, internacionalmente, colocaram este conceito na berlinda, de forma que vem sendo suplantado nos últimos anos pelo predomínio do mérito como critério de acesso ao bem-estar, bem como da mercantilização das políticas sociais. Além disso, este processo evidencia uma reorientação do sentido dos direitos sociais, os quais foram substituídos pela idéia de conveniências e oportunidades para a implementação de políticas de ação as quais podem ser abandonadas quando assim desejarem os governos (BORÓN apud PEREIRA, 2006).

Neste sentido, a pobreza passa a ser enfrentada com programas focalizados e os bens, outrora públicos (como por exemplo, a saúde, a educação e a própria cultura),

transformam-se em mercadorias a serem adquiridas no mercado. Se tal reorientação das políticas sociais públicas constitui-se como um fenômeno em escala mundial, até mesmo naqueles países que conheceram um Estado de Bem-Estar, não é casual que este se dê de forma mais agravante nos países do Terceiro Mundo, como o Brasil, que não chegaram a conhecê-lo de forma acabada, o que representa a impossibilidade de estes países estabelecerem patamares civilizatórios que tenham o conceito de justiça social como referência. Isto porque, como bem sinaliza a autora supracitada, o neoliberalismo não associa o bem-estar às necessidades: estas são as que Marx chamava de “falsas necessidades”, pertencentes ao âmbito da subjetividade e, portanto, dependentes do esforço de cada um, do mérito pessoal e daquelas instituições que possam atendê-las de forma individualizada, ou seja, o mercado.

Com relação ao plano econômico do Programa Cultura Viva, percebemos que a conjuntura que se formou a partir da década de 1990, marcada pela crise econômica que atingiu as sociedades periféricas, nos marcos da mundialização e financeirização do capital, tiveram um forte impacto no que tange à penalização do trabalho, diminuindo ou extinguindo não somente postos de trabalho mas também as formas de atuação do Estado na regulamentação do mundo do trabalho, que foram grandes conquistas dos trabalhadores. Se levarmos em conta a atuação do Estado brasileiro na questão social a partir de 1930 (período em que esta fora reconhecida como uma questão de sua responsabilidade), veremos que, apesar de objetivar dar impulso à industrialização, era assegurada a proteção ao trabalhador, tendo sido este fator constitutivo de uma identidade social ligada a mundo do trabalho. Entretanto, a conjuntura atual deu outro significado à atuação do Estado, garantindo ao máximo a acumulação capitalista às custas do desemprego e precarização do trabalho, possibilitando ainda a permanência da informalidade, antes considerada de caráter transitório.

De acordo com a análise de BARBOSA (2007), diante da crise econômica dos anos 1970 e a ruptura com o compromisso com o pleno emprego e com os direitos sociais universais, houve uma ressignificação do paradigma de ações públicas voltadas para o emprego, representado pelo Estado de Bem-Estar Social e consolidado nos países centrais (o qual objetivava proteger o trabalho e a dinâmica do mercado), dando lugar à chamada “nova geração de políticas de emprego”, sobretudo na década de 1990.

Tais estratégias, em seu conjunto, conferiram ao trabalho, segundo a autora, um significado de não-direito e buscaram, por um lado, atenuar as pressões sobre o mercado de trabalho e, por outro lado, focalizar nos grupos socialmente vulneráveis as formas de

inserção no mercado. Esta última estratégia de focalização se traduz, aqui no Brasil, pelos programas de geração de trabalho e renda, cunhadas como economia solidária⁹³, e que tiveram impulso com mecanismos voltados para o microcrédito. Vale dizer que estes programas ganham destaque no governo Lula, sobretudo em 2003, quando foram elevados à categoria de política pública através do Ministério do Trabalho e Emprego (BARBOSA, op. cit.), e são elemento constitutivo de todas as políticas de seu governo⁹⁴.

Isto evidencia um lastro no campo da cultura que a relaciona organicamente ao desemprego e à precarização do trabalho, de forma que situações que extrapolariam o campo da cultura passam a ser finalidade da política cultural do país. Assim sendo, evidencia-se a criação de uma espécie de responsabilidade da cultura associada à idéia de geração de renda.

3.6.1. A configuração atual da Política Social

WERNECK VIANNA (2007) vê na política social atual a idéia de que “basta abrir financiamentos diretamente a pessoas físicas e se consegue combinar cidadania com sustentabilidade financeira, empreendedorismo e competitividade”. Para ela, “a premissa é que a questão social se define de forma reducionista como pobreza, que é entendida como ausência de dotes (escolaridade, cuidados com a própria saúde e capacidade para administrar renda) que, uma vez adquiridos, permitem superá-la”. E, neste sentido, parece que “o interesse do governo é formar produtores-consumidores mais do que resguardar direitos civis. A inclusão social traduz-se na inclusão ao mercado. O indivíduo é incitado a agir por si só, em uma tática de ‘empowerment’ (conferir-lhe poder de decisão e autonomia)”. E este é também o sentido que assume a política cultural.

Ao lado desta redução da concepção de questão social como pobreza, a autora destaca outras premissas da concepção predominante de política social, as quais são decorrentes da própria mudança da concepção do que venha a ser a questão social. Ou

⁹³ É importante ter em mente que há vários significados para a economia solidária (BARBOSA, op. cit.). Embora o governo adote um sentido de solidariedade, vinculando tais práticas de economia solidária com ações coletivas autogestionárias, este se vê reproduzindo um discurso favorável ao empreendedorismo, tornando esta alternativa funcional à penalização do trabalho, que retira dele toda proteção estatal. Isto fica mais claro se verificarmos como as relações de trabalho são gestadas nestas práticas, no sentido de reafirmar a informalidade.

⁹⁴ Como se pode verificar no quadro “Transversalidade do Programa Cultura Viva”, a ação Agente Cultura Viva foi fruto de uma articulação com o MTE para a concessão de bolsas para jovens inseridos nos projetos, onde estes

seja, sendo a questão social reduzida à pobreza e carências individuais, as políticas sociais universais e de caráter coletivo são ineficazes para lidar com a questão social, sendo consideradas dispendiosas e incapazes de alcançar os pobres; além disso, a inclusão só seria possível através da inclusão dos indivíduos no mercado, transformando o cidadão portador de direitos civis, políticos e sociais em produtor/consumidor de mercadorias, não importando quais seriam estas mercadorias. Isto revela a concepção vigente e predominante no governo de que a política pública é uma ação exclusivamente voltada para os pobres.

Essa observação coloca a cultura numa relação direta com as desigualdades sociais, fruto das contradições da própria sociedade contemporânea, mas não no sentido de superá-la. A instrumentalização da cultura como uma política voltada para os pobres permite perceber a sua utilização como um mecanismo determinado pela esfera da produção material e robustecido no plano superestrutural como prática política. Para explicar melhor esta instrumentalização, cabe destacar a afirmação de Luckács, a qual define “a política como meio, a cultura como fim”; vale afirmar que aqui ocorre uma inversão do mote luckacsiano, colocando “a cultura como meio, a política como fim”⁹⁵. Ou seja, colocando em prática um dada política cultural (neste caso, o Programa Cultura Viva), o Estado busca legitimar uma certa modalidade de enfrentamento da questão social qual seja, a política social voltada exclusivamente para os pobres e, por isso, a política cultural, em muitos aspectos, nada tem a ver com cultura em seu sentido mais amplo.

Na impossibilidade de superar a miséria e a pobreza, a mesma torna-se um problema de administração que conta com a cultura enquanto elemento de gestão. Como observou Francisco de Oliveira: “Para o socialista clássico a miséria e a pobreza eram um desafio: para os administradores modernos, são um problema de gestão” (Fórum, março de 2007, p.10). E esta idéia foi importada do conceito americano de enfrentamento da questão social, segundo o qual, conforme sinaliza WERNECK VIANNA (op. cit.), “política pública substitui a noção de planejamento, perdendo-se assim a noção do conjunto social. Pois, quando se fala em programa, parte-se da premissa de que ele tem começo, meio e fim. Policy (plano de ação) requer politics (política)”, adverte a autora. Tal administração da pobreza gira em torno da proposta de

jovens iriam auxiliar no desenvolvimento das atividades previstas nos projetos, bem como participar de cursos profissionalizantes a fim de gerar renda.

⁹⁵ Para um maior aprofundamento desta discussão de Luckács, ver FREIRE (1991), onde a autora relaciona a inversão do mote luckacsiano ao tratar dos objetivos da política brasileira estado-novista.

capacitar os pobres para saírem dessa condição, reforçando a idéia que isso é possível sem políticas públicas (sobretudo de emprego, que venha a enfrentar o problema da desigualdade), sem Estado. Pode-se dizer que a política cultural do governo Lula não se distancia das propostas do Bolsa Família, Renda Mínima, Economia Solidária. Ao contrário, reproduz muitos dos discursos presentes em tais políticas.

3.6.2. Os conceitos de Autonomia, Protagonismo Social e Empoderamento: o estímulo ao empreendedorismo

Não por acaso, o MinC imprime na política cultural estes traços de enfrentamento da desigualdade acima discutidos, os quais são evidenciados nas diferentes noções que compõem o Programa Cultura Viva. A Gestão Compartilhada e Transformadora evidencia um traço administrativo e os limites da transformação que o projeto propõe. Na Cartilha do Programa Cultura Viva, o MinC defende a construção de uma Gestão Compartilhada e Transformadora para os Pontos de Cultura, a partir da qual seriam estabelecidos novos parâmetros democráticos na relação entre Estado e Sociedade, no sentido da construção de um novo tipo de Estado, segundo eles, um Estado ampliado, o qual se fortalece ao permitir que a sociedade civil penetre em seu aparato (op. cit.: 33). Além disso, afirmam que tal compartilhamento não se constitui como mera transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade, como acontece quando aquele transfere suas atribuições para o mercado. As bases para tal construção estariam compreendidas, segundo o próprio MinC, na articulação dos conceitos de Autonomia, Protagonismo Social e Empoderamento.

A autonomia seria possível quando os Pontos de Cultura fossem apoiados pelo Programa com instrumentos mais estáveis para articular suas atividades, e o governo não interferiria em sua dinâmica própria, a qual seria exercida mesmo depois de obter investimento do Estado. A autonomia seria adquirida através de interação com o Estado; interação com outros Pontos de Cultura; e aquisição de conhecimento, incorporado ao patrimônio cultural (op. cit.: 34). Esta interação com o Estado não é entendida como simples transferência e responsabilidades deste para a sociedade, entretanto, se ampliarmos as análises sobre o crescimento do Terceiro Setor no enfrentamento da questão social (e, mais particularmente, no campo da cultura), veremos que este grande número de ONGs gerindo a política pública, cuja relação com o Estado caracteriza-se,

muitas vezes, pela resolução de questões meramente burocráticas, acaba por significar esta transferência pura e simples.

O protagonismo seria fruto desta forma de gestão que, por diferenciar-se da gestão pública da cultura nos marcos do liberalismo (onde cultura é sinônimo de mercado) e daquela do iluminismo (onde a cultura serviria para iluminar as massas), possibilitaria às organizações apoiadas pelo Programa ser entendidas como sujeitos de suas práticas (op. cit.: 34). Cabe dizer que aqui o MinC está considerando que todas as organizações apoiadas pelo Programa Cultura Viva são movimentos sociais, e este é um dos grandes equívocos contemporâneos e elemento de análise crítica do Terceiro Setor, quando se faz referência a todos, ONGs e movimentos sociais, como sendo entendidos dentro do conceito de sociedade civil.

Quanto ao empoderamento, afirmam que este é entendido como um processo que, “ao potencializar ações culturais já desenvolvidas por setores historicamente alijados das políticas públicas, (o Programa Cultura Viva) cria condições de desenvolvimento econômico alternativo e autônomo para a sustentabilidade da comunidade”. Tal “empoderamento social” é considerado um instrumento através do qual o Programa transformaria relações econômicas e de poder, uma vez que se constitui como uma forma de reconhecimento das organizações apoiadas como “sujeitos de manifestações culturais legítimas” pelos poderes locais, que passariam a respeitá-los e reconhecê-los (op. cit.: 35).

Todas estas noções trazem implícita uma outra que se constitui como a base dos programas de geração de trabalho e renda, estando presente não somente nos discursos do governo, mas também e sobretudo na fala de muitos coordenadores de projetos sociais, que é a noção de empreendedorismo. Citando MORETTO (2003), BARBOSA (op. cit.) afirma que tais programas têm como objetivo “transformar desempregados e trabalhadores do setor informal em empreendedores bem-sucedidos” (MORETTO apud BARBOSA, op. cit: 99).

Entretanto, os resultados destes programas não são nada animadores, se levarmos em consideração o que a autora mostra com relação à política de economia solidária, cujas unidades produtivas são de pequeno porte, comercialização em pequena escala, destinada à comunidade local, sem grandes possibilidades de rendimentos e, conseqüentemente, reproduzindo a informalidade nas relações de trabalho e na estrutura organizacional. Isto tem como resultado a manutenção do quadro geral de empobrecimento, deixando cada vez mais distante a possibilidade de emancipação

advindas destas práticas. Segundo a autora, tal quadro revela os limites deste discurso empreendedor, bem como contribui para desconstruir “o mito que atravessa essa retórica sobre o pequeno negócio e esclarecer esse sistema ideológico que transmuta trabalho depreciado em empreendimento, subordinação à contratante em liberdade de ação e realização pessoal” (op. cit.: 103).

As noções de empreendedorismo, empoderamento e protagonismo social revelam como termos empresariais e oriundos de experiências diferenciadas, são utilizados sem fundamentação e/ou clareza ideo-política pelo MinC, naturalizando formas de redefinições da cultura que acabam construindo um universo distinto das compreensões anteriores de modo banalizado.

Faz-se necessário registrar que há um senso-comum presente em diferentes fontes, inclusive na internet, no que diz respeito à definição de empreendedorismo, associando-o à idéia do negócio, de um novo empreendimento para ganhar lucro e renda. Este termo é utilizado para designar, principalmente, as atividades de quem se dedica à geração de riquezas.

A palavra empreendedor (entrepreneur) tem origem francesa e quer dizer aquele que assume riscos e começa algo de novo. Os primeiros indícios de relação entre assumir riscos e empreendedorismo ocorreram no século XVII, em que o empreendedor estabelecia um acordo contratual com o governo para realizar algum serviço ou fornecer produtos. No final do século XIX e início do século XX, os empreendedores foram freqüentemente confundidos com os administradores (o que ocorre até os dias atuais), sendo analisados de um ponto de vista econômico, como aqueles que organizam a empresa, pagam empregados, planejam, dirigem e controlam as ações desenvolvidas na organização, sempre a serviço do capitalista. A predominância da necessidade de cada vez maior acumulação trazida pelo capitalismo é, nos dias atuais, transferida e adaptada para a área social, fazendo emergir o que se tem chamado de “empreendedorismo social”. Isto, na verdade, nada mais é do que o objetivo do governo com a implementação do Programa Cultura Viva. Vejamos a seguir alguns trechos que definem esta noção entre os que a defendem⁹⁶:

“Empreendedores sociais têm características semelhantes aos empreendedores de negócios, mas possuem uma missão social onde o objetivo final não é a geração de lucro, mas o impacto social; são os agentes de transformação no setor social (...)”.

⁹⁶ Todos estes trechos estão reproduzidos no site: <http://www.gsb.stanford.edu/csi/SEDefinition.html>.

“Um empreendedor social é um indivíduo com experiência na área social, desenvolvimento comunitário ou de negócios, que persegue uma visão de empoderamento econômico através da criação de empreendimentos sociais voltados para prover oportunidades àqueles que estão à margem ou fora da economia de um país”. (Jed Emerson e Fay Twersky, editores do livro "New Social Entrepreneurs: the success, challenge and lessons of Non-Profit Enterprise creation" - The Roberts Foundation, São Francisco, 1996).

“Empreendedores sociais são como empresários nos métodos que eles utilizam, mas eles são motivados por objetivos sociais ao invés de benefícios materiais... Sua grande habilidade é que eles, com frequência, fazem as coisas a partir de quase nada, criando formas inovadoras de promoção de bem-estar, saúde, habitação, que são tanto de baixo custo, quanto efetivas se comparadas aos serviços governamentais tradicionais (Charles Leadbeater, autor de "The rise of the Social Entrepreneur" - Demos, Inglaterra).

“Empreendedores sociais são executivos do setor sem fins lucrativos que prestam maior atenção às forças do mercado sem perder de vista suas missões (sociais) e são orientados por um propósito duplo: empreender projetos que funcionam e são disponíveis às pessoas e se tornar menos dependentes do governo e da caridade” (The National Center for Social Entrepreneurs).

Tais elementos constituem o discurso do Terceiro Setor, o qual trata a área social como um negócio, em moldes mercadológicos, e cuja eficácia é tal que pode substituir a ação estatal. Além disso, cria-se a ilusão de que o “empoderamento econômico” poderá reverter a “exclusão social”, e gerar a transformação na sociedade. Sabe-se que tais promessas esbarram nos próprios limites gerados pelo desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade, que se traduzem em precárias condições de vida para a maioria da população. E, ainda, constitui-se como a forma mais acabada de enfrentamento moral da questão social, no sentido de que basta potencializar os indivíduos, que estes, por si só, serão capazes de atingir a emancipação. Como diz BARBOSA, mais uma vez referindo-se à economia solidária, “(...) um elemento primário neste processo é a elevação da auto-estima individual quando a penúria, a desproteção pública e o desamparo mercantil já imprimiram marcas de desalento nas subjetividades engendradas no drama da desocupação” (op. cit.: 104).

Já a questão do empoderamento, surge ligada aos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1970, através do movimento negro, sendo entendido como “o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e de seu próprio destino, toma consciência de sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir⁹⁷. Ainda nos anos 1970, este termo passou a ser utilizado pelo movimento de mulheres para referir-se às transformações nos processos e estruturas que as colocavam em posição subordinada na sociedade, o que ocorreria quando estas fossem “empoderadas” através de tomadas de decisões coletivas e de mudanças individuais.

Parte-se da noção de que o empoderamento acontece na medida em que se conquista e se distribui entre muitos o poder de realizar ações, ações estas relacionadas à aquisição de conhecimento e pela capacidade de produzir mudanças a partir dele. Acredita-se que os indivíduos são motivados para provocar mudanças, na medida em que tais mudanças tragam benefícios substanciais para suas vidas.

A questão do empoderamento, bem como a do protagonismo social, adquire centralidade nas políticas contemporâneas associada à idéia de capital social, não revelando possibilidades verdadeiramente emancipatórias. E não somente: articulam-se também a conceitos como de sociedade civil e participação, conceitos estes metamorfoseados na contemporaneidade. É importante dizer que todas essas questões são defendidas pelo Banco Mundial e contam com a parceria do chamado Terceiro Setor.

Segundo FREIRE (2006), a noção de capital social ganhou fôlego num contexto de acentuada desigualdade social, crescente desemprego e desconfiança nas instituições públicas. E surge, nos discursos das agências multilaterais, num contexto de estratégias de desenvolvimento auto-sustentável. Em vários documentos do BID, o conceito de capital social aparece sempre aludido ao de sociedade civil, argumentando ser o capital social fundamental no desenvolvimento econômico e no resgate dos valores comunitários. A autora afirma que a relevância deste termo nos últimos anos “parece ocultar ou substituir termos como ‘coesão social’, ‘tecido social’, ‘laços sociais’”, retirando do centro das proposições a figura do cidadão, mas evidenciando “a ameaça que o esgarçamento do ‘tecido social’ pode provocar” (STEIN apud FREIRE, 2006: 81).

⁹⁷ COSTA, Ana Alice. “Gênero, poder e empoderamento das mulheres”. Texto extraído do site Google Acadêmico, em julho de 2007.

Na medida em que o programa passa a ser evocado como mais uma política relacionada à pobreza, outros temas que constituem o universo atual das mesmas, como auto-estima, são propagados como sendo o efeito da participação do público no Programa. Tendo como base a idéia de que formar o indivíduo basta para que se tornando um empreendedor, eleve sua auto-estima e tenha assim condições de ascender socialmente.

3.6.3. A ocupação do tempo das “classes perigosas”

A idéia de ocupação do tempo reforça o “mito das classes perigosas”⁹⁸, pois ocupá-los seria uma forma de controlá-los e impedir que perturbem a ordem. As classes subalternas foram, historicamente, no Brasil, alvo da criminalização exercida pelas classes dominantes. Segundo CERQUEIRA FILHO⁹⁹, em diferentes períodos na história republicana, o conflito social no Brasil foi tratado ora como caso de polícia, ora como de política. Com o fim do período escravocrata e com a constituição da sociedade de classes, ocorre uma nova roupagem da dominação, diferentemente do que acontece à época em que o escravo era explorado, mas tinha uma mínima proteção do seu dono; desta forma, o Estado torna-se uma instância repressora sem, no entanto, ser uma protetora. Frente à ausência de possibilidade para esse sujeito histórico – o escravo – frente ao mercado de trabalho que começa a se constituir, torna-se necessário para a burguesia, no processo de industrialização é justamente um enquadramento, ou um reenquadramento, da força de trabalho nos moldes propostos pela classe dominante.

Pela forma como fomos observando a constituição do mercado de trabalho no Brasil, percebemos que se arrefece o mito da “democracia social”. Se, no processo de formação, o colonizador branco europeu desprezou os índios e os negros, por entender que estes representavam uma sub-cultura, no processo de formação da sociedade de classes encontramos permanências dessa discriminação. Na verdade, observaremos que tais permanências acabam por aparecer quando da construção da idéia de nação, associada à construção da ordem burguesa. Dessa forma, resulta daí a tipificação do malandro, figura que começa a ser construída no momento de constituição do mercado de trabalho, no bojo do processo de implantação do capitalismo na formação social

98 O significado atribuído nessa expressão sustenta-se nas análises de COIMBRA, Cecília. *Operação Rio – o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. RJ, Niterói: Editora Oficina do Autor e Intertexto, 2001.

brasileira. Se àquela época qualquer semelhança entre o índio “preguiçoso” e o “malandro” não era mera coincidência, percebemos que ficou registrada no imaginário do povo brasileiro essa relação entre preguiça e malandragem. Mais do que malandros, os escravos – primeiro os índios, posteriormente os negros – também eram tido como selvagens e perigosos.

Como havia um estranhamento do homem branco com relação aos índios e aos negros, aquele, adotou a repressão como forma de controle, tendo como último recurso o extermínio. No entanto, essa repressão, se dava em ambiente privado. Com o processo de construção da ordem burguesa, não foi menor o controle e o disciplinamento sobre as classes ditas “perigosas”.

Contemporaneamente, percebemos que o aparato militar – Forças Armadas (mais especificamente o Exército) – é convocado para reprimir uma classe (a dos moradores de morros e favelas) cujas manifestações culturais a classe dominante desconhece. Segundo análise de COIMBRA (2001), são construídos mitos em torno dos pobres, os quais são em grande medida reforçados pela mídia, e que acabam por naturalizar a violência contra eles, como uma medida para controlá-los, e não somente isso, para evitá-los e até mesmo eliminá-los. Foi exatamente isso que ocorreu quando da ocupação pelas Forças Armadas dos locais ditos perigosos no Rio de Janeiro, pois se acreditava que isto acabaria com a violência urbana. E o que acontece na prática, segundo a autora, é que essa ocupação se volta contra a população pobre. Para a autora, sem sombra de dúvida, os estereótipos em relação aos pobres de hoje são os mesmos que foram utilizados para os "subversivos" de ontem.

"Da mesma forma que se construíram perigosos 'inimigos da Pátria' nos anos 60 e 70, também hoje, principalmente via meios de comunicação de massa, estão sendo produzidos 'novos inimigos internos do regime', quais sejam, os segmentos mais pauperizados, todos aqueles que os 'mantenedores da ordem' consideram 'suspeitos' e que devem, portanto, ser evitados e, mesmo, eliminados" (op. cit.: 98).

Entretanto, não é somente a repressão aberta um instrumento de controle destas “classes perigosas”. Quanto maior a complexidade, maiores são, também, as exigências de sofisticação do discurso da “ordem”. E tal complexidade se reflete nos grandes níveis de pobreza, miséria e desemprego, tornando os pobres objetos do medo das classes dominantes e, portanto, objeto de certas políticas.

Desta forma, o que se quer salientar é que esta idéia de ocupar o tempo dos jovens inseridos nos projetos do Programa Cultura Viva através de atividades de

⁹⁹ CERQUEIRA Filho, Gisálio. *A “Questão Social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. Coleção Retratos do Brasil.

geração de renda pode estar diretamente associado à idéia de controle e passivização das classes subalternas e, portanto, não oferecem nenhuma possibilidade de emancipação através destas. Além de transformarem a cultura em mercadoria na medida em que profissionalizar em uma atividade cultural, pode vir a ser um empreendimento lucrativo.

3.6.4. A mercantilização da cultura

A condição pós-moderna destacada por CHAUI (2006) contribui para a compreensão do universo contemporâneo da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa que a produzem, ou seja, a existência social e cultural sob a economia neoliberal. Esse aspecto reforça a mercantilização da cultura na condição pós-moderna. No Capítulo I desta dissertação, fizemos uma discussão sobre a condição da cultura na pós-modernidade, destacando que esta se reduz na contemporaneidade ao entretenimento e à condição de mercadoria, e que tais transformações decorrem de sua submissão às regras do mercado capitalista, o que se convencionou chamar de indústria cultural. Neste sentido, a cultura passa a constituir-se como elemento a ser “alegremente consumido em estado de distração”, como bem analisa CHAUI (op. cit.).

O lazer e o entretenimento são elementos vitais para o ser humano, como Marx já mostrou, porém, podem constituir-se como instrumentos de reprodução da dominação social e política, e esta diferenciação é uma das grandes contribuições da autora, conforme veremos. O entretenimento é uma das dimensões da cultura, entretanto, dela distingue-se quando esta é entendida como trabalho criador e expressivo das obras de pensamento e de arte. A autora aponta três traços principais da cultura que a faz diferenciar-se do entretenimento, a saber: cultura é trabalho, movimento de criação de sentido; é ação para fazer-se pensar, refletir, imaginar e sentir o que se esconde sob as experiências vividas ou cotidianas, transformando-as em obras que as modificam porque tornam-se conhecidas, densas, novas e profundas; é, ainda, direito de todo cidadão, de acesso aos bens culturais e de participar das decisões relativas à política cultural. Esses traços são, portanto ignorados pelos meios de comunicação de massa.

Tal operação da indústria cultural, a qual transforma a cultura em entretenimento, possibilita à classe dominante, segundo a autora, além do controle sobre o trabalho, deter controle sobre o descanso do trabalhador, uma vez que ambos tornam-se mercadorias. Isto faz com que o trabalhador perca as possibilidades de desenvolver uma consciência crítica, não somente pelo trabalho (dados os desafios contemporâneos

para a formação de uma identidade cultural pelo trabalho, num contexto de desemprego, precarização, flexibilização), mas também pelo acesso à cultura, o que poderia dar-se também em seu momento de entretenimento, uma vez que está encontra-se submetida aos condicionamentos da indústria cultural.

HARVEY (2005), em livro que trata da condição pós-moderna e que traz este mesmo título, analisa a diferença entre as fases industrial e pós-industrial, afirmando que a primeira, com o modelo fordista, caracterizou-se pelo aparecimento das grandes fábricas (nas quais se tornavam visíveis as divisões sociais, a organização da classe trabalhadora, e a luta de classes), bem como pela prática de controle de todas as etapas da produção e pelas idéias de qualidade e durabilidade dos produtos. Na segunda, a fase pós-industrial, predominam a fragmentação e a dispersão da produção econômica, com impacto sobre a classe trabalhadora, a qual perde seus referenciais de identidade, de organização e de luta; a hegemonia do capital financeiro; a rotatividade de mão-de-obra; a descartabilidade dos produtos; a obsolescência das qualificações para o trabalho, decorrente do crescimento das novas tecnologias; e, enfim, o desemprego estrutural. Além disso, o autor identifica que a fragmentação e a globalização da produção econômica produzem transformações na experiência do tempo e do espaço, de modo que, de um lado, ocorre a fragmentação e a dispersão espacial e temporal e, de outro, a compressão do tempo, decorrente das mudanças das tecnologias de informação e comunicação.

Como determinação destas transformações econômicas, a condição pós-moderna tem seus impactos para o campo da cultura, de forma que sua produção cultural pós-moderna passa a ter como motor a procura de lucros. Neste sentido, ele destaca que a produção cultural que se apoiou no movimento operário para obter sua identidade cultural no decorrer da década de 1960, diante do ataque a este movimento e de seu declínio, deixam-na perdida, de tal modo que esta passa a apoiar-se na identidade em torno das preocupações com o poder do dinheiro, com o individualismo, com o empreendimento, etc. Associando o surgimento do pós-modernismo a todos os efeitos sociais, políticos e ideológicos do neoliberalismo, ele identifica uma espécie de “estetização” de todas as expressões da questão social, que marca a produção cultural e coopera para anular as possibilidades de crítica diante do quadro social que se instala, conforme podemos observar neste trecho que se segue:

“As cenas de rua de empobrecimento, perda de poder, grafiteagem e decadência se tornam trigo para o moinho dos produtores culturais, não, com Deutsche e Ryan (1984) assinalaram, no estilo reformista reivindicatório do final do século XIX, mas

como uma cortina fantástica e turbilhonante (...) que não admite nenhum comentário social. ‘Uma vez que os pobres ficam estetizados, a própria pobreza sai do nosso campo de visão social’, exceto enquanto descrição passiva da alteridade, da alienação e da contingência no âmbito da condição humana (...)’ (op. cit: 301).

3.6.5. Os limites da concepção de rede

A formação de redes parece ser a forma de desconstrução da parceria público-privado. A proposta do MinC em articular os Pontos de Cultura em rede traz questões de suma importância para a compreensão de como se estabelecem as relações sociais na cena contemporânea, e que remetem à discussão entre o público e o privado. Trazendo algumas contribuições da sociologia contemporânea, DUPAS (2003) afirma que a “metáfora da rede” torna-se progressivamente uma nova representação da sociedade, de tal forma que vida social contemporânea não é mais apresentada sob a forma de uma série de deveres e direitos relativos à comunidade familiar ampliada, nem tampouco sob a forma de um trabalhador assalariado com segurança de um contrato de trabalho, numa situação em que a atividade profissional é nitidamente separada do domínio do privado. Os avanços na conexão informacional da sociedade possibilitaram encontros temporários com diversos grupos de diferentes distâncias sociais, profissionais, geográficos e culturais, e aqueles que não exploram tais conexões estão ameaçados de exclusão permanente do mundo em rede.

Os defensores da globalização e da sociedade da informação afirmam que o desenvolvimento social e cultural depende de que todos os países se integrem à revolução digital e informacional, e que a tecnologização produtiva, a expansão dos mercados e sua integração transnacional incrementarão os benefícios econômicos para toda a população. Entretanto, a utilização das redes globalizadas, limitadas a minorias, não resolvem as diferenças e desigualdades estruturais, e nem mesmo a marginalização dos setores populares. Através de alguns dados¹⁰⁰, pode-se constatar como a internet não reduz as distâncias e as desigualdades: 20% da população mundial monopoliza mais de 90% do acesso, aprofundando a distância entre ricos e pobres; em 2003, registrou-se que 97% dos africanos não tinham acesso às novas tecnologias de informação e comercialização, enquanto EUA e Europa concentravam 67% dos usuários de internet; a

¹⁰⁰ Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. SP: Boitempo Editorial; RJ: LPP/UERJ, 2005, p. 390-391.

América Latina, contando com 8% da população mundial e correspondendo a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) global, participava do “ciberespaço” com apenas 4%.

Conforma analisa DUPAS (op.cit.), a sociedade em rede produz ainda alguns efeitos perversos nas relações sociais. Para ele, o mundo da interconexão dilui a distinção entre a vida privada e a vida profissional, onde a moral do trabalho é substituída por uma valorização das atividades, sem uma distinção clara em relação à atividade pessoal ou mesmo lúdica; reduz as diferenças à simples classificação de “estar ou não conectado”; transforma a vigilância em modo de governança da sociedade, definindo as relações sociais e cooperando para a manutenção da ordem social; e, ainda, muda a percepção da realidade e dos fatos, na medida em que as categorias de espaço e tempo são substituídas pelas de velocidade.

Ocorre que muitas ONGs desenvolvem projetos de inclusão digital em comunidades carentes, muitos deles apoiados com financiamento público, os quais restringem-se, muitas vezes, à utilização pelo público-alvo limitada ao uso da internet, e ainda a participação da comunidade nestas atividades não produzem nenhum impacto profissional ou mesmo de aquisição de conhecimento.

3.6.6. A resignificação da cultura como elemento de passivização das classes subalternas

A contradição existente na ação do MinC está no fato de que promove e amplia o acesso à cultura, entretanto tal ampliação limita-se à participação nos moldes previstos pelo MinC. O caráter coletivo da cultura utilizado pelo projeto reforça o aspecto individual da questão social, uma vez que, voltada para o alívio da pobreza, requisitam os indivíduos a participarem de projetos, cursos e atividades de profissionalização, a fim de que ganhem auto-estima, afastem-se da criminalidade e, ainda, o aspecto mais atrativo, através do empreendedorismo, tenham oportunidades de mobilidade social. A cultura, na verdade, perde seu papel de um elo essencial na vinculação das classes, enquanto componentes da estrutura social, com os atores sociais que participam da vida coletiva, em direção a um projeto contra-hegemônico de sociedade.

Tudo isso reforça a passivização das classes subalternas, encobertando as tensões entre o público e privado, e reduzindo tensões capazes de afetar a correlação de forças existente. Mais do que isso, não se trata somente de prejudicar as possibilidades

de emancipação pela cultura, reforça as tendências de desresponsabilização do Estado no que toca à implementação de projetos de desenvolvimento que gerem empregos dignos e alterem as estruturas que reproduzem a desigualdade.

Os indicadores de avaliação que se seguem não passam pela compreensão das noções invocadas pelo projeto Cultura Viva, os indicadores passam por elementos técnicos que revelam muitos dos elementos até aqui analisados. Levando-se em consideração os rumos verificados por WERNECK VIANNA (op. cit.), no que toca à análise contemporânea das políticas sociais nas ciências sociais atualmente, a análise dos dados que aqui é desenvolvida não se resume à mera descrição empírica da realidade mas, sobretudo, utilizar esta empiria para suscitar a análise crítica desta mesma realidade, indagando se é este tipo de política pública para a cultura que queremos de um governo de esquerda.

3.7. Dados da Avaliação do Programa Cultura Viva

O projeto desenvolvido teve como objetivo central a avaliação e o monitoramento do Programa Cultura Viva¹⁰¹. Além de fornecer uma relevante base de informações sobre o funcionamento dos Pontos de Cultura, sua meta foi compreender o alcance e o impacto da iniciativa promovida pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC/MinC). Para tanto, definiram-se os objetivos específicos abaixo relacionados:

- Estabelecer um marco analítico para o melhor entendimento do processo de implementação e desenvolvimento dos Pontos de Cultura, que possibilitasse a verificação da consonância dos projetos em curso com as metas, concepções, linhas de ação e atuação definidas pelo Programa Cultura Viva.
- Fornecer dados e indicadores (quantitativos e qualitativos) que permitissem apreciar a dinâmica e modalidades de implementação e desenvolvimento dos Pontos de Cultura.
- Elaborar e testar metodologias de avaliação processual que fornecessem subsídios analíticos e estratégicos significativos para o fortalecimento do trabalho nos Pontos de Cultura e na gestão do Programa Cultura Viva.
- Elaborar subsídios teóricos que permitissem apoiar a gestão e execução do

Programa Cultura Viva, no contexto de uma política pública de cultura inclusiva e democrática.

Para atingir os objetivos propostos, adotou-se uma estratégia própria de coleta e processamento de dados, contando com a colaboração dos Pontos de Cultura, mas sem afastá-los das atividades por eles desenvolvidas e que, por sua vez, são constitutivas de seu plano de trabalho, apresentado ao MinC. Assim sendo, aplicou-se uma avaliação processual mediante o desenvolvimento de duas técnicas de pesquisa complementares: a aplicação de um questionário e a realização de visitas técnicas.

O processo de acompanhamento do Programa Cultura Viva, em sua fase piloto, ocorreu de maio de 2005 a março de 2007, tendo sido composto de 2 etapas: a primeira, realizada de dezembro de 2005 a abril de 2006, consistiu na aplicação de um questionário e a realização de 20 visitas a Pontos de Cultura no Brasil, selecionados segundo critérios do MinC, conforme veremos adiante. A segunda, realizada entre os meses de fevereiro e março de 2007, consistiu na aplicação do questionário reformulado.

A primeira fase iniciou-se com a análise conceitual das dimensões do Programa, associada ao debate mais amplo acerca de Políticas Públicas de Cultura, fomentado a partir do “Seminário de Políticas Públicas de Cultura”¹⁰².

Este debate, aliado ao estudo de 70 projetos¹⁰³ enviados por Pontos de Cultura do primeiro edital, originou a construção de uma matriz avaliativa com os grandes blocos e dimensões do Programa em cuja base foram formulados os “Eixos orientadores para a construção de indicadores”¹⁰⁴, enviados ao MinC, como parte do primeiro produto do Projeto Piloto de Avaliação do Programa Cultura Viva. A formulação desta matriz revelou a existência de questões que iriam requerer uma maior abrangência no número de respondentes e, ao mesmo tempo, evidenciou a importância da observação de certos aspectos que só se tornaria possível mediante uma imersão mais profunda no cotidiano dos Pontos.

Optamos, então, por uma metodologia que englobasse, dentro do projeto piloto, tanto uma avaliação do Programa Cultura Viva em um sentido mais formal e geral,

¹⁰¹ Ver em ANEXOS a equipe que trabalhou no desenvolvimento do projeto de avaliação e monitoramento, nas duas etapas.

¹⁰² As reflexões desenvolvidas neste seminário resultaram na publicação da edição nº 15 da Revista Rio de Janeiro “Políticas Públicas de Cultura: Dilemas, Diversidades e Propostas”.

¹⁰³ VER ANEXOS. Estes projetos foram enviados aleatoriamente pelo MinC, pois eram os que estavam disponíveis naquele momento, em formato impresso, para pesquisa.

quanto uma visão mais fina, específica e dinâmica. Esta associação nos forneceu subsídios mais ricos e mais seguros para apreciar a dinâmica de implementação, desenvolvimento e articulação dos Pontos de Cultura e embasar a análise final que subsidiaria a construção dos indicadores para o acompanhamento permanente do Programa, provendo esta rede com informações que fortalecessem a reflexão e o debate permanente acerca dos sentidos que assume esta política cultural.

O acompanhamento aos Pontos de Cultura consistiu inicialmente, no contato telefônico e por e-mail com todo o universo dos Pontos do primeiro edital, buscando apresentar o LPP, elucidar o trabalho de avaliação e confirmar alguns dados básicos dos Pontos de Cultura. Após este momento, foi iniciada a fase de levantamento de dados quantitativos da pesquisa, através de um questionário auto-administrado, para ser respondido pelos coordenadores dos Pontos de Cultura do primeiro edital, que já se encontrassem implementados. Buscamos com este questionário poder fazer um balanço de algumas questões gerais para compreender melhor as características de cada Ponto: as atividades desenvolvidas, seu público, a relação dele com o Programa, com outros Pontos, com outros grupos e com a comunidade. Também permitiu mapear as demandas que formulam à coordenação do Programa, levantando suas expectativas e sua inserção em relação aos objetivos do Programa. Trata-se de ter uma aproximação às questões mais gerais que permitem avaliar o grau de desenvolvimento dos Pontos e, portanto, do próprio Programa Cultura Viva, seus alcances, potencialidades e dificuldades.

O convite para que respondessem ao questionário¹⁰⁵ foi enviado para 152 Pontos de Cultura – ou seja, todos os Pontos selecionados no primeiro edital - no dia 22 de dezembro de 2005 e já no dia 27, começamos a receber as primeiras respostas. Deste total, 100 Pontos de Cultura responderam integralmente ao mesmo e 6 de forma parcial (ver quadro da amostra a seguir). A equipe do LPP teve como preocupação central a prestação de esclarecimentos às equipes dos Pontos de Cultura sobre o acompanhamento que estava sendo realizado e a metodologia utilizada.

¹⁰⁴ VER ANEXOS.

¹⁰⁵ Composto de 155 perguntas, sendo 50 questões fechadas, 82 semi-abertas e 23 abertas. As questões foram organizadas em cinco Blocos: Dados do responsável pelas informações; Sobre o Programa Cultura Viva; O Ponto de Cultura; A Instituição Proponente; Políticas Públicas. O questionário contou com 4 formas possíveis de respostas para as perguntas: Uma resposta só entre as opções listadas; Número livre de respostas; Destacar somente as 3 opções mais importantes; Atribuição de nota; Questões Abertas. Este questionário foi disponibilizado na internet para preenchimento on line, apresentado em formato de página web. Cada um dos Pontos de Cultura teve um nome de usuário associado a uma senha, permitindo a confidencialidade e confiabilidade das respostas. Ver ANEXOS.

Quadro 5

Amostra – 1ª etapa

Regional	Respostas Integrais	Respostas Parciais
Centro-Oeste	5	0
Minas	8	1
Nordeste	37	3
Norte	6	0
Rio de Janeiro	19	2
São Paulo	19	0
Sul	6	0
GERAL	100	6

Aliado à aplicação do questionário, iniciamos a etapa de levantamento qualitativo da pesquisa, na qual foram realizadas visitas presenciais, entre os meses de janeiro e abril de 2006, em 20 Pontos de Cultura, amostra definida e validada conjuntamente pelo LPP, a equipe da SPPC/MinC e as Representações Regionais. Os critérios de seleção dos Pontos visitados forma: a) diversidade e representatividade regional; b) conteúdo do projeto; c) tipo de organização jurídica da entidade proponente; d) público-alvo atendido; e) disponibilidade de informações sobre o Ponto de Cultura (preenchimento do questionário). Deste modo, foram visitados: 5 Pontos de Cultura no Rio de Janeiro; 3 em Pernambuco; 2 na Bahia; 5 em São Paulo; 2 no Rio Grande do Sul; 2 em Minas Gerais; 1 no Amazonas. Como atividades desenvolvidas nas visitas, podemos destacar: observações feitas no local do Ponto de Cultura, no seu entorno (comunidade/localidade no qual está inserido) e das atividades desenvolvidas nos Pontos (preenchimento do registro de observação¹⁰⁶); entrevistas com membros da coordenação do Ponto, parceiros e público participante do projeto, as quais foram realizadas mediante aplicação de roteiros semi-estruturados¹⁰⁷.

Nestas visitas foi possível reconstruir de forma mais precisa o “clima” desses pontos, sua inserção comunitária, o trabalho realizado, revelando caminhos, desafios

¹⁰⁶ Ver ANEXOS.

e possibilidades para a concretização dos objetivos do Programa.

Na segunda etapa da pesquisa, mantivemos os mesmos objetivos da primeira, desta vez investigando um universo de 200 Pontos de Cultura. Entretanto, a natureza da abordagem foi modificada, mantendo-se a aplicação do questionário, tendo este sido reformulado pela equipe do LPP, com base nas sugestões da equipe da SPPC/MinC e das Representações Regionais¹⁰⁸.

Tendo em vista que esta nova fase da avaliação constituiu-se como uma prorrogação deste projeto piloto, ficou decidido que continuaríamos a aplicação do questionário a todos os Pontos de Cultura conveniados pelo MinC (aproximadamente 500), sendo objeto de análise do LPP os questionários de 200 Pontos de Cultura. Após finalizarmos a reformulação do questionário e obter aprovação do mesmo pela SPPC/MinC, iniciamos o contato por e-mail com todos os Pontos conveniados e disponibilizamos o questionário on-line. Realizamos também contatos telefônicos, a fim de elucidar o trabalho de avaliação, confirmar alguns dados básicos dos Pontos de Cultura e, posteriormente, solicitar o preenchimento.

Desta forma, o convite para que respondessem o questionário foi enviado para todos os Pontos de Cultura conveniados, no dia 15 de fevereiro de 2007 e, deste total, 200 Pontos de Cultura responderam integralmente ao mesmo e 34 de forma parcial. Conforme acordado com o MinC, embora 500 Pontos recebessem o questionário, 200 questionários seriam analisados pelo LPP, dentro os indicados pelas Representações Regionais.

Os critérios de seleção dos Pontos que comporiam a amostra na segunda fase foram: proporcionalidade de 2/5 dos Pontos de cada estado; Pontos que executavam o projeto a mais tempo; e Pontos que tivessem especificidades a serem consideradas. Como o questionário foi disponibilizado para aproximadamente 500 Pontos, conforma mencionado anteriormente, ocorreu que muitos dos Pontos que não haviam sido indicados para análise do LPP acessaram e responderam ao mesmo,

¹⁰⁷ Ver ANEXOS.

¹⁰⁸ Nesta versão, o questionário apresentou 141 questões: 122 fechadas e 19 abertas, tendo sido organizado em 5 Blocos, conforme a versão anterior (Dados dos Responsáveis; Sobre o Programa Cultura Viva; O Ponto de Cultura; A Instituição Proponente; Políticas Públicas). Os tipos de questões foram os mesmos, entretanto, foram excluídas as questões semi-abertas, sobretudo aquelas que apresentavam a opção "Outros. Quais?", devido ao fato de termos verificado, na etapa anterior, que tais questões apresentaram respostas muito diversas, dificultando a sistematização, além do que pouco representavam em relação às demais opções de respostas. Além disso, tendo em vista o calendário a ser cumprido, um número maior de questões abertas poderia tornar o questionário mais extenso e, por conseguinte, causar atrasos por parte dos Pontos quanto ao preenchimento. Ver ANEXOS.

conseqüentemente solicitaram suporte do LPP. Em função do prazo que tínhamos para aplicar o questionário e analisar os dados, consideramos 200 Pontos que o responderam até a data estipulada como limite, a fim de garantir a amostra (ver o quadro a seguir). Embora tenhamos conseguido garantir uma certa proporcionalidade dos Pontos, nem todos os critérios foram levados em conta na composição da amostra como, por exemplo, o tempo de execução dos projetos, já que a relação total de Pontos conveniados abrangia inclusive aqueles que haviam celebrado o convênio com o MinC próximo ao período de realização da pesquisa.

Quadro 6

Amostra – 2ª etapa

Regional	Respostas Integrais	Respostas Parciais
Centro-Oeste	2	0
Minas	22	6
Nordeste	56	9
Norte	10	2
Rio de Janeiro	46	4
São Paulo	48	7
Sul	16	6
GERAL	200	34

3.7.1. Indicadores obtidos na primeira etapa da pesquisa

A primeira etapa da pesquisa foi realizada entre 20 de dezembro de 2005 e 25 de abril de 2006, com a aplicação do questionário a 100 Pontos de Cultura aprovados no primeiro edital do Programa Cultura Viva.

Quadro 1

Grau de Conhecimento dos Componentes e Ações do Programa Cultura Viva

Ação / Componente	Grau de Conhecimento dos Pontos de Cultura
Agente Cultura Viva	89% conhecem bem; esta é também a ação mais implementada pelos Pontos, em 88%.
Cultura Digital	53% conhecem bem; é a segunda ação mais

	implementada, em 44% dos Pontos.
Escola Viva	Não muito conhecido, apenas 10% afirmaram conhecer bem esta ação, que é pouco implementada, em 6% dos Pontos, na mesma proporção que a ação Griô.
Griô	18% conhecem bem, tendo sido implementada em 6% dos Pontos.
Pontões	22% conhecem bem

Podemos perceber que as ações mais conhecidas são Agente Cultura Viva e Cultura Digital, que à época da primeira etapa da pesquisa, eram as ações que começavam a ser implementadas. Isto indica que o contato dos Pontos de Cultura com as ações se deve à intenção de implementação, quando da divulgação do financiamento desses componentes pelo MinC, e não ao conhecimento sobre todos os componentes do Programa.

Um outro indicativo de tamanho interesse nestas duas ações pode ser o fato de ser estes os componentes que refletem a idéia mais difundida pelo Programa, quais sejam, a de autonomia, protagonismo e empoderamento. Ou seja, a idéia de que, através da bolsa para profissionalizar-se, o aluno se tornará “autônomo” e “empoderado”, isto gerando o “protagonismo social”. E a idéia da cultura digital como um elemento também gerador de autonomia.

Quadro 2

Percepções sobre o Processo de Seleção

Meio de conhecimento do Programa Cultura Viva	45% dos Pontos conheceram o Programa através do contato com pessoas ou grupos da área cultural; 27% foram convocados diretamente pelo MinC; e 12% o conheceram através dos meios de comunicação.
Grau de complexidade dos documentos requeridos para o edital	41% dos Pontos tiveram dificuldades para apresentar os documentos requeridos para o edital, indicando seres estes de difícil elaboração para grupos pequenos e iniciantes.
Grau de adequação dos critérios de seleção	Quase 90% dos Pontos afirmaram conhecer os critérios, considerando-os adequados.
Grau de adequação do processo de seleção	39% consideraram o processo de seleção

	adequado e transparente, porém 26% o consideraram adequado e pouco transparente.
Orientações do MinC durante o processo de seleção	57% dos Pontos consideraram-se satisfeitos com as orientações do MinC, entretanto 35% afirmaram insatisfação quanto às mesmas.

De um modo geral, o processo de seleção foi considerado adequado e transparente pela maioria dos Pontos. Porém, o fato de grande parte dos Pontos ter afirmado que os documentos requeridos para o edital são de difícil elaboração para grupos iniciantes, sugere que algumas características dos Pontos como, por exemplo, estrutura jurídica, são um facilitador para apresentação de tais documentos.

Além disso, o meio de conhecimento do Programa mais citado revela a necessidade de maior democratização do Programa pois, segundo os dados do quadro acima, esta divulgação fica restrita aos grupos da área cultural. Embora a opção “convocação direta do MinC” não tenha sido a mais citada, o foi por quase 30% dos Pontos, quantidade significativa que mostra também a restrição do Programa.

O fato de o Programa apresentar estes tipos de divulgação mais frequentes, abre espaço para que certas instituições tenham privilégios diante de outras para aprovar seus projetos. E isto não só por certas instituições possuírem uma estrutura jurídica que facilite a apresentação dos documentos, mas também o contato individualizado com certos grupos da área cultural e até mesmo com setores do MinC pode ser um facilitador para o acesso ao financiamento de seus projetos. O que revela a possível existência de critérios clientelistas¹⁰⁹ na escolha dos mesmos, sendo esta uma característica da vida política do Brasil, a qual não fora totalmente abolida de nossa cultura política, revelando a confusão existente nas relações entre o público e o privado no país. Assim sendo, este clientelismo se daria na medida em que dirigentes de organizações, por sua proximidade com o MinC, e mais precisamente com o PT, conseguiriam aprovação de projetos; conseqüentemente, isto seria uma forma de legitimação do governo¹¹⁰.

¹⁰⁹ O clientelismo é uma característica da cultura política brasileira, estreitamente ligada ao coronelismo. A este respeito, ver LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. SP: Alfa e Ômega, 1986.

¹¹⁰ Acreditamos ser este o caso do MST, por exemplo. Dados os rumos do Programa Cultura Viva, bem como os próprios limites do Governo Lula, caberia indagar se o MST não consegue financiamento estatal por sua proximidade com o governo, garantindo a legitimidade do mesmo perante os movimentos sociais, apesar de não prover ganhos reais para suas lutas. Isto é evidente na análise de WERNECK VIANNA (2007), já citada anteriormente neste mesmo capítulo, a respeito da cooptação sofrida pelos movimentos sociais no atual Governo Lula.

Quadro 3
Comunicação entre os Pontos de Cultura e o MinC

Origem	86% dos contatos foram por iniciativa do Ponto
Setor do MinC com que teve contato	A maioria dos contatos foi efetuada com funcionários administrativos em Brasília (60%); 28% com Representações Regionais (que estavam em fase de conformação e consolidação).
Meio	57% dos contatos foram telefônicos e 41% por correio eletrônico
Motivação	As maiores motivações dos contatos foram: dúvidas sobre o Agente Cultura Viva (que estava em fase inicial de implementação); consultas sobre repasse de verbas e prestação de contas; questões vinculadas ao convênio; kit digital.
Periodicidade	A maior periodicidade verificada foi contato semanal e mensal entre MinC e os Pontos de Cultura.
Dificuldades	33% afirmaram não encontrar quem possa atender suas solicitações; 23% consideraram o alto custo da ligação como uma grande dificuldade; 21% afirmaram não ter dificuldade de comunicação com o MinC.
Participação dos Pontos na Gestão do MinC (“Gestão Compartilhada e Transformadora”)	68% afirmaram não ter participação na gestão do Programa Cultura Viva e 86% afirmaram que deveriam ter uma participação mais ativa neste processo.

A partir dos dados do **Quadro 3**, podemos verificar como é frágil a relação dos Pontos de Cultura com o MinC, a qual, se dá em sua maioria, devido a questões burocráticas, como prestação de contas e repasse de verbas. Neste período da pesquisa, por exemplo, foi intenso o contato entre eles devido aos problemas gerados pelo atraso da liberação de verbas para a ação Agente Cultura Viva, bem como da entrega dos kits digitais que o Minc forneceria aos Pontos.

A pouca frequência de contato entre os Pontos e as Regionais do MinC também é um problema, na medida que são elas que realizam a intermediação deles com o

MinC. Entretanto, isso pode ser explicado pelo fato de que à esta época, as Regionais ainda não estavam totalmente consolidadas.

Há ainda um outro elemento digno de atenção, que é a opinião dos Pontos a respeito de sua participação na gestão do Programa, o que foi considerada por 68% dos Pontos inexistente, enquanto deveria ser mais ativa em 86%. Isso coloca em questão a noção de “Gestão Compartilhada e Transformadora”, a qual já revela algumas fragilidades dentro da noção delineada pelo MinC.

O “Estado mínimo” se revela nesta ausência de controle estatal sobre as ações destas organizações, sua natureza, seus impactos, entre outras coisas. Entretanto, a presença do Estado faz-se marcadamente como financiador e mantenedor das ONG e de seus projetos. Para se ter uma idéia de quanto ele é “máximo” para estas organizações, exclusivamente para a implementação do projeto do Ponto de Cultura, cada Instituição Proponente recebe do MinC um valor de R\$ 150.000,00, dividido em 5 (cinco parcelas), recebidas após a assinatura do convênio para a realização do projeto. À época da primeira etapa da pesquisa, havia 152 Pontos de Cultura conveniados. Na segunda etapa, este número já se aproximava de 500.

Quadro 4

Localização dos Pontos de Cultura

Localização	92% dos Pontos localizam-se em zonas urbanas.
Área de Abrangência	31% dos Pontos operam em uma cidade; 28% em uma região da cidade; 16% em uma região do estado; e 15% em um bairro.

Tendo como base o fator de predominância das zonas urbanas como áreas de maior localização dos Pontos de Cultura, é importante destacar o vínculo que as ações das ONGs têm reforçado com a pobreza urbana, e inclusive a focalização das ações estatais nestes espaços.

Desde os anos de 1970, a sociologia brasileira tem analisado intensamente a pobreza urbana. Neste sentido, seria importante debruçar sobre os estudos recentes sobre a pobreza urbana para uma análise mais apurada destas tendências. Entretanto, um elemento que confere relevância para esta análise é o entendimento das chamadas “periferias” como espaços socialmente heterogêneos, porém caracterizados, em sua

grande maioria, pela insuficiência de serviços e investimentos estatais e pela pobreza, não somente relacionada à carência material mas, e sobretudo, pela ausência de acesso aos benefícios das sociedades urbanas, tais como educação, saneamento básico, saúde, integração cultural e social. Isto num contexto marcado pela violência e o crime.

Assim sendo, a concepção de superação da dinâmica das classes pela da divisão na sociedade entre os incluídos e os excluídos, e a perda de referência coletiva baseada na idéia de cidadania, transforma tais segmentos nas chamadas “classe perigosas”, ou seja, populações supérfluas “administradas” atualmente pelas ações de ONGs e programas focalizados. Com o objetivo último de conter o avanço das classes subalternas e a ameaça que transmitem às classes dominantes.

É importante dizer que, embora políticas de redução de pobreza sejam dirigidas a esses grupos sociais, existe uma tendência a não investir nas regiões menos "visíveis", nas quais vivem os extremamente pobres. E isto ocorre não somente com relação às áreas rurais, mas a espaços urbanos que têm menor visibilidade na sociedade, o que pode ser explicado pela existência de critérios mercadológicos (mesmo que não seja explícitos pelo MinC) que acabam por privilegiar projetos em áreas que já possuem visibilidade e possibilidade de retorno financeiro e, conseqüentemente, acabam rejeitando iniciativas com grande relevância cultural.

Quadro 5

Motivação da Instituição para candidatar-se como Ponto de Cultura

Captar recursos para fortalecer atividade já existente na Instituição	44%
Captar recursos para a implementação de uma atividade nova	20%
Fazer parte de um projeto nacional	20%
Percepção da própria Instituição Proponente	59%
Demandas expressas pela comunidade	33%
Falta de acesso a bens e produtos culturais não disponíveis na comunidade	67%
Preservar tradições	14%

A grande motivação das instituições para candidatar-se como Ponto de Cultura é a falta de acesso a bens e produtos culturais não disponíveis na comunidade. E em seguida, aparece como motivação a percepção da própria Instituição Proponente. Isso revela, em primeiro lugar, uma ausência de conhecimento por parte de tais instituições a

respeito do que as comunidades produzem como cultura, uma vez que no Quadro 12 (“Comunidade Atendida”), aparece uma grande diversidade de formas de organização política e cultural das comunidades, apesar de toda ofensiva da cultura dominante para reduzi-las a mero entretenimento ou espetáculo.

Além disso, o fato de a percepção da instituição aparecer como uma motivação maior do que a demanda da própria comunidade permite indagar até que ponto o projeto seria adequado à realidade daquela comunidade. Conforme sabemos, há atualmente um grande número de instituições, em sua maioria ONGs, as quais, com financiamento público inclusive, desempenham projetos que pouco impacto produzem em termos de emancipação para o público a que destinam e além disso, pouco têm a ver com cultura, desempenhando atividades que reforçam a idéia do empreendedorismo e da responsabilização do indivíduo pela sua condição. Assim, o efeito de tais ações está restrito ao âmbito individual, como a melhora no convívio entre os participantes do projeto ou aumento da auto-estima, como podemos ver nos quadros abaixo.

Quadro 6
Objetivos das Ações Propostas

Acesso à cultura	54%
Valorização da cultura local	32%
Fortalecimento da identidade	26%
Cidadania	21%
Inclusão Digital	17%
Aumento da auto-estima do público	17%
Desenvolvimento da criatividade	15%
Intercâmbio cultural	13%
Mobilização / organização da comunidade	13%
Empoderamento	13%
Geração de renda	12%
Profissionalização	12%
Integração da comunidade	11%
Apoiar escolas públicas	7%
Desenvolvimento local	9%
Diminuição da violência na comunidade	8%
Empreendedorismo	5%
Incentivar políticas públicas	6%

É importante registrar que, tanto na análise daqueles 70 projetos fornecidos pelo MinC no início da pesquisa, quanto nas visitas técnicas realizadas como complemento da aplicação do questionário, foi possível verificar a existência de outros objetivos diferentes dos citados nos questionários, evidenciando a maior complexidade da atuação destes Pontos de Cultura em direção à passivização das classes subalternas.

Embora a maioria dos Pontos tenha como objetivo o acesso à cultura, a idéia que está por trás deste objetivo é: profissionalizar os jovens, empoderando-os e tornando-os empreendedores e, conseqüentemente, afastando-os do mundo do crime, o que, por sua vez, contribuiria para aumento da auto-estima. A inclusão digital também se constitui como um objetivo que produziria estes mesmos efeitos.

Além disso, ouvimos de alguns coordenadores de Pontos de Cultura que a participação do público contribui para “civilizá-los”, ou seja, o pobre não é civilizado e precisa estar inserido em um projeto social para aprender a conviver com os demais¹¹¹.

Neste sentido, a cidadania fica reduzida ao suprimento de uma carência individual e a participação da comunidade não é mais entendida como ação política por uma sociedade mais justa e democrática.

Quadro 7

Atividades dos Pontos

Tipos de atividades	Difusão cultural (81%); formação artístico-profissional (70%); produção cultural (48%); formação artística - lúdica, amadora (48%); preservação da memória por levantamento/pesquisa (30%); preservação ambiental (17%); preservação do patrimônio por restauração (8%).
Linguagens	Audiovisual (66%); música (61%); teatro (56%); dança e fotografia (42% em ambos os casos); artes plásticas (40%); cinema (34%); artesanato (33%); literatura (24%); artes gráficas (21%); grafite (17%); circo (12%); arquitetura (12%).
Meios	Vídeo (59%); multimídia (56%); cineclube (28%); rádio (23%); jornalismo (22%); TV (14%).

¹¹¹ Isto foi relatado em uma visita realizadas em um Ponto de Cultura em Olinda, Recife. Mas foi possível verificar isso, ainda que implicitamente, na fala de alguns outros coordenadores.

Tipos de formação	Cidadania (68%); apoio à produção cultural (67%); formação artística (64%); conscientização política (49%); criação de produtos culturais – artesanato, fabricação de instrumentos, etc... (39%); gestão de projetos culturais (39%); circulação e difusão cultural (35%); elaboração de roteiro (27%); de figurinos (18%); de cenários (17%); sonorização (16%); iluminação (15%); editoração eletrônica (11%).
Meios de formação	Oficinas (95%); palestras e visitas orientadas (61%); cursos (57%); debates (56%); seminários (36%)
Geração de renda	72% têm como um de seus objetivos o apoio ao público em alguma forma de geração de renda.

Com base nos dados do quadro acima, podemos afirmar que as atividades mais desenvolvidas nos Pontos de Cultura pesquisados são as atividades de difusão cultural, formação artística e/ou profissional, produção cultural e as de preservação através de levantamento/pesquisa. Desenvolvendo em sua maioria linguagens como audiovisual, música, dança, teatro, fotografia, artes plásticas, cinema, artesanato e utilizando, na maioria dos casos, vídeo e equipamentos multimídia.

Quanto aos tipos de formação desenvolvidas nos Pontos de Cultura, os mais citados foram a cidadania e conscientização política (embora não tenha ficado muito claro como estas são trabalhadas, ficando evidente nas visitas como são encaradas de forma individualizada, sem fazer referência à organização e participação política, e à luta por direitos), apoio à produção cultural, formação artística, criação de produtos culturais, gestão de projetos (o que tem a ver com toda esta tendência de profissionalização das ONGs para a gestão de projetos culturais), circulação e difusão cultural (que seria preparar o público participante para a produção de espetáculos, por exemplo).

Embora no **Quadro 6** a geração de renda não seja citada como os maiores objetivos dos Pontos, aqui isso fica evidente. Com a intenção de formação de um mercado no campo da cultura, as ONGs prometem profissionalizar para a gestão cultural e/ou para a produção de espetáculos e produtos culturais, sendo aqui entendido

até mesmo o artesanato como um produto cultural. Na verdade, este discurso é mais difundido que o da preservação cultural (que deveria ser a preservação da cultura local, da memória e da cultura popular), e isto se revela nas porcentagens referentes à cada tipo de atividade. Entretanto, já sabemos dos obstáculos pelos quais as classes subalternas passam para inserir neste aludido mercado. E isto tem a ver com a dificuldade de encontrarmos alunos que tenham conseguido gerar renda através da participação nos projetos.

Conforme sabemos, as ONGs são caracterizadas por desenvolverem atividades de cunho assistencialista as quais, segundo as análises recentes, resultam na reprodução do ciclo de pobreza, além de constituírem-se como a anulação da classe. Assim sendo, ainda que não apareçam nos dados oriundos do questionário, na prática, as instituições desenvolvem as chamadas atividades de ação social, muitas vezes em maior número que as propriamente culturais. Por exemplo, há casos, inclusive no Rio de Janeiro, de Pontos de Culturas que realizam oficinas de informática (isso em quase todas elas, e não somente no Rio de Janeiro) e reforço escolar, alfabetização de adultos e até mesmo serviços relacionados à saúde, como medição de pressão arterial, consultas oftalmológicas e caminhadas¹¹².

Diante disto, poderíamos questionar os limites da “política cultural” que estes Pontos estão desenvolvendo, bem como da cidadania e conscientização política que afirmam querer fortalecer. Muito pelo contrário, fazem uma combinação de diferentes ações que não produzem impacto algum para o público.

Quadro 8

Público Atendido pelo Projeto

Perfil	Estudantes de escola pública (79%); pessoas em situação de risco social (60%); afro-descendentes (53%); populações de baixa renda (85%); mulheres (45%); habitantes de comunidades rurais (26%); habitantes de regiões com grande relevância para preservação do patrimônio (25%); adolescentes em conflito com a lei (24%); portadores de necessidades especiais (17%) e público GLBT (15%).
Faixa etária	16 a 24 anos (97%); 25 a 64 anos (63%); 11 a

¹¹² “Pontos de Cultura ou de assistência social?”. O Globo, 23/02/2007, Segundo Caderno, p. 2.

	15 anos (46%); 0 a 11 anos (25%); maiores de 65 anos (17%).
Proveniência	Bairros de classe baixa (65%); áreas urbanas com condições precárias de moradia, como favelas, povoados, alagados, etc... (57%); bairros classe média (18%); assentamentos rurais (15%); comunidades ribeirinhas (12%).
Renda Média Familiar*	R\$ 100,00 e R\$ 300,00 (61%); R\$ 300,00 a R\$ 500,00 (19%); menos que R\$ 100,00 (14%).
Grau de escolaridade	Ensino fundamental (51%); ensino médio (38%); educação superior (4%).
Critérios de seleção	Interesse nas atividades oferecidas (48%); vínculo com ensino formal (31%); renda (30%), situação de risco social (26%); proveniência (20%); idade e compromisso em retornar ao ensino formal (19% em ambos os casos); habilidades artísticas (16%).
Tempo de permanência no projeto	6 meses e um ano (31%); 1 a 2 anos (23%); 1 a 3 meses (15%); ações pontuais (14%); mais de 2 anos (13%).

* Obtida pela soma da renda da família (todas as pessoas que trabalham na mesma casa), dividida pelo total de pessoas que moram na mesma casa.

Os dados acima refletem o público-alvo das políticas sociais compensatórias: as populações de baixa renda. Na verdade, no edital do Programa Cultura Viva, está explícito a quem deve dirigir-se os projetos: “a) estudantes da rede pública de ensino; b) adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social; c) populações de baixa renda; d) habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental; e) habitantes de comunidades indígenas, quilombolas e rurais; portadores de necessidades especiais”¹¹³.

Como a localização dos Pontos é predominantemente urbana, conforme mostra o **Quadro 4**, o foco das ações dos Pontos de Cultura acabam sendo os jovens das grandes periferias urbanas (segmento este que vem sendo bastante relacionado à pobreza),

¹¹³ Ver cartilha do Programa Cultura Viva, p. 49. Disponível no site www.cultura.gov.br.

sujeitos à violência imposta pelo tráfico de drogas, ausência de direitos fundamentais com educação, lazer e mesmo cultura, falta de perspectivas de emprego, cuja liberdade está restrita a um ato individual de consumo (até mesmo este último limitado por suas reais e precárias condições de vida).

Estes jovens - os quais vêm, muitas vezes, como única saída para sua situação de pobreza a inserção no mundo do crime - sentem-se atraídos pela possibilidade de ascensão social através da música, da dança, bem como da participação em cursos profissionalizantes.

Quadro 9

Infra-estrutura dos Pontos de Cultura

Tipo de local	43% dos Pontos estão sediados em locais cedidos; 27% em locais alugados; 21% em locais próprios; 97% têm luz elétrica; 93% têm água potável/corrente; 80% têm telefone; 67% usam gás de botijão e 9% têm gás encanado.
Disponibilidade de acesso e uso dos espaços	62% dos Pontos disponibilizam bibliotecas para o público; 51% dispõem de auditório; 45% dispõem de sala de exposições; 21% possuem cinema; poucos não disponibilizam espaços (10%).
Quantidade de computadores	45% dos Pontos possuem de 1 a 5 computadores; 22% têm mais de 10; 18% possuem de 6 a 10; 15% não possuem computadores.
Uso dos computadores	Em 75% dos Pontos, o uso dos computadores é realizado pela coordenação; em 69% este uso é feito por funcionários em geral; em 44% pelo público atendido; e somente em 28% o uso é feito pela comunidade.
Acesso à internet	46% têm acesso à internet banda larga 12% têm acesso discado; e 25% não possuem acesso à Internet.

Equipamentos	Os equipamentos específicos para as atividades são usados em 74% pelos educadores; em 51% pelo público; 21% pela comunidade; 18% não possuem equipamentos.
---------------------	---

De um modo geral, pode-se dizer que a infra-estrutura os Pontos é boa, mesmo que a maioria dos Pontos esteja localizada em locais cedidos. Até porque possuem ampla fonte de financiamento que não se resume à verba do MinC. Além disso, estamos falando de organizações com um certo tempo de existência (ver Quadro 14) e que, nos últimos anos, têm crescido assustadoramente, em número e grau de profissionalização.

Há uma grande oferta de espaços como biblioteca, auditório e até mesmo cinema, em 21% dos Pontos. Além disso, os Pontos dispõem, em sua maioria de computadores, acesso à internet e equipamentos para as atividades (os quais são fornecidos pelo MinC), entretanto, o uso pela comunidade é de certa forma restrito: 28% dos Pontos disponibilizam os computadores para a comunidade e 21% disponibilizam os equipamentos para a comunidade. Ainda que levando em consideração os limites da noção de inclusão objetivada pelos projetos, como a inclusão digital e a profissionalização para a geração de renda, o acesso restrito do público e da comunidade a estes equipamentos torna ainda mais limitada a própria concepção do projeto.

Quadro 10
Organização do trabalho

Profissionais remunerados	0 a 20: 88%; 20 a 40:4%; 40 a 60: 6%; 60 a 80: 1%; mais de 80: 1%
Voluntários	0 a 20: 93%; 20 a 40: 6%; 40 a 60: 1%; 60 a 80: 0%; mais de 80: 0%
Critérios de seleção	Formação acadêmica: 48%; Experiência prévia: 66%; Habilidades: 69%; Ter sido público da instituição: 34%; Indicação: 9%; Ser morador da comunidade: 33%.
Origem da equipe	Público do Ponto – nenhum: 23%; maioria: 25%; minoria: 39%; metade: 13%. Moradores da comunidade – nenhum: 9%; maioria: 50%; minoria: 24%; metade: 18%.

Conforme é possível verificar no **Quadro 10**, a grande maioria dos Pontos de Cultura admite entre 0 e 20 profissionais remunerados, assim como entre 0 e 20 profissionais voluntários. A proporção de Pontos que trabalham com voluntários é um pouco maior do que aquela relativa aos que remuneram seus profissionais. O voluntariado é uma questão muito polêmica, mas que sabemos é muito estimulada e utilizada pelo Terceiro Setor.

O trabalho voluntário sempre esteve associado à idéia de caridade, e o seu atrelamento ao Terceiro Setor, está associada àquela idéia de responsabilização da sociedade pelo enfrentamento da questão social, por ocasião do “Estado mínimo”, sobretudo nas últimas décadas do século XX. Seu discurso baseia-se na idéia de que ser voluntário é dever de todo cidadão, de que a própria sociedade é responsável por seus sucessos e insucessos. É importante dizer que seu crescimento, assim como o do próprio Terceiro Setor, está relacionado à Reforma Gerencial do estado, ocorrida no Brasil no período do governo Fernando Henrique Cardoso, a partir da qual foram delegadas às chamadas “organizações sociais” atividades que antes eram função estatal, executadas em parceria com a sociedade mediante entidades sem fins lucrativos. Nessa situação, o Estado seria apenas fomentador das parcerias e, portanto, incentivador do voluntariado, e ainda controlador dos resultados, estando a sociedade com a função executora.

Não se pode negar que o ambiente de profundas desigualdades, assim como a anulação da classe social e a perda de credibilidade política e partidária também foram fatores decisivos para o crescimento de tal fenômeno. Mas não é somente isso.

O voluntariado está associado também ao desenvolvimento da globalização e à situação sócio-econômica do mundo, no que diz respeito à crise do emprego. No contexto de flexibilização do trabalho e de seus direitos, acredita-se que a diferenciação para a conquista ou conservação de um emprego pode ser conseguida por meio do trabalho voluntário. Além do que destitui a empresa de toda sua obrigação para com o trabalho, constituindo-se como um elemento favorecedor do acirramento dos lucros da mesma. No Brasil, o conceito de trabalho voluntário está definido pela Lei nº 9.608, de 18/02/1998, como "atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou de instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade" (art. 1º), não gerando vínculo empregatício nem obrigação trabalhista, previdenciária ou afim.

Além disso, os discursos difundidos neste âmbito - alguns como: enriquecimento interior promovido pela troca de experiências e pelo contato com realidades diferentes; aumento da responsabilidade em relação aos fatos, às pessoas e à sociedade; sentimento de auto-estima e valorização; sensação de dever cumprido quando se trabalha para algo positivo; melhoria da qualidade de vida dos beneficiados – têm muito a ver com aqueles predominantes nos Pontos de Cultura, sendo entendidos como impacto da atuação daquela determinada ONG na comunidade.

Apesar de adotar o trabalho voluntário, a maioria dos Pontos também adota critérios de seleção da equipe mais rigorosos como a habilidade e a experiência, tendo sido os mais citados pelos Pontos, seguidos de formação acadêmica, ter sido público da instituição e ser morador da comunidade.

Como os Pontos admitem em sua equipe de trabalho pessoas advindas da própria comunidade, pode ser que sejam estes que trabalham como voluntários nos Pontos de Cultura. Entretanto, são poucos os Pontos que não admitem como membro da equipe nenhuma pessoa que já fez parte do público atendido ou ainda que seja morador da comunidade.

Quadro 11

Sustentabilidade

Origem dos recursos	Programa Cultura Viva: 88%; parcerias com empresas privadas locais: 34%; recursos governamentais municipais: 28%; recursos federais: 23%; serviços e parcerias com ONGs: 23%; realização de eventos: 21%; venda de produtos: 20%; contribuições de associados ou membros da diretoria: 17%; parcerias com empresas privadas que não sejam locais: 17%; universidades: 16%; recurso governamentais estaduais: 16%; outras pessoas que não sejam da diretoria: 16%; participação em outros projetos do MinC: 12%; parcerias com fundações: 11% parcerias com agências de cooperação: 11%.
Meios de acesso aos recursos	Editais de empresas, fundações e governo: 72%; contatos diretos: 41%; leis de incentivo cultural: 28%; prêmios: 12%.

Recursos recebidos sob a forma de serviços	Assessoria: 35%; equipamentos: 31%; mobiliário: 30%; material para desenvolvimento de atividade fim: 24%; alimentos: 23%; serviços de transporte: 20%; material de escritório: 16%; 21% não recebem recursos sob a forma de serviços.
Excedentes e déficits	79% dos Pontos nunca tiveram excedente de recursos, enquanto 31% nunca tiveram déficit. 18% afirmaram que o excedente é utilizado para compra ou aquisição de bens, e 7% para fundos com destinação definida (compra de uma sede, viagem, passeios ou eventos, etc.). Em caso de déficit, 29% adiam pagamento de algumas contas; 27% encontram outras soluções; e 10% contam com empréstimos de pessoas físicas sem incidência de juros.
Produção e comercialização	Para apoiar a sustentabilidade, 27% dos Pontos produzem e comercializam produtos culturais; 23% prestam serviços remunerados; 16% produzem e comercializam outros produtos e 16% utilizam outros meios para apoiar sua sustentabilidade.
Tipos de produtos	Cachês de apresentações de grupos de música (20%), de teatro (18%) e de dança (12%); artesanato (19%); vídeos (18%); venda de ingressos para espetáculos (17%); CD's (14%); DVD's (12%); livros (11%).
Forma de organização da produção	Empreendimentos informais (32%); cooperativas (12%); outras formas de organização (17%).
Forma de consumo e comercialização	Grupos de economia solidária, comércio justo, feiras de troca e cooperativas, onde os ganhos e decisões são repartidos (20%); mercado, onde os lucros das vendas pertencem aos proprietários e os funcionários são assalariados (4%); 15% combinam as

	duas formas de consumo e comercialização.
Recursos arrecadados	Menos de 10% da receita total: 27%; 10 a 30% da receita total: 12%.
Utilização dos recursos arrecadados	Compra de matéria-prima para a produção: 24%; pagar aluguel ou demais despesas com o imóvel: 13%; aquisição de equipamentos ou material de escritório: 12%; pagamento de pessoal: 11%; pagamento de bolsas e auxílios para o público atendido: 10%.

O fato de as perguntas relativas à sustentabilidade referirem-se aos Pontos de Cultura e não à Instituição Proponente, fez com que a maioria dos Pontos citassem o Programa Cultura Viva como fonte de recursos, entretanto a parceria com empresas locais é a segunda fonte mais citada, e em grande proporção se considerarmos o item empresas privadas locais (34%) e empresas privadas que não sejam locais (17%), totalizando mais da metade de Pontos de Cultura que fazem parcerias com empresas, independentemente de sua natureza. A parceria destas instituições com empresas revela que a produção e toda a organização de atividades oferecidas podem seguir regras de mercado, selecionando aquelas que trazem maior retorno financeiro.

Apesar de afirmarem que a forma de organização da produção caracteriza-se, em sua maioria, por empreendimentos informais e a forma de consumo e comercialização dá-se, na maioria dos casos, sob a modalidade de economia solidária, onde os ganhos e decisões são repartidos, parece-nos que há uma heterogeneidade de tendências, inclusive à mercantilização, quando constatamos que a maioria dos Pontos comercializa produtos para apoiar sua sustentabilidade – com destaque para a cobrança de cachês e venda de produtos artesanais -, e utilizam os recursos arrecadados, na maioria dos casos, para aquisição de matéria-prima para a produção.

Este aspecto reforça o discurso do empreendedorismo, ao mesmo tempo em que é funcional ao desemprego e todas as formas de penalização decorrentes das metamorfoses do mundo do trabalho. Principalmente se levarmos em consideração que os Pontos não extraem muitos ganhos decorrentes da venda dos produtos, quando vemos que 79% dos Pontos nunca tiveram excedente de recursos.

Isto não significa que a Instituição Proponente terá algum déficit decorrente da pouca arrecadação de recursos oriunda da comercialização e venda de produtos. Na verdade, ela extrai ganhos - e muitos -, mas de diversas outras fontes além do governo; quando há déficit, quem perde é o próprio público.

Quadro 12

Comunidade atendida

Formas de organização política	Associações: 78%; movimentos: 49%; partidos políticos: 44%; CEBs, pastorais, etc...: 27%; fóruns: 26%; redes: 20%; campanhas: 12%.
Formas culturais e de lazer	Praça pública: 65%; festas e bailes: 61%; peladas: 57%; bibliotecas: 49%; exposição: 37%; rádios comunitárias: 34%; teatro: 32%; clubes desportivos: 30%; cinemas: 28%.
Estratégias para envolver e ampliar a participação da comunidade nas atividades	68% dos Pontos possuem estratégias para envolver e ampliar a participação da comunidade nas suas atividades culturais; 30% não possuem, mas pretendem ter.
Estratégias para ampliar a sua participação nas escolas públicas	65% dos Pontos possuem estratégias para ampliar a sua participação nas escolas públicas próximas; 34% não possuem, mas pretendem ter.
Intercâmbio com artistas locais	84% dos Pontos possuem algum intercâmbio com artistas locais em suas atividades.

Com base nos dados acima, pode-se perceber a grande diversidade de formas de organização política, bem como as formas culturais e de lazer disponíveis na comunidade, revelando ser esta um espaço de grande expressão cultural. Deste modo, as ONGs desenvolvem seus projetos sem, muitas vezes, considerar as demandas e as expressões culturais da comunidade onde situa-se o Ponto de Cultura, pois a concepção dominante e fetichizada de cultura nestas organizações não permite entendê-las enquanto expressão de resistência de uma classe. Assim, tentam adequá-las e incorporá-las de forma acrítica às suas ofertas.

Ao invés de fortalecer a organização política das comunidades em suas articulações com associações de moradores, movimentos sociais, partidos políticos, dentre outros, as ações destas ONGs, caracterizadas pelo assistencialismo, de um lado, e

pela apologia ao empreendedorismo, por outro, colaboram para desmobilizar e “passivizar” as classes subalternas.

Quadro 13

Rede

Articulações externas	Associações comunitárias: 59%; escolas públicas: 56%; entidades públicas municipais: 53%; entidades públicas estaduais: 49%; entidades federais: 48%; ONGs: 46%; associações religiosas: 36%; movimentos sociais: 36%; redes ou fóruns: 34%; organizações privadas: 30%; organizações internacionais: 26%; redes de apoio, conselhos ou fóruns relacionados ao público ou atividade fim: 26%; entidades sindicais: 22%.
Participação em redes virtuais de discussão	51% dos Pontos participam de redes virtuais de intercâmbio e discussão.
Número de Pontos com que teve contato	1 a 5: 51%; 5 a 10: 21%; 11 a 20: 11%.
Periodicidade	Eventualmente: 54%; semanais: 17%; mensais: 16%.
Meio	E-mail: 75%; telefone: 62%; encontros presenciais: 54%; conversê (plataforma de discussão do Programa Cultura Viva na internet): 34%; listas virtuais de discussão: 22%.
Motivação	Proximidade geográfica: 32%; realizam atividades semelhantes: 27%; já possuem informações a respeito: 14%; trabalham com públicos semelhantes: 12%.
Realização de atividades em conjunto	Difusão da cultura: 36%; formação/capacitação/educação artístico-profissional: 16%; formação/capacitação/educação (lúdica, amadora): 15%; outras atividades em conjunto: 13%; 45% dos Pontos nunca realizaram atividades em conjunto com

	outros Pontos.
Dificuldades para estabelecer contato com outros Pontos	Desconhecimento sobre os demais Pontos: 42%; falta de tempo: 30%; dificuldades de acesso aos meios de comunicação: 9%; outras dificuldades: 17%.

A concepção de rede é central na política de cultura desenvolvida pelo MinC. Parte-se da idéia do Programa Cultura Viva como uma “rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais inovadoras”, sendo o Ponto de Cultura “a ponta desta rede, um organizador da cultura em nível local, um centro de referência para novas conexões em rede”. Através da aquisição do equipamento digital e conexão por internet banda larga, o MinC acredita que os Pontos estão habilitados para construir uma rede, tornado mais ágil a aproximação entre os Pontos, bem como a troca de experiências e a definição de identidades. A criação da rede Cultura Viva possibilitaria um novo tipo de trocas simbólicas, onde a conexão local se articula com o global. A criação de uma cultura digital e as trocas dela decorrentes (que seriam responsáveis por conferir “empoderamento” aos Pontos) resultaria na “autonomia” e no “protagonismo” dos mesmos.

A emergência das tecnologias da informação na sociedade contemporânea introduziu à noção de inclusão e exclusão o ato de estar ou não conectado, como se isso constituísse uma revolução em termos de desenvolvimento social, econômico e cultural. Para DUPAS (op. cit.), conforme vimos anteriormente neste capítulo, além de trazer maiores confusões entre a vida privada e a pública, introduz a vigilância como forma de conduzir as relações sociais.

Diante disso, cabe sinalizar os limites da política cultural resumida à noção de cultural digital, além do que não resulta em ganhos efetivos para a população que participa de atividades de inclusão digital. Entretanto, esta cultura vem sendo fortalecida: com base nos dados do Quadro 13, vemos que a maioria dos Pontos participa de redes virtuais de discussão, além de privilegiar o uso na internet com maior forma de contato com outros Pontos, ainda que de forma eventual e com um número reduzido de Pontos de Cultura, na maioria dos casos.

Entretanto, os dados não demonstram em que medida o uso destas tecnologias trouxe benefícios para o público-alvo, já que os mesmos referem-se ao Ponto de Cultura especificamente.

Paralelamente a isso, é possível verificar a variedade de articulações externas realizada pelos Pontos, sobretudo com: associações comunitárias; escolas públicas; entidades públicas municipais; entidades públicas estaduais; entidades federais; ONGs; associações religiosas; movimentos sociais; redes ou fóruns; organizações privadas. Seria necessário, porém, verificar o grau de articulação que estes Pontos mantêm com tais instituições.

Quadro 14

Instituição Proponente

Localização	Majoritariamente urbana (94%)
Natureza e títulos/registros que possui	ONGs: 59%; instituições privadas: 6%; fundações: 6%; associações de moradores: 3%. UP municipal: 35%; UP estadual: 21%; CMDCA: 26%; OSCIP: 15%; CNAS: 12%.
Tempo de existência	10 e 20 anos: 32%; 5 e 10 anos: 22%; 20 e 30 anos: 18%; 2 e 5 anos: 15%; mais de 30 anos: 11%.
Parceiros	Entidades públicas federais: 21%; ONGs: 11%; entidades públicas municipais: 9%; movimentos sociais: 8%; conselhos e fóruns: 8%.
Origem dos recursos	Programa Cultura Viva: 76%; empresas privadas locais: 42%; governo federal: 39%; governos municipais: 36%; prestação de serviços: 34%; contribuições de associados ou membros da diretoria: 33%; governos estaduais: 31%; parcerias com ONGs: 29%; realização de eventos culturais: 24%; fundações internacionais: 23%; universidades: 22%; lei de renúncia fiscal: 22%; venda de produtos: 18%; outros projetos do MinC: 16%; empresas estatais locais: 11%.

Quanto às características das Instituições Proponentes (Quadro 14), que são as responsáveis pela implementação dos projetos apoiados pelo MinC (os Pontos de

Cultura), constatamos que quase o total situa-se em áreas urbanas (e isto já vimos anteriormente ao tratarmos da localização dos Pontos), possuindo mais da metade delas o título de ONG, e em grande parte possuindo entre 10 e 20 anos de existência. Embora as parcerias destas organizações sejam, na maioria dos casos, com entidades públicas federais, há uma grande diversidade de recursos recebidos por estas organizações, mostrando que o compromisso das mesmas varia de acordo com as fontes de financiamento.

Entretanto, o fato de desenvolverem políticas assistencialistas, focalizadas, voltadas para a “gestão” da pobreza, contribuindo assim para sua reprodução, atrai inclusive o governo como grande fonte de financiamento, justamente por ser funcional à concepção dominante de política social presente no governo, inclusive no que toca à desresponsabilização do Estado. Conforme sabemos, o discurso dos apologistas do Terceiro Setor tem geralmente recaído numa argumentação que desqualifica o Estado como esfera de efetivação das políticas sociais e públicas.

A grande incidência de ONGs é de certa forma estimulada pelo governo, na medida que são estas organizações as que possuem a estrutura jurídica requerida para obter apoio do Programa Cultura Viva às suas iniciativas. Ao passo que há entidades de pequeno porte que, por não possuírem tal estrutura, não conseguem apoio estatal.

Neste sentido, estas organizações realizam uma variedade de ações profissionalizantes tradicionais e artesanais ou manuais, mas poucas delas proporcionam geração de recursos financeiros aos usuários; regularmente, estes não participam da gestão das ONGs. Ocorre que cada vez mais as ONGs têm se especializado na captação de recursos públicos, e seu aumento gradativo não tem correspondido às expectativas sociais de produção de uma esfera pública ampliada e efetiva.

3.7.2. Indicadores obtidos na segunda etapa da pesquisa

A segunda etapa da pesquisa foi realizada entre 15 e fevereiro de 2007 e 09 de março de 2007, com a aplicação do questionário a 500 Pontos de Cultura conveniados pelo MinC, sendo que o LPP realizou a análise de 200 questionários respondidos.

Os dados apresentados a seguir tratarão das variações existentes com relação à primeira etapa. Entretanto, devido às modificações realizadas no questionário da

segunda etapa, alguns dados terão sido excluídos ou substituídos, ou ainda acrescentados. Assim sendo, o **Quadro 22** não apresenta o item “Proveniência do público”; o **Quadro 25** não apresenta o item “Origem dos recursos” e “Meios de acesso aos recursos”¹¹⁴; o **Quadro 26** não traz o item “Intercâmbio com artistas locais”; o **Quadro 27** não apresenta o item “Participação em redes virtuais”; no **Quadro 28**, houve a exclusão do item “Origem dos recursos” (pelo mesmo motivo ocorrido no **Quadro 25**, quando trata também do tema “Sustentabilidade”), tendo sido acrescentado o item “natureza da parceria”. Por sugestão do próprio MinC, visando verificar a existência de transversalidade da política cultural com as demais políticas do governo, foi incluída uma questão sob o tem “Políticas Públicas”, o que deu origem ao **Quadro 15**.

Quadro 15

Grau de Conhecimento dos Componentes e Ações do Programa Cultura Viva

Ação / Componente	Grau de Conhecimento dos Pontos de Cultura
Agente Cultura Viva	73% conhecem bem; esta é também a ação mais implementada pelos Pontos, em aproximadamente 65%.
Cultura Digital	66% conhecem bem; é a segunda ação mais implementada, em 64% dos Pontos.
Escola Viva	Não muito conhecido, apenas 21% afirmaram conhecer bem esta ação, ao mesmo tempo em que 40% afirmam que ouviram falar poucas vezes desta ação. É uma ação pouco implementada (em apenas 12% dos Pontos).
Griô	Aproximadamente 48% conhecem bem, tendo sido pouco implementada, em um pouco mais de 15% dos Pontos.
Pontões	39% conhecem bem.

As respostas apresentadas no questionário nos fizeram relacionar, como na análise da etapa 1, os componentes do Programa Cultura Viva mais conhecidos com os

¹¹⁴ Pois, segundo as sugestões do MinC, já era sabido que a maioria dos recursos eram provenientes do Programa Cultura Viva. Entretanto, acreditamos ser ainda assim importante conhecermos as outras fontes de financiamento destas ONGs, pois como vimos há Pontos de Cultura realizando parcerias com empresas, como por exemplo a XEROX do Brasil, no caso de dois Pontos no Rio de Janeiro.

mais implementados. Na etapa 2, permaneceram como os mais conhecidos dos Pontos o Agente Cultura Viva e o Cultura Digital. Como neste período a ação Griô estava tendo seu edital divulgado, observou-se um aumento do conhecimento a respeito desta mesma ação.

A Escola Viva, voltada à articulação com a escola pública, ainda é uma ação pouco implementada pelos Pontos de Cultura.

Quadro 16

Percepções sobre o Processo de Seleção

Meio de conhecimento do Programa Cultura Viva	Os maiores meios de conhecimentos do Programa pelos Pontos foram o contato com pessoas ou grupos da área cultural (aproximadamente 40%) e convocação direta do MinC (aproximadamente 30%).
Grau de complexidade dos documentos requeridos para o edital	38% dos Pontos tiveram dificuldades para apresentar os documentos requeridos para o edital, indicando ser estes de difícil elaboração para grupos pequenos e iniciantes; entretanto, um pouco mais de 30% os achou fáceis e simples de apresentar.
Grau de adequação dos critérios de seleção	Mais de 80% dos Pontos afirmaram conhecer os critérios, considerando-os adequados.
Grau de adequação do processo de seleção	Aproximadamente 40% consideraram o processo de seleção adequado e transparente, porém 22% o consideraram adequado e pouco transparente, e 23% o consideraram demorado.
Orientações do MinC durante o processo de seleção	60% dos Pontos consideraram-se satisfeitos com as orientações do MinC, entretanto 36% afirmaram insatisfação quanto às mesmas.

A maioria dos Pontos continua achando o processo de seleção adequado e transparente, porém os documentos foram considerados de difícil elaboração para grupos iniciantes. Conforme análise da primeira etapa, a estrutura jurídica dos Pontos que, em sua maioria são de ONGs, pode ser um facilitador para apresentação de tais documentos.

Este elemento está articulado ao meio de conhecimento do Programa, ou seja, como vemos no **Quadro 16**, os maiores meios de conhecimentos do Programa pelos Pontos continuam sendo o contato com pessoas ou grupos da área cultural (aproximadamente 40%) e convocação direta do MinC (aproximadamente 30%). Certamente, o contato com pessoas da área cultural e com setores do MinC facilitaria o acesso ao financiamento e, conseqüentemente, as organizações beneficiadas com a aprovação de seus projetos, sentiriam-se satisfeitas com o processo de seleção, com a orientação do MinC durante esse processo, conheceriam bem os critérios de seleção e os considerariam adequados, em sua maioria, conforme ocorreu no questionário.

Os meios de comunicação continuaram a ser o menor meio de conhecimento do Programa Cultura Viva, tornando-se necessário o estabelecimentos de critérios mais públicos de acesso à política cultural. Apesar de o governo afirmar que o acesso é feito via edital, vemos como relações privadas têm sido um grande meio de acesso à esta política.

Quadro 17

Comunicação entre os Pontos de Cultura e o MinC

Origem	Quase 80% dos contatos foram iniciativa do Ponto.
Setor do MinC com que teve contato	A maioria dos contatos foi efetuada com funcionários administrativos em Brasília (54%) e aproximadamente 40% com Representações Regionais, proporção maior em relação à primeira etapa.
Meio	Quase a metade dos contatos foram telefônicos e 43% por correio eletrônico.
Motivação	As maiores motivações dos contatos foram: dúvidas sobre prestação de contas (aproximadamente 60%); questões vinculadas à ação Agente Cultura Viva

	(47%), ao repasse de verbas (aproximadamente 45%) e ao convênio (43%).
Periodicidade	A maior periodicidade verificada foi contato semanal (quase 38%) e mensal (quase 45%) entre MinC e os Pontos de Cultura.
Dificuldades	A maior dificuldade apontada foi encontrar quem possa atender suas solicitações, em 38% dos Pontos. Entretanto, 31% afirmaram não ter dificuldade de comunicação com o MinC.
Participação dos Pontos na Gestão do MinC (“Gestão Compartilhada e Transformadora”)	A maioria (mais da metade) afirmou não ter participação na gestão do Programa Cultura Viva.

A maioria dos contatos estabelecidos entre os Pontos e o MinC ainda continuam sendo efetuado por iniciativa dos próprios Pontos. Além disso, a maioria destes contatos tem sido realizada com funcionários administrativos em Brasília, apesar do aumento da proporção de Pontos que se relacionam também com as Regionais, que estão mais consolidadas atualmente do que no período da realização da primeira etapa.

Os encontros presenciais continuam escassos, predominando o contato virtual e por telefone. O caráter da relação entre o MinC e os Pontos continua burocrático, na medida em que predominam as motivações: prestação de contas, repasse de verbas e convênio. Sobre o Agente Cultura Viva, este contato está relacionado à liberação de verbas e não a algum tipo de seminário ou encontro em que se discutiria os rumos de tal ação, seus efeitos, por exemplo.

Se o objetivo do governo não for legitimar a ação das ONGs, há que se desenvolver uma relação com elas em bases mais qualitativas, que busque sobretudo uma discussão mais aprofundada sobre a dimensão conceitual de cultura difundida pelos Pontos de Cultura (e não só de cultura mas de política pública, relação entre Estado e Sociedade Civil, entre outras coisas). Entretanto, isto requer em primeiro lugar, uma mudança de concepção do próprio governo em relação a estes temas, pois o que temos

verificado ao longo de nossas discussões é a ausência de vínculo da concepção de cultura, no Programa Cultura Viva, com a concepção de classe¹¹⁵.

Quadro 18 **Localização dos Pontos de Cultura**

Localização	90% dos Pontos localizam-se em zonas urbanas.
Área de Abrangência	29% em uma região da cidade e 22% tanto em uma região da cidade como em um bairro.

A localização dos Pontos de Cultura continua sendo predominantemente urbana, sendo que suas áreas de abrangência atingem na maioria dos casos, uma região da cidade ou um bairro, tendo pequena operação em uma região do estado ou em um estado.

Quadro 19 **Motivação da Instituição para candidatar-se como Ponto de Cultura**

Captar recursos para fortalecer atividade já existente na Instituição	Quase 50%
Captar recursos para a implementação de uma atividade nova	17%
Fazer parte de um projeto nacional	19%
Percepção da própria Instituição Proponente	62%
Demandas expressas pela comunidade	33%
Falta de acesso a bens e produtos culturais não disponíveis na comunidade	63%
Preservar tradições	22%

As motivações citadas pela maioria dos Pontos de Cultura foram, em primeiro lugar, a falta de acesso a bens e produtos culturais não disponíveis na comunidade e, em segundo lugar, a percepção da própria Instituição Proponente, seguindo a mesma tendência da primeira etapa da pesquisa.

Outra motivação muito citada foi a captação de recursos para fortalecer atividade já existente na Instituição, e isso se deve ao fato de ser esta uma das metas do Programa, de “potencializar o que já existe”.

¹¹⁵ E isto se reflete na própria nomeação de Gilberto Gil como Ministro da Cultura. Conforme sabemos, ele não tem uma trajetória política e ideológica atrelada ao movimento operário.

As demandas expressas pela comunidade aparecem na mesma proporção da primeira etapa, não constituindo a maior motivação dos Pontos.

A visão capitalista dos dirigentes das organizações consideradas socialmente responsáveis induz ao envolvimento com projetos que “ensinam a pescar”, voltados majoritariamente para crianças e adolescentes. Com foco no retorno financeiro elevado decorrente do investimento neste lucrativo negócio, estas organizações não têm sequer a preocupação em conhecer as demandas e especificidades da comunidade que será *locus* de sua atuação. Nenhuma das instituições visitadas afirmou fazer este tipo de mapeamento antes de iniciar seu projeto em determinada comunidade.

Quadro 20
Objetivos das Ações Propostas

Acesso à cultura	14%
Valorização da cultura local	27%
Fortalecimento da identidade	32%
Cidadania	7,5%
Inclusão Digital	18%
Aumento da auto-estima do público	12%
Desenvolvimento da criatividade	14%
Intercâmbio cultural	15%
Mobilização / organização da comunidade	8%
Empoderamento	7%
Geração de renda	6%
Profissionalização	19%
Integração da comunidade	8%
Apoiar escolas públicas	18%
Desenvolvimento local	18%
Diminuição da violência na comunidade	4%
Empreendedorismo	11%
Incentivar políticas públicas	54%

De um modo geral, houve algumas variações nos objetivos dos Pontos, entretanto os mais significativos foram a diminuição da porcentagem relativa ao item “acesso à cultura” e o aumento do item “incentivar políticas públicas”, constituindo-se como o maior objetivo citado pelos Pontos de Cultura pesquisados.

Apesar de não terem sofrido grandes modificações na proporção dos itens acima, houve um aumento dos Pontos que têm como objetivo o “fortalecimento da identidade”;

a “profissionalização”; “apoiar escolas públicas” e “desenvolvimento local”, ambos apresentando a mesma porcentagem na segunda etapa; e “empreendedorismo”. Ao mesmo tempo, houve uma diminuição na frequência dos seguintes itens: “valorização da cultura local”; “cidadania”; “aumento da auto-estima do público”; “mobilização/organização da comunidade”; “empoderamento”; “geração de renda”; e “diminuição da violência na comunidade”.

Quadro 21

Atividades dos Pontos

Tipos de atividades	Difusão cultural (75%); formação artístico-profissional (aproximadamente 60%); produção cultural (52%); formação artística – lúdica, amadora (47%); preservação da memória por levantamento/pesquisa (32%); preservação ambiental (14%); preservação do patrimônio por restauração (7%).
Linguagens	Audiovisual (57%); música (60%); teatro (52%); dança (40%) e fotografia (30%); artes plásticas (35%); cinema (24%); artesanato (34%); literatura (21%); artes gráficas (15%); grafite (12%); circo (10%); arquitetura (5%).
Meios	Vídeo (50%); multimídia (56%); cineclube (20%); rádio (23%); jornalismo (17%); TV (12%).
Tipos de formação	Cidadania (53%); apoio à produção cultural (57%); formação artística (64%); conscientização política (36%); criação de produtos culturais – artesanato, fabricação de instrumentos, etc... (48%); gestão de projetos culturais (26%); circulação e difusão cultural (36%); elaboração de roteiro (26%); de figurinos (16%); de cenários (12%); sonorização (12%); iluminação (26%); editoração eletrônica (13%).
Meios de formação	Oficinas (91%); palestras (49%); visitas orientadas (56%); cursos (72%); debates (40%); seminários (29%)
Geração de renda	47% têm como um de seus objetivos o apoio

	ao público em alguma forma de geração de renda, entretanto, os 53% restantes afirmam que não o possuem.
--	---

Como se pode verificar no **Quadro 21**, os tipos de atividades predominantes na segunda etapa continuam sendo as atividades de difusão cultural, formação artística e/ou profissional, produção cultural, e as de preservação através de levantamento/pesquisa, apesar das variações nas respectivas porcentagens. Segundo a mesma tendência, as linguagens mais citadas foram as seguintes: audiovisual, música, dança, teatro, fotografia, artes plásticas, cinema, artesanato, desenvolvidas, em sua maioria, através do vídeo e de equipamentos multimídia.

Os tipos de formação predominantes nesta segunda etapa foram cidadania e conscientização política, apoio à produção cultural (apesar de terem diminuído seus respectivos percentuais), formação artística, criação de produtos culturais, gestão de projetos e circulação e difusão cultural, tendo sofrido algumas modificações nas porcentagens apresentadas neste quadro acima.

Os meios de formação sofreram algumas modificações nas suas respectivas porcentagens, entretanto, manteve-se a predominância das oficinas como instrumentos para formação realizada nos Pontos. Os cursos passaram a ser muito mais usados que na primeira etapa da pesquisa, e as palestras e visitas orientadas também passaram a ser mais utilizadas, aparecendo na mesma proporção na segunda etapa, assim como os debates e seminários.

Uma mudança significativa ocorreu na proporção de Pontos que têm projeto de geração de renda, diminuindo sensivelmente para 47% o número de Pontos que o possuem, em relação aos 72% da primeira etapa. Como não foram realizadas as visitas aos Pontos nesta segunda etapa, não pudemos verificar na prática como isto se dá atualmente, pois este aspecto parece ainda ser predominante nas políticas sociais.

Quadro 22

Público Atendido pelo Projeto

Perfil	Estudantes de escola pública (82%); pessoas em situação de risco social (59%); afro-descendentes (57%); populações de baixa renda (88%); mulheres (61%); habitantes de comunidades rurais (26%); habitantes de regiões com grande relevância para
---------------	--

	preservação do patrimônio (25%); adolescentes em conflito com a lei (23%); portadores de necessidades especiais (17%) e público GLBT (17%).
Faixa etária	16 a 24 anos (96%); 25 a 64 anos (55%); 11 a 15 anos (61%); 0 a 11 anos (34%); maiores de 65 anos (23%).
Renda Média Familiar*	As opções de renda predominantes foram R\$ 100,00 e R\$ 300,00 (46%) e R\$ 300,00 a R\$ 500,00 (34%).
Grau de escolaridade	Ensino fundamental (85%); ensino médio (67%); educação infantil (24%); educação superior (21%); sem escolaridade (17%).
Critérios de seleção	Interesse nas atividades oferecidas (61%); vínculo com ensino formal (30%); renda (21%), situação de risco social (36%); proveniência (28%); idade (24%); compromisso em retornar ao ensino formal e ordem de chegada (ambos em 12% dos casos); habilidades artísticas (23%).
Tempo de permanência no projeto	6 meses e um ano (31%); 1 a 2 anos (19%); 1 a 3 meses (6%); ações pontuais (13%); mais de 2 anos (20%).

* Obtida pela soma da renda da família (todas as pessoas que trabalham na mesma casa), dividida pelo total de pessoas que moram na mesma casa.

O público atendido pelos Pontos continua seguindo a tendência observada anteriormente, ou seja, a predominância de estudantes de escolas públicas, em situação de risco social, afro-descendentes, público de baixa renda (até porque este é o perfil de público requerido pelo MinC), e na faixa etária de 16 a 24 anos, tendo ocorrido um pequeno aumento no número de Pontos que têm como público prioritário mulheres. O grau de escolaridade é predominantemente fundamental, apesar de ter aumentado a proporção de todos os níveis de escolaridade em relação à primeira etapa da pesquisa.

Quanto à Renda Média Familiar, houve uma pequena diminuição da proporção de Pontos que atendem público que tem renda entre R\$ 100 e 300, ao mesmo tempo em que observou-se uma aumento de pessoas que possuem renda entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00. Entretanto, em termos reais, isso não significa uma mudança de ênfase dos projetos na população pobre e nem mesmo que este público tenha alcançado melhoras nas condições de vida decorrentes da participação nestes projetos.

O critério de seleção mais usado pelos Pontos continua sendo o interesse nas atividades oferecidas, seguindo do vínculo com o ensino formal e renda. Além disso, o tempo de permanência deste mesmo público é, na maior parte dos Pontos, de 6 meses a 1 ano.

Quadro 23

Infra-estrutura dos Pontos de Cultura

Tipo de local	36% dos Pontos estão sediados em locais cedidos; 26% em locais alugados; 21% em locais próprios; 98% têm luz elétrica; 94% têm água potável/corrente; 83% têm telefone; 63% usam gás de botijão e 6% têm gás encanado.
Disponibilidade de acesso e uso dos espaços	50% dos Pontos disponibilizam bibliotecas para o público; 47% dispõem de auditório; 45% dispõem de sala de exposições; 18% possuem cinema; 54% disponibilizam outros espaços diferentes das opções de reposta; e 14% afirmam não disponibilizar nenhum espaço.
Quantidade de computadores	50% dos Pontos possuem de 1 a 5 computadores; 22% têm mais de 10; 25% possuem de 6 a 10; apenas 4% não possuem computadores.
Uso dos computadores	Em 80% dos Pontos, o uso dos computadores é realizado pela coordenação; em 63% este uso é feito por funcionários em geral; em 72% pelo público atendido; e em 42% o uso é feito pela comunidade.
Acesso à internet	56% têm acesso à internet banda larga; 15% têm acesso pela plataforma G-SAC; 9% têm acesso discado; e 12% não possuem acesso à Internet.

A infra-estrutura dos Pontos de Cultura manteve-se consideravelmente boa, com relação ao tipo de local. Também se manteve a disponibilização de espaços como bibliotecas, auditórios e salas de exposições pela maioria dos Pontos.

A maioria dos Pontos pesquisados na segunda etapa possui entre 1 e 5 computadores, tendo diminuindo para 4% a proporção de Pontos que não possuem ainda computador. O uso dos computadores continua sendo feito, na maioria dos casos,

pela coordenação e pelos funcionários dos Pontos em geral, apesar de ter havido um pequeno aumento no número de Pontos que os disponibiliza para o público atendido e para a comunidade. Entretanto, seria importante verificar a qualidade deste uso pelo público e pela comunidade, o que não foi possível já que o questionário aplicado na segunda etapa não possui perguntas abertas que permitissem avaliar este item.

Quando ao acesso à internet, verificamos uma diminuição daqueles que utilizam internet banda larga, assim como um aumento daqueles que não possuem internet. Além disso, foi incluída a plataforma G-SAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão) como opção de acesso à internet, entretanto, poucos foram os Pontos de afirmaram utilizá-la. Seria necessário aprofundar a análise sobre esta diminuição no uso da internet, já que a inclusão digital ainda é um objetivo forte dos pontos, estando presente em quase todas as atividades oferecidas pelos Pontos, ainda que de forma complementar às outras.

Quadro 24
Organização do trabalho

Profissionais remunerados	1 a 5: 50%; 6 a 10: 30%; 11 a 15: 9%; 7%; 16 a 20: 7%; 21 ou mais: 6%.
Voluntários	1 a 5: 53%; 6 a 10: 28%; 11 a 15: 7%; 16 a 20: 4%; 21 ou mais: 9%.
Critérios de seleção	Formação acadêmica: 41%; Experiência prévia: 61%; Habilidades: 77%; Ter sido público da instituição: 27%; Indicação: 9%; Ser morador da comunidade: 37%.
Origem da equipe	Público do Ponto – nenhum: 21%; maioria: 36%; minoria: 25%; metade: 18%. Moradores da comunidade - nenhum: 10%; maioria: 55%; minoria: 14%; metade: 20%.

* Nas questões referentes ao número de profissionais remunerados que trabalha nos Pontos, houve uma modificação no padrão das respostas, em função de o questionário passar a ser eminentemente composto de questões fechadas, a fim de facilitar a sistematização dos dados. Na primeira etapa da pesquisa, estas questões eram abertas, de modo que ao sistematizar os dados a própria equipe do LPP gerou a padronização apresentada no Quadro 10.

Apesar das modificações na padronização da apresentação dos dados referentes ao tema “Organização do Trabalho”, verificamos que os Pontos admitem em proporções aproximadas profissionais remunerados e voluntários. Ainda que a maioria dos Pontos

admita em pequena proporção profissionais remunerados, esta é uma tendência que se mantém a mesma em relação à primeira etapa da pesquisa.

Com relação aos critérios de seleção, habilidade e experiência prévia continuam a ser predominantes, vindo em seguida a formação acadêmica e ser morador da comunidade (os demais itens seguem em pequena proporção).

A grande maioria dos Pontos continua admitindo em suas equipes de trabalho tanto moradores da comunidade e pessoas que já tenham sido público do projeto, apesar das diferenciações em que são admitidos em cada Ponto, porém seria muito importante saber qual seria a natureza do vínculo estabelecido entre estas pessoas e o Ponto de Cultura.

Quadro 25

Sustentabilidade

Recursos recebidos sob a forma de serviços	Assessoria: 39%; equipamentos: 35%; mobiliário: 31%; material para desenvolvimento de atividade fim: 23%; alimentos: 24%; serviços de transporte: 29%; material de escritório: 24%; 21% não recebem recursos sob a forma de serviços.
Excedentes e déficits	18% dos Pontos nunca tiveram déficit. Entre os que tiveram déficit, 35% afirma como solução adiar pagamento de algumas contas e 53% contam com doações ou aportes de parceiros.
Produção e comercialização	Para apoiar a sustentabilidade, 26% dos Pontos produzem e comercializam produtos culturais; 27% prestam serviços remunerados; 9% produzem e comercializam outros produtos e 28% utilizam outros meios para apoiar sua sustentabilidade. 37% dos Pontos afirmaram que não produzem u comercializam produtos, entretanto estão interessados em fazê-lo; somente 7% afirma que não estão interessados em produzir ou comercializar produtos.
Tipos de produtos	Cachês de apresentações de grupos de música (11%), de teatro (12%) e de dança (8%); artesanato (21%); vídeos (14%); venda de ingressos para espetáculos (14%); CD's

	(11%); DVD's (12%); livros (7%).
Forma de organização da produção	Empreendimentos informais (19%); cooperativas (10%); outras formas de organização (23%).
Forma de consumo e comercialização	Grupos de economia solidária, comércio justo, feiras de troca e cooperativas, onde os ganhos e decisões são repartidos (20%); mercado, onde os lucros das vendas pertencem aos proprietários e os funcionários são assalariados (3%); 8% combinam as duas formas de consumo e comercialização. 11% não souberam dizer qual seria a forma de comercialização e produção no Ponto.
Recursos arrecadados	Menos de 10% da receita total: 22%; 10 a 30% da receita total: 6%.
Utilização dos recursos arrecadados	Compra de matéria-prima para a produção: 18%; pagar aluguel ou demais despesas com o imóvel, alimentação e aquisição de equipamentos ou material de escritório: 10% em todos os casos; pagamento de pessoal: 14%; pagamento de bolsas e auxílios para o público atendido: 9%.

Com relação ao tema da Sustentabilidade, os itens “recursos recebidos sobre a forma de serviços”, “tipos de produtos”, “recursos arrecadados”, bem como “utilização dos recursos arrecadados” não obtiveram grandes modificações, mantendo as mesmas tendências observadas na primeira etapa da pesquisa.

Entretanto, foi possível verificar que diminuiu o número de Pontos de nunca tiveram algum déficit de recursos. Se 18% dos Pontos nunca tiveram déficit, a grande maioria já deve ter experimentado alguma dificuldade financeira. Entretanto, isto se trata do Ponto de Cultura e não da Instituição Proponente, sendo que esta possui outras fontes de financiamento que não somente o MinC. Além disso, segundo argumenta o próprio MinC, é difícil que os Pontos de Cultura tenham algum tipo de déficit, já que estes, desde o início do convênio, estabelecem em que itens será empregado cada percentual da verba recebida.

Mas se é verdade que em algum momento os Pontos tiveram déficit de recursos, a tendência à comercialização dos produtos pode estar sendo pensado como uma saída

para tal dificuldade. Como é possível verificar no **Quadro 25**, somente 7% dos Pontos de Cultura pesquisados não têm interesse em comercializar seus produtos. A grande maioria, ainda que não o faça, tem interesse nesta atividade.

Quanto à forma de organização da produção, diminuiu o percentual de empreendimentos informais, concomitantemente ao aumento de outras formas de organização, que podem compreender um tipo de organização empresarial inclusive. Embora a maioria afirme que a forma de consumo e comercialização seja solidária, é importante salientar a possibilidade de a produção cultural nos Pontos estar sendo encarada em moldes mercantis, ficando apenas no discurso a concepção de economia solidária e, além disso, sem que os ganhos sejam revertidos para o público, mas para a própria Instituição.

Quadro 26

Comunidade atendida

Formas de organização política	Associações: 85%; movimentos: 50%; partidos políticos: 36%; sindicatos: 37%; CEBs, pastorais, etc...: 40%; fóruns e redes: 27% nos dois casos; campanhas: 16%.
Formas culturais e de lazer	Praça pública: 64%; festas e bailes: 51%; peladas: 55%; bibliotecas: 46%; exposição: 33%; rádios comunitárias: 42%; teatro: 29%; clubes desportivos: 30%; cinemas: 20%.
Estratégias para envolver e ampliar a participação da comunidade nas atividades	70% dos Pontos possuem estratégias para envolver e ampliar a participação da comunidade nas suas atividades culturais; 30% não possuem, mas pretendem ter.
Estratégias para ampliar a sua participação nas escolas públicas	67% dos Pontos possuem estratégias para ampliar a sua participação nas escolas públicas próximas; 29% não possuem, mas pretendem ter. A porcentagem restante refere-se aos Pontos que não tem esta prioridade ou não têm escolas públicas próximas.

Conforme se pode verificar no **Quadro 26**, mantém-se a variedade de formas culturais e de organização política nas comunidades. No primeiro caso, a praça pública continua sendo a maior forma de lazer disponível nestas comunidades, seguida de festas e bailes, peladas, bibliotecas, salas de exposição e rádios comunitárias. Discutimos anteriormente que a cultura não se resume ao lazer, entretanto, este é constitutivo

daquela; além disso, neste item estão incluídos itens como bibliotecas, cinemas e teatros, por exemplo, instrumentos de formação cultural, bem como o próprio esporte, mais especificamente o futebol, que é também um grande elemento formador de identidade, principalmente no Brasil.

No caso das formas de organização política, também se mantiveram predominantes em relação à primeira etapa as associações, os movimentos e os partidos políticos, tendo sido acrescentado a estes itens os sindicatos, apresentando um proporção considerável.

Estes dados revelam que, apesar de todo o fetiche presente nas relações sociais, que ameaça a construção da identidade cultural e da consciência crítica, as classes subalternas vêm apresentando elementos relevantes em direção ao fortalecimento da cultura popular. E ainda assim, mais da metade dos Pontos consideraram na pesquisa que a falta de acesso a bens e produtos culturais constituiu uma motivação para implementarem seus projetos, sendo que a grande maioria possui estratégias para ampliar a participação da comunidade nas suas atividades culturais. Apesar de a maioria também ter afirmado possuir estratégias de ampliação da participação junto às escolas públicas, foram poucos os Pontos que realmente possuem um vínculo com as escolas da região, e quando o possuem, estes são esporádicos ou ainda este vínculo consiste na utilização do espaço pelos Pontos para a realização das suas atividades.

Enfim, são as classes subalternas as consideradas desprovidas de cultura, tornando-se necessário que estas organizações levem cultura (de forma metamorfoseada e fetichizada) a estas mesmas comunidades.

Quadro 27

Rede

Articulações externas	Associações comunitárias: 71%; escolas públicas: 72%; entidades públicas municipais: 61%; entidades públicas estaduais: 43%; entidades federais: 44%; ONGs: 68%; associações religiosas: 23%; IES: 61%; movimentos sociais: 57%; redes ou fóruns: 36%; organizações privadas: 30%; organizações internacionais: 18%; redes de apoio, conselhos ou fóruns relacionados ao público ou atividade fim: 39%; entidades sindicais: 19%; Pontões ou
------------------------------	---

	redes de Pontos: 41%.
Número de Pontos com que teve contato	1 a 5: 47%; 5 a 10 e acima de 40: 14% nos dois casos; 11 a 20: 11%.
Periodicidade	Eventualmente: 58%; semanais: 17%; mensais: 16%.
Meio	E-mail: 77%; telefone: 60%; encontros presenciais: 61%; conversê (plataforma de discussão do Programa Cultura Viva na internet): 10%; listas virtuais de discussão: 30%.
Motivação	Proximidade geográfica: 23%; realizam atividades semelhantes: 33%; já possuem informações a respeito: 14%; trabalham com públicos semelhantes: 15%.
Realização de atividades em conjunto	Difusão da cultura: 50%; formação/capacitação/educação artístico-profissional: 22%; formação/capacitação/educação (lúdica, amadora): 21%; produção: 19%; outras atividades em conjunto: 20%; 37% dos Pontos nunca realizaram atividades em conjunto com outros Pontos.
Dificuldades para estabelecer contato com outros Pontos	Desconhecimento sobre os demais Pontos: 35%; falta de tempo: 27%; dificuldades de acesso aos meios de comunicação: 8%; outras dificuldades: 24%.

Com relação ao tema Rede, mais especificamente as “Articulações Externas”, as mais citadas entre as opções dadas foram, associações comunitárias; escolas públicas; entidades públicas municipais; entidades públicas estaduais; entidades federais; ONGs; associações religiosas; IES; movimentos sociais; redes ou fóruns. Entretanto, diferentemente da etapa anterior, as escolas públicas passaram a ser a maior forma de articulação externa dos Pontos, e as ONGs a terceira forma mais citada, numa proporção muito maior que na etapa anterior.

Além disso, foram incluídas as opções “associações religiosas” e “IES (Instituições de Ensino Superior), sendo que a primeira não foi muito citada, ao contrário da última que teve um percentual tão alto quanto às entidades públicas municipais (61%). Também foi incluída a opção “Pontões ou rede de Pontos”, que

obteve uma grande porcentagem, talvez devido ao fato de ser um dos objetivos do Programa formar uma rede de Pontos em locais onde haja grande densidade de Pontos de Cultura. Os Pontos estão começando a consolidar-se atualmente.

Seria muito importante entender qual a natureza destas articulações, pois elas são muito difusas (e esta é a característica mesma do Terceiro Setor), englobando tanto instâncias públicas e governamentais como aquelas consideradas públicas porém fora do âmbito estatal e ainda, as organizações privadas, enfim, tornando obscuro o entendimento de suas reais funções ideopolíticas e sociais. No caso das IES, por exemplo, não constitui um requisito do Programa a articulação com tais instituições (até porque o público majoritário é relativo à faixa etária cuja escolaridade predominante é o ensino fundamental e médio); além disso, a proliferação das universidades e faculdades privadas envolvidas na questão da responsabilidade social torna importante indagar que tipo de instituições e articulações estabelecidas com elas.

Quanto ao número de Pontos com que tiveram contato, a maioria deles o fez com 1 a 5 Pontos de Cultura e de forma eventual, principalmente através de e-mail, telefone e encontros presenciais, tendo o mesmo ocorrido na primeira etapa da pesquisa. É importante destacar como diminuiu de 34% para 10% o uso da plataforma do Programa Cultura Viva pelos Pontos, o chamado *conversê*.

A maior motivação do contato entre os Pontos foi a semelhança das atividades realizadas, diferentemente da etapa anterior, cuja motivação foi a proximidade geográfica. A maior atividade realizada em conjunto entre os Pontos são atividades de difusão da cultura, sendo grande a quantidade de Pontos que nunca realizou atividades em conjunto com outros Pontos, ainda que menor em relação à etapa anterior.

A maior dificuldade registrada pelos Pontos para estabelecer contato com outros Pontos foi o desconhecimento sobre os demais Pontos, a mesma tendência observada na primeira etapa da pesquisa.

Quadro 28

Instituição Proponente

Localização	Majoritariamente urbana (93%)
Natureza e títulos/registros que possui	ONGs: 63%; instituições privadas e órgão governamental: 10% nos dois casos; fundações: 6%; associações de moradores: 3%. UP municipal: 16%; UP estadual: 23%; CMDCA: 27%; OSCIP: 18%; CNAS: 11%;

	certificado de filantropia: 10%.
Tempo de existência	10 e 20 anos: 30%; 5 e 10 anos: 23%; 20 e 30 anos: 10%; 2 e 5 anos: 19%; mais de 30 anos: 16%.
Parceiros	Entidades públicas federais: 21%; ONGs: 10%; entidades públicas municipais: 15%; movimentos sociais: 4%; conselhos e fóruns: 3%.
Natureza da parceria	Realização de projetos em conjunto: 58%; Apoio financeiro: 45%; Apoio técnico: 27%; outras parcerias: 40%.

Com base no **Quadro 28**, as instituições proponentes dos projetos apoiados pelo MinC continuam predominantemente localizadas em zonas urbanas, tendo aumentado de 53% para 62% a proporção de instituições que possuem título de ONG, mostrando como o governo está institucionalizando a terceirização da implementação das políticas públicas. Esta proporção certamente é muito maior, dado que a pesquisa não abarcou o total de Pontos hoje conveniados pelo Programa Cultura Viva.

O tempo de existência da maioria das instituições compreende entre 10 e 20 anos, conforme observado na etapa anterior. O mesmo ocorre com relação às parcerias destas instituições, sendo na sua maioria feita com entidades públicas federais.

Com relação à natureza da parceria, as mais frequentes foram a realização de projetos em conjunto e apoio financeiro, bem como outras parcerias, as quais não foi possível identificar por se tratar de uma questão fechada.

Quadro 29

Políticas Públicas

(Inserção do Público em outro Programa Federal)

Bolsa Família	31%
Escola Aberta	4%
Programa Segundo Tempo	6%
Outros Programas	21%
Público não está inserido em outro Programa	39%

A importância de incluir este item na análise do Programa Cultura Viva está não somente na possibilidade de se perceber a transversalidade da política cultural com as demais políticas do governo (isto já foi até mesmo discutido anteriormente neste

Capítulo), mas a característica desta transversalidade. Ao longo deste Capítulo, buscamos relacionar a chamada política cultural do governo Lula com o traço assistencialista de sua política social.

Já vimos anteriormente que os Pontos de Cultura têm articulado em seus programas atividades voltadas para a geração de renda com atividades de cunho assistencialista, muitas vezes distanciando-se do que seriam atividades efetivamente culturais. Conforme podemos verificar no quadro acima, dentre os Pontos que admitem um público inserido em outro Programa Federal, a maioria tem neste público pessoas que também são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Já a Escola Aberta que é um programa voltado para o fortalecimento da escola pública, mostrando a importância de se articular educação e cultura, apresenta a menor porcentagem entre as demais opções.

3.7.3. Quadro comparativo das duas etapas

Segue abaixo quadro comparativo sobre a frequência em que os temas da pesquisa aparecem em cada etapa da pesquisa, com o objetivo de apresentar de forma sintética as mudanças mais significativas verificadas em cada tema destacado e discutidas anteriormente.

Tema	1ª Etapa	2ª Etapa	Observações
Grau de Conhecimento das Ações e Componentes do Programa	Agente Cultura Viva e Cultura Digital destacam-se como as ações mais conhecidas pelos Pontos	Agente Cultura Viva e Cultura Digital mantêm-se como as ações mais conhecidas pelos Pontos; aumento da ação Griô	Relação entre o grau de conhecimento das ações com a intenção de implementação, quando estas ações têm seus editais divulgados
Percepções sobre o Processo de Seleção	Considerado adequado e transparente pela maioria dos Pontos; Documentos requeridos para o edital considerados de difícil elaboração para grupos	A maioria dos Pontos continua achando o processo de seleção adequado e transparente, porém os documentos foram considerados de difícil	A estrutura jurídica dos Pontos pode ser um facilitador para apresentação de tais documentos, bem como o

	<p>iniciantes; Contato com grupos e pessoas da área cultural e contato com setores do MinC como meios mais frequentes de conhecimento sobre o Programa</p>	<p>elaboração para grupos iniciantes. Os maiores meios de conhecimentos do Programa pelos Pontos continuam sendo o contato com pessoas ou grupos da área cultural (aproximadamente 40%) e convocação direta do MinC (aproximadamente 30%)</p>	<p>contato individualizado com certos grupos da área cultural e até mesmo com setores do MinC pode contribuir para o acesso ao financiamento de seus projetos (reprodução de práticas clientelistas)</p>
<p>Comunicação entre os Pontos de Cultura e o MinC</p>	<p>Caráter burocrático da relação entre os Pontos e o MinC, cujas maiores motivações foram: dúvidas sobre o Agente Cultura Viva (que estava em fase inicial de implementação); consultas sobre repasse de verbas e prestação de contas; questões vinculadas ao convênio; kit digital. Poucos contatos com as Regionais.</p> <p>Predominância do contato virtual e por telefone. 68% dos Pontos considera inexistente a participação na gestão do Programa, enquanto esta deveria ser mais ativa em 86%</p>	<p>Permanência do contato burocrático, tendo como principais motivações questões como prestação de contas, liberação de verbas e convênio. Maior contato com as Representações Regionais. Predomínio do contato virtual e por telefone. Mais da metade dos Pontos acha que não participa da gestão do Programa</p>	<p>Necessidade de se desenvolver uma relação com os Pontos em bases mais qualitativas, que busque sobretudo uma discussão mais aprofundada sobre a dimensão conceitual de cultura difundida pelos Pontos de Cultura, o requer uma discussão sobre a concepção predominante no próprio governo</p>
<p>Localização dos Pontos de Cultura</p>	<p>Predominantemente urbana</p>	<p>Predominantemente urbana</p>	<p>Vínculo das ações das ONGs com a pobreza urbana</p>

<p>Motivação da Instituição para candidatar-se como Ponto de Cultura</p>	<p>A falta de acesso a bens e produtos culturais não disponíveis na comunidade como a motivação mais citada, Seguida da percepção da própria Instituição Proponente. A terceira mais citada foi o fortalecimento e atividade já existente na Instituição. Pouca frequência das demandas da comunidade como motivação dos Pontos de Cultura</p>	<p>As motivações predominantes foram também, em primeiro lugar, a falta de acesso a bens e produtos culturais não disponíveis na comunidade e, em segundo lugar, a percepção da própria Instituição Proponente. Outra motivação muito citada foi a captação de recursos para fortalecer atividade já existente na Instituição, e isso se deve ao fato de ser esta uma das metas do Programa, de “potencializar o que já existe”.</p> <p>As demandas expressas pela comunidade continuaram não constituindo a maior motivação dos Pontos.</p>	<p>Ausência de conhecimento por parte das instituições a respeito do que as comunidades produzem como cultura, não havendo preocupação das mesmas em conhecer as demandas e especificidades da comunidade que será lócus de sua atuação. Isto permite indagar até que ponto o projeto seria adequado à realidade daquela comunidade.</p>
<p>Objetivos das Ações Propostas</p>	<p>Objetivos mais citados: acesso à cultura e valorização da cultura local</p>	<p>Objetivo mais citado: incentivar políticas públicas; diminuição significativa do acesso à cultura</p>	<p>Existência de outros objetivos diferentes dos citados nos questionários.</p> <p>Idéia predominante nos Pontos de Cultura: profissionalização de jovens (empoderamento) com estímulo ao empreendedorismo, com o objetivo de afastá-los do mundo do crime e elevar a auto-</p>

			estima. A inclusão digital também está incluída nesta visão
Atividades dos Pontos	<p>As atividades mais citadas foram: difusão cultural, formação artística e/ou profissional, produção cultural e as de preservação através de levantamento/pesquisa.</p> <p>Linguagens mais citadas: audiovisual, música, dança, teatro, fotografia, artes plásticas, cinema, artesanato e utilizando, na maioria dos casos, vídeo e equipamentos multimídia. Tipos de formação desenvolvidas mais citados foram: cidadania e conscientização política.</p> <p>Projeto de geração de renda presente nas atividades de 72% dos Pontos</p>	<p>Predominância das atividades de difusão cultural, formação artística e/ou profissional, produção cultural, e as de preservação através de levantamento/pesquisa, o mesmo ocorrendo com as linguagens sendo as mais citadas audiovisual, música, dança, teatro, fotografia, artes plásticas, cinema, artesanato, desenvolvidas, em sua maioria, através do vídeo e de equipamentos multimídia. Cidadania e conscientização política, apoio à produção cultural, formação artística, criação de produtos culturais, gestão de projetos e circulação e difusão cultural como os tipos de formação mais frequentes. Diminuição do percentual de Pontos que possuem projeto de geração de renda (47%)</p>	<p>Cidadania e conscientização política encaradas de forma individualizada, sem fazer referência à organização e participação política, e à luta por direitos. Realização de atividades de ação social, muitas vezes em maior número que as propriamente culturais (práticas assistencialistas)</p>
Público Atendido pelo	Público predominante:	Público predominante:	Foco das ações dos

Projeto	<p>Estudantes de escola pública; pessoas em situação de risco social; afro-descendentes; populações de baixa renda; mulheres, com idade entre 16 e 24 anos na grande maioria dos casos (11 a 15 e 25 a 64 também tiveram grande frequência), oriundos de bairros de classe baixa, com renda média compreendida entre R\$100,00 e R\$300,00. Grau de escolaridade predominante: ensino fundamental, (ensino médio apresenta grande frequência). Maiores critérios de seleção utilizados pelos Pontos: Interesse nas atividades oferecidas ; vínculo com ensino formal ; situação de risco social. Maior tempo de permanência do público: 6 meses a um ano</p>	<p>Estudantes de escola pública; pessoas em situação de risco social; afro-descendentes (57%); populações de baixa renda (88%); mulheres (aumento do número de Pontos que trabalham especificamente com este público. Idade predominante: 16 e 24 anos (grande frequência de Pontos que atendem pessoas entre 11 e 15 anos e entre 25 e 64 anos; aumento dos que atendem público de 0 a 11 anos). Renda predominante continua sendo R\$100,00 a R\$300,00, tendo aumento público com renda entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00. Grau de escolaridade predominante: Ensino fundamental e médio. OS critérios mais utilizados continuaram a ser: interesse nas atividades oferecidas ; vínculo com ensino formal ; situação de risco social e média de permanência do mesmo é predominantemente de 6 meses a um ano</p>	<p>projetos sociais nos jovens das periferias urbanas, visando retorno financeiro dos projetos que “ensinam a pescar” (geração de emprego e renda)</p>
Infra-estrutura dos Pontos de Cultura	Grande parte dos Pontos está sediada em	A infra-estrutura dos Pontos de Cultura	Uso restrito dos computadores e

	<p>locais cedidos, sendo que quase o total de Pontos possuem luz elétrica e água potável/corrente. A maioria tem telefone e usa gás de botijão. Os espaços mais disponibilizados pelos Pontos foram: bibliotecas para o público, dispõem de auditório e sala de exposições. Grande parte possui entre 1 e 5 computadores, entretanto na maioria dos Pontos, o uso é realizado pela coordenação e funcionários em geral, Seguido do público atendido, e em poucos casos pela comunidade (o mesmo ocorrendo com relação aos equipamentos). Grande parte tem acesso à internet banda larga</p>	<p>manteve-se consideravelmente boa, sendo a maioria localizada em locais cedidos, e com acesso à água potável/corrente e luz elétrica, bem como gás de botijão e telefone. Os espaços mais disponibilizados foram bibliotecas, auditórios e salas de exposições. A maioria dos Pontos possui entre 1 e 5 computadores, tendo diminuindo para 4% a proporção de Pontos que não possuem ainda. O uso dos computadores continua sendo feito, na maioria dos casos, pela coordenação e pelos funcionários dos Pontos em geral, apesar de ter havido um pequeno aumento no número de Pontos que os disponibiliza para o público atendido e para a comunidade. Diminuição dos Pontos que utilizam internet banda larga, assim como um aumento daqueles que não possuem internet. Além disso, foi incluída a plataforma G-SAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento</p>	<p>dos equipamentos disponíveis nos Pontos para desenvolvimento das atividades para a comunidade. O aumento do uso na segunda etapa sugere a necessidade de aprofundar como é feito o uso pelo público e pela comunidade</p>
--	---	--	--

		ao Cidadão) como opção de acesso à internet, entretanto, poucos foram os Pontos de afirmaram utilizá-la	
Organização do Trabalho	Pontos admitem trabalho remunerado e trabalho voluntário, apesar do segundo aparecer em proporção um pouco maior que o primeiro. Habilidade e experiência foram os critérios de seleção mais citados, seguidos de formação acadêmica, ter sido público da instituição e ser morador da comunidade. Foram poucos os Pontos que não admitem como membro da equipe nenhuma pessoa que já feito parte do público atendido ou ainda que seja morador da comunidade.	Permanece a tendência de os Pontos adotarem trabalho voluntário. Também mantêm-se predominantes habilidade e experiência prévia como critérios de seleção predominantes, seguidos de formação acadêmica, ter sido público da instituição e ser morador da comunidade. A grande maioria dos Pontos continua admitindo em suas equipes de trabalho tanto moradores da comunidade e pessoas que já tenham sido público do projeto.	Estímulo do Terceiro Setor ao trabalho voluntário (discurso de responsabilização da “sociedade civil”). Importância de entender o tipo do vínculo empregatício que os moradores da comunidade e as pessoas que foram público do projeto estabelecem com os Pontos de Cultura.
Sustentabilidade	Programa Cultura Viva como maior fonte de recursos, seguindo de parcerias com empresas privadas locais, tendo como maior meio de acesso aos mesmos editais de empresas, fundações e governo e contatos direto. A	Maior número de Pontos de Cultura afirmou ter tido déficit de recursos em algum momento. Grande número de Pontos que pensam em comercializar produtos, dentre os que ainda não o fazem. Diminuição do	Tendência à comercialização dos Pontos como possível saída em caso de déficit de recursos, apesar da argumentação do MinC de que este déficit seria impossível de

	<p>maioria nunca teve excedente de recursos, enquanto grande parte nunca teve déficit. Para apoiar a sustentabilidade, grande parte dos Pontos produz e comercializa produtos culturais, tendo como maiores produtos apresentações de grupos de música e de teatro, bem como artesanato e vídeo. A maior forma de organização é empreendimento informal, tendo como maior forma de organização do consumo e comercialização os grupos de economia solidária</p>	<p>percentual de empreendimentos informais, concomitantemente ao aumento de outras formas de organização. Os produtos mais comercializados pelos Pontos continuam sendo apresentações de grupos de música e de teatro, bem como artesanato e vídeo.</p>	<p>ocorrer, uma vez que desde o início do convênio, estabelecem em que itens será empregado cada percentual da verba recebida</p>
Comunidade atendida	<p>Formas mais frequentes de organização política: Associações, movimentos, partidos políticos. Formas mais frequentes de lazer e cultura: praça pública, festas e bailes, peladas bibliotecas, exposição, rádios comunitárias, teatro, clubes desportivos. A maioria dos Pontos possui estratégias de ampliação na participação da comunidade nas atividades dos Pontos, bem como de</p>	<p>Formas mais frequentes de organização política: Associações, movimentos, partidos políticos (inclusão do item “sindicatos”, que obteve grande frequência de respostas). Formas mais frequentes de lazer e cultura: praça pública, festas e bailes, peladas bibliotecas, exposição, rádios comunitárias, teatro, clubes desportivos. A maioria dos Pontos possui estratégias de ampliação</p>	<p>Grande diversidade de formas culturais e lazer bem como organização política nas comunidades, demonstrando as tentativas de resistência das classes subalternas na sociedade do fetiche. Tentativa de incorporar a comunidade aos objetivos das organizações demonstra a</p>

	participação das escolas públicas próximas	na participação da comunidade nas atividades dos Pontos, bem como de participação das escolas públicas próximas	existência de uma concepção excludente que considera as classes subalternas como desprovidas de cultura
Rede	<p>Principais articulações externas: Associações comunitárias, escolas públicas, entidades públicas municipais, entidades públicas estaduais, entidades federais, ONGs, associações religiosas, movimentos sociais, redes ou fóruns, organizações privadas. Maioria dos Pontos teve contato com 1 a 5 Pontos, eventualmente, por e-mail, telefone, encontros presenciais, bem como pelo conversê (plataforma de discussão do Programa Cultura Viva na internet), e devido à proximidade geográfica. Principal atividade realizada em conjunto: difusão da cultura. Maiores dificuldades para estabelecer contato com outros Pontos: desconhecimento sobre os demais Pontos e falta de tempo</p>	<p>Associações comunitárias, escolas públicas, entidades públicas municipais, entidades públicas estaduais, entidades federais, ONGs, IES, movimentos sociais, redes ou fóruns, organizações privadas, redes de apoio, conselhos ou fóruns relacionados ao público ou atividade fim, Pontões ou redes de Pontos. Maioria dos Pontos teve contato com 1 a 5 Pontos, eventualmente, por e-mail, telefone, encontros presenciais e listas virtuais de discussão, tendo diminuído significativamente o número de Pontos que utilizam o conversê. Maior motivação do contato: realização de atividades semelhantes. Principal atividade realizada em conjunto: difusão da cultura. Maior dificuldade para</p>	<p>Dificuldade do MinC estimular a constituição da rede, devido à pouca utilização do conversê. Importância de entender qual a natureza das articulações, pois elas são muitas difusas, englobando tanto instâncias públicas e governamentais como aquelas consideradas públicas porém fora do âmbito estatal e ainda, as organizações privadas, tornando obscuro o entendimento de suas reais funções ideo-políticas e sociais.</p>

		estabelecer contato com outros Pontos: desconhecimento sobre os demais Pontos.	
Instituição Proponente	Quase o total situa-se em áreas urbanas, possuindo mais da metade delas o título de ONG, e em grande parte possuindo entre 10 e 20 anos de existência. Embora as parcerias desta organizações sejam, na maioria dos casos, com entidades públicas federais, há uma grande diversidade de recursos recebidos por estas organizações, sendo as mais citadas Programa Cultura Viva; empresas privadas locais; governo federal; governos municipais; prestação de serviços; contribuições de associados ou membros da diretoria; governos estaduais	Localização majoritariamente urbana. Maior percentual do número de ONGs, possuindo entre 10 e 20 anos de existência na maioria dos casos. Parceria mais freqüente é com entidades públicas federais. Exclusão da questão sobre as fontes de recursos e inclusão de questão sobre as natureza das parcerias realizadas por estas instituições, na maioria dos casos para realização de projetos em conjunto e apoio financeiro, bem como outras parcerias.	Diversidade de fontes de financiamento, mostrando que o compromisso ídeo-político-cultural das mesmas varia de acordo com as fontes de financiamento. Terceirização da prestação de serviços públicos sendo institucionalizada pelo governo, refletindo-se no aumento das ONGs como instituição proponentes dos projetos culturais
Políticas Públicas	Não há este tópico nos dados relativos à primeira etapa	A maioria dos Pontos tem no público atendido pessoas que também são beneficiárias do Bolsa Família	Esta transversalidade permite relacionar o Programa Cultura Viva com o traço assistencialista da política social do Governo Lula

3.7.4. Indicadores obtidos a partir das visitas técnicas

É importante registrar que, apesar de a avaliação proposta ter sido constituída de duas dimensões complementares, a saber, quantitativa e qualitativa, as exigências da avaliação percebidas ao longo do desenvolvimento da pesquisa redefiniram seu sentido para um viés mais técnico, restringindo a noção da avaliação a uma mera coleta de dados, como se fosse possível conhecer a totalidade da realidade dos Pontos de Cultura apenas a partir do questionário. Entretanto, na tentativa de realizar um trabalho mais amplo, foi proposta a adoção da pesquisa qualitativa, que seriam as visitas aos Pontos, apesar de entendermos que não se pode separar estas duas dimensões, na medida em que as duas estão sempre inter-relacionadas. Na segunda etapa da pesquisa, devido ao pouco tempo que tínhamos para sua realização, não pudemos realizar as visitas e nem mesmo aprofundar a análise dos dados oriundos do questionário, ficando ainda mais evidente este aspecto do viés técnico da pesquisa.

MINAYO (1997) afirma que a atividade de avaliação reifica sua dimensão técnica de tal forma que, apesar de sua relevância, obscurece a discussão teórico-metodológica do assunto em questão. Para a autora, isto acaba por gerar um empobrecimento e um dogmatismo, ao reduzir um amplo campo de produção de conhecimento à sua instância técnica, além do que gera uma mistificação desta técnica, revestindo-a de uma objetividade que se pretende indiscutível. Desta maneira, é desfocada a vinculação da dimensão técnica com as escolhas teóricas e metodológicas que as embasam e as precedem. Com diz a autora: “É esquecida a máxima epistemológica de que qualquer técnica é uma teoria em ato”. De acordo com MINAYO (1994), entendemos que os resultados de uma pesquisa constituem-se sempre de uma aproximação da realidade social, que não pode ser reduzida a um conjunto de dados construídos no decorrer da investigação/avaliação. Negar esse aspecto é aceitar os limites da avaliação realizada.

As visitas técnicas constituíram parte da pesquisa de Avaliação e Monitoramento do Programa Cultura Viva, tendo como objetivo conhecer a dinâmica de desenvolvimento e implementação dos projetos dos Pontos de Cultura. A atividade de avaliação esteve orientada para verificar a consonância de tais projetos com as metas gerais e diretrizes definidas, bem como fornecer elementos que pudessem contribuir para o aprimoramento da política cultural, complementando assim os elementos de

análise oriundos da aplicação do questionário. Estes elementos também serão importantes para complementar as análises até aqui desenvolvidas, entretanto não constituem uma análise desarticulada daquela que foi desenvolvida com base nos dados do questionário aplicado, uma vez que estes já refletem a realidade com a qual nos aproximamos.

A metodologia de avaliação baseou-se na visita de pesquisadores aos Pontos de Cultura previamente selecionados, realizadas entre os meses de março e maio de 2006, visando apreciar:

- a) a dinâmica do trabalho desenvolvido nos Pontos de Cultura, com ênfase em: atividades e ações realizadas; infra-estruturas disponíveis; qualificação e desempenho das equipes profissionais contratadas; público atendido; contexto no qual está inserido o projeto; sujeitos envolvidos
- b) a forma como as diretrizes do Programa Cultura Viva estão presentes nas ações/atividades desenvolvidas pelos Pontos de Cultura;
- c) a avaliação do impacto das ações dos Pontos de Cultura para o público e para a comunidade envolvida;
- d) a consistência das informações recolhidas a partir da aplicação do questionário quantitativo em relação àquelas obtidas a partir de tais visitas.

Nesta ocasião, os pesquisadores estiveram encarregados de realizar observações no local do Ponto de Cultura e seu entorno, bem como conhecer as atividades vinculadas ao projeto, o que ficou registrado no preenchimento dos registros de observação. Foram também realizadas entrevistas com: a) membros da equipe de coordenação; b) parceiros ou pessoas pertencentes à comunidade que estabeleçam algum vínculo com o Ponto de Cultura; e público participante dos projetos. As entrevistas foram conduzidas com base em roteiros semi-estruturados. Todas as informações recolhidas no trabalho de campo foram consolidadas no Relatório Final da Visita¹¹⁶, anexadas a documentos e registros fotográficos produzidos pelos pesquisadores, além de materiais produzidos pelos próprios Pontos de Cultura recolhidos durante as visitas.

As vistas foram realizadas em vinte (20) Pontos de Cultura distribuídos em sete (7) estados do Brasil, a saber: Rio de Janeiro (5); Pernambuco (3); Bahia (2); São Paulo (5); Minas Gerais (2); Rio Grande do Sul (2); Amazonas (1). É importante destacar que

¹¹⁶ Todo o material da pesquisa e os relatórios produzidos foram disponibilizados para o Minc em página virtual na internet, entretanto, o acesso ao mesmo foi restrito à equipe do LPP e SPPC/MinC.

antes de iniciar o trabalho de campo, foi desenvolvida uma atividade de treinamento dos pesquisadores, onde foi apresentado o conteúdo da pesquisa, o Programa Cultura Viva e realizadas duas (2) visitas a um Ponto de Cultura no Rio de Janeiro, com o objetivo de testar a metodologia e os instrumentos de pesquisa, a partir do que foram feitos alguns ajustes nestes mesmos instrumentos. Isto foi importante, pois, neste período, foram contratados alguns pesquisadores para a realização das visitas nos estados fora do Rio de Janeiro.

Segue abaixo a relação dos Pontos de Cultura que compuseram a amostra, apresentando suas principais informações:

Cidade	Projeto	Entidade	Público	Atividades	Linguagens
Rio de Janeiro	Memórias de Santa	Viva Santa	Jovens de 14 a 17 anos, de baixa renda, e moradores de Santa Tereza	Reconstrução e preservação da memória do bairro, do patrimônio histórico cultural e ambiental de Santa Tereza através de atividades de pesquisa e difusão da cultura local. Atividades de formação na área de informática e agentes de turismo	Artes gráficas, plásticas, audiovisuais e música
Rio de Janeiro	Arte e Cultura na Baixada	Associação de Amigos do América Baixada - AMAB	Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, estudantes da rede pública, adultos com mais de 50	Formação/capacitação/educação artístico-profissional, lúdica, amadora, conscientização	Esporte (futebol), música, dança, teatro, artesanato, artes

			anos, população de baixa renda	política, circulação e difusão	plásticas e literatura
Rio de Janeiro	Oficina de Artes da Casa das Artes da Mangueira	Associação casa das Artes de Educação e Cultura	Jovens de 16 a 20 anos, moradores da comunidade da Mangueira	Formação/capa citação/educaçã o artístico- profissional; preservação da memória através de atividades de pesquisa e difusão da cultura local. Formação na área de apoio à produção cultural, cidadania, criação de produtos culturais	Artes plásticas, artesanato , audiovisu al, cinema, dança, fotografia e música
Rio de Janeiro	Núcleo de Produção Audiovisual do Grupo Nós do Morro	Grupo Nós do Morro	Jovens de baixa renda, moradores de outras comunidades além do morro do Vidigal, área de localização da entidade	Formação/capa citação/educaçã o artístico- profissional; divulgação da cultura; produção na área audiovisual. Formação na área de apoio à produção cultural, cidadania, difusão digital, atividades artísticas e elaboração de	Audiovisu al, cinema, fotografia, música e teatro

				roteiros	
Rio de Janeiro	Projeto Integração pela Música - PIM	Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição	Crianças e jovens de várias faixas etárias, moradores da localidade e de municípios vizinhos de Vassouras, estudantes da rede pública e particular, bem como adultos, população de baixa renda e de classe média	Formação/capa citação/educaçã o artístico- profissional, lúdica e amadora, difusão da cultura. Formação na área de apoio à produção cultural, criação de produtos culturais, atividades artísticas. Através do contato com a música, fortalecer a auto-estima, o rendimento escolar e a disciplina, além de geração de renda	Artes plásticas, artesanato , literatura, música (canto, percussão, violão, viola, contrabai xo, saxofone, trompete, violino, clarineta, flauta, violoncelo
Pernambuco	Nossos Patrimônios Vivos	Associação Não Governamental Veredas	Estudantes de rede pública e particular, estudantes universitários, habitantes de regiões com relevância para o patrimônio histórico cultural e ambiental,	Formação/capa citação/educaçã o artístico- profissional, preservação ambiental, preservação do patrimônio por restauração, preservação da memória através de	Arquitetu ra, dança, teatro e artesanato

			populações de baixa renda	atividades de pesquisa, difusão da cultura. Formação na área de apoio à produção cultural, turismo cultural e atividades artísticas	
Pernambuco	Projeto CUCA (Centro Universitário de Cultura e Arte)	União Nacional dos Estudantes (UNE)	Estudantes de rede pública (universitários e secundaristas) populações de baixa renda, bairro classe média ou baixa	Formação/capacitação/educação artístico-profissional e artística, difusão da cultura, produção. Formação nas áreas de apoio à produção cultural, cidadania, circulação e difusão e conscientização política	Artes gráficas, artes plásticas, teatro, música, audiovisual, cinema, dança, fotografia, grafite e literatura
Pernambuco	Projeto Memorial Severina Silva Mãe-Biu	Associação dos Amigos do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano	Afro-descendentes, estudantes da rede pública, populações de baixa renda e provenientes de comunidade religiosa de origem africana	Formação/capacitação/educação artístico-profissional e artística, lúdica, amadora, preservação da memória por levantamento/pesquisa	Fotografia, dança e música

				(catalogação de fotografias e objetos pertencentes à Mãe Biu, registro de música religiosa e catalogação das entidades que lidam com cultura e religião), formação na área de apoio à produção cultural e de Cultura de Língua Iorubá	
Bahia	Cultura: Direito de Todos	Fundação Terra Mirim – Centro de Luz	Afro-descendentes, habitantes de comunidades rurais e ribeirinhas, estudantes de rede pública, populações de baixa renda	Formação/capacitação/educação artístico-profissional, preservação da memória por levantamento/pesquisa, difusão da cultura, formação na área de cidadania, conscientização política, criação de produtos culturais, atividades artísticas, elaboração de roteiros	Dança, música, teatro, história cultural, percussão, capoeira
Bahia	Telecentro de	PANGEA	Afro-	Formação/capa	Audiovisu

	Protagonismo Juvenil e seu Teatro Ambulante Ponto Múltiplo de Cultura	Centro de Estudos Sócio-Ambientais	descendentes, estudantes de rede pública entre 16 e 24 anos, populações de baixa renda, adolescentes e jovens moradores das comunidades de São Marcos e Pau da Lima, em Salvador	citação/educação artístico-profissional, preservação ambiental, difusão da cultura, produção, formação na área digital, de apoio à produção cultural, empreendedorismo, conscientização política, atividades artísticas, elaboração de roteiro, iniciação musical	al, música e teatro
São Paulo	Núcleo de Cultura e Educação dos povos do Mar	Centro Cultural São Sebastião Tem Alma	Alunos de ensino fundamental, médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos), portadores de necessidades especiais, e crianças e jovens alocados em casas-abrigo.	Educação patrimonial, preservação da memória, divulgação da língua e cultura guaranis, resgate e registro do patrimônio imaterial da região	Música, artesanato e culinária
São Paulo	Arte no Dique	Instituto Elos Brasil	Crianças, adultos e idosos, afro-	Formação/capacitação/educação artístico-	Canto, dança, música

			descendentes, populações de baixa renda	profissional, difusão da cultura, produção, formação na área de apoio à produção cultural e atividades artísticas	percussão, violão, capoeira, teatro
São Paulo	Projeto CUCA (Centro Universitário de Cultura e Arte)	União Nacional dos Estudantes (UNE)	Populações de baixa renda, idade entre 17 e 20 anos, estudantes de rede pública e universitários	Formação/capacitação/educação artístico-profissional, difusão da cultura, produção, formação na área de apoio à produção cultural, criação de produtos culturais, iluminação, sonorização, elaboração de figurinos, cenários e roteiros, atividades artísticas	Artes plásticas, teatro, música, dança e audiovisual
São Paulo	Escola de Samba e Choro da Zona Leste	Grêmio Recreativo e Cultural Bloco Carnavalesco da Zona Leste	Pessoas residentes no bairro ou regiões vizinhas, de diversas faixas etárias (crianças,	Formação/capacitação/educação artístico-profissional, difusão da cultura, produção, formação na	Música, dança, artesanato, audiovisual, teatro

			adolescentes, adultos e terceira idade)	área de apoio à produção cultural, cidadania, circulação e difusão, conscientização política, criação de produtos culturais, elaboração de figurinos, digital, atividades artísticas	
São Paulo	Ponto de Cultura da UMES	União Nacional dos Estudantes Secundaristas de São Paulo	Estudantes de rede pública, predominantemente residentes na região central da cidade, populações de baixa renda	Formação/capacitação/educação artístico-profissional, e lúdica, amadora, difusão da cultura, formação na área de apoio à produção cultural, circulação, difusão, criação de produtos culturais, iluminação, sonorização, elaboração de figurinos	Teatro
Minas Gerais	Fábrica do Futuro	Instituto Cidade Cataguases	Jovens de 16 a 24 anos, principalmente de baixa renda, residentes na	Formação/capacitação/educação artístico-profissional, preservação da	Arquitetura, artes gráficas, audiovisual, cinema

			cidade de Cataguases, universitários, funcionários públicos e do Ponto	memória através de atividades de pesquisa, produção. Formação na área de criação de produtos culturais	e fotografia
Minas Gerais	Cine Aberto e Laboratório de Filmes do Aglomerado da Serra	Fundação Conscienciarte	Afro-descendentes, mulheres, estudantes da rede pública, populações de baixa renda, moradores da comunidade do Aglomerado da Serra	Formação na área de apoio à produção cultural, cidadania, circulação e difusão, inclusão digital, atividades artísticas. Além das atividades do Ponto, o imóvel abriga oficinas de reciclagem, informática e arte	Artes gráficas, artesanato, audiovisual, cinema e fotografia
Rio Grande do Sul	Partilhando Arte e Cultura	MST	Jovens entre 16 e 20 anos, oriundos de famílias de pequenos agricultores, acampados e assentados, ligados aos movimentos sociais mais diversos	Formação/capacitação/educação artístico-profissional, preservação do patrimônio cultural e histórico dos movimentos sociais, difusão da cultura, produção, fortalecimento da arte no	Música, dança, artes plásticas, artesanato, teatro, literatura

				<p>processo pedagógico.</p> <p>Formação na área de apoio à produção cultural, cidadania (direitos sociais e humanos, resgate da cultura de resistência), circulação e difusão, conscientização política</p>	
Rio Grande do Sul	Projeto CUCA (Centro Universitário de Cultura e Arte)	União Nacional dos Estudantes (UNE)	Estudantes de rede pública e particular, e universitários	<p>Formação/capacitação/educação artístico-profissional, lúdica e amadora, difusão da cultura, produção, formação na área de apoio à produção cultural, cidadania, circulação e difusão, conscientização política, criação de produtos culturais, iluminação, sonorização, atividades artísticas</p>	<p>Dança, desenho, teatro, grafite, música, audiovisual</p>

Amazonas	Cinema e Vídeo na Educação	AM Filmes Digitais	Afro-descendentes, estudantes de rede pública, populações de baixa renda, 60% do público composto por homens	Formação/capacitação/educação artístico-profissional, preservação da memória por levantamento/pesquisa, difusão da cultura, produção, formação na área de apoio à produção cultural, cidadania, circulação e difusão, conscientização política, criação de produtos culturais, iluminação, sonorização, elaboração de figurinos e roteiros	Audiovisual, cinema, dança, fotografia, literatura e teatro
-----------------	-----------------------------------	---------------------------	---	---	--

A amostra foi selecionada a partir de critérios baseados na diversidade, no conteúdo do projeto desenvolvido, no tipo de organização jurídica da entidade proponente, por público alvo atendido e por disponibilidade de informação sobre o Ponto de Cultura, que se expressa no preenchimento do questionário on-line. Esta mesma amostra foi selecionada, conjuntamente, entre o LPP e a SPPC/ MinC. Apesar de parecer pouco representativa em relação ao total de Pontos de Cultura conveniados no Programa Cultura Viva, os elementos analíticos resultantes das visitas técnicas permitem-nos reafirmar as tendências até aqui discutidas, resguardadas as especificidades de cada Ponto visitado.

Vale destacar que não apresentaremos detalhadamente os resultados das visitas de cada Ponto de Cultura em particular, por considerarmos que, para fins deste estudo, é

desnecessário identificá-los¹¹⁷. Entretanto, procuraremos apresentar o maior número possível de observações realizadas nas visitas e nas entrevistas com coordenadores, parceiros e público dos projetos, subdividindo-as em algumas temáticas específicas.

Conhecimento do Programa Cultura Viva	Observamos nas entrevistas realizadas com todas as partes pouco ou nenhum conhecimento sobre o Programa Cultura Viva. Por exemplo, pudemos verificar na fala de alguns jovens Agentes Cultura Viva entrevistados, que ser Agente Cultura Viva era “conhecer a comunidade e seus problemas e ajudar as pessoas”, ou “preservar o meio-ambiente e ensinar isso às pessoas” (isto no caso específico de um Ponto que trabalhava com a questão ambiental). Eles desconheciam o significado da ação Agente Cultura Viva no Programa Cultura Viva.
Concepções do Programa Cultura Viva	Apesar de conhecerem pouco a respeito do Programa, as concepções do empoderamento, do empreendedorismo, da elevação da auto-estima, dentre outros, estão presentes nos discursos de todos os Pontos de Cultura, e não somente na fala dos coordenadores mas também do público.
Ações mais conhecidas	Agente Cultura Viva e Cultura Digital (pois foram as primeiras ações que tiveram seus editais divulgados, além de terem ocorrido problemas na liberação das bolsas e do kit digital).
Localização	Somente um (1) Ponto de Cultura localizou-se em zona rural, todos os demais, inclusive o do MST, estavam localizados em zonas urbanas, e três (3) Pontos mais especificamente dentro de alguma favela da região.
Infra-estrutura dos Pontos	Somente o Ponto localizado no Amazonas não

¹¹⁷ Além disso, a fim de assegurar a privacidade e a liberdade dos entrevistados, de modo a adquirir o maior número possível de informações, a coordenação da equipe do LPP decidiu por não gravar as entrevistas. Assim sendo, os registros produzidos pelos pesquisadores basearam-se unicamente nas anotações e observações realizadas no momento da visita aos Pontos de Cultura.

	<p>dispunha de infra-estrutura própria, mas todos os demais Pontos apresentaram boa infra-estrutura, como vimos no questionário, dispondo de equipamentos tecnológicos e espaços para a realização das atividades, além de o entorno possuir acesso a serviços públicos básicos, como transporte público, coleta de lixo, pavimentação das ruas, iluminação, dentre outros.</p>
<p>Relação com o MinC</p>	<p>Conforme já tínhamos verificado no questionário, na entrevista com os coordenadores, fica explícito o caráter burocrático da relação entre os Pontos com o MinC, inclusive alguns Pontos reclamaram muito das dificuldades de realizar a prestação de contas. Além disso, o contato deles com o MinC deu-se em grande parte por causa dos problemas com as ações Agente Cultura Viva e Cultura Digital.</p> <p>A própria relação dos Pontos com as Representações Regionais deu-se no período, sobretudo, em função deste problema, ou por questões relacionadas a prestação de contas, consideradas difícil para alguns Pontos de Cultura.</p>
<p>Atraso das verbas (Agente Cultura Viva) e Kit Digital (Cultura Digital)</p>	<p>Com relação a este tema, os Pontos foram unânimes em reclamar da falta de organização do MinC e quanto ao atraso da liberação das verbas e do kit digital. Inclusive alguns Pontos enfrentaram problemas com o público que ameaçou afastar-se do Ponto caso não recebesse a bolsa. Houve até mesmo o caso de um Ponto que enfrentou problemas com o tráfico de drogas da localidade, que os acusou de enganar os jovens da favela oferecendo-os as bolsas.</p> <p>Um elemento importante a ser analisado é que a maioria dos Pontos afirmou ter problemas para dar andamento ao projeto por causa deste atraso. Entretanto, no</p>

	questionário, vimos que a maioria das atividades já existia na entidade, não dependendo exclusivamente as verbas para serem iniciadas nos Pontos.
Atividades desenvolvidas	<p>É importante destacar que uma característica comum a todos os Pontos é de que não se busca realizar nenhuma reflexão crítica através das atividades artísticas e culturais desenvolvidas. Houve um caso de um Ponto de Cultura em São Paulo, cuja orientadora pedagógica (psicóloga) afirma que as atividades de artesanato estão mais voltadas para um “terapia” que para profissionalização e geração de renda. Um exemplo disso foi uma encenação feita numa oficina de teatro de um Ponto de Cultura em Pernambuco, cujo desfecho foi a afirmação de que todos os que se esforçam e trabalham crescem na vida e quando não o conseguem é porque não se esforçaram o suficiente. E isto foi enfatizado pelo próprio professor.</p> <p>Observamos ainda que todos os Pontos realizam atividades de inclusão digital, acreditando inclusive em seu “potencial transformador”. Entretanto, houve casos de Pontos desenvolvendo atividades que nada tem a ver com cultura, dentre as quais podemos destacar: artesanato, reforço escolar, idiomas, cabeleireiro e até mesmo telemarketing.</p>
Público atendido	<p>O público atendido pelos Pontos é composto predominantemente de jovens de 16 a 24 anos, alunos de rede pública, de baixa renda e cursando ensino fundamental, como vimos no questionário. Na verdade, esta predominância se explica devido ao fato de ser este um dos pré-requisitos para aprovação do projeto.</p> <p>Entretanto, vimos Pontos que, apesar de seus coordenadores afirmarem que o público tem</p>

	este perfil, admitem outras faixas etárias, até mesmo terceira idade, além de pessoas de classe média e estudantes universitários (no caso específico dos projetos da UNE).
Relação com a comunidade	<p>Todos os coordenadores apontaram na entrevista que, apesar de alguns limites, os Pontos vinham conseguindo tornar-se referência na comunidade. Não se pode negar que alguns Pontos tenham afinidade com a comunidade local, mas vimos, mesmo que implicitamente e em alguns casos isso ficava explícito na fala dos jovens participantes dos projetos, que a referência do Ponto é a bolsa que o Ponto daria aos jovens. No Rio de Janeiro, havia dois (2) Pontos de Cultura que utilizava a questão das bolsas como um instrumento para atrair os jovens a participarem das atividades. E um destes Pontos, o critério para concessão das bolsas aos jovens que seriam Agentes Cultura Viva era a frequência destes participantes ao projeto, não havendo exigência para o bolsista quanto à realização de um trabalho cultural na sua respectiva comunidade.</p> <p>Entretanto, devido à ausência do poder público e de organização política a fim de pressionar o governo, a comunidade vê nestas organizações uma possibilidade de obtenção de melhorias na localidade. Na entrevista com o coordenador de um Ponto de Cultura em São Paulo, este afirmou que a comunidade havia feito àquela ONG a solicitação de pavimentação das ruas. Segundo ele, a pavimentação da rua onde localizava-se o Ponto havia sido possível devido ao estabelecimento da instituição naquela localidade, a qual fez à Prefeitura tal solicitação.</p>
Parcerias	Foram poucos os casos em que a equipe do LPP conseguiu realizar entrevista com o

	<p>parceiro. Entretanto, na conversa com os coordenadores dos Pontos, constatamos a diversidade de parcerias realizadas pelos Pontos, conforme ficou evidente na análise dos dados do questionário.</p> <p>As parcerias realizadas pelos Pontos e citadas pelos coordenadores entrevistados foram: associações das mais diversas (de moradores, de artesãos, federação de escolas de samba, futebol, entre outras), com o objetivo de apoiá-los nas atividades realizadas (realização de atividades em conjunto, divulgação do Ponto, doação de material); instâncias governamentais municipais, estaduais e federais (Prefeitura, Secretarias – Cultura, Assistência Social, Educação, Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), para concessão de espaços para estabelecimento do Ponto, recursos financeiros e equipamentos; organismos internacionais (PNUD e UNESCO) e empresas estatais (Petrobrás e Eletrobrás) e privadas (XEROX, além de empresas locais), para captação de recursos; rádios comunitárias e jornais locais para divulgação do Ponto; ONGs locais e até mesmo internacionais (Brazil Foundation); escolas públicas da região, para utilização dos espaços para realização das atividades do Ponto; universidades públicas e privadas, para apoio na realização de pesquisas, utilização dos espaços pelo Pontos e realização de atividades em conjunto. Até mesmo os Pontos de Cultura do MST e UNE fazem parceria com ONGs.</p> <p>A maioria dos Pontos visitados admitiu ter grande interesse na parceria com a iniciativa privada, além de alguns afirmarem que a relação com o poder público é bastante</p>
--	---

	<p>burocrática.</p> <p>Entendemos que a parceria com os Pontos de Cultura é de suma importância para iniciativa privada na medida em que a “imagem social” das empresas lhes traz grandes benefícios e lucro. Além disso, no caso específico das empresas locais, dados os grandes índices de pobreza e violência das grandes periferias e conseqüentemente a eficácia da atuação das ONGs nestas regiões em termos de passivização, torna-se importante para estas empresas apoiar de alguma forma as iniciativas que, direta ou indiretamente, contribuirão para o bom funcionamento daquelas.</p>
<p>Geração de renda</p>	<p>Não foi possível identificar no público, a não ser pelas falas dos coordenadores, pessoas que tenham efetivamente obtido ganhos concretos advindos de sua participação nos projetos. Observamos que tais ganhos estavam presentes nas falas do público em termos de expectativas em decorrência da participação nos cursos profissionalizantes. Houve alguns casos em que o público afirmou ter a intenção futura de organizar-se em cooperativa; e em um caso, tal experiência, já realizada, havia fracassado.</p> <p>Na verdade, o público não fica impedido de expor a sua produção, entretanto esta exposição fica, muitas vezes, restrita à participação em eventos locais ou em eventos promovidos entre os próprios Pontos de Cultura, com poucas chances de receber alguma remuneração por isso.</p> <p>Nos poucos casos em que a produção do Ponto traz ganhos para o público, uma parte é revertida para a entidade proponente. Além disso, pudemos perceber que a exposição da produção do Ponto muitas vezes é vantajosa para expandir o nome da entidade, o que</p>

	<p>certamente traz ganhos para a mesma.</p> <p>Tais aspectos permitem-nos afirmar que a tão propagada geração de renda pode ser uma forma de conseguir a aprovação do projeto, já que este elemento é central no Programa. Entretanto, na prática, fica restrita ao discurso e ao campo das intenções, além de se disseminar ideologicamente como uma alternativa ao trabalho formalizado, legalizado e assegurado pelo Estado.</p>
<p>Impacto</p>	<p>Na dificuldade de gerar renda através da participação nos projetos dos Pontos de Cultura, o impacto sobre o público fica restrito ao campo da subjetividade. Um aspecto interessante a ser ressaltado é que, embora possamos identificar na fala dos participantes dos projetos presentes na ocasião da visita uma grande expectativa de inserção no mercado de trabalho (e não poderia ser diferente diante de suas condições de vida), identificamos que este discurso da subjetividade foi assimilado pelo público, estando presente na fala deste mesmo público.</p> <p>Dentre os resultados mais citados nas entrevistas, tanto com coordenadores, alunos e parceiros, foram: a elevação da auto-estima; o Ponto como um novo espaço de socialização capaz de afastar os jovens do envolvimento com as drogas e com o mundo do crime; despertar a criatividade do público; melhora no comportamento dos jovens (maior disciplina) e em sua relação com seus familiares; valorização pessoal e comunitário; aquisição de novas amizades; maior conhecimento da cultura local e da cidade em que vive; melhora no rendimento escolar. Ou seja, na ausência de políticas de emprego, bem como de políticas públicas que visem a melhora das condições de vida da</p>

	<p>população, as ONGs consideram-se capazes de substituir a ação do estado, suprindo as carências decorrentes desta ausência.</p> <p>E, ainda, segundo depoimento de um adolescente, a participação nas atividades do Ponto de Cultura, por serem “mais práticas do que teóricas, diferente da escola por exemplo”, despertavam maior interesse dos alunos dos cursos. Isto evidencia um estímulo ao aprendizado informal, tornando desnecessário frequentar a escola, o que não deveria acontecer, já que um dos objetivos do Programa é o fortalecimento do vínculo com a escola pública que, na prática, é extremamente frágil.</p> <p>A questão da cidadania aparece também nas falas de alguns coordenadores e de parceiros, porém em uma das visitas especificamente, ao ser perguntado como a questão da cidadania era trabalhada no Ponto (em Pernambuco), o parceiro (que era presidente da liga das agremiações do carnaval de Olinda) afirmou que uma psicóloga e uma educadora trabalhava a “questão da convivência” entre os jovens do projeto, pois “eles precisavam civilizar-se”. Outra constatação é a ausência de referência ao Serviço Social como segmento profissional que compunha as equipes dos Pontos.</p> <p>A referência ao fortalecimento e resgate da cultura popular esteve presente na fala de coordenadores de um dos projetos do MST (Rio Grande do Sul), segundo a qual o projeto objetivava “gerar nos jovens o refinamento cultural que facilitasse com que eles pudessem distinguir entre cultura massificada e cultura popular”, além de possibilitar aos jovens o intercâmbio com assentados de outras regiões, o que contribuiria para resgatar o sentido da</p>
--	--

	<p>militância. Entretanto, as atividades desenvolvidas na escola de formação do MST eram bastante parecidas com as dos demais Pontos dificultando o entendimento de como atingiriam tais objetivos.</p>
<p>Rede</p>	<p>Pôde-se observar que há uma grande relação entre alguns Pontos de Cultura, na realização de atividades em conjunto, intercâmbio de experiências e, ainda, no caso do Rio de Janeiro, na criação de um fórum dos Pontos. Entretanto, este fórum foi criado em função do atraso das verbas e dos kits digitais para que os Pontos pudessem organizar-se para pressionar o governo para que esta liberação se agilizasse. Além disso, esta relação entre os Pontos ocorre na maioria das vezes sem participação do MinC, o que seria possível através da participação das regionais.</p> <p>O MinC promove um evento Teia de Cultura, que é um espaço de intercâmbio entre os Pontos. É um evento grande, já que conta com a participação de todos os Pontos de Cultura do Brasil. À época da realização das visitas, não foi possível identificar a repercussão de tal evento para os Pontos, pois eles estavam preparando-se para o mesmo, que iria acontecer em um período posterior.</p>
<p>Trabalho Voluntário</p>	<p>A maioria dos Pontos afirmou admitir trabalhadores voluntários em sua equipe, oriundos, na maioria dos casos, de moradores da comunidade. Inclusive um deles afirma que precisaria captar mais recursos para começar a remunerar, ou seja, “oferecer uma ajuda de custo” para estes trabalhadores, apesar de a verba oriunda do Programa Cultura Viva possibilite tal remuneração.</p>
<p>Instituição Proponente e estrutura jurídica</p>	<p>A questão da estrutura jurídica como elemento facilitador para que algumas organizações (em sua maioria ONGs) consigam apoio do Programa Cultura Viva</p>

	<p>para seus projetos esteve presente em um caso em Olinda (Recife), mostrando-nos como a dificuldade de algumas entidades em apresentar documentos requeridos no edital, faz com que sejam excluídos ou prejudicados quando tentam de alguma alternativa para alcançar este financiamento.</p> <p>Uma entidade religiosa que organizava um memorial da líder religiosa da casa, além de realizar atividades de pesquisa sobre cultura afro-brasileira, não possuía a estrutura jurídica necessária para receber o financiamento. Deste modo, utilizou o nome de uma entidade da cidade, cujo presidente, ao receber a verba relativa à primeira parcela, destinada à compra de material para o Ponto de Cultura e para a remuneração dos participantes do projeto, que até então trabalhavam de forma voluntária devido ao vínculo religioso com a casa e por serem familiares de pessoas que já foram frequentadoras desta mesma casa. Assim sendo, o Ponto estava vivendo grandes dificuldades financeiras e o MinC pareceu-nos não muito interessados em enfrentar a situação. À época da visita, os Pontos já estavam para receber a segunda parcela e este em particular não tinha conseguido resolver este problema.</p>
--	---

As visitas, ao lado dos dados do questionário, foram importantes para mostrar que as modalidades de enfrentamento da questão social, mais especificamente no âmbito da cultura, estão contribuindo para a institucionalização das ações das ONGs, cuja atuação, como vimos nos dados da pesquisa de Avaliação de Monitoramento do Programa Cultura Viva, contribui para uma reatualização do conservadorismo, que se traduz em: disseminar o conceito dominante de cultura que, por sua vez, contribui para a desmobilização das classes subalternas e para um não-reconhecimento das mesmas como protagonistas do cenário político e social. Além disso, através do acesso ao fundo

público, as ONG estão formando um grande mercado não somente de produtos culturais, mas de gestão na área cultural, de captação de recursos.

Deste modo, estão alinhados com a concepção de cultura do governo, segundo a qual a dimensão econômica se reduz ao estímulo ao empreendedorismo e à geração de renda, que, na prática, fica restrito ao discurso dos Pontos de Cultura. Já as dimensões simbólica e de cidadania convergem para a idéia do fortalecimento da auto-estima, impacto para a subjetividade do público destes projetos, empoderamento, dentre outros elementos identificados ao longo deste trabalho.

Ao enfatizar o empreendedorismo na política cultural, o governo acaba por reafirmar a substituição das iniciativas neste âmbito à geração de emprego assalariado, ao mesmo tempo em que reafirma a concepção dominante de política social no governo.

Além disso, reifica a cultura como mercadoria, onde até mesmo a cultura popular ao ser valorizada nos projetos dos Pontos de Cultura, são voltadas à venda de sua imagem. Estes aspectos têm como consequência a destituição de seu potencial contra-hegemônico e, conseqüentemente, a política cultural acaba servindo como instrumento de apassivamento das classes subalternas.

É importante destacar que adotamos ao longo deste trabalho a reflexão gramsciana no interior da tradição marxista exatamente porque situa a cultura no interior da luta de classes. Associando-a à ação política, torna-se possível a partir de suas reflexões entender a cultura como campo de disputa na sociedade civil pela contra-hegemonia, em direção aos interesses da classe trabalhadora.

Com bases nisso, percebemos que os limites evidenciados nos dados da pesquisa de avaliação permitem-nos afirmar que o Programa Cultura Viva não é uma política que contribua para fortalecer esta perspectiva contra-hegemônica, não estando de acordo com os interesses das classes subalternas, mas da classe dominante ao institucionalizar a ação das ONGs (que em sua essência é despolitizada e nega o conflito de classes e por isso mesmo é um instrumento passivizador) e difundir conceitos como o de sociedade civil atrelado ao Terceiro Setor, a cultura com mercadoria, e ainda o discurso do empreendedorismo como um elemento funcional à lógica perversa e cada vez mais excludente do capital financeiro.

Considerações Finais

Por certo, qualquer investigação que se reivindique conseqüente, apresentará conclusões parciais. Desse modo, seria desnecessário repetir todas as análises feitas ao longo do estudo para apresentá-las a título de conclusão. Por isso, pensamos ser possível apenas registrar algumas questões no âmbito dos problemas tratados à guisa de considerações.

A presente dissertação buscou analisar criticamente os rumos da política cultural do governo Lula, com base nos resultados da pesquisa de Avaliação e Monitoramento do Programa Cultura Viva, uma ação de fomento a projetos culturais desenvolvida pelo MinC desde julho de 2004.

Buscamos realizar um estudo contemporâneo, num contexto completamente adverso, de hegemonia do capital financeiro e anulação da política, do conflito entre as classes sociais inclusive no plano internacional. No Brasil, vivenciamos a trajetória de um governo dito de esquerda (Governo Lula), mas que na prática sua política apresenta-se moldada à ordem instituída, com poucas possibilidades de superação, constatação que nos leva a afirmar que o momento coopera para a desmobilização das lutas das classes subalternas, apesar de não anulá-las. E isto tem a ver com o acirramento do conflito entre Capital e Trabalho, que tem resultado em todas as formas de aviltamento do trabalho, que se refletem no desemprego e em sua precarização, e conseqüentemente, no aprofundamento das expressões da questão social.

Tendo em vista que o processo de financeirização ora em curso espraia-se para todas as esferas da vida social, temos visto a ascensão de concepções ditas pós-modernas que contribuem para encobrir cada vez mais o conflito de classes e para acirrar o processo de mercantilização das relações sociais.

Resgatando afirmação anterior de que o campo da cultura pode ser entendido como um processo de produção de significados e, portanto, um campo conflitivo, e dado o caráter adverso da contemporaneidade, este campo tem sido destituído de todo seu potencial contra-hegemônico, reduzindo-se à esfera do consumo e do espetáculo, lógica com a qual a política cultural do governo Lula não tem conseguido (ou não tem se proposto a) romper.

Este aspecto nos leva a refletir sobre a concepção dominante na política social do governo Lula, o que no campo da política cultural revela uma redução da questão social à situação de pobreza, a qual deve ser enfrentada de forma focalizada e

emergencial ou, ainda, através da difusão do empreendedorismo, como se profissionalizar o indivíduo o capacita a superar sua condição de pobre, tornando-se um indivíduo “empoderado” e gerando o aumento de sua auto-estima. Tal discurso, ao mesmo tempo em que é funcional à não implementação de uma política de emprego pelo Estado, que enfrente as estruturas de desigualdade, e às formas de precarização do trabalho em curso, contribui para a desmobilização das lutas sociais, ao responsabilizar o indivíduo pela sua própria condição social.

Para pôr em prática este tipo de política, nada mais adequado que o governo estabeleça crescentemente parcerias com o chamado Terceiro Setor, cujas atividades realizadas no âmbito do Programa Cultura Viva, como vimos nesse estudo, muitas vezes nada tem a ver com cultura, restringindo-se em alguns casos a ações meramente assistencialistas. Além disso, reforçam a idéia da cultura como mercadoria e, mesmo quando trabalham com cultura popular, o fazem na direção de vender sua imagem neste mercado, sem dúvida desmobilizando-a em toda sua dimensão combativa e revolucionária. O mais surpreendente é que mesmo as iniciativas dos movimentos sociais, como a UNE e o MST, acabam enfrentando a questão em moldes semelhantes. Isto nos mostrou o caráter de classe da cultura e os efeitos concretos da dominação cultural, de modo que, neste campo de disputa pela hegemonia, a cultura popular está inscrita nas relações de poder, podendo ser influenciada pela força da indústria cultural, a qual reforça e remodela constantemente aquilo que representa.

Para enfrentar o debate proposto, consideramos necessário debruçarmo-nos sobre o contexto político, econômico, social e cultural da sociedade contemporânea, disto resultando as discussões suscitadas no Capítulo I. Em decorrência disso, buscamos delinear a abordagem adotada no campo marxista para enfrentar os desafios contemporâneos, encontrando na teoria de Antonio Gramsci a ancoragem capaz de reafirmar o compromisso com a perspectiva emancipatória das classes subalternas e, conseqüentemente, de transformação social em uma conjuntura tão complexa e adversa. Tais elementos compuseram as reflexões presentes no Capítulo II.

A apropriação dos estudos mencionados abriu espaço para que no Capítulo III nos concentrássemos nas discussões acerca dos rumos que assume a política cultural do governo Lula. Entretanto, antes de nos debruçarmos sobre os dados da pesquisa realizada, foi preciso entender um pouco a trajetória da política cultural no Brasil, a partir do que reconhecemos os resquícios do autoritarismo em termos de “revolução passiva” que resvala nos dias atuais e aparecem de forma reatualizada no governo Lula.

Segundo esta orientação, consideramos necessário passar também pela discussão a respeito da consolidação da cultura na Constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, a qual foi na verdade uma tentativa de constituição de um Estado de Bem-Estar no país o qual, não tendo se consolidado, sofre o impacto do neoliberalismo no país. Finalmente, nos concentramos no debate mais propriamente dito do Programa Cultura Viva.

Diante de tais colocações, e à guisa de considerações finais, consideramos importante retomar alguns pontos de grande relevância para o debate ao longo da dissertação e que, portanto, estão interligados. Entretanto, cabe esclarecer que esta dissertação teve o objetivo de contribuir para o debate contemporâneo, sem que isso signifique o seu esgotamento.

- Importância de reafirmar o vínculo da cultura com a perspectiva emancipatória (contra-hegemônica) e, portanto, com a luta de classes, uma vez que, dentro da vertente pós-moderna, este campo está resumido à condição de mercadoria;

- Importância de se retomar a cultura popular em seu vínculo com os interesses das classes subalternas, negando a sua condição de mercadoria, em que até o folclore aparece como mais uma imagem a ser vendida;

- Necessidade de se resgatar o conceito de sociedade civil, no sentido gramsciano, ou seja, como arena privilegiada da luta de classes, constitutiva do Estado e não oposta a ele, ao invés de associá-lo ao campo da filantropia e como responsável pela provisão do bem-estar social, tendo em vista que a expansão das chamadas ONGs no enfrentamento da questão social tem contribuído para uma diluição do significado do engajamento social, e o sentido virtuoso por elas atribuída ao termo, repleto de nuances liberais, acaba por contribuir também para velar a composição e o conflito de classes no interior da sociedade e neutralizar sua ação organizada frente ao ataque aferido contra seus direitos;

- Como decorrência do item anterior, é necessário ampliar o debate e a crítica sobre o tipo de ação destas organizações, especialmente no campo da cultura através do Programa Cultura Viva, pois entendemos que esta política, tal como vem sendo gestada, tem atuado no sentido de manter a hegemonia dominante sobre o público destes projetos, contribuindo para seu controle e sua passivização – e isto pode ser compreendido pelo fato de serem estas as classes consideradas “perigosas” na sociedade, devido à sua condição de pobreza e destituição –, ao ocupar o tempo do

público com atividades desprovidas de uma perspectiva emancipatória, e ao disseminar concepções típicas do ideário neoliberal, como o empreendedorismo, empoderamento, auto-estima e protagonismo social (este último substituindo a idéia de participação e organização política). Além disso, tais ações acabam por fortalecer o chamado “dirigismo”, herança da nossa cultura política autoritária e com o qual o governo afirma querer romper através do Programa Cultura Viva, na medida em que estas mesmas organizações despolitizam e tentam desconsiderar a criação cultural das comunidades onde se inserem, trazendo de fora para dentro a sua noção de cultura e de produção cultural, construindo um consenso através da cultura;

- Ampliar o debate sobre um possível privilegiamento destas organizações pelo Estado, no sentido de que cada vez mais estão recebendo financiamento estatal para suas atividades e projetos, mantendo uma relação com o mesmo restrita a seu caráter burocrático, além do que são elas que possuem toda estrutura jurídica capaz de responder aos requisitos elencados pelo Estado para que alcancem tal financiamento;

- Resgatar o sentido público da política social, o que requer um redimensionamento das práticas até hoje levadas a efeito pelo governo.

Vale dizer que esta dissertação utilizou dados resultantes de nossa participação no projeto de avaliação desenvolvido pelo Laboratório de Políticas Públicas como ponto de partida para a análise aqui desenvolvida, portanto, buscou um esforço de reflexão visando superar uma tendência à mera tecnificação e quantificação da realidade social, limites os quais têm incorrido muitas das investigações no âmbito das Ciências Sociais. Sem, contudo, menosprezar a importância de dados que retratem esta mesma realidade.

Apesar das adversidades que muitas vezes nos dificultam vislumbrar transformações futuras, não só em termos nacionais como também internacionais, o contexto oferece as condições para que se articulem forças em torno de um projeto democrático e popular de sociedade, na qual se possa estender a cidadania a todos, promover o protagonismo das massas, subordinar a economia ao desenvolvimento da população e recriar a configuração de nação cada vez mais livre no contexto mundial. Para isso, deve-se resgatar o potencial da sociedade civil para enfrentarmos as formas mais sofisticadas e “invisíveis” de dominação, hoje implementadas pelo mercado e pela sociedade de consumo, pela indústria cultural e pela política do espetáculo.

Entendermos que a política aqui analisada tem se mostrado pouco ambiciosa, tendo em vista que segundo seus implementadores busca ser uma política renovadora e, mais do que isso, transformadora, - e isso chama atenção uma vez que é pensada e

efetivada por um governo de esquerda com a trajetória do Partido dos Trabalhadores, o que significa que todas as suas políticas deveriam realmente direcionar-se a atender aos interesses das classes trabalhadoras. Entretanto, acreditamos nas possibilidades de superação de seus limites, o que é possível através da reflexão teórica a respeito do que estamos construindo como política cultural. Foi nisso que a dissertação aqui desenvolvida buscou contribuir.

Em suma, a cultura é um elemento central na construção de uma hegemonia, mesmo quando se apresenta como mero elemento de administração/gerenciamento da pobreza via política pública. Mais uma vez, grandes desafios se apresentam para a construção de um outro projeto de sociedade. Para isso, há que se pensar e propor novas formas de resistência e enfrentamento das bases de legitimação do capital, e isto implica romper com a passividade perante a cultura e a resignação ao estabelecido, pois estes bloqueiam a busca da democracia e alimentam a visão e o poder dos dominantes. Alguns dirão que fomos radicais, mas se ser radical é tomar a crítica pela raiz... assim fomos.

Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio H. *Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre*. RJ: Jorge Zahar, 1985.
- ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. SP: Cortez, 2002.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Cultura na Sociedade de Classes”. In: *[SYN]Thesis: Cadernos do Centro de Ciências Sociais*. Vol I, Nº 2. RJ: UERJ, CCS, 1997, p. 29 - 39.
- _____. “Contribuição da Reflexão Gramsciana para a Ampliação do Conceito de Cultura”. In: *[SYN]Thesis: Cadernos do Centro de Ciências Sociais*. Vol I, Nº I. RJ: UERJ, CCS, 1997, p. 49 - 61.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ALVES, Mariana Garcia Castro. “Heterogeneidade, Precarização e Segmentação da Ação no Setor Terciário”. Texto extraído do site do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT / Instituto de Economia da UNICAMP. Consultado em outubro de 2007.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, E. & GENTILLI, P. (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996, 3ª edição.
- _____. *As origens da pós-modernidade*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. SP: Cortez, 1995.
- _____. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial 1999.
- ARAÚJO, S. “Sindicalismo e Mercado de Trabalho: propostas da política italiana recente e as dimensões da empregabilidade/lições para o Brasil”. MG: ANPOCS, 1998 (mimeo).

- ASSIS, Aline Silveira de. “Cultura e Classe Social na Pós-Modernidade: Tensões e Perspectivas”. In: *Revista Textos & Contextos*, Ano 5, Vol. 6, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br>
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. “Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho”. In: SILVA, M^a Ozanira da Silva & YASBECK, M^a Carmelita (orgs.). *Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo*. SP: Cortez, 2007, p. 90 - 129.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- BEHRING, Elaine. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos*. SP: Cortez, 2003.
- BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutividade técnica”. In: _____. *Obras escolhidas* (vol. 1). Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOITO JR., Armando. “A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula”. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 17. RJ: Editora Revan, 2003.
- BORÓN, Atílio. “A sociedade civil após o dilúvio neoliberal”. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. RJ: Paz e Terra, 1995.
- _____. “Os ‘novos Leviatãs’ e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina”. In: *Pós-Neoliberalismo II: Que Estado para que Democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- BOSCHETTI, Ivanete. “Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira”. In: *Revista Psicologia & Sociedade*, vol. 15. no.1. Porto Alegre: Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO. Janeiro/Junho, 2003.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. SP: Companhia das Letras, 1972.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. 10^a edição. RJ: Vozes, 2000.
- BOTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRAGA, Ruy. *A restauração do capital: um estudo da crise contemporânea*. SP: Xamã, 1996.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. RJ: Editora Espaço Jurídico, 2006.
- BUEY, Francisco Fernández. *Marx (sem ismos)*. RJ: Editora UFRJ, 2004.
- CAMARGO, J. M. (org). *Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CANO, W. *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (des) Ordem Social Internacional*. 4ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; SP: FAPESP, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de Carvalho. “A Reemergência das Solidariedades Microterritoriais na Formatação da Política Social Contemporânea”. In: *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação Seade*. Vol. 11, nº 4, outubro-dezembro., 1997.
- CASSAB, Maria Aparecida T. “A cultura – o Outro na subjetividade”. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Niterói: Intertexto, 2002, p. 154-164.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. RJ: Vozes, 1998.
- CERQUEIRA Filho, Gisálio. *A “Questão Social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. Coleção Retratos do Brasil.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia?* SP: Brasiliense, 1994.
- _____. *Cidadania Cultural: o direito à cultura*. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- _____. *Simulacro e Poder – uma análise da mídia*. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CFESS. *Código de Ética Profissinal*, 1993.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. SP: Xamã, 1996.
- _____. “Mundialização: o capital financeiro no comando”. In: *Revista Outubro - Revista do Instituto de Estudos Socialistas* (revista virtual: www.revistaoutubro.com.br), edição nº 5, outubro de 2001.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio – o mito das classe perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. RJ, Niterói: Editora Oficina do Autor e Intertexto, 2001.

- COSTA, Ana Alice. “Gênero, poder e empoderamento das mulheres”. Texto extraído do site Google Acadêmico, em julho de 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista de Estado e Revolução*. SP: Brasiliense, 1985.
- _____. “Notas sobre Cidadania e Modernidade”. In: *Revista Praia Vermelha*. RJ: UFRJ, janeiro de 1997.
- _____. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaio sobre idéias e formas*. 3ª ed. rev. e ampliada. RJ: DP&A, 2005.
- _____. *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias*. SP: Cortez, 2006.
- DAGNINO, Evelina; ALVAREZ, Sonia (orgs.). “Os movimentos sociais, a sociedade civil e o ‘terceiro setor’ na América Latina: reflexões e novas perspectivas”. In: *Primeira Versão*. Campinas, IFCH, UNICAMP, n° 98, 2001.
- _____. “¿ Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización*. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, 2004.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. RJ: Contraponto, 1997.
- DIAS, Edmundo. “Posfácio”. In: BRAGA, Ruy. *A restauração do capital: um estudo da crise contemporânea*. SP: Xamã, 1996.
- DÓRIA, Carlos Alberto. *Os Federais da Cultura*. SP: Biruta, 2003.
- _____. “Cultura, Brasil e Estado Novo. A política cultural de Getúlio Vargas, que se matou em 1945, ainda incomoda os intelectuais”. Texto extraído do site www.uol.com.br/tropico. Acesso em junho de 2006.
- DUPAS, Gilberto. *Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado*. SP: Paz e Terra, 2003.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *O que é Política Social?* SP: Brasiliense, 1991.
- FINELLI, Roberto. “As contradições da subjetividade: Americanismo e fordismo em Antonio Gramsci”. Texto extraído do site: www.gramsci.org.br. Acesso em dezembro de 2006.
- FIORI, José Luís. *60 lições dos 90. Uma década de neoliberalismo*. 2ª. ed. RJ: Record, 2002.
- FREDERICO, Celso. “Cotidiano e arte em Luckács”. Texto extraído do site www.googleacademico.com.br. Acesso em fevereiro de 2007.

- FREIRE, Silene. *Cultura Política e Revolução Burguesa no Brasil: a instrumentalidade do pensamento autoritário (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado. RJ: UFRJ, 1991.
- _____. “Estado, Democracia e Questão Social no Brasil”. In: BRAVO, Maria Inês Souza & PEREIRA, Potyara A P (orgs.). *Política Social e Democracia*. SP: Cortez; RJ: UERJ 2001.
- _____. “As armadilhas da recente notoriedade da sociedade civil no Brasil”. In: FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de Moraes & CASTRO, Alba Tereza Barroso (orgs.). *Serviço Social, Política Social e Trabalho*. SP: Cortez; RJ: UERJ, 2006, p. 75 - 97.
- FRIDMAN, Luis Carlos. “Pós-modernidade: sociedade da imagem e sociedade do conhecimento”. In: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, Volume VI, nº 2. RJ: julho-outubro, 1999.
- GARCÍA CANCLÍNI, Nestor. *Consumidores y ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización*. México: D.F., Grijalbo, 1995.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. RJ: Paz e Terra, 1979.
- GOMES, Âna Lúgia. “A nova regulamentação da filantropia e o marco legal do terceiro setor”. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 61. SP: Cortez, novembro de 1999, p. 91-108.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. RJ: Forense Universitária, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. “Socialismo e Cultura”. In: *Escritos Políticos*. Lisboa: Editora Seara Nova, 1978.
- _____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. RJ: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Orelha de Leandro Konder. Quarta capa de Norberto Bobbio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HABERMAS, J. *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. RJ: Tempo Brasileiro, 1980.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. SP: Edições Loyola, 14ª edição, 2005.
- HORKHEIMER, M. e ADORNO, TW. *A dialética do esclarecimento*. RJ: Zahar, 1985.

- IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil — Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. SP: Cortez & Lima, 1982.
- IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. SP: Cortez, 1998.
- _____. “Transformações Societárias, alterações no mundo do trabalho e serviço social”. In: *Revista Ser Social*, nº06, Revista do PPGPS do DEPTº de Serviço Social da UnB, Brasília, 2000.
- _____. “A Questão Social no Capitalismo”. In: *Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*. Ano III, nº 3 – janeiro a junho de 2001, p. 9-32.
- _____. *O Serviço Social no Tempo do Capital Fetiche*. Tese apresentada para concurso de Professor Titular (UERJ), volume I, 2005.
- IASI, Mauro. *As Metamorfoses da Consciência de Classe – O PT entre a negação e o consentimento*. SP: Expressão Popular, 2006.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. RJ: Nova Fronteira, 1991.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. SP: Paz e Terra, 1992.
- LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. *Proposta de Monitoramento e Avaliação (Piloto) do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva*. Coordenação: Prof. Dr. Emir Sader. Abril de 2005.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. SP: Alfa e Ômega, 1986.
- LYOTARD, Jean François. *A condição pós-moderna*. (RC Barbosa, Trad.). RJ: José Olympio, 1998. (Original publicado em 1979)
- MACHADO, Mário Brockmann. “Notas sobre política cultural no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. SP: DIFEL, 1984.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional*. RJ: Zahar, 1964.

- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. RJ: Zahar, 1967.
- MARTINS, José de Souza. *A Sociedade Vista do Abismo – Novos Estudos sobre Exclusão, Pobreza e Classes Sociais*. RJ: Vozes, 2002.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. SP: Martins Fontes, 2002. (Coleção Clássicos Filosofia/Ciências Sociais)
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Tomo I. SP: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. SP: Martins Fontes, 1983.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. SP: Editora Martin Claret, 2005. (Coleção A Obra de Cada Autor)
- MATTOSO, J. “Para Onde Vamos? Emprego e Crise no Brasil”. In: *Presença - revista de política e cultura*. n° 02 - Fevereiro de 1984.
- _____. *A Desordem do Trabalho*. SP: Scritta, 1995.
- _____. “Emprego e Concorrência Desregulada: incertezas e desafios”. In: MATTOSO & OLIVEIRA (orgs.) *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado*. SP: Scritta, 1996.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “Classes Sociais e Luta de Classes”. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro - 1955-1988*. Capítulo I - Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. Ano de Obtenção: 2005. (mimeo)
- MENEZES, M^a Thereza C. G. de. “Estado, Terceiro Setor e Filantropia Empresarial: a nova face da antiga parceria”. In: *Serviço Social e Movimento Social*, Maranhão, UDUFMA, 2000.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- _____. “Concepções em pesquisa social: articulações com o campo da avaliação em serviços de saúde”. *Cadernos de Saúde Pública*. vol.13, n.1, Jan./Mar. 1997. RJ: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 1997.
- MINISTÈRIO DA CULTURA. “Cultura Viva – Programa Nacional de Educação, Cultura e Cidadania”. Disponível no site www.cultura.gov.br.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social – Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. SP: Cortez, 2002.
- MOREIRA, Roberto S.C. “Raízes do Brasil Contemporâneo”. In: *Sociedade e Estado*.

- Volume IX: nº 1-2, janeiro-dezembro 1994. Sociologia da Cultura. Brasília, DF: Ed. UNB.
- MOTA, Ana Elizabeth. *Cultura da crise e seguridade social. Um estudo sobre as tendências da Previdência e Assistência Social brasileira nos anos 80 e 90*. SP: Cortez, 1995.
- _____. (org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- NETTO, José Paulo. *O que é marxismo?* SP: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos, nº148)
- _____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. Apêndice à terceira edição: Cinco notas a propósito da "questão social". SP: Cortez, 2001.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. SP: Xamã, 2005.
- OFFE, Clauss. *Trabalho e Sociedade. Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho*. RJ: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do anti-valor: a economia política da hegemonia imperfeita*. RJ: Vozes, 1998.
- _____. *O elo perdido. Classe e identidade de classe na Bahia*. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. (Coleção História do Povo Brasileiro)
- _____. "Passagem na Neblina". In: *Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. Socialismo em Discussão. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. "O momento Lênin". Relatório do Projeto Temático Fapesp *O Pensamento nas Rupturas da Política*. Relatório Final. Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania - Cenedic. São Paulo: FFLCH/USP, julho de 2004.
- _____ & PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O Debate sobre a Centralidade do Trabalho*. SP: Expressão Popular, 2006.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. SP: Brasiliense, 1994.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. "A Imaginação a Serviço do Brasil". *Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente*. Outubro de 2002. Disponível no site [www. pt.org.br](http://www.pt.org.br)

- PEREIRA, Potyara A P. “Cidadania e (in) justiça social: embates teóricos e possibilidades políticas atuais”. In: FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de Moraes & CASTRO, Alba Tereza Barroso (orgs.). *Serviço Social, Política Social e Trabalho*. SP: Cortez; RJ: UERJ, 2006, p. 98 – 116.
- POERNER, José Arthur. *Identidade cultural na era da globalização: Política federal de cultura no Brasil*. RJ: Revan, 1997.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 8ª edição. RJ: Campus, 2000.
- RAICHELIS, Rachel. “Dez anos depois da Constituição Cidadã”. In: *Revista Inscrita*, nº 3, RJ: CFESS, novembro de 1998, p. 24-40.
- SADER, Emir & JINKINGS, Ivana (coord.). *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. SP: Boitempo Editorial; RJ: LPP/UERJ, 2005.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. SP: Record, 2000.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. RJ: Campus, 1987.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. SP: Duas Cidades, 1988.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. “Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci”. *Revista Brasileira de Educação*. ANPED. SP: 2001.
- SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. (Coleção Questões da Nossa Época) SP: Cortez, 2000.
- _____. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *O desastre social*. RJ: Record, 2003.
- TEIXEIRA, F & OLIVEIRA, M. *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho*. SP: Cortez; Fortaleza: UECE - 2ª edição, 1998.
- TELLES, Vera da Silva. “Trabalho e Formas de Vida”. In: *Pobreza e Cidadania*. Curso de Pós-Graduação em Sociologia da USP. SP: Editora 34, 2001.
- WERNECK VIANNA, Luiz. “O Estado Novo do PT”. Texto extraído do site Gramsci e o Brasil – www.acesa.com/gramsci, julho de 2007. (Temas Brasil)

WERNECK VIANNA, Maria Lúcia Teixeira. “Hiper-realidade ou hipocrisia?”. Texto extraído do site Gramsci e o Brasil– www.acesa.com/gramsci, agosto de 2007. (Temas Brasil)

YASBECK, Maria Carmelita. “A Política Social nos Anos 90: refileantropização da questão social”. Salvador - Caderno CEAS, v. 11, outubro de 1995.

ZARPELON, Sandra Regina. “ONGs, Movimento Sindical e o Novo Socialismo Utópico”. In: *Revista Idéias*, nº 9, UNICAMP, 2002, p.203-244.

ANEXOS

